

Vera Lúcia Salazar Pessoa
Aldomar Arnaldo Rückert
Julio Cesar de Lima Ramires
(organizadores)

Pesquisa Qualitativa Aplicações em Geografia



ISBN: 978.85.7697.461.1

1ª edição – 2017.

Copyright by Vera Lúcia Salazar Pessôa; Aldomar Arnaldo Rückert; Julio Cesar de Lima Ramires -2017.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa do autor ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Projeto gráfico e capa

Anderson Pereira Portuguesez

Revisão ortográfica

Terezinha Tarcitano

Apresentação

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Aldomar Arnaldo Rückert

Julio Cesar de Lima Ramires

Prefácio

Genilda D’Arc Bernardes

Editora Imprensa Livre

Editora-chefe: *Karla Viviane*

Rua Comandá, 801

Cristal – Porto Alegre/RS

(51) 3249-7146

www.imprensalive.net

imprensalive@imprensalive.net

facebook.com/imprensalive.editora

twitter.com/editoraimpresa

Conselho editorial

Antonio Paulo Cargini

Camilo Pereira Carneiro Filho

Heleniza Ávila Campos

Rosmari Terezinha Cazarotto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P475 Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia/
Vera Lúcia Salazar Pessôa, Aldomar Arnaldo Rückert
Julio Cesar de Lima Ramires, (Organizadores). – Porto
Alegre: Imprensa Livre, 2017.
548 p. (livro digital)

ISBN 978.85.7697.461.1

1. Geografia - Pesquisa. I. Pessôa, Vera Lúcia S.II.

Rückert, Aldomar A. III. Ramires, Julio Cesar de Lima.

CDU 91

MANUAL DE USO INTERATIVO

Este livro proporciona para você diversas vantagens. Leia as instruções abaixo para você aproveitar todo potencial deste livro.

voltar ao sumário

Clicando neste botão localizado no lado superior direito da página você retornará ao Sumário.

Apresentação, 11
Prefácio, 20 ➤

No Sumário, você pode acessar diretamente o capítulo que deseja apenas clicando em seu título

<http://www.ufrgs.br/posgea/>

Quando um link aparecer em azul como o exemplo ao lado, clicando nele você será levado para um link exterior

Vera Lúcia Salazar Pessoa

Quando um link com o nome de um autor aparecer em verde como o exemplo ao lado, clicando nele você será levado para um link interno do livro onde poderá saber mais informações relativas a esta pessoa

Para o uso de todas as funcionalidades interativas deste e-book recomendamos o uso do leitor de PDF Adobe Acrobat Reader.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 11

PREFÁCIO, 20

PARTE 1 CATEGORIAS GEOGRÁFICAS E PESQUISA QUALITATIVA, 24

**1 PESQUISA QUALITATIVA DOS ESPAÇOS
VIRTUAIS: algumas reflexões, 25**

Julio Cesar de Lima Ramires

2 A REDE ENQUANTO MÉTODO, 57

Cristiano Quaresma de Paula

**3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA
A COMPREENSÃO DAS PERCEPÇÕES
TOPOFÓBICAS/TOPOFÍLICAS DA
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DO
BAIRRO RESTINGA/PORTO ALEGRE/RS, 84**

Helena Bonetto

PARTE 2
O PODER E A POLÍTICA NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA, 116

4 METODOLOGIA DE ESCALAS
GEOGRÁFICAS DE PODER E GESTÃO
COMO FORMA DE COMPREENSÃO
DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS:
o caso da Reserva Nacional de Chimanimani, 117

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Rosa Maria Vieira Medeiros

5 A PESQUISA QUALI/QUANTITATIVA
EM GEOGRAFIA: múltiplos métodos para o caso
de Timor-Leste, 157

Gabino Ribeiro Moraes

6 O ESTUDO DE CASO NA DINÂMICA DA
GEOGRAFIA: uma aplicação prática, 181

Luís Fernando Pinto Dias

PARTE 3
O ENSINO NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA, 204

7 E SE FOSSE BOM FUGIR PARA A ESCOLA?
A Geografia e a pesquisa qualitativa no trabalho
com maquetes, 205

Leonardo Pinto dos Santos

Roselane Zordan Costella

8 SENTINDO OS POLOS: experiências sensoriais
para o aprendizado de Antártica e Ártico, 232

Carina Petsch

Paola da Costa Silveira

Flávio Lopes Holgado

Kátia Kellem da Rosa

Luiz Felipe Velho

Jefferson Cardia Simões

9 TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS DE UMA
PESQUISA EM ENSINO DE GEOGRAFIA: uma
análise das concepções teóricas e da epistemologia da
prática do professor de Geografia, 262

Victória Sabbado Menezes

Nestor André Kaercher

PARTE 4
O AMBIENTAL NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA, 287

**10 A COMPLEXIDADE DA EXPANSÃO URBANA,
AS INTERVENÇÕES ANTROPOGEOGRÁFICAS E AS DERIVAÇÕES AMBIENTAIS SOBRE
OS COMPARTIMENTOS DO RELEVO DA CIDA-
DE DE SANTA MARIA/RS, 288**

Tania Cristina Gomes

Nina Simone Villaverde Moura

**11 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA
QUALITATIVA COMO FERRAMENTA DE
PESQUISA PARA OS ESTUDOS SOBRE GESTÃO
AMBIENTAL: reflexões a partir de estudo no porto
do Rio Grande/RS, 321**

Andréia Vigolo Lourenço

PARTE 5
O URBANO NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA, 355

12 APORTES METODOLÓGICOS SOBRE O
ESTUDO DO COTIDIANO DOS ESPAÇOS
URBANOS METROPOLITANOS, 356

Luciano Fernandes Pedroso

13 UM CAMINHO METODOLÓGICO PARA A
ANÁLISE QUALITATIVA DA DESCENTRALIZA-
ÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO EM CIDADES MÉ-
DIAS: notas de um estudo sobre Santa Maria/RS, 373

Anderson Mendes Rocha

Tânia Marques Strohaecker

14 TERRITORIALIDADES JUDAICAS NO
ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE: o uso da
abordagem qualitativa, 395

Maria Medianeira dos Santos

15 O USO DA PESQUISA-AÇÃO COMO
METODOLOGIA PARA A COMPREENSÃO E A
ATUAÇÃO NOS PROCESSOS DE REMOÇÃO E
REASSENTAMENTO DE COMUNIDADES
VULNERÁVEIS, 413

Nanashara D'Ávila Sanches

Paulo Roberto Rodrigues Soares

PARTE 6
O RURAL NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA, 431

16 ENCONTROS E DESENCONTROS DAS
INFORMAÇÕES: o caminho metodológico da
pesquisa, 432

Hugo Roberto Duarte Ramos

Vera Lúcia Salazar Pessôa

17 O PROCESSO HISTÓRICO DOS
TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DE ELDORADO
DO SUL-RS: a entrevista semiestruturada e a
observação como técnicas de pesquisa qualitativa
em Geografia, 462

Joel Luís Melchiors

Rosa Maria Vieira Medeiros

18 A INVESTIGAÇÃO NA “TERRA DO ABACAXI”
– MONTE ALEGRE DE MINAS (MG): tecendo o
caminho metodológico da pesquisa, 488

Alessandra Rodrigues Guimarães

Vera Lúcia Salazar Pessôa

19 NAS TRILHAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
RURAL DA MICRORREGIÃO DE ERECHIM, 514

Éverton de Moraes Kozenieski

Rosa Maria Vieira Medeiros

AUTORES, 538

Fazer pesquisa é espionar, observar paciente e atentamente durante dias e horas a fio, como se aguarda de tocaia o momento do ataque. A investigação exige olhos atentos e mãos sempre prontas para fazer anotações. A cada fato novo uma espiada, e mais uma anotação. Falar, somente o suficiente. Ouvir e observar o máximo. É a regra.
(Giovanni de Farias Seabra, 2001)

APRESENTAÇÃO

A abertura política que ocorreu em quase todos os países latino-americanos, no final da década de 1970, fez reacender o paradigma qualitativo nas pesquisas iniciadas na década de 1980. Um repensar sobre a realidade levou os pesquisadores a refletirem sobre a questão teórico-metodológica e as técnicas de pesquisa. A Geografia se inseriu nesse contexto. A partir desse momento, passou a ser crescente o uso da abordagem qualitativa nas pesquisas e, no século XXI, a abordagem quanti-qualitativa ganhou destaque. Isso mostra a importância da reflexão sobre o uso das duas abordagens, e uma não exclui a outra.

Em 2009, o livro *Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação*, organizado por Julio Cesar Lima Ramires e Vera Lúcia Salazar Pessôa, representou um momento importante diante das inquietações sobre o uso da abordagem qualitativa em Geografia. A realização de um curso de extensão, em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFU foi o ponto de partida para a elaboração do livro citado. A experiência foi gratificante e colegas de outras instituições

de ensino superior compartilharam a realização do livro.

As reflexões sobre o uso da pesquisa qualitativa em Geografia continuaram e novas inquietações surgiram. Constatamos que, com o primeiro livro, os alunos (de graduação e Pós-Graduação) mostraram interesse em fazer um capítulo em suas monografias (Trabalho de Conclusão de Curso/Dissertações/Teses) sobre o caminho metodológico da pesquisa para explicarem os procedimentos usados. As trocas com colegas de outras instituições de ensino superior continuaram e resultaram no segundo livro, em 2013, este organizado por Glaucio José Marafon, Julio Cesar Lima Ramires, Miguel Angelo Ribeiro e Vera Lúcia Salazar Pessôa e intitulado *Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Novamente, o entusiasmo do grupo foi significativo e, neste segundo livro, além da parte aplicada, tivemos, também, uma discussão de conceitos básicos. O livro teve uma repercussão positiva entre os alunos e os colegas.

Em 2014, a disciplina “Pesquisa Qualitativa: aplicações em Geografia”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS, culminou com a elaboração de mais uma coletânea de mesmo nome: *Pesquisa Qualitativa: aplicações em Geografia*. A construção do livro resultou em dezenove capítulos divididos em seis partes e, mais uma vez, colegas de outras instituições (Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Universidade Estadual de Londrina) se fizeram presentes. A primeira parte, *Categorias geográficas e pesquisa qualitativa*, mostra os espaços virtuais no contexto da pesquisa qualitativa. A segunda, *O poder e a política no contexto da pesquisa qualitativa*, aponta as aplicações des-

se tipo de pesquisa aos estudos regionais. A terceira, *O ensino no contexto da pesquisa qualitativa*, destaca a pesquisa qualitativa em trabalhos relacionados ao ensino de Geografia. A quarta parte, *O ambiental no contexto da pesquisa qualitativa*, enfoca a pesquisa qualitativa nos trabalhos ambientais. Na quinta parte, *O urbano no contexto da pesquisa qualitativa*, destaca a pesquisa qualitativa aplicada aos estudos urbanos. Finalmente, a sexta parte, *O rural no contexto da pesquisa qualitativa*, trata da pesquisa qualitativa aplicada aos estudos rurais.

O primeiro capítulo, *Pesquisa qualitativa dos espaços virtuais: algumas reflexões*, de Julio Cesar de Lima Ramires, apresenta e discute algumas questões relativas à dimensão qualitativa dos espaços virtuais a partir de um pequeno recorte da literatura existente sobre a temática em diversas áreas do conhecimento. Apontando e reforçando a ideia da indissociabilidade dos espaços virtuais e reais, materialidade e imaterialidade, o trabalho busca aproximar e trazer esta discussão para a Geografia.

No segundo capítulo, *A rede enquanto método*, de Cristiano Quaresma de Paula, o objetivo é analisar as abordagens ambiental/territorial sobre a pesca artesanal na Geografia brasileira. Com esse fim, o autor busca apreender os diálogos de saberes entre geógrafos, pescadores e demais técnicos que compõem os espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca e as implicações desses diálogos no âmbito da própria Geografia e nas propostas de gestão da pesca, abordando o princípio dialógico e o princípio hologramático.

No terceiro capítulo, *Os caminhos metodológicos para compreensão das percepções topofóbicas/topofílicas das lideranças*

comunitárias no bairro Restinga/Porto Alegre/RS, Helena Boneto compartilha os caminhos metodológicos das percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do Orçamento Participativo (OP). Os dados obtidos por meio da Análise do Discurso serviram de base para a reconstrução das memórias do OP da Restinga por meio do holograma espacial que permitiu verificar as percepções topofóbicas/topofílicas das lideranças comunitárias do bairro.

O quarto capítulo, *Metodologias de escalas geográficas de poder e gestão como forma de compreensão das transformações sócioterritoriais: o caso da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani*, de Elmer Agostinho Carlos de Matos e Rosa Maria Vieira Medeiros, aborda a aplicação da metodologia de escalas de poder e gestão como forma de apreensão da realidade socioespacial em pesquisa na Reserva Nacional de Chimanimani, distrito de Sussundenga, Província de Manica, Moçambique. A técnica utilizada foi a entrevista.

O quinto capítulo, *A pesquisa quali/quantitativa em geografia: múltiplos métodos para o caso do Timor-Leste*, de Gabino Ribeiro Moraes, compartilha o percurso metodológico realizado para a tese, partindo do pluralismo metodológico e da escolha dos métodos para a análise do desenvolvimento territorial a partir da governança multinível que ocorre no país.

No sexto capítulo, *O estudo de caso na dinâmica da geografia: uma aplicação prática*, de Luís Fernando Pinto Dias, o objetivo foi compreender a dinâmica da movimentação de pessoas de um processo associativista – um modelo solidário de ajuda mútua – por meio do estudo de caso da Cooperativa

de Consumo dos Servidores da UEL-SERVICOP.

O sétimo capítulo, *E se fosse bom fugir para a escola? A geografia e a pesquisa qualitativa no trabalho de maquetes*, de Leonardo Pinto dos Santos e Roselane Zordan Costella, busca compreender como os alunos e alunas percebem um espaço que para eles não é cotidiano, abordando a construção de maquetes.

O oitavo capítulo, *Sentindo os polos: experiências sensoriais para o aprendizado de Antártica e Ártico*, de Carina Petsch, Paola da Costa Silveira, Flávio Lopes Holgado, Kátia Kellem da Rosa, Luiz Felipe Velho e Jefferson Cardia Simões, tem por objetivo desenvolver e aplicar oficinas para o quarto, sexto e nono anos do Ensino Fundamental e terceiro ano do Ensino Médio. Baseia-se no uso de instrumentos indiretos de avaliação, como maquetes, fotografias, jogos de perguntas, desenhos e pequenos textos e visa entender o que os alunos sentem, imaginam ou percebem sobre o ambiente polar.

O nono capítulo, *Trajetórias metodológicas de uma pesquisa em ensino de geografia: uma análise das concepções teóricas e da epistemologia da prática do professor de geografia*, de Victória Sabbado Menezes e Nestor André Kaercher, tem como objetivo investigar como as concepções epistemológicas de Geografia e de educação de professores e acadêmicos de Geografia atuam no exercício das práticas de ensino, utilizando as técnicas de observação e entrevista.

No décimo capítulo, *A complexidade da expansão urbana, as intervenções antropogeomorfológicas e as derivações ambientais sobre os compartimentos do relevo da cidade de Santa Maria/RS*, as autoras Tânia Cristina Gomes e Nina Simone Vilaverde

Moura buscam respostas para explicar a morfologia contemporânea urbana da cidade de Santa Maria/RS a partir da identificação das alterações impostas na morfologia original do relevo e perturbada pela ação antrópica. A forma de análise é a aplicação da abordagem antropogeomorfológica e o uso dos quatro níveis da pesquisa geográfica (nível compilatório, nível correlativo, nível semântico e nível normativo) propostos por Libaut (1971).

No décimo primeiro capítulo, *A importância da pesquisa qualitativa como ferramenta para os estudos sobre gestão ambiental: reflexões a partir da análise do Porto do Rio Grande/RS*, de Andréia Vigolo Lourenço, o objetivo é compreender de forma sistemática e integral o processo de gestão ambiental do e no Porto do Rio Grande, com o uso da pesquisa exploratória ou estudo exploratório, entrevistas e pesquisa-ação. Configura-se o trabalho como um estudo de caso.

No décimo segundo capítulo, *Aportes metodológicos sobre o estudo do cotidiano dos espaços urbanos metropolitanos*, Luciano Fernandes Pedroso mostra o método etnográfico, com o uso da fotografia, da entrevista social e da observação de campo para analisar o espaço vivido das metrópoles.

No décimo terceiro capítulo, *Um caminho metodológico para a análise qualitativa da descentralização do setor terciário em cidades médias: notas de um estudo sobre Santa Maria/RS*, de Anderson Mendes Rocha e Tânia Marques Strohaecker, o objetivo é compreender o processo espacial de descentralização do setor terciário, responsável pela formação de novas centralidades nas zonas leste e oeste da cidade de Santa Maria/RS. A observação de campo e a aplicação de questionários são as téc-

nicas usadas para a coleta de dados, além do uso da fotografia.

O décimo quarto capítulo, *Territorialidades judaicas no espaço urbano de Porto Alegre: o uso da abordagem qualitativa*, de Maria Medianeira dos Santos, tem como objetivo elucidar os caminhos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da tese intitulada “Territorialidades judaicas no espaço urbano de Porto Alegre/RS”. A autora apresenta a transcrição das entrevistas obtidas nos catálogos denominados História de vida e História de vida (II volume) do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC), entrevistas realizadas com descendentes de judeus, pessoas que frequentam a sinagoga e intelectuais que possuem interesse pela temática e entrevistas transcritas da página eletrônica da Hebraica News TV. Também foi feito um mapeamento da representação judaica materializada na paisagem porto-alegrense (sinagogas, cemitérios, clubes e colégio israelita) e registros fotográficos.

O décimo quinto capítulo, *O uso da pesquisa-ação como metodologia para compreensão e atuação nos processos de remoção e reassentamento de comunidades vulneráveis*, de Nanashara D’Ávila Sanches e Paulo Roberto Rodrigues Soares, tem como objetivo analisar as bases teóricas e os preceitos da pesquisa-ação em conformidade com a pesquisa realizada na Vila Chocolateiro, formada no centro de Porto Alegre a partir da ocupação de um terreno da União por pessoas em situação de rua na década de 1980 e removidas para a periferia da cidade no ano de 2011.

No décimo sexto capítulo, *Encontros e desencontros das informações: o caminho metodológico da pesquisa*, de Hugo Roberto Duarte Ramos e Vera Lúcia Salazar Pessôa, o objetivo é

mostrar o caminho metodológico desenvolvido na pesquisa e a importância do uso da entrevista e do diário de campo para a coleta de dados, além dos registros fotográficos.

O décimo sétimo capítulo, *O processo histórico dos territórios agrários de Edorado do Sul/RS: a entrevista semiestruturada e a observação como técnicas de pesquisa qualitativa em Geografia*, de Joel Luís Melchior e Rosa Maria Vieira Medeiros, objetiva traçar a evolução histórica dos territórios agrários, usando a técnica da observação e a entrevista semiestruturada com trabalhadores rurais e agricultores assentados.

O décimo oitavo capítulo, *A investigação na “terra do abacaxi” – Monte Alegre de Minas (MG): o caminho metodológico da pesquisa*, de Alessandra Rodrigues Guimarães e Vera Lúcia Salazar Pessôa, tem por meta mostrar o caminho metodológico desenvolvido na dissertação de mestrado, por meio do uso das técnicas de observação e entrevista, além de fotografias e mapas.

O décimo nono capítulo, *Nas trilhas da produção do espaço rural da microrregião de Erechim*, de Éverton Moraes Kozenieski e Rosa Maria Vieira Medeiros, apresenta o percurso investigativo, destacando quatro momentos: descrição, história do espaço, aproximação com a realidade concreta e interpretação da produção do espaço, utilizando a técnica da entrevista.

A partir desse mosaico de trabalhos, o resultado é um livro que estimula o uso da pesquisa qualitativa e possibilita refletir sobre as diversas técnicas utilizadas, permitindo ao pesquisador escolher aquela ou aquelas que melhor se adequem ao seu objeto de estudo.

O livro representa todo um trabalho coletivo para agregar

pesquisadores interessados nas discussões teóricas e metodologias de pesquisa referentes às suas áreas de interesse. Outro destaque desse trabalho coletivo é mostrar o profícuo intercâmbio entre as universidades.

A publicação deste livro em formato e-book somente foi possível graças ao Edital para Editoração e Publicação de Obras Científicas, 2017, do POSGEA – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul com recursos do PROEX – Programa de Excelência Acadêmica da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior.

Vera Lúcia Salazar Pessôa
Aldomar Arnaldo Rückert
Julio Cesar de Lima Ramires

PREFÁCIO

É emblemático falar da pesquisa qualitativa hoje. Apenas a partir da década de 1960, essa abordagem ganhou espaço no conhecimento científico no Brasil. Até então, a pesquisa qualitativa era emoldurada em um movimento pendular, perfazendo caminhos que oscilavam entre não ser reconhecida como método de conhecimento, mediada por uma zona marcada por preconceito e desconfianças, à sua eficácia na apreensão do real. Maria Cecília Minayo (2002) reconhece nessa abordagem possibilidade de apreender o real no contexto da subjetividade, do simbólico e da intersubjetividade próprias das relações expressas na realidade social, num intercâmbio com suas dimensões objetivas.

A gênese dessa abordagem remonta ao fim do século XIX e início do século XX, portanto, anterior à sistematização e uso da pesquisa quantitativa, que ocorre com o uso de *survey* pelo Instituto Gallup no EUA na década de 1920, em pesquisas eleitorais. Essa modalidade só foi utilizada, posteriormente, pelas universidades em pesquisas de estudos de comportamento e atitudes. Abordagens qualitativas podem ser vistas nas contribuições da Escola Alemã via pensamento hermenêutico,

fenomenológico e dialético (Hegel, Kant, Heidger, Dilthey, Gadamer e Weber); Escola francesa (Paul Ricouer, Sartre, Merleau-Ponty e Bourdieu); e Escola de Chicago (Howard Becker, Garfinkel, Parker, e Mills), entre os principais expoentes.

A pesquisa qualitativa tem ocupado cada vez mais a centralidade na produção de conhecimentos nas humanidades e em áreas afins, enriquecida por meio de difusão de cultura científica aliada à tecnologia de tratamento dos dados por meio *software* no processamento e sistematização. Esta prática deixa esvanecer a visão de que informações qualitativas não se adequam ao uso de tecnologias. São muitos os *softwares* destinados ao tratamento de entrevistas, textos, imagens e vídeos, que permitem sistematização e análise de informaçõessem perda da qualidade almejada, formando *habitus* que favorecem não apenas a produção do conhecimento com qualidade, mas também o reconhecimento dos pares no tocante à relevância dessa abordagem.

O quadro epistemológico da visão qualitativa na fenomenologia, na hermenêutica, e na investigação–ação tem a possibilidade interpretativa dos fenômenos e processos sociais, ao apreender os significados contextuais e a historicidade que envolvem os seus agentes e situações, numa atitude interpretativa que orienta o desvelamento dos fenômenos e processos por meio da compreensão do mundo vivido, da experiência a partir do que é vivenciado e do que é observado.

Nos termos abordados destaca-se a coletânea *Pesquisa Qualitativa: aplicações em Geografia*, organizada por Vera Lúcia Salazar Pessôa, Aldomar Arnaldo Rückert, e Julio Cesar de Lima Ramires. Os artigos ali reunidos resultam de múltiplos

tiplos esforços de pesquisadores da Geografia, ancorados na abordagem qualitativa de pesquisa, que se debruçaram sobre problemas e reflexões oriundas de campos disciplinares e interdisciplinares, para formar um mosaico de saberes, hoje disponibilizado para pesquisadores com interesse acadêmico, iniciados no campo de experimentos com técnicas qualitativas.

Um dos papéis de professores pesquisadores é manter uma posição crítica e atualizada sobre temas relevantes e contemporâneos sobre a realidade, seja ela geográfica nas suas várias perspectivas, ou acrescida das dimensões sociais, políticas, territoriais e econômicas, entre outras. A abordagem qualitativa de pesquisa constitui um caminho profícuo para a práxis crítica e para o aprofundamento do conhecimento. Os professores organizadores possuem competência para o exercício proposto. Vera Lúcia, especialmente, traz em sua trajetória anos de ensino de metodologia de pesquisa e de orientação de trabalhos científicos no Instituto de Geografia da UFU, contribuindo para a formação de uma geração de pesquisadores: alunos e orientandos. Aldomar e Julio, não menos, também têm registrado em seus alunos e orientandos os caminhos da pesquisa e do conhecimento.

O livro é, didaticamente, delineado em seis partes, nas quais são disponibilizados capítulos que refletem o pensamento holístico e epistêmico e registram a subjetividade humana, sem deixar, contudo, de lançar mão de estratégias tecnológicas e inovações na produção e análise dos dados, tão almejadas no exercício da pesquisa e no saber.

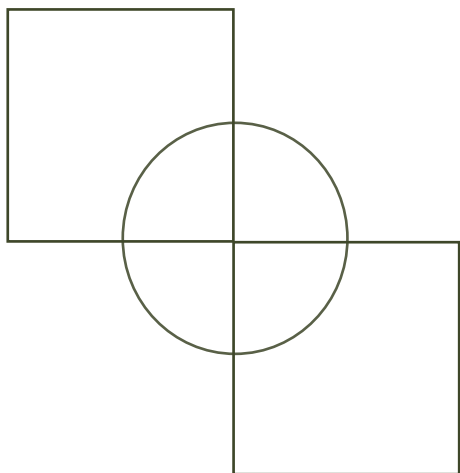
A chamada “sociedade da informação” suscitou a incorporação de novos conceitos e categorias para a análise dessa

realidade. Nesse contexto a Geografia, entre outras ciências, se ateuve à constituição do meio técnico-científico-informacional para dar conta da compreensão da sociedade na dissociabilidade dos espaços virtuais e reais, na materialidade e imaterialidade, e nos ciberespaços e ciberculturas.

O temário do livro alinha-se ao *mainstream* que dá organicidade ao campo, legitimando-o pelos contributos sugeridos a partir do uso de linguagem crítico, do rigor científico e do posicionamento não radical que admite (e pratica) abordagens quantiquantitativas.

Genilda D'Arc Bernardes

Ex-professora do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFG/professora do Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da Unievangélica/Anápolis/GO.



PARTE 1
CATEGORIAS GEOGRÁFICAS E
PESQUISA QUALITATIVA

1 PESQUISA QUALITATIVA DOS ESPAÇOS VIRTUAIS: algumas reflexões

Julio Cesar de Lima Ramires

Introdução

As grandes transformações por que passaram a sociedade e o espaço, marcados pelos avanços das tecnologias de comunicação e informação, nas últimas décadas, foram acompanhadas da necessidade de incorporação de novos conceitos e categorias para a análise dessa realidade. Santos (1994), por exemplo, já apontava, no início dos anos 1990, no âmbito da Geografia, a importância da técnica e de sua presença em todas as dimensões da vida social, tratando por essa via da constituição do meio técnico-científico-informacional.

Desde então, um conjunto de reflexões têm sido produzido sobre os significados do tempo e do espaço na contemporaneidade, dentro e fora da Geografia. Ciberespaço, espaço

virtual, não lugar passam a integrar as discussões teóricas da Geografia, constituindo um significativo campo de reflexões. O grande desafio que se apresenta é a dificuldade, e mesmo a impossibilidade de separarem o virtual e o real, tendo em vista que a virtualidade comporta, obrigatoriamente, a criação de um lugar.

Essas transformações estimularam alterações nos campos da educação, do trabalho, da vida social, da participação política, do direito e da propriedade. No campo da Geografia está posta a discussão e a consolidação da subárea Geografia da Comunicação que teria, dentre suas atribuições, o estudo das novas mudanças nas relações mediadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Já existe um número de pesquisas sobre esta realidade no âmbito da Geografia brasileira com enfoque predominantemente quantitativo. A discussão teórica não tem sido acompanhada na mesma medida, de estudos com proposição de procedimentos metodológicos para a análise concreta da nova realidade pelo viés qualitativo, como realizado em outras áreas, tais como a Antropologia, a Psicologia, e a Comunicação.

Este texto procura apresentar e discutir algumas questões relativas à dimensão qualitativa dos espaços virtuais, a partir de um pequeno recorte da literatura existente sobre a temática em diversas áreas do conhecimento. Apontando e reforçando a ideia da indissociabilidade dos espaços virtuais e reais, materialidade e imaterialidade, espera-se, aproximar e trazer essa discussão para a Geografia.

Diversos aspectos teórico-metodológicos da abordagem qualitativa foram apresentados nos capítulos anteriores des-

ta coletânea e, desta forma, julgou-se desnecessário o seu aprofundamento neste texto, focando apenas os aspectos essenciais à discussão qualitativa dos espaços virtuais.

O capítulo está estruturado, além da Introdução e Considerações Finais, em dois ítems. O primeiro aborda questões conceituais sobre espaço virtual, ciberespaço e cibercultura. O segundo capítulo resgata algumas contribuições da etnografia virtual para o estudo do ciberespaço, desenvolvidas em diferentes campos do conhecimento.

Espaço virtual, ciberespaço e cibercultura

Conforme destaca Castells (2007), as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade para a era industrial, e a internet constitui, atualmente, a base tecnológica da forma organizacional da sociedade em rede.

Santos (1994, p. 81), nos lembra que

o advento do Período Científico-Técnico permitiu, afinal, que na prática, isto é, na História, espaço e tempo se fundissem, confundindo-se. Não há, nas ciências sociais, como tratá-los separadamente. Sob o risco de tautologia, as categorias de análise devem ser outras, e não mais Tempo e Espaço, já que as definições se tornaram recíprocas.

As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) introduziram novos significados do tempo e do espaço. Para Ferrara (2008a, p. 121):

esse espaço-tempo heterodoxo do ciberespaço constitui não uma unidade, mas o discurso do espaço sobre o tempo ou as nuances do tempo através da fala do espaço ou pelo que aquela fala sugere

re sobre si mesma ao dizer o tempo. Aquela fala assinala o fim do tempo enquanto narrativa da permanência que situava e classificava historicamente a vida entre ‘antes’ e ‘depois’. A ausência dessa permanência faz expandir a capacidade ficcional que parecia estar banalizada pelas próprias e inusitadas aventuras modernas.

Felinto (2011, p. 14) nos lembra que a trajetória inicial do desenvolvimento tecnológico foi marcada por interesses militares, “caracterizado por uma combinação paradoxal entre forças libertárias e impulsos de controle.”

Pereira (2012) nos chama atenção para o publicização e riqueza dos dados do ciberespaço, destacando que esses espaços são “propriedades” de grandes empresas que os registram e armazenam e, portanto, não são totalmente “livres”.

Em relação ao poderio econômico atrelado a essas novas tecnologias, Lévy (2010, p. 13) é cauteloso, reconhecendo que

é verdade que há cada vez mais serviços pagos. E tudo indica que essa tendência vai continuar e até crescer nos próximos anos. Ainda assim, também é preciso notar que os serviços gratuitos proliferam ainda mais rapidamente. Estes serviços gratuitos vêm de universidades, dos órgãos públicos, das associações sem fins lucrativos, dos indivíduos, de grupos de interesse diversos e das próprias empresas. Não há sentido em opor o comércio de um lado e a dinâmica libertária e comunitária que comandou o crescimento da internet de outro. Os dois são complementares, para desgosto dos maniqueístas. (LÉVY, 2010, p. 13).

O referido autor nos lembra da entrevista de Albert Einstein, em 1950, na qual ele destacava as três principais bombas que explodiriam no século XX, a saber: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações. Sobre as telecomunicações, destaca que esta

implica o reconhecimento do outro, a aceitação e ajuda mútuas, a cooperação, a associação, a negociação, para além das diferenças de pontos de vista e de interesses. As telecomunicações são de fato responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimentos, de descoberta pacífica das diferenças. (LÉVY, 2010, p. 14).

A Internet aparece como um elemento importante neste processo. Conforme nos lembra Castells (2007), a sua origem está associada às atividades do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que fundou, em 1969, uma agência – *Advanced Research Project Agency* (ARPA), a fim de fomentar a superioridade tecnológica militar sobre a União Soviética.

No âmbito desta agência, foi criado o ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*), visando a repartir o tempo de trabalho online dos computadores entre os vários centros de informática e grupos de investigação do referido programa. Segundo Castells (2007, p. 34), “a Internet nasceu da encruzilhada insólita entre a Ciência, a investigação militar e a cultura libertária”. A palavra “libertária” deve ser entendida como a liberdade dos indivíduos e forças do mercado atuando de forma autônoma, sem controles do Estado. Entretanto, merece destacar que

todos os avanços tecnológicos chave, que desembocaram na criação da Internet, são fruto do trabalho de instituições governamentais, grandes universidades e centros de investigação. A Internet não teve a sua origem no mundo empresarial. Era uma tecnologia demasiado arriscada para ser assumida por uma empresa privada. Era esse o caso, sem dúvida, nos anos 60, época em que as empresas trabalhavam de maneira bastante conservadora nas suas estratégias industriais e financeiras e não estavam dispostas a arriscar capital e a investir recursos humanos em tecnologias visionárias. (CASTELLS, 2007, p. 39 - 40).

Até os anos 1980, a Internet se restringia às instituições de ensino. Com o surgimento dos computadores domésticos, menores e mais baratos, seu uso se popularizou nos anos 1990, tendo início a utilização comercial da Internet.

Pierre Lévy foi um dos primeiros pensadores a refletir sobre o espaço virtual, no âmbito das ciências humanas. Segundo o autor, devemos estar abertos às inovações sem noções preconcebidas a favor ou contra, sem endeusamentos nem demonizações dessas novas tecnologias, tendo em vista que

a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista. (LÉVY, 2010, p. 12).

Conforme nos lembra Lemos (2015), o termo “ciberespaço” foi inventado pelo escritor de ficção científica William Gibson em seu livro “Neuromancer”, de 1984, no qual descrevia um futuro dominado por redes de computadores e banco de dados. Desde então, o termo passou a ter uso corrente em associação às novas tecnologias de informação e comunicação.

Lévy (2010, p. 17) conceitua “ciberespaço” e “cibercultura” nos seguintes termos:

o ciberespaço (que também chamarei de ‘rede’) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”,

especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente como o crescimento do ciberespaço.

Para Lemos (2015, p. 129), “o ciberespaço pode ser visto como um espaço sagrado, lugar de movimentação, um espaço de encruzilhadas”. Adicionalmente,

o ciberespaço é visto como potencializador das dimensões lúdicas, eróticas, hedonistas e espirituais da cultura contemporânea. Não estaremos exagerando se afirmarmos que, com o advento da cibercultura, a cultura contemporânea se coloca perante uma verdadeira ‘info-gnose’, um rito de passagem em direção à desmaterialização da sociedade pós-industrial. (LEMO, 2015, p. 131).

Ferrara (2008b, p. 26), por sua vez, nos lembra que

o prefixo ‘ciber’ que atua como predicativo do espaço e da cultura que decorrem do suporte digital não os distingue com clareza no sentido de indicar hierarquia, ou sobretudo, relações entre eles. Entretanto, ambos e, sobretudo a cibercultura, parecem ser credores de um capital cognitivo que transforma a tecnologia digital em um meio comunicativo que promove interfaces, interatividades e longínquas e duvidosas, porém possíveis, inclusões sociais, políticas e culturais.

Segundo Lemos (2015, p. 128),

podemos entender o ciberespaço à luz de suas perspectivas: como o lugar onde estamos quando entramos em num ambiente simulado (realidade virtual) e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta, a Internet. Estamos caminhando para uma interligação total das duas concepções do ciberespaço, pois as redes vão se interligar entre si e, ao mesmo tempo, permitir a interação por mundos virtuais em três dimensões.

Ainda, segundo o autor

o ciberespaço é a encarnação tecnológica do velho sonho de criação de um mundo paralelo, de uma memória coletiva, do imaginário, dos mitos e símbolos que perseguem o homem desde os tempos ancestrais. Nos tempos imemoriais, a potência do imaginário era veiculada pelas narrações míticas, pelos ritos. Eles agiam como um verdadeiro *media* entre os homens e os seus universos simbólicos. Hoje, o ciberespaço funciona um pouco desta forma. Ele coloca em relação, ele incita a abolição do espaço e do tempo, ele transforma-se em lugar de culto secular e digital. (LEMOS, 2015, p. 129).

A partir dos quadros elaborados por Lévy (2010), é possível uma compreensão didática dos diferentes sentidos do virtual e dos tipos de interatividade que as novas tecnologias viabilizaram. Assim sendo, conforme o Quadro 1, pode-se pensar o virtual no sentido comum, no sentido filosófico, no sentido da possibilidade de cálculo computacional, no sentido do dispositivo informacional e no sentido tecnológico estrito.

Quadro 1 – Os diferentes sentidos do virtual, do mais fraco ao mais forte

	Definição	Exemplos
Virtual no sentido filosófico	Existe em potência e não em ato, existe sem estar presente.	A árvore na semente (por oposição à atualidade de uma árvore que tenha crescido de fato). Uma palavra na língua (por oposição à atualidade de uma ocorrência de pronúncia).
Mundo virtual no sentido da possibilidade de cálculo computacional	Universo de possíveis calculáveis a partir de um modelo digital e de entradas fornecidas por um usuário.	Conjunto das mensagens que podem ser emitidas respectivamente por: - programas para edição de textos, desenho ou música, - sistemas de hipertexto, - banco de dados, - sistemas especializados, - simulações interativas etc.
Mundo virtual no sentido do dispositivo informacional	A mensagem é um espaço de interação por proximidade dentro do qual o explorador pode controlar diretamente um representante em si mesmo.	- mapas dinâmicos de dados apresentando a informação em função do “ponto de vista”, da exposição ou do histórico do explorador, - RPG* em rede, - videogames, - simuladores de voo, - realidades virtuais etc.
Mundo virtual no sentido tecnológico estrito	Ilusão de interação sensório-motora com um modelo computacional.	Uso de óculos estereoscópicos, datagloves ou datasuits para visitas a monumentos, treinamento em cirurgias, etc.

**Role Playing Games, jogos onde cada participante assume um papel ou personalidade dentro de uma aventura (Nota do tradutor).*

Fonte: LÉVY, 2010, p. 76.

Conforme destaca Lévy (2010), há várias pesquisas em andamento para melhorar o desempenho visual e sonoro dos sistemas de realidade virtual, com sensações tácteis e proprioceptivas mais precisas.

No Quadro 2, apresentam-se os diferentes tipos de interatividade dos sistemas de comunicação Lévy (2010, p. 84) nos lembra de que o telefone foi a primeira mídia de telepresença e

mídias híbridas e mutantes proliferam sob o efeito da virtualização da informação, do progresso das interfaces, do aumento das potências de cálculo e das taxas de transmissão. Cada dispositivo de comunicação diz respeito a uma análise pormenorizada, que por sua vez remete à necessidade de uma teoria da comunicação renovada, ou ao menos a uma cartografia fina dos modos de comunicação.

Braga (2013, p. 187), por sua vez, afirma que

na Internet é possível verificar recorrentemente a formação de um circuito de comunicação que inclui reunião e dispersão de participantes nos vários ambientes digitais, com intensa troca links e arquivos de texto, som e imagem, a utilização de meios complementares que superam as fronteiras digitais, como telefone, telefones celulares, correio postal, câmeras etc., e encontros presenciais.

Dessa forma, fica evidente a complexidade de análise dos espaços virtuais, sendo necessário sensibilidade para captar as particularidades dos diversos elementos que perpassam as tecnologias mediadas por diversos equipamentos computacionais.

Para Pellanda e Pellanda (2000), as antigas culturas centradas na oralidade e na escrita são superpostas à cultura digital que aponta enormes desafios à sociedade contemporânea. Conforme nos lembra Lévy (2000, p. 13),

a dimensão da comunicação e da informação, então está se transformando numa esfera informatizada. O interesse é pensar qual o significado cultural disso. Com o espaço cibernético, temos uma ferramenta de comunicação muito diferente da mídia clássica, porque é nesse espaço que todas as mensagens se tornam interativas, ganham uma plasticidade e têm uma possibilidade de metamorfose imediata. E aí, a partir do momento em que se tem o acesso a isso, cada pessoa pode se tornar uma emissora, o que obviamente não é o caso de uma mídia como a imprensa ou a televisão.

Deve-se considerar que a cibercultura

leva a copresença das mensagens de volta a seu contexto como ocorria nas sociedades orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da autossuficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações. Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente. (LÉVY, 2010, p. 15).

Quadro 2 – Os diferentes tipos de interatividade

Relação com a mensagem			
Dispositivos de comunicação	Mensagem linear não alterável em tempo real.	Interrupção e reorientação do fluxo informacional em tempo real.	Implicação do participante na mensagem.
Difusão unilateral	Imprensa. Rádio. Televisão. Cinema.	- Bancos de dados multimodais. - Hiperdocumentos fixos. - Simulações sem imersão nem possibilidade de modificar o modelo.	- Videogames com um só participante. - Simulações com imersão (simulador de voo) sem modificação possível do modelo.
Diálogo, reciprocidade	Correspondência postal entre duas pessoas.	- Telefone. - Videofone.	Diálogos através de mundos virtuais, cibersexo.
Diálogo entre vários participantes	- Rede de correspondência. - Sistema das publicações de uma comunidade de pesquisa. - Correio eletrônico. - Conferências eletrônicas.	- Teleconferência ou videoconferência com vários participantes. - Hiperdocumentos abertos acessíveis on-line, frutos da escrita/leitura de uma comunidade. - Simulações (com possibilidade de atuar sobre o modelo) como suporte de debates de uma comunidade.	- RPG multiusuário no ciberespaço. - Videogame em 'realidade virtual' com vários participantes. - Comunicação em mundos virtuais, negociação contínua dos participantes sobre suas imagens e a imagem de sua situação comum.

Fonte: LÉVY, 2010, p. 85.

Para Lemos (2015, p. 76),

a cibercultura é uma configuração sociotécnica de produção de pequenas catástrofes que se alimentam das fusões, impulsões e simbioses contemporâneas: o usuário interativo da cibercultura nasce do desaparecimento do social (Baudrillard) e da implosão do individualismo moderno. Homens e máquinas (nanotecnologias, próteses) tornam-se quase isomórficos, simbióticos, indiferenciados. O tribalismo, o presenteísmo e o hedonismo das comunidades virtuais abalam a rigidez das formas sociais modernas (partidos, classes, gêneros). A cibercultura seria a inclusão de pequenas catástrofes em meio à infraestrutura tecnológica mundial.

Também ressalta que

a cibercultura vai se caracterizar pela formação de uma sociedade estruturada através de uma conectividade telemática generalizada, ampliando o potencial comunicativo, proporcionando a troca de informações sob as mais diversas formas, fomentando agregações sociais. O ciberespaço cria um mundo operante, interligado por ícones, portais, sítios, e home pages, permitindo colocar o poder de emissão nas mãos de uma cultura jovem, tribal, gregária, que vai produzir informação, agregar ruídos e colagens, jogar excesso ao sistema. (LEMOS, 2015, p. 88).

Como destaca Lemos (2009), podem-se distinguir duas fases da cibercultura: a primeira baseada no *upload* e, a segunda, marcada pelo *download*. Na primeira há a desmaterialização das relações sociais, instituições, cultura e entretenimento com sua “subida” para o ciberespaço. Na segunda, qualquer conteúdo do ciberespaço pode ser baixado para os lugares. Essa discussão aponta a inseparabilidade do espaço virtual e do espaço real, com suas materializações, rugosidades, territórios e lugares.

Para Ferrara (2008b, p. 30),

se o espaço ciber é o locativo da cibercultura, ela é consequência da aceleração que o mobiliza. Desse modo, torna-se quase impossível a empiria e o conhecimento porque, móvel e inconstante, aquele espaço não se recusa ao conhecimento, mas é indeterminado, movente, sem ser vazio. Ao contrário, os nomes gerados na confluência entre espaço e cultura “*ciber*” e, sobretudo, na oposição que, entre eles, se estabelece, parecem impor a necessidade de fixar um objeto científico que, ao contrário, se caracterizaria pela instigante indeterminação e fragilidade de limites.

A autora ainda destaca que

o ciberespaço e suas consequências culturais se afastam de modo acelerado daquilo que foi rotulado pelos antigos meios e superando a linearidade de um efeito comunicativo, busca-se a circularidade das consequências imprevisíveis ou díspares, porque decorrem da indeterminada característica de meios de comunicativos que, ambientalmente, contagiam o planeta, mas resistem à sua determinação e controle. (FERRARA, 2008b, p. 30).

Felinto (2011) posiciona-se de forma crítica em relação ao conceito de cibercultura, apontando o declínio do seu uso a sua substituição pela expressão “new media” ou “estudos de internet”, evidenciado seu esgotamento terminológico.

Segundo o autor, alguns exercícios de investigação bibliográfica indicam que a expressão “new media” pode estar mesmo tomando o lugar da palavra “cibercultura”. Na produção de língua inglesa, o número de títulos de obras contendo a palavra “*cyberculture*” parece cair progressivamente ou, pelo menos, manter-se estável, ao passo que o uso do termo “new media” cresce a cada ano. O referido autor também aponta

que o termo ‘cibercultura’ é mais utilizado no meio acadêmico e o “new media” apresenta grande popularidade nos manuais técnicos.

Isso talvez signifique que, também no horizonte da apreensão popular, das representações culturais do senso comum, cibercultura começa a perder seu apelo mágico. E a ubiquidade que antes estava implicada naquela palavra – por vezes tinha-se a impressão de que a cibercultura abarcava a totalidade do campo cultural – agora se transfere para o domínio dos *new media*. (FELINTO, 2011, p. 7).

Ainda pode-se destacar que

se a retórica da *early cyberculture* foi caracterizada pelos sonhos da desmaterialização e virtualização, muitas leituras mais recentes preferem destacar a importância do corpo, do toque e das sensações em nossa interação com as novas mídias. (FELINTO, 2011, p. 14).

Para Ferrara (2008a, p. 125)

enquanto fenômenos mutáveis e intercambiáveis, o tempo e o espaço não podem ser estudados como instâncias absolutas de um modo de ser, ao contrário, se manifestam, apenas, como aparências passageiras, como possibilidades contínuas e mutáveis.

Além disso, para a referida autora, essa realidade da informação apresenta um novo

paradigma epistemológico que aponta a dúvida sobre a concepção que entendia o tempo e o espaço como realidades simétricas ou, no máximo, como realidades dialéticas e em comunicação dialogante. Ao contrário, sem sínteses, as contradições e ambiguidades se impõem: o tempo e o espaço se tornam heterodoxos e instáveis.

Entretanto, é urgente produzir conhecimento do indeterminado, do ambíguo, do indiciável. (FERRARA, 2008a, p. 121-122).

O ciberespaço, enquanto produto, condicionante e reflexo da sociedade, comporta conflitos e contradições da contemporaneidade. Pires (2014), por exemplo, nos lembra que, após o 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos desencadearam ampla campanha contra o terrorismo, com fortes aportes de recursos para investimentos que favoreceram empresas privadas de segurança, com a militarização do espaço e também do ciberespaço. A produção de *softwares* para espionagem e vigilância consolidou-se como atividade extremamente lucrativa.

O referido autor comenta os três tipos de vigilância produzidos por essas empresas, a saber: a) a alienada, sem que a maioria dos usuários das redes sociais saiba da sua existência; b) a secreta ou clandestina, com métodos não transparentes de coleta e interceptação de dados e informações sem autorização legal de governos, usuários e instituições públicas e privadas; e c) mercenária, preocupada apenas com os altos lucros do mercado de cibersegurança.

Dados reproduzidos por Pires (2014) indicam que, entre 2001 e 2006, a prestação de serviços de empresas privadas de cibersegurança contratadas nos Estados Unidos passou de 140 para 6.000. Em 2012, a *Booz Allen Hamilton* – maior empresa privada do mercado mundial de espionagem – na qual Edward Snowden trabalhou – empregava 25 mil trabalhadores e prestava serviços para agências de inteligência na Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã, Turquia, entre outros.

A vigilância, a espionagem, a destruição do direito de privacidade, a violação dos direitos humanos, a proliferação dos diferentes tipos de crimes digitais são alguns aspectos negativos que acompanham a trajetória de consolidação do ciberespaço.

Algumas contribuições da etnografia virtual para o estudo do ciberespaço

As pesquisas sobre a rede mundial de computadores são relativamente recentes e tendem a transpor os conceitos, as metodologias, os procedimentos e os instrumentos utilizados nas análises dos ambientes *off-line* para o *on-line*, com ajustes e adaptações. Trata-se, ainda, de um processo em construção, que merece cuidados e precauções para evitar distorções da realidade enquanto objeto de estudo, tendo-se os computadores como ferramentas de trabalho e meios de comunicação.

Aqui estamos considerando a Internet como a principal dimensão no estudo dos espaços virtuais, mesmo considerando que há outros aspectos que merecem ser analisados e, às vezes, nos deixamos confundir com essas terminologias e conceitos.

Para Fragoso; Recuero; Amaral (2011), a Internet é um universo de investigação muito complexo, devido à sua escala, heterogeneidade e dinamismo, haja vista, por exemplo, o crescimento exponencial de computadores conectados à Internet, bem como os milhões de páginas indexáveis na web.

Braga (2013, p. 184), por sua vez, afirma que

o ambiente da Internet é um local de encontro, entre outros. Par-

ticipantes muitas vezes, estabelecem relações para além do espaço público da web, e utilizam vários recursos técnicos de comunicação. A utilização da tecnologia do computador participa como recurso complementar ao processo interacional. Ao longo das interações nas redes sociais, faz-se referência ao uso de e-mail, mensageiros instantâneos, redes sociais, como Facebook, Youtube, *photologs*, microfone+PC na Internet, e ainda, telefone celular, telefone fixo, correio convencional e encontros presenciais. Cada uma dessas mídias é acionada para atender a diferentes demandas geradas pela situação, como privacidade, agilidade, coletividade, sociabilidade e legitimidade.

Conforme nos lembram Frago, Recuero e Amaral (2011), vários termos foram criados a partir dos anos 1990, para analisar os espaços virtuais, tais como, “netnografia”, “etnografia digital”, “webnografia”, “ciberantropologia”. No Quadro 3, apresentamos de forma didática essas diferentes nomenclaturas.

No âmbito das abordagens qualitativas, não existe consenso entre os diversos autores sobre a existência de uma etnografia específica para ser aplicada aos espaços virtuais. Alguns defendem a ideia de que simplesmente se utilize o termo “etnografia” também para as comunidades virtuais, destacando-se apenas as suas particularidades.

Essas terminologias perdem parte do seu sentido na medida em que os entrelaçamentos entre o *on-line* e o *off-line* apresentam-se cada vez mais consolidados. De acordo com Tainan e Machado (2015, p. 144), “a relação entre tecnologia e cultura, torna-se fluída e dinâmica nas pesquisas da internet, onde os usuários utilizam, adaptam, ressignificam e transformam tanto as tecnologias, quanto as práticas que nela realizam.”

Del Fresno (2011) afirma que não é significativa nem

oportuna uma separação ontológica nem fenomenológica entre o mundo *on-line* e *off-line*, na medida em que se encontra em curso uma hibridação das práticas sociais de pessoas, comunidades e culturas entre ambos os contextos.

Para Noveli (2010, p. 130),

o desafio que se coloca para o método etnográfico nesse contexto, não seria o de entrar em um embate com a netnografia, mas sim, como discutido, aproveitar-se dela, de forma a poder triangular uma maior quantidade de dados a serem encontrados na pesquisa, em situações que os grupos interagem tanto *online* quanto *off-line*, como dimensões de uma mesma realidade. Isso pode promover uma riqueza em termos de dados representativos da realidade de determinados grupos sociais sob estudo que seria profícua no processo de construção do conhecimento sobre os grupos sociais específicos na medida em que permitiria a construção de quadros mais amplos do contexto cotidiano dos mesmos.

Del Fresno (2011), por sua vez, afirma que a netnografia se apresenta ora como uma nova disciplina, ora como uma antidisciplina, ou uma interdisciplina, ou ainda como uma teoria em processo de construção para entender a realidade que se está produzindo no âmbito do ciberespaço.

Considerando os diversos embates entre os usos das referidas terminologias, Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 178) compreende que

o termo “etnografia” possa ser retomado, desde que tais diferenças entre os termos de coleta de dados e de observação sejam descritas e problematizadas em suas distintas fases, como indicações das variações de níveis entre *on-line* e *off-line*.

Os referidos autores também afirmam que a Internet

pode ser tanto *objeto* de pesquisa, quanto o *local* da pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, *instrumento de pesquisa*, usada como ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto).

Recuero (2014), ao analisar as redes sociais na Internet, destaca os atores e as conexões como seus elementos essenciais, sendo possível estabelecer uma tipologia dessas redes. Deve-se levar em conta as propriedades das redes, tais como o grau de conexão, sua densidade, centralidade, centralização e multiplexidade.

Os estudos pioneiros elaborados por Kozinets, nos anos 1990, foram centrados em pesquisa de consumidores no contexto *on-line*. Para o referido autor, a netnografia pode ser utilizada como ferramenta para estudos de comunidades virtuais puras (aquelas cujas relações sociais se processam somente nas comunicações mediadas por computador), e de comunidade virtuais derivadas (que também se manifestam na vida real), bem como ferramenta exploratória de diversos assuntos. Em seus estudos, Kozinets (1998, 2007 e 2014) apresenta e aprofunda aspectos teórico-metodológicos, que são referências importantes nessa temática, e a netnografia é apresentada como uma adaptação da etnografia com ênfase no trabalho de campo e na observação participante.

Quadro 3 – Terminologias referentes à etnografia nos meios digitais

Definições e tipos de pesquisa	Netnografia	Etnografia digital
	Neologismo criado no final dos anos 90 (net+etnografia) para demarcar as adaptações do método etnográfico em relação tanto à coleta e análise de dados , quanto à ética de pesquisa. Relacionado aos estudos de comunicação com abordagens referentes ao consumo, marketing, estudo das comunidades de fãs. Muitas vezes é descrita como monitoramento de sites e grupos on-line, principalmente quando associada à pesquisa de mercado.	Explorar e expandir as possibilidades da etnografia virtual através do constante uso das redes digitais, postando o material coletado. Outro objetivo é a criação de narrativas audiovisuais colaborativas em uma linguagem que sirva como material de estudo, mas atinja também um público extra-acadêmico.
	Webnografia	Ciberantropologia
	Alguns autores o utilizam enquanto um termo relacionado à pesquisa aplicada em marketing na internet, relacionado e à questão das métricas e audiências dos sites, principalmente em ambientes de discussão (Dann e Forest, On-line). Segundo os autores, “Webnografia descreve a combinação de técnicas associadas à análise de conteúdo e pesquisa etnográfica para analisar ‘clusters (grupos) de interesse’ que se formaram na USENET e ambientes de discussão”. Outros compreendem o termo como método não restrito à etnógrafos e antropólogos, mas sim a todos os pesquisadores interessados nos complexos sociais, culturais e psicológicos relacionados com e através da internet .	Estudos dos humanos nos ambientes conectados. Baseia-se nos conceitos da antropologia ciborgue de Donna Haraway para examinar a reconstrução tecnológica do homem e preparar o etnógrafo para lidar com uma categoria mais ampla de “ser humano” em suas reconfigurações.

Fonte: FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 198 - 200.

Organização e adaptação: RAMIRES, J.C. L, 2016.

Hine (2000), uma das primeiras pesquisadoras das interações sociais em comunidades virtuais, aponta duas perspectivas nessa análise. A primeira considera a Internet como um ciberespaço onde a cultura é constituída e reconstituída e, a segunda, entende ser um artefato cultural, um produto da cultura.

Podem-se destacar algumas ideias da autora a partir de entrevista concedida à Adriana Braga, a saber:

a abordagem mais tradicional da etnografia costuma envolver uma fase muito mais longa, mais intensiva e mais crítica destinada a descobrir a que pergunta o/a pesquisador/a vai responder. Assim, o primeiro aspecto da etnografia tradicional que acho muito útil para a etnografia em meios digitais é dedicar bastante tempo ao processo de familiarização, a olhar em torno e explorar o fenômeno sob todos os ângulos, tentando entender o que ele é, para quem existe e como é vivenciado. [...] Os fenômenos digitais são muito complexos. Existem em múltiplos espaços, são fragmentados e costumam ser temporalmente complexos. Não podemos esperar ter uma vivência de um fenômeno assim apenas ‘estando presentes ali’, porque não sabemos automaticamente onde é ‘ali’, nem como ‘estar presentes’. [...] Penso que este aspecto da reflexividade – refletir sobre como sabemos o que sabemos sobre uma situação – provavelmente seja a parte mais significativa da etnografia em ambientes digitais. (BRAGA, 2012, p. 4).

Segundo Hine (2000, p. 8), a etnografia virtual nos permite responder algumas questões no que diz respeito ao ciberespaço:

- como os usuários da Internet “enxergam” suas capacidades comunicativas e interativas;
- como a Internet afeta as organizações e relações sociais, com o espaço e com o tempo;
- quais são as implicações para a autenticidade e seguran-

ça; e,

- se a experiência do virtual é radicalmente diferente da experiência do real físico.

Braga (2013, p. 171) aponta a necessidade de

apresentar uma perspectiva metodológica por meio da qual a interação social em ambientes on-line possa ser estudada em perspectiva naturalista, isto é, concentrando-se principalmente na observação de fenômenos que ocorrem naturalmente, sem interferência do pesquisador, as chamadas “situações naturais”.

Ainda segundo a autora,

as práticas sociais estabelecidas na ambiência proporcionada pela Internet apresenta um grande desafio metodológico. Um primeiro ponto importante que deve estar no horizonte da pesquisa diz respeito ao momento histórico em que ela se realiza. O processo de interação social ocorrentes nos ambientes proporcionados pela Internet é recente, e parte de estratégias individuais e grupais não são herdadas, mas adquiridas por apropriação e adaptação de regras já estabelecidas, próprias de outros contextos relacionais. (BRAGA, 2013, p. 172).

Em relação às questões teórico-metodológicas, Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 178-179) destacam que ainda há muitos desafios da pesquisa empírica na Internet, sobre a Internet e com a Internet.

O momento atual ainda exige uma reflexão mais densa com vistas a práticas de pesquisa consistentes e responsáveis que ultrapassem o nível da mera observação e coleta de dados utilizando ambientes digitais. A convocação à densidade descritiva e interpretativa, bem como a exposição mais clara das escolhas éticas tomadas durante o processo, são pontos que ainda necessitam de demarcações teóricas. Nossa posição também reforça as diferenças entre a pesquisa

acadêmica e a pesquisa de mercado, bem como procurar levantar uma abordagem que talvez esteja mais relacionada aos estudos de marketing e administração (netnografia) do que à comunicação.

Em linhas gerais, os procedimentos metodológicos para a análise do espaço virtual são descritos pela maioria dos estudos da seguinte forma:

- *entrées*, ou entrada em campo;
- coleta de dados;
- análise e interpretação dos dados e informações;
- valorização ética de pesquisa;
- validação com os membros pesquisados.

Polivanov (2013) afirma que há dois graus de participação do pesquisador nos estudos dos ambientes digitais, a saber: o silencioso (*lurker*), que se coloca apenas como observador; e o *insider*, em que o pesquisado está inserido e desenvolve ligações próximas com o grupo. A escolha de cada postura depende das questões e objetivos de cada pesquisa.

A definição do campo, enquanto recorte temporal e espacial da análise, sempre foi um elemento basilar na pesquisa na etnografia. A noção de “campo” é radicalmente diferente nos ambientes virtuais, com pessoas interagindo em diferentes espaços espalhados (dentro e fora de cidades, regiões, países), rompendo fronteiras, diferenças sociais, étnicas, de idade, des-territorializando-se as relações.

Segundo Vasconcellos e Araújo (2011, p. 76, grifos do autor),

em um mundo cada vez mais globalizado, a pluralização cultural torna problemática a própria noção de “campo” como uma área geograficamente definida. Fica cada vez mais difícil separar o que se deve olhar, o

que é 'dentro' e o que é 'fora'. Alguns estudiosos apontam a dificuldade de se estimar os limites de determinada sociedade, sugerindo desde uma pesquisa sempre consciente, e que leve em conta o sistema mundo fora da sociedade analisada, até a separação da noção de campo de seus atributos geográficos, entendendo-o como uma posição política.

Kozinets (1998) ressalta a importância de definição do grupo a ser estudado como uma comunidade, e não simplesmente uma reunião temporária, com critérios claros de filtragem dos informantes dentro das comunidades virtuais. Para garantir confiabilidade, devem-se utilizar os seguintes critérios de escolha de seus informantes e grupos estudados: (1) indivíduos familiarizados entre eles, (2) comunicações que sejam especificamente identificadas e não anônimas, (3) grupos com linguagens, símbolos e normas específicas; e, (4) comportamentos de manutenção do enquadramento dentro das fronteiras de dentro e fora do grupo. Esses procedimentos de definição do grupo garantem a validação dos achados da pesquisa por parte da comunidade estudada.

Para Kozinets (2014), durante a coleta de dados há três tipos de capturas possíveis: dados arquivais copiados diretamente de comunicação mediada por computadores; dados extraídos por meio de interação do pesquisador como os membros, como, por exemplo, entrevistas, bate-papos; mensagens eletrônicas; e, por último, as notas de campo experienciadas pelo pesquisador.

Mercado (2012) também destaca os principais instrumentos de coleta de dados na pesquisa etnográfica virtual, tais como: as entrevistas *on-line*; a observação mediada pelas ferramentas comunicacionais (chat, lista de discussão, fórum, MSN, Skype, e-mail); documentos digitais variados (filmes,

fotografias, gravações, pinturas, indumentária, canções, entre outros); diário de campo virtual; história de vida; grupos de discussão *on-line*; mapas cognitivos, utilizados para construir pesquisa de informação, contribuir para a construção do conhecimento e facilitar a aprendizagem.

Vasconcellos e Araújo (2011, p. 76, grifos do autor) nos lembram que

como os atos descritos pelo pesquisador não ocorrem isoladamente em um ambiente estéril, mas com este como pano de fundo, tais atos necessariamente devem ser interpretados com base na cultura que lhes dá sentido, o que ele chama de 'descrição densa'.

Deve-se, portanto, empreender esforços para a realização de uma descrição detalhada e densa.

Os estudos também apontam as vantagens e desvantagens da netnografia. As vantagens de menor tempo, esforço e custo são destacadas por Noveli (2010), que nos lembra de que é possível coletar os discursos prontos da Internet sem necessidade de gravação e transcrição; da possibilidade de vastas buscas; de que a validação pelos respondentes é mais simples e rápida, podendo-se utilizar Skype, e-mails, MSN Messenger; e de que a extração e coleta de comentários dos informantes são simplificadas. Outros autores apontam a flexibilidade temporal e espacial como vantagem considerável no processo de pesquisa.

As desvantagens, por sua vez, podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- as controvérsias entre domínio público e domínio pri-

vado;

- excesso de informações;
- impossibilidade de análise da linguagem corporal;
- falso ar de neutralidade.

Diferentes estudos já realizados demonstram que os mundos *on-line* e *off-line* não são realidade separadas, e que devem ser considerados como um *continuum* de uma mesma realidade. Estudo empírico realizado por Rebs (2009), por exemplo, indica que existe um percentual significativo de usuários que se conhecem nas redes sociais, mas também buscam consolidar a amizade com proximidade geográfica, visando ao estabelecimento de intimidade e ao fortalecimento de laços sociais. Isso indica uma suposta ineficiência do ciberespaço no suprimento das necessidades afetivas do ser humano.

Assim sendo,

observa-se em cada ambiente das redes sociais, em cada território que é criado com a finalidade de agregar pessoas com interesses em comum, parece existir um movimento de busca de laços sociais para o plano concreto, pois as pessoas tendem a construir espaços virtuais que agregam sentido identitário as suas origens, localizando as atividades sociais nos ambientes virtuais. As chances de encontrar pessoas que moram próximas geograficamente e a possibilidade de firmar laços sociais fortes com pessoas “concretas” parece apontar um movimento bastante direcionado e localizado nas redes sociais propulsoras de sociabilidade. (REBS, 2009, p. 10, grifos do autor).

Deve destacar que esses ambientes podem ser analisados em uma abordagem quantitativa, qualitativa, ou quanti-qualitativa. Levantamentos realizados por alguns estudiosos, tais como Pereira (2012), indicam que é comum nos estudos dos

espaços virtuais a associação entre trabalho de campo virtual e presencial, bem como a complementação entre métodos quantitativos e qualitativos.

Considerações Finais

Encontra-se em desenvolvimento uma gama de possibilidades e contribuições de uma geografia do ciberespaço, com o aproveitamento das ideias de autores clássicos da contemporaneidade que não necessariamente focaram suas análises exclusivamente nas novas tecnologias digitais, mas já vislumbravam mudanças radicais na nossa sociedade em função das novas tecnologias. Assim sendo, releituras dessas obras se fazem necessárias.

Ainda são poucos os estudos sobre Internet, sociedade e espaço, feito por geógrafos brasileiros, sendo necessário resgatar a literatura internacional, que já conta com números mais significativos de artigos e livros sobre a temática.

Pelas discussões levantadas ao longo deste artigo, ficou patente que o estudo do espaço virtual não pode ser desconectado dos espaços concretos, em um movimento dialético de apreensão, análise e interpretação possível de ser realizado de forma consistente pela geografia. Os mundos *on-line* e *off-line* não são realidades separadas, e podem ser considerados um *continnum* de uma mesma realidade sociespacial.

Não coube, no escopo deste artigo, abordar as diferentes abordagens metodológicas do espaço virtual num enfoque qualitativo e, desta forma, procurou-se apontar linhas gerais

sobre esses procedimentos no sentido de orientar a sua apresentação.

Fica cada vez mais evidente que a pesquisa qualitativa é essencialmente uma temática transdisciplinar. Para avançarmos na sua aplicação na Geografia, temos de nos debruçar de forma aberta e crítica sobre o que foi e está sendo continuamente produzido em outras áreas do conhecimento, o que se procurou destacar no trabalho de forma bastante sintética. Abordagens quantitativas e qualitativas não são excludentes, e podem ser realizadas de forma associadas, conforme verificamos em vários trabalhos consultados para este artigo.

A maior aproximação com as demais disciplinas das Ciências Humanas, especialmente a Antropologia, a Sociologia, a Educação, a Psicologia, bem como a Linguística e a Semiótica, a Filosofia, a Comunicação, e a Tecnologia da Informação, é fundamental.

O grande desenvolvimento da Internet, nas últimas décadas, aponta várias possibilidades de análise para a Geografia, comportando diversas escalas de análise, abordagens quantitativas e/ou qualitativas, bem como a sua incorporação nas diferentes subáreas, como a Geografia Urbana, Geografia Cultural, Geografia Econômica, Geografia da Saúde, Geografia Rural, entre outras.

Como realidade em construção, o espaço virtual apresenta-se como um contexto de potencialidades, conflitos e contradições, mudanças e transformações mutáveis em curto espaço de tempo. Deixa, portanto, em aberto uma série de perguntas e um leque de temas de pesquisa de caráter geográfico, já que sociedade/espaço/tempo estão no cerne desta discussão.

Referências

- BRAGA, Adriana. Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais. **E-compos**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 1-8, set./dez. 2012.
- _____. Netnografia: compreendendo o sujeito nas redes sociais. In: NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; ROMÃO-DIAS, Daniela. **Qualidade faz a diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 171-197.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- DANN, Stephen; FOREST, (Edited) **Webnography**. Developing unobstrusive online research. 1999. Disponível em: <<http://www.cbpp.uaa.alaska.edu/afef/webnography.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2009.
- DEL FRESNO, Miguel. **Netnografia: investigación, análisis e intervención social online**. Madrid: Editorial UOC, 2011.
- FELINTO, Erick. Cibercultura: ascensão e declínio de uma palavra quase mágica. **E-compós**, Brasília. v. 4, n.1, p. 1-14, jan./abr. 2011.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Comunicação espaço cultura**. São Paulo: Annablume, 2008a.
- _____. Ciberespaço: conceito à procura de um nome. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 37, p. 25-31, dez. 2008b.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.
- HARAWAY, Donna. A cyborg manifesto: science, technology, and social-feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs and women**. The reinvention of nature. New York: Routledge, 1991, p. 149-181.
- HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: Sage Publications, 2000.
- KOZINETTS, Robert. V. **Netnography**. Los Angeles: SAGE, 1998.
- _____. Netnography 2.0. In: BELK, Russel W. **Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing**. New York: Edward Elgar Publishing, 2007, p. 129-143.
- _____. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LEMOS, André. A cultura da mobilidade. **Revista Famecos**, Porto

Alegre, n. 40, p. 28-35, 2009.

_____. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LÉVY, Pierre. A emergência do cyberspace e as mutações culturais. In: PELLANDA, Nize Maria Campos; PELLANDA, Eduardo Campos. (Org.) **Ciberspaço**: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Arte e Ofícios, 2000, p. 13-20.

_____. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo, Editora 34, 2010.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 30, p. 169-183, set./dez. 2012.

NOVELI, Marcio. Do *off-line* para o *online*: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a internet? **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, ano 6, n. 12, p. 107-133, jul./dez. 2010.

PELLANDA, Nize Maria Campos; PELLANDA, Eduardo Campos. (Org.) **Ciberspaço**: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Arte e Ofícios, 2000.

PEREIRA, Vanessa Souza. A emergência de novidades metodológicas no campo virtual: uma análise dos estudos do ciberespaço. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA, 6., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ABCiber, 2012. p. 1-17. Disponível em: <www.abciber.org.br>. Acesso em: 22 set. 2015.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Geografia das indústrias globais de vigilância em massa: limites à liberdade de expressão e organização na internet. **Ar@acne**, Barcelona, n.183, p. 1-17, abr. 2014.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 61-71, jul./dez. 2013.

REBS, Rebeca Recuero. Em busca do concreto: dos lugares virtuais para os lugares concretos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32. 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015. p. 1-15. Disponível em: <www.intercom.org.br>. Acesso em: 20 out. 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-cinetífico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

TAINAN, Pauli Tomazetti; MACHADO, Alisson. Desafios epistêmicos e configurações teórico-metodológicas da etnografia virtual no campo da comunicação. **Estudos em Comunicação**, [s/l], n. 18, p. 133-158, maio de 2015.

VASCONELLOS, Marcelo Simão de; ARAÚJO, Inesita Soares de. Usos da etnografia em mundos virtuais baseados na imagem. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação Informação Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 75-85, jun. 2011.

2 A REDE ENQUANTO MÉTODO

Cristiano Quaresma de Paula

Há algum tempo, bem antes da pesca artesanal ser um tema de pesquisa, estava conversando com um pescador na orla da Lagoa dos Patos no município de Rio Grande/RS. Ele “costurava” a rede que havia sido danificada por “sirís” durante a noite anterior em que pescava “camarões”. No diálogo, observando a agilidade em que ele fazia os remendos, questionei sobre a dificuldade que seria tramar uma rede. Com muita simplicidade ele respondeu que aquele trabalho começava na cabeça. Antes de fazer uma rede o pescador recorre a todo o conhecimento que herdou de seus mestres e aprendeu com a natureza sobre o pescar. Dizia-me que é necessário saber a finalidade daquela rede, também afirmou que era preciso saber onde pescar. Então escolhe os fios e a agulhada mais adequados para começar a tramar a rede. A trama, para ele, era sempre a mesma e não se dava sem fazer nós juntando fios. Assim se formavam as malhas e a rede. Contudo, aquele “trama-do” por si não era suficiente para pescar. Cabia também agregar assessórios que o aprendizado com os mestres e com a natureza apontavam que melhoravam a performance da pesca. Ai entram os chumbos, boias, cordas, estacas, etc. Estes davam suporte

para que fosse uma boa rede de pesca.

Introdução

Parafraçando o poeta António Machado (1999), “o caminho se faz ao caminhar” e, assim, não apresentamos resultados finais de uma pesquisa, mas reflexões acerca do trajeto que tem sido adotado durante a investigação de doutorado intitulada “Geografias da Pesca Artesanal”. Expomos, também, elementos teóricos e metodológicos de um longo processo de reflexão (refletir + agir) no que tange à compreensão da teoria do pensamento complexo e suas possíveis aplicações.

Partimos da compreensão elementar de que existem formas de fazer, bem como formas de saber (PORTO-GONÇALVES, 2010). Essas, no campo científico, expressam respectivamente metodologias e epistemologias (SILVA, 2014), as quais não cabem ser compreendidas separadamente ou desconectadas da história da ciência e do movimento da sociedade. Assim como o fazer pressupõe um saber, na medida em que se faz se reconstrói o saber. Este, o conhecimento científico, se propõe a assimilar determinada realidade.

Os efeitos nocivos da ciência moderna começam a se expor no século XX (MORIN, 1990). Um exemplo é a crise ambiental planetária, da qual os efeitos têm provocado a re-discutir os limites do conhecimento científico (LEFF, 2010). Somam-se a isso descobertas científicas, relativamente recentes, como os sistemas abertos, princípio da entropia, cibernética etc que tem levado a questionar as formas de fazer ciência (MORIN, 1997, 2002). O que se discute são as possibilidades

de atingir ao real em sua complexidade, pois, como destaca Morin (1990), o real sempre foi complexo. Leff (2010) complementa que as estruturas dissipativas sempre existiram e são mais naturais do que os processos reversíveis e em equilíbrio. Este autor acrescenta que

a crise ambiental é a primeira crise do mundo real produzida pelo desconhecimento do conhecimento; da concepção de mundo e do domínio da natureza que geram falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica vista como sua causa eficiente. (LEFF, 2010, p. 207).

Morin (1990, p.16) exalta que os limites das interpretações, na ciência moderna, devem-se principalmente ao paradigma da simplificação que se expressa pelo conjunto de princípios da disjunção, redução e abstração. Estes implicam em análises baseadas em separar ou reduzir elementos da realidade. Na geografia esses princípios se evidenciam em diversas abordagens, cujas conclusões resultam da análise de elementos isolados, ou separa questões que estão notoriamente articuladas como a sociedade e a natureza (SUERTEGARAY ; NUNES, 2001). Assim, nos provocamos à riqueza de reconhecer o fenômeno de « auto-eco-organização » extraordinariamente complexo que produz autonomia. Desta forma, poderíamos reintegrar o homem entre os seres naturais para o distinguir deles, mas não para reduzir a essa situação (MORIN, 1990).

Contudo, como destaca Suertegaray (2003), a geografia, enquanto campo do conhecimento, no período em que tudo se classifica e se pratica uma ciência disjunta e individualizada,

por meio de objetos que devem ser diferentes e únicos a cada ciência, sempre foi questionada por não ter um objeto de análise único. Esta, desde sua origem, se propôs a ser uma ciência da relação natureza e sociedade, uma ciência da conjunção do social e do natural.

No entanto, não queremos confundir holismo com complexidade. A aspiração à complexidade traz nela a busca pela completude, uma vez que se sabe que tudo é solidário e que tudo é multidimensional. Entretanto, a consciência da complexidade faz-nos “reconhecer que não poderemos nunca escapar á incerteza e, por isso, não teremos um saber total”. (MORIN, 1990, p. 100). Nessa perspectiva, a totalidade é a não verdade.

Esse horizonte de pensamento não trabalha com a análise de variáveis isoladas, logo, é capaz de apreender o todo e as partes nas suas relações com o todo. Assim, Morin (1990) propõe que a complexidade integra três etapas. Primeiramente, buscamos reconhecer que detemos conhecimentos simples, os quais não são suficientes para conhecer as propriedades do conjunto um todo é mais do que a soma das partes que o constituem. Na sequência, somos levados a concluir que as partes estão inibidas ou virtualizadas, ou seja, o todo é então menor que a soma das partes. Finalmente, buscamos romper com a nossa estrutura mental e superar as dificuldades do nosso entendimento para pressupor que o todo é simultaneamente mais e menos do que a soma das partes. (MORIN, 1990).

Em síntese, Morin (1990) nos propõe substituir os princípios da disjunção/redução pelo da distinção/conjunção, que permite distinguir sem separar, associar sem identificar ou re-

duzir e, assim, elaborar conhecimentos fundados na complexidade. Esta última pode ser concebida como um “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal”.

Em sua extensa obra sobre a teoria do pensamento complexo, Morin tem apresentado alguns princípios para promover a complexidade. Entre eles, destacamos o dialógico, o recursivo organizacional e o hologramático. Em nossa proposta averiguaremos a aplicação destes sob um processo de pesquisa em rede, ou seja, projetado com um grupo de pesquisadores especialistas em um determinado tema, quando é colocada em questão uma determinada problemática.

Em uma primeira sessão apresentaremos a síntese da problemática a ser estudada para, na sequência, estudá-la à luz dos princípios da complexidade. Na segunda sessão destacaremos o princípio dialógico que está intrínseco nos trabalhos pontuais, no diálogo com os grupos sociais que estão sendo pesquisados e entre os pesquisadores que estão em diálogo na rede. Na terceira sessão apresentaremos o princípio recursivo organizacional, ou seja, a relação entre pesquisas pontuais que gera uma abordagem em rede ao ponto de que não é possível identificar quem produz quem. Na quarta sessão observaremos o princípio hologramático. Assim, apontaremos a relação complexa entre a parte e o todo, ou seja, entre os trabalhos pontuais sobre determinado tema e uma discussão ampla sobre esse tema problematizado.

Contextualização da problemática de pesquisa

No Brasil emergem questões ambientais e territoriais na pesca artesanal. O reconhecimento dos pescadores como portadores de conhecimentos tradicionais torna transversal a questão ambiental, uma vez que estes são estratégicos para enfrentar a crise ambiental. (LEFF, 2006). Desde a dissertação de mestrado “Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí”, temos destacado que os conhecimentos tradicionais dos pescadores artesanais estão se reinventando com maior ênfase na dimensão territorial, uma vez que se intensificam as disputas por territórios entre pescadores e com outras atividades econômicas. Nessa perspectiva temos proposto abordar os “conhecimentos tradicionais territoriais” dos pescadores artesanais. (DE PAULA, 2013).

Introduzir o conhecimento tradicional nessa discussão é indispensável, uma vez que a abordagem do pensamento complexo propõe transcender os limites da ciência estabelecendo um cenário transdisciplinar. (MORIN, 1990). Contudo, desde já queremos destacar que romper com muros da ciência moderna, para nós, se coloca como utopia. Para Fernando Birri, citado por Galeano em “Las palabras andantes”, a utopia é como o horizonte que, mesmo ao nos deslocarmos em sua direção, a distância se mantém. (GALEANO; BORGES, 1994, p. 310). Entretanto, nessa nossa iniciativa, assim como na utopia, não ficamos estáticos e buscamos contribuir com alguns passos. Como temos destacado, achamos importante nos aproximarmos e dialogarmos com os saberes tradicionais, mas, por uma questão ética, temos que reconhecer que toda

vez que esse saber é escrito como conhecimentos tradicionais está sujeito à linguagem formal e metodologias científicas que afastam esse “conhecimento” do contexto em que o “saber” é criado e recriado. (DE PAULA, 2015, p. 45).

Diante disso, interessa saber em que medida a Geografia dialoga com os conhecimentos tradicionais territoriais dos pescadores artesanais. Bem como averiguar se outras epistemes se evidenciam nesses conhecimentos. Assim, observaremos as ressignificações que ocorrem nas apreensões geográficas e nas práticas da pesca artesanal em espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca. (BERKES, *et al.*, 2006).

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) está promovendo a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras (MPP, 2012). Existe o empenho em garantir que a diversidade de territórios pesqueiros do Brasil seja mantida, entretanto, permanece o desafio de promover tal abordagem de modo que as definições geradas sejam operacionais. Propomos que o diálogo de saberes entre pescadores de diversos territórios com conhecimentos científicos é o caminho para uma construção epistemológica que embasará a delimitação desses territórios tradicionais.

Acerca das discussões sobre os territórios pesqueiros artesanais na Geografia brasileira, propomos um trabalho em rede. Para tanto, desde 2012, durante o XVII Encontro Nacional de Geógrafos, temos motivado a constituição de uma rede de cooperação acadêmica e social denominada Rede de Geografias da Pesca, a qual está articulada por meio de rede social e grupo de endereços eletrônicos.

Por intermédio da pesquisa em rede queremos questionar: A Geografia comporta interpretar os territórios tradicionais na pesca artesanal brasileira? Em que medida seus conceitos e métodos dialogam com o conhecimento tradicional territorial dos pescadores artesanais e dos demais técnicos que compõem os espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca? Esse processo resulta em ressignificações epistêmicas na geografia e em alternativas sustentáveis para a gestão da pesca artesanal?

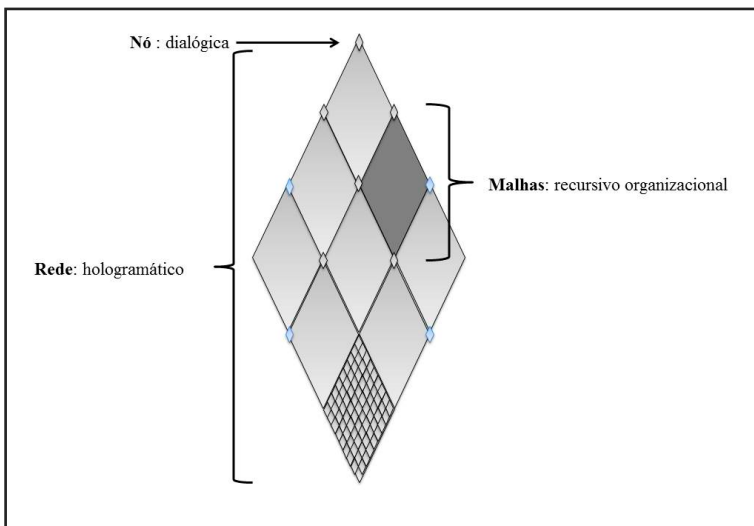
Diante do exposto, o caminho apresentado deve contribuir com o objetivo de analisar as abordagens ambientais/territoriais sobre a pesca artesanal na Geografia brasileira, buscando apreender os diálogos de saberes entre geógrafos, pescadores e demais técnicos que compõem os espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca e as implicações desses diálogos no âmbito da própria geografia e nas propostas de gestão da pesca.

Tramando a rede à luz dos princípios da complexidade

Traçamos um paralelo entre os princípios da complexidade propostos por Morin (1990) e a nossa concepção da pesquisa metafóricamente entendida como rede de pesca (Figura 1). i. O princípio dialógico propõe que a dualidade seja mantida no seio da unidade, por meio da associação de termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. Este é simbolizado pelos nós dessa rede, ou seja, os consensos formados com base nos diálogos de saberes entre os geógrafos e pescadores, e

entre pesquisadores em diversos momentos da pesquisa. ii. O princípio da recursão organizacional sugere que no processo recursivo o produto e os efeitos são ao mesmo tempo causa e produtores daquilo que os produziu. Este se expressa nas malhas, abordagens de geógrafos sobre a pesca, que se constituíram em estudos de caso, mas quando analisados conjuntamente constituem a rede que chamamos de “geografias da pesca”. iii. O princípio hologramático propõe que não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte, ultrapassando o reducionismo que só vê as partes e o holismo só vê o todo. Este permite alcançar a rede, proposta de “geografias da pesca”, que se forma a partir das malhas para, também, favorecer a compreensão da pesca artesanal em escala nacional.

Figura 1– Princípios da complexidade projetados na rede de pesca



Elab. DE PAULA, C.Q.

i. Os nós: princípio dialógico

Em um primeiro momento queremos dar destaque ao princípio metodológico da dialógica, o qual é representado pelos nós da rede. No nosso entendimento, a dialógica não se opõe à dialética ou às contribuições de outros métodos (DE PAULA, 2013). Acrescentamos que, para além da discussão teórica e metodológica, a dialógica é um princípio que norteia o diálogo transdisciplinar, ou seja, que transcende os limites da ciência moderna. (MORIN, 1990).

É importante destacar que, em contexto de pensamento complexo, a dialógica pressupõe a relação de ideias que são ao mesmo tempo complementares e antagônicas. Nessa perspectiva, se entende que na unidade gerada persiste também a dualidade inicial. Destacamos que alguns críticos ao pensamento complexo pressupõem que o resultado da dialógica seria a conformação de um consenso permanente, de acordo. Contudo, temos que refletir sobre a expressão do princípio dialógico à luz de diferentes métodos. Na nossa compreensão, os consensos são provisórios e só são possíveis em um contexto de mútua influência que resulta nele. No âmbito de um consenso, diversos dissensos se suprimem, mas não deixam de existir e, a partir deles, a dialógica continua. Logo, a dialógica é um princípio que orienta a compreensão dos processos e não se detém aos produtos destes.

Mas como estabelecer um processo dialógico? Nesse momento, apresentaremos três possibilidades, das muitas que existem, do uso da dialógica enquanto princípio metodológico: (a) A dialógica entre conceitos e métodos, (b) A dialógica

entre especialistas a partir de um tema gerador, (c) A dialógica entre pesquisadores e comunidades tradicionais a partir dos diálogos de saberes.

(a) Desde o início deste texto, estamos frisando a relação entre saberes e fazeres, mas em que medida promovemos o diálogos entre diversas teorias e métodos? Devemos promover o diálogo entre as várias abordagens de um mesmo conceito a partir de um caminho de compreensão que se dá tramando consensos e dissensos – tanto teóricos quanto metodológicos – em determinada conjuntura. Contudo, quantas vezes dentro de uma área do conhecimento, como a Geografia, fomos questionados por utilizar autores que fazem uso de métodos distintos? O paradigma da complexidade se manifesta pelo conjunto de novas concepções, visões, descobertas e novas reflexões que vão conciliar-se e juntar-se. (MORIN, 1990).

Outra possibilidade que pressupomos é a (b) promoção diálogo entre especialistas a partir de um tema gerador, ou a partir da tentativa de responder (sempre temporariamente) a determinadas problemáticas. Morin (1990) enaltece que o pensamento complexo não resolve os problemas, mas constitui uma ajuda à estratégia que pode resolvê-los. Assim, a dialógica contribui com a análise de diversas visões sobre o tema, que estão integradas nas propostas geradas. Contudo, as proposições estão situadas no tempo e no espaço, logo, não devem ser consideradas como estáticas, permitindo a sua reformulação na medida em que continua o diálogo. Essa recomendação da dialógica como caminho para a resolução de problemáticas se insere bem nas propostas de pesquisa-ação. Para Thiollent (2002, p. 14), essa modalidade de pesquisa pode ser definida

como

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Thiollent (2002) ressalta que o planejamento da pesquisa-ação é muito flexível, logo se difere de outras modalidades de pesquisa que seguem fases rigidamente ordenadas. Além disso, a pesquisa-ação prevê a adaptação das etapas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada.

Ainda na perspectiva da pesquisa-ação, chegamos a nossa terceira sugestão: (c) dialógica entre pesquisadores e comunidades tradicionais a partir dos diálogos de saberes. Para Leff (2006), diálogo de saberes estabelece um espaço de sinergias e complementaridades entre os saberes existentes a respeito do mundo atual e a realidade presente. Ainda aponta para a produção de novas formas de compreensão do mundo que surgem do intercâmbio dialógico de saberes e da disputa de sentidos da sustentabilidade e da reapropriação social da natureza e da cultura.

Partimos do pressuposto que a responsabilidade [decisão, ato, práxis] como habilidade para responder ao outro é um dos pré-requisitos do diálogo de saberes (ibidem, 390), ou seja, que a dialógica entre falantes e ouvintes acontece por meio da interação entre estes. Leff (2010) aponta o sentido do jogo dialógico:

este é o sentido do jogo dialógico: a abertura à complexificação de um indivíduo no encontro com os outros nos leva a compreender a identidade como conservação do uno e do mesmo na incorporação do num processo de complexificação no qual as identidades sedentárias se tornam transumantes, híbridas, virtuais. (p. 213).

Na obra *Racionalidade Ambiental*, Leff (2006) sugere a teoria do agir comunicativo de Jurgen Habermas (2001a, 2001b) e a natureza diapótica de Boa Ventura de Souza Santos como alternativas para operacionalizar o diálogo de saberes em determinado contexto. Temos refletido sobre diálogos de saberes em grupos focais que integram pesquisadores, técnicos e comunidades tradicionais a partir da teoria do agir comunicativo, onde a análise se dá sobre os mundos da vida em que os enunciados estão baseados. (DE PAULA, 2013, 2015).

Apresentaremos três propostas de análises nas quais se expressam o princípio metodológico da dialógica. Contudo, como apreendemos a dialógica em uma pesquisa que adota a rede como método? No caminho que vem sendo tramado para o projeto de tese “Geografias da Pesca Artesanal” estamos adotando o princípio dialógico na dimensão da teoria e método, da relação entre especialistas e na interação entre especialistas e comunidades tradicionais.

Do ponto de vista da dialógica entre conceitos e métodos, nos referimos, prioritariamente, às abordagens sobre a pesca artesanal no âmbito da produção acadêmica da Geografia brasileira. Com base na *Análise do Conteúdo* (BARDIN, 2004) realizada nos trabalhos sobre a pesca artesanal, destacaremos a relação dialógica entre os diversos conceitos de

ambiente e território. Presumimos, como resultado, a ressignificação conceitual sobre tudo, admitindo conceitos híbridos como a possibilidade de conceber o território da natureza e a natureza do território (SUERTEGARAY, 2002) pesqueiro (DE PAULA, 2013).

A partir de um tema gerador – relação entre impactos ambientais e territórios e territorialidades de pescadores artesanais – propomos a dialógica entre especialistas sobre a pesca artesanal, no âmbito da Geografia. Assim, pretendemos avaliar o estágio atual das “Geografias da Pesca” no Brasil, reconhecendo perspectivas e lacunas. Assim, pretendemos, a partir do diálogo interno na Geografia, mensurar a possibilidade desta área do conhecimento, e promover interpretações e proposições no que tange aos processos de desterritorialização (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993) dos pescadores artesanais promovidos por outras atividades econômicas que causam impactos ambientais à pesca ou que entram em conflitos por territórios pesqueiros.

Finalmente, propomos compreender a dialógica entre os saberes tradicionais dos pescadores artesanais e os conceitos discutidos no âmbito da Geografia. Assim, a análise parte da compreensão dos diálogos de saberes nos espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca artesanal. A discussão territorial que está em curso na “Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” (MPP, 2012) também proporciona saber a importância dos saberes tradicionais dos pescadores artesanais para pensar os conceitos e métodos da Geografia. Concomitantemente, esse diálogo reconhece os saberes tradicionais dos pes-

cadores como territoriais e efetivos para a gestão das pescarias. Logo, em resposta à referida campanha, supomos a possibilidade de interpretar os territórios pesqueiros no Brasil a partir dos diálogos de saberes tradicionais de pescadores de diversos territórios com concepções da Geografia.

ii. As malhas: o princípio recursivo organizacional

Na metáfora da rede de pesca, a malha nada mais é que uma trama estabelecida a partir dos nós. Na medida em que os nós (a dialógica) ocorrem, malha-a-malha vai sendo tramada, e nesse movimento a rede se faz. Mas neste processo se faz malha ou se faz rede? A malha é rede ou a rede é malha? O simplismo permitiria concluir que a rede é constituída de malhas. Entretanto, na complexidade, o princípio recursivo organizacional favorece conceber que o produto e os efeitos são ao mesmo tempo causa e produtores daquilo que os produziu (MORIN, 1990).

Morin (1990) apresenta três causalidades que podem ser entendidas por ângulos distintos. O primeiro ângulo é a causalidade linear que propõe que tal causa produz tais efeitos (seria o ângulo mais empregado nas pesquisas dominadas pelo simplismo e reducionismo). O segundo ângulo propõe que a causalidade é circular retroativa. O terceiro ângulo trata da causalidade recursiva, na qual o produto é produtor daquilo que produz. O autor frisa que essas três causalidades se encontram em todos os níveis de organização complexos. Isto faz-se num circuito espiral por meio da evolução histórica (MORIN, 1990).

Na discussão sobre o princípio recursivo organizacional, estabeleceremos nossa compreensão sob a ideia de pesquisa em rede. Os princípios da complexidade não ocorrem separadamente, então, partimos de um contexto de pesquisa em que a dialógica também está expressada. Essas pesquisas que ocorrem separadamente se unem quando colocadas em diálogo por consensos que podem ser teóricos, metodológicos, temáticos etc. Observamos que o diálogo proporciona a realização de pesquisas (o nó promove a malha), a proposta de rede promove a aproximação entre pesquisas que estavam isoladas (a malha forma rede), a rede enquanto proposta resulta na maior relação entre pesquisas (a rede forma novas malhas), a criação de uma rede pressupõe o interesse de pesquisadores que desejam promover maior integração entre eles (o nó motiva a rede).

Esta proposta de pesquisa em rede se constitui a partir de processos de investigação que promove diálogos entre pesquisadores e sujeitos sociais. Quando o diálogo se expande integrando diferentes contextos de pesquisa começa a se tramar uma rede, que não necessariamente une todos os diálogos, mas forma novas situações propícias ao diálogo. Na medida em que os diálogos entre pesquisas se potencializam, a rede se estabelece e, simultaneamente, promove outras possibilidades de diálogo entre investigações com temáticas mais aproximadas. Também, já desde o princípio, a experiência dos pesquisadores que motivam tal rede acontece a partir das vivências destes nas suas pesquisas, no diálogo que promoveram com os sujeitos sociais. Isto se constitui em força motivadora na busca pela interação entre pesquisadores e, conseqüentemente, na

formulação da rede. Na amplitude da rede, o diálogo sobre problemáticas mais amplas recebem contribuições de aprendizados constituídos a partir da dialógica entre pesquisas que estão em mesmo contexto e de cada pesquisa na sua relação com os sujeitos sociais.

No contexto do projeto de doutorado “Geografias da Pesca Artesanal”, a pesquisa em rede também se orienta pelo princípio recursivo organizacional. Este compreende o processo de pesquisa da concepção à análise. Como temos destacado, os princípios da complexidade estão articulados e, na nossa proposição analítica, o diálogo é motivador e motivado na/pela constituição da rede.

Nos contextos de pesquisas em geografia sobre a pesca artesanal, já supomos o diálogo entre pesquisadores e sujeitos sociais. Em alguns contextos de problemáticas e temáticas em comum, também há o diálogo entre pesquisadores. Desses processos se estabelecem relações entre pesquisadores e pescadores e entre contextos de pesquisa. Logo, o diálogo gera contextos de aproximação e são tramadas relações entre pesquisas. Esse movimento profícuo de interação entre investigações motiva a promoção de outras pesquisas nessas perspectivas.

Para a compreensão da constituição desses espaços de interação “malhas”, partiremos da identificação e análise das abordagens sobre a pesca artesanal na produção acadêmica da Geografia brasileira. Tendo identificado os trabalhos que promovem esses diálogos, é necessário analisar o conteúdo das discussões sobre a pesca artesanal. Desta análise já pressupomos que há vínculo entre as pesquisas no que se refere ao enfoque ambiental e territorial. Assim, já observamos que vai se

tramando uma rede. No entanto, esta não foi concluída, logo, cabe averiguar o estágio das pesquisas sobre pesca artesanal na Geografia brasileira, reconhecendo perspectivas e lacunas.

Contudo, para pensar a pesquisa em rede temos que considerar que as experiências dos pesquisadores que motivam tal rede acontecem a partir das vivências destes nas suas pesquisas e no diálogo que promoveram com os sujeitos sociais. Isto se constitui em força motivadora na busca pela interação entre pesquisadores e, conseqüentemente, na formulação da rede. Nesse sentido, cabe enfatizar a possibilidade dos diálogos de saberes nos espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca artesanal. Assim, poderemos destacar a importância dos saberes tradicionais dos pescadores artesanais para pensar os conceitos e métodos da Geografia e, concomitantemente, caracterizar os saberes tradicionais dos pescadores como territoriais e efetivos para a gestão das pescarias.

Na medida em que a rede vai se constituindo, observamos que o diálogo sobre problemáticas se tornam mais amplos, como “Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” (MPP, 2012). Assim, se integram contribuições de aprendizados constituídos a partir da dialógica entre pesquisas com temáticas comuns e em cada investigação onde se dá o diálogo de saberes. Assim, a Rede de Geografias da Pesca se constitui na medida em que discute os territórios pesqueiros no Brasil a partir dos diálogos de saberes tradicionais de pescadores de diversos territórios com concepções da Geografia.

Cabe destacar que a organização a que se refere o princípio recursivo organizacional não deve ser confundida com

ordem. Como destaca Morin (1990), quando uma organização é complexa, mais tolera a desordem. Isto oferece vitalidade porque os indivíduos estão aptos a tomar uma iniciativa para regular este ou aquele problema sem ter que passar por hierarquia central. Assim, destacamos que nossa proposta da pesquisa em rede não incorre em uma tentativa de ordenação, mas de organização, ou « auto-eco-organização ».

iii. A rede: o princípio hologramático

Partimos da relação entre o princípio hologramático e o recursivo organizacional, pois na lógica recursiva sabe-se que o adquirido com o conhecimento das partes regressa sobre o todo. (MORIN, 1990). Assim, a « auto-eco-organização » pode ser compreendida como de caráter hologramático. Na qualidade da imagem hologramática, cada ponto possui a quase totalidade da informação do todo, assim, de certa maneira, “o todo enquanto todo de que fazemos parte, está presente no nosso espírito”. (MORIN, 1990, p. 128).

No horizonte do pensamento complexo, é o princípio hologramático que nos permite supor que não apenas a parte está no todo, como o todo também está na parte. Assim, cumprimos com o nosso objetivo de superar o reducionismo que só considera a parte e o holismo que busca compreender o todo. (MORIN, 1990). Na perspectiva da rede, observamos que em cada momento em que se tramam as malhas há uma totalidade, em construção, da própria rede.

Na proposta de pesquisa em rede cabe aceitar cada projeto realizado como parte do todo, parte no que se refere a estar

sujeito a determinados recortes espaciais, temporais, temáticos, conceituais, e todo no que se refere a singularidade alcançada que pode ser projetada à contextos mais amplos. Contudo, queremos frisar o todo como um processo de totalização, como já presume Santos (2006). A incerteza inerente à totalização alimenta novas perspectivas para a pesquisa e, portanto, abre horizontes para outras possibilidades de questionamentos. Algumas dessas perguntas exigem o estabelecimento de outros processos dialógicos que, mais uma vez, formam novas quase totalidades.

Quando analisamos a rede em si, que costumeiramente poderia ser compreendida como a totalidade da pesquisa, em contexto de pensamento complexo, também vemos parte e todo. A rede é parte no sentido em que não engloba todo movimento da sociedade, pois está também sujeita a um horizonte de compreensão em que foi tramada. Por esse mesmo motivo, pode ser entendida como todo, por que neste raciocínio corresponde a quase totalidade das respostas àquela problemática inicial. Aqui chamamos de quase, pois é a partir deste horizonte que se inciam outros momentos de diálogos, como quando a rede passa a ser questionada quanto à problemáticas mais amplas, como as demandadas pelos movimentos sociais.

Provocamos a pensar o princípio hologramático a partir da imagem do holograma no qual em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado. (MORIN, 2005). Todavia, sugerimos a análise sobre a pesquisa em rede, logo, temos que pensar na possibilidade de determinado estudo de caso conter a quase totalidade da problemática discutida na rede. Concomitantemente, a rede

deve expressar a quase qualidade do problema apresentado por determinado estudo de caso. Assim, sugerimos que a compreensão hologramática da pesquisa em rede pressuponha um tema em comum que integre problemáticas que se converjam a uma reflexão em rede. O principal a ser considerado é que as partes devem ser eventualmente capazes de regenerar o todo e, assim, ser dotadas de autonomia relativa, podendo estabelecer comunicações entre elas e realizar trocas organizadoras (idem).

Na perspectiva do pensamento complexo temos de considerar a incerteza enquanto componente fundamental nas compreensões. Assim, diferente da representação na Figura 1, não há total simetria nessa relação hologramática entre parte e todo. No entanto, é fundamental para compreender o todo, distinguir sem separar as partes para concebê-las também como quase totalidades. Da mesma forma, cabe associar essas diversas partes para expandir as compreensões em vez de reduzi-las. Mais uma vez destacamos a relação entre os princípios da complexidade, onde a promoção do princípio hologramático está estritamente relacionada a ampliação da dialógica e o processo organizativo da pesquisa, inclusive sob o ponto de vista recursivo.

A compreensão hologramática da pesquisa “Geografias da Pesca Artesanal” desafia em cada momento da pesquisa reconhecer essa relação entre partes e todo. Inicialmente, nos dispomos a assimilar cada trabalho sobre pesca artesanal como parte e como todo e, para tanto, necessitamos identificar tais abordagens na produção acadêmica da Geografia brasileira. Assim, é importante analisar o conteúdo dessas discussões destacando as contribuições para um enfoque ambiental e ter-

ritorial. Reconhecendo que essas pesquisas integram diálogos de saberes, e que esses diálogos são ao mesmo tempo partes e todo, cabe também analisar os diálogos de saberes nos espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca artesanal.

A expressão hologramática nas pesquisas sobre pesca artesanal, onde ocorrem os diálogos de saberes, exige reconhecer a importância dos saberes tradicionais dos pescadores artesanais para pensar os conceitos e métodos da Geografia. Supomos também que a Geografia, por meio dos conhecimentos que produz, contribui com a compreensão dos saberes tradicionais dos pescadores como territoriais e efetivos para a gestão das pescarias.

Finalmente, a análise será feita sobre um contexto mais amplo, sobre a rede em si. Sendo a rede parte e todo, cabe entender o estágio atual das “Geografias da Pesca” do Brasil, reconhecendo perspectivas e lacunas. Propomos discutir os territórios pesqueiros no Brasil a partir dos diálogos de saberes tradicionais de pescadores de diversos territórios com concepções da Geografia, a partir da “Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras”. (MPP, 2012). O diálogo com o movimento social proporciona relacionar as pautas deste com os temas (impactos ambientais e disputas territoriais) discutidos nas comunidades. Também propõe a ampliar a discussão da rede e reforçar a ideia de incompletude, na medida em que o diálogo resulta em novas questões.

Tramando uma pesquisa em rede sobre geografias da pesca artesanal

Em vez de fazer conclusões sobre a pesquisa em rede à luz dos princípios do pensamento complexo, exporemos a síntese da discussão apresentada em correspondência aos objetivos específicos do projeto de pesquisa “Geografias da Pesca Artesanal”. Tal projeto foi arquitetado em três momentos, que são simultâneos, mas foram estabelecidos para alcançar a pesquisa em sua globalidade.

No primeiro momento objetivamos: identificar abordagens sobre a pesca artesanal na produção acadêmica da Geografia brasileira e analisar o conteúdo das discussões sobre a pesca artesanal, na Geografia brasileira, destacando as contribuições para um enfoque ambiental e territorial. O princípio da dialógica permite conceber o diálogo entre conceitos e entre pesquisadores para que a pesquisa proporcione uma ressignificação conceitual a partir de consensos, dissensos e rupturas. Na perspectiva do princípio recursivo organizacional, a interação entre essas pesquisas que abordam a pesca artesanal na Geografia promove outras pesquisas — ao mesmo tempo em que são promovidas por este movimento de visibilidade das problemáticas dos pescadores no âmbito de enfoques ambientais e territoriais. Finalmente, o princípio hologramático favorece na análise em rede definir cada pesquisa como parte e todo. Cada pesquisa apresenta ao mesmo tempo particularidades e quase totalidades, no âmbito do estudo de caso. Quando analisadas sob o enfoque ambiental e territorial, também correspondem a uma quase-totalidade das problemáticas

discutidas em rede.

Em um segundo momento, objetivamos: ponderar a possibilidade dos diálogos de saberes nos espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca artesanal; compreender a importância dos saberes tradicionais dos pescadores artesanais para pensar os conceitos e métodos da Geografia; e caracterizar os saberes tradicionais dos pescadores como territoriais e efetivos para a gestão das pescarias. Na perspectiva da dialógica, devemos partir do reconhecimento dos conhecimentos tradicionais para dar ênfase aos diálogos que são estabelecidos em espaços de gestão comunitária e compartilhada da pesca. Assim, vamos entender a dialógica entre conceitos da Geografia e conhecimentos tradicionais para, então, ressignificar tais conceitos e a gestão da pesca artesanal. As ressignificações são apreensíveis por meio do princípio recursivo organizacional, uma vez que os diálogos que estão presentes nas pesquisas sobre a pesca artesanal são influenciados e fazem repensar os conceitos da Geografia, mas também influenciam as organizações de pescadores artesanais. Quando o diálogo se amplia há uma maior aproximação com os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, há a provocação da articulação em rede para responder a essas problemáticas mais amplas. Essa relação entre pesquisadores e pescadores permite compreender, por meio do princípio hologramático, cada pesquisa como expressão da quase totalidade das problemáticas dos impactos ambientais e dinâmica territorial, bem como parte de uma rede no que se refere às discussões de problemáticas mais amplas como territórios pesqueiros no Brasil.

No terceiro momento objetivamos: avaliar o estágio atual

das “Geografias da Pesca” do Brasil, reconhecendo perspectivas e lacunas; e discutir os territórios pesqueiros no Brasil a partir dos diálogos de saberes tradicionais de pescadores de diversos territórios com concepções da Geografia. Propomos a dialógica em rede entre especialistas sobre a pesca artesanal a partir dos temas que embasam a “Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras”. (MPP, 2012). Logo, integra o diálogo entre pesquisas a partir de uma problematização em comum, bem como os diálogos de saberes entre abordagens da Geografia sobre questões ambientais e territoriais e os conhecimentos tradicionais expostos pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). O princípio recursivo organizacional favorece estabelecer relações entre pesquisas, a constituição da rede e o fortalecimento e ampliação dos espaços de discussão com os pescadores artesanais. A “Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” (MPP, 2012) incentiva a promoção de pesquisas que abordam os territórios de pescadores artesanais. Essas pesquisas também tentam responder às problemáticas de pescadores e contribuir com a constituição de uma rede de pesquisadores. E a própria rede se compõe como espaço de interação entre a Geografia e o MPP. O princípio hologramático tolera entender impactos ambientais/disputas territoriais, os quais implicam na extinção de territórios de pescadores, que são problemáticas pesquisadas nas “Geografias da Pesca”, em contraste com a proposição da regulamentação dos territórios pesqueiros, que é uma proposta da referida campanha e passa a ser discutido em rede. Assim, podemos analisar os impactos

ambientais e disputas territoriais, expostos nos trabalhos de Geografia sobre pesca, como parte e quase totalidade da discussão sobre regularização dos territórios pesqueiros proposto pelo MPP e posto em questão na Rede de Geografias da Pesca.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERKES, F. *et al.* **Gestão de pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: FURG, 2006.
- DE PAULA, C. Q. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal**: Fórum Delta do Jacuí. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- _____. Análise dialógica de conteúdo e diálogos de saberes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 1, n. 42, p. 44-63, 2015. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/48503>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- GALEANO, E.; BORGES, J. **Las palabras andantes**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus Humanidades, 2001a.v. I.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. 4. ed. Madrid: Cátedra, 2001b.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACHADO, A. **Antologia poética**. 2.ed. Sevilha: Editora Cotovia, 1999.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- _____. **O método 1. A natureza da natureza**. Tradução Maria

Gabriela de Bragança. 3. ed. Portugal: Publicações Europa-América Lda, 1997.

_____. **O método 3. O conhecimento do conhecimento.** Tradução de Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MPP. **Cartilha para trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro.** Brasil, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEO-graphia**, Niteroi, v. 8, n. 16, p. 41-55, 8 fev 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/203/195>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, C. A. (Org.) **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 93, jul. 2001. Disponível em <www.ub.edu> Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Tempos longos. Tempos curtos. Na análise da natureza. **Geografares**, Vitória, jun. 2002. p. 159-164.

_____. Geografia e interdisciplinariedade. Espaço Geográfico: Interface Natureza Sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n.35, p. 43-53, 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. A natureza da geografia física na geografia. **Terra Livre: paradigmas da Geografia Parte II**, São Paulo, v. 17, 2001, p. 11-24.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DAS PERCEPÇÕES TOPOFÓBICAS/ TOPOFÍLICAS DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DO BAIRRO RESTINGA/PORTO ALEGRE/RS

Helena Bonetto

Introdução

O presente capítulo tem como principal objetivo compartilhar os caminhos metodológicos adotados durante a investigação de mestrado sobre as percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do Orçamento Participativo (OP), concluída em 2013.

A pesquisa de mestrado foi desenvolvida no bairro Restinga, localizado na zona Sul do município de Porto Alegre. Os estudos de Soster (2001), Dal Molin (2007) e Gamalho (2009), realizados sobre o bairro, apontam que sua formação

iniciou-se a partir da aquisição pela Prefeitura de Porto Alegre, em 1960, de uma área para remoção da população moradora das malocas das vilas Marítimo, Santa Luzia, Dona Theodora e Ilhota, que se localizavam na área central de Porto Alegre.

O bairro é profundamente marcado pela ausência de equipamentos urbanos e motivou e motiva, até os dias de hoje, a organização dos moradores em diferentes espaços, tais como: clube de mães, associações de moradores, organizações não governamentais, entre outras formas para reivindicação de melhores condições de infraestrutura.

A mobilização dos moradores e o histórico de associativismo fez com que a Restinga obtivesse inúmeras conquistas por meio do Orçamento Participativo(OP), pois as estruturas para participação no OP já estavam prontas para as reivindicações e mobilização dos habitantes do bairro. Lembramos que OP é um processo pelo qual a população discute, aponta e decide de forma direta a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela prefeitura.

É importante lembrar que o OP projetou a capital gaúcha no cenário político mundial, principalmente na década de 1990, e provocou um série de discussões sobre democracia participativa dentro e fora do Brasil.

A participação política dos moradores da Restinga e de suas lideranças no OP fez com que o bairro conquistasse diferentes equipamentos públicos, destacamos os principais que foram: pavimentação, o saneamento básico, a iluminação pública, a construção de creches, as reformas de escolas de ensino fundamental, a reforma e a construção de postos de saúde, entre outros.

O presente capítulo, além da Introdução e Considerações Finais, está assim estruturado: na segunda sessão encontramos os caminhos metodológicos de coleta e análise de dados para investigação de mestrado; na terceira sessão, os fundamentos teóricos adotados durante a pesquisa de mestrado; na quarta sessão, a construção do holograma espacial e os resultados obtidos por meio da aplicação deste método/técnica de análise de narrativas.

Os caminhos metodológicos adotados na pesquisa de mestrado

Os caminhos metodológicos adotados durante a pesquisa foram realizados em dois momentos. O primeiro momento compreende a coleta de dados, a qual envolveu a revisão bibliográfica sobre a formação do bairro Restinga e sobre a história e o funcionamento do OP, uma etapa de campo exploratório, o levantamento dos equipamentos conquistados e entregues via OP no *website* da prefeitura de Porto Alegre, a realização de 14 entrevistas do tipo narrativas com lideranças comunitárias e as transcrições. Abaixo descrevemos de forma sucinta cada uma das etapas.

O campo exploratório foi importantíssimo para a reestruturação do projeto de pesquisa, pois foi a partir dele que observamos e escutamos as lideranças comunitárias da Restinga, o que possibilitou verificar que o lugar deveria ser a dimensão do espacial que deveria ser privilegiada na pesquisa era o lugar. Tendo em vista que o lugar era o nó de ligação entre experiências vividas na participação política das lideranças

OP e a relação com o bairro. O campo exploratório também conduziu a opção da pesquisadora pelas entrevistas narrativas e determinou o número de entrevistados.

Outra explicação que acredito ser conveniente foi a opção de denominar os entrevistados de lideranças comunitárias ao invés de usar delegados e conselheiros do OP na Restinga. Apesar do bairro possuir uma grande extensão territorial e ser composto por inúmeras divisões, o trabalho de campo demonstrou que é pequeno o número de pessoas que participam como articuladores dentro do OP. Assim, a simples denominação por conselheiros e delegados colocaria em risco a identidade dessas pessoas. Devido a isso, optei por chamá-los de forma genérica de lideranças comunitárias compreendendo todos os limites que essa denominação possui.

A escolha dos entrevistados aconteceu por intermédio da técnica “bola de neve”, ou seja, o primeiro entrevistado foi escolhido a partir da rede estabelecida em 2006-2009. Durante a produção das narrativas foi solicitada a indicação de três outras pessoas. Dessas três pessoas uma foi escolhida. Foram entrevistadas 14 pessoas, o tempo de duração das entrevistas foi, em média, de três horas e trinta minutos. As entrevistas só foram gravadas após a autorização dos entrevistados.

A entrevista é um dos procedimentos técnicos mais usados para a coleta de dados em pesquisas qualitativas e, por meio delas, podemos conhecer as experiências, os valores, os sentimentos, percepções, as histórias de vida das pessoas que estão participando de nossas pesquisas.

Existem muitas formas de entrevistas, e nesta pesquisa optou-se pela entrevista narrativa, pois para Jovchelovitch e

Bauer:

contar uma história é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram-se do que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. (JOVCHELOVITC; BAUER, 2002, p. 91).

Além das narrativas resgatarem experiências, fatos importantes da vida das pessoas, ao contarmos uma história, segundo Lindón (2007a), atribuímos valores, sentimentos, significados e conferimos características a determinados lugares. As narrativas possibilitam revelar lugares que estão invisíveis ou parcialmente visíveis para o restante da população.

A entrevista narrativa, para Jovchelovitch e Bauer (2002), deve partir de uma situação que incentive ao entrevistado a contar fatos de sua vida e do seu contexto social em que estão inseridos. Seguindo estes pressupostos, as entrevistas narrativas realizadas com as lideranças comunitárias partiram da situação em que os entrevistados foram morar no bairro Restinga e do momento que passaram a participar de alguma organização comunitária e do OP.

As narrativas possibilitaram a imersão no cotidiano do bairro, nas percepções que os entrevistados possuem da Restinga e, além disso, entender os processos envolvidos na formação das percepções sobre bairro como um lugar repleto de memórias, significados e dos sentimentos topofílicos/topofóbicos que estão relacionados às percepções dessas lideranças comunitárias.

A partir das narrativas foi possível reconstruir as memórias sobre o bairro, sobre a organização do OP na Restinga. Essas informações foram utilizadas nos capítulos sobre os diferentes temas ao longo desse trabalho.

No segundo momento realizou-se a análise dos dados obtidos por intermédio do levantamento na *website* da Prefeitura de Porto Alegre das obras do OP, as quais foram classificadas a partir dos seguintes critérios: saneamento básico (drenagem e dragagem), saneamento básico (água e esgoto), habitação, pavimentação, educação, saúde, circulação e transporte, áreas de lazer, esporte e lazer, iluminação pública, desenvolvimento econômico, tributação e turismo, cultura, saneamento ambiental, juventude, acessibilidade e mobilidade, turismo e trabalho e renda. Após, foram construídos gráficos para verificar quais as demandas foram conquistadas em cada local da Restinga e ainda foram elaborados mapas temáticos para espacialização das obras no bairro.

O conjunto das entrevistas narrativas formou o *corpus* dos textos. Para Gakaell (2007), o pesquisador deve fazer uma imersão no *corpus* dos textos resultantes das transcrições, procurando identificar os sentidos e compreendê-los para além dos valores aparentes e buscando padrões e conexões ao longo dos textos.

Um dos procedimentos metodológicos mais amplamente aplicados para a análise de *corpus* de textos dentro das Ciências Sociais é a Análise de Conteúdo (AC). Este procedimento, segundo Bardin (1979), permite a construção de saberes que acontece por meio das inferências obtidas pela leitura cuidadosa dos textos. A inferência permite ao pesquisador relacio-

nar os dados obtidos com o contexto da investigação. Segundo Bauer (2007), na análise de conteúdo

os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos e o apelo desses contextos. Se focarmos a fonte, o texto é a um meio de expressão. Fonte e público são o contexto e o foco da inferência. Um corpus de texto é a representação de uma comunidade que escreve. Os textos contêm registros de eventos, valores, regras e normas e traços de conflitos e do argumento. (BAUER, 2007, p. 192).

Por intermédio da Análise de Conteúdo, podemos reconstruir memórias, entrar em contato com as experiências vivenciadas, com as opiniões, visões e atitudes dos sujeitos entrevistados. Acrescentamos que por meio da AC podemos reconstruir memórias que estão entrelaçadas com o espaço em que foram vivenciadas. Além disso, sabemos que os procedimentos metodológicos que valorizem a espacialidade dentro das Ciências Sociais ainda precisam ser mais aprofundados e estudados.

A aplicação da AC nesta pesquisa se deu conforme os preceitos de Bardin (1979). Assim, foi realizada uma leitura fluente do *corpus* de textos e, a partir da leitura minuciosa das narrativas, foram feitas inferências que resultaram na construção das seguintes categorias: História do OP, Funcionamento do OP, História das demandas conquistadas, Restinga após OP e o OP nos dias de hoje.

Os dados obtidos por meio da AC serviram de base para a reconstrução das memórias do OP na Restinga do holograma espacial, o qual permitiu verificar as percepções topofóbicas/topofílicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do OP em Porto Alegre. A

seguir apresentaremos os fundamentos teóricos que contribuíram na construção do holograma espacial.

Fundamentos teóricos

A fundamentação teórica deste trabalho tem sua base nos estudos dos autores: Yi-Fu-Tuan e Alicia Lindón. Para Tuan (1983), a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. E, ainda, consiste na capacidade que desenvolvemos para aprender nossas próprias vivências. Para o autor, a experiência acontece por intermédio dos órgãos do sentido: o tato, o paladar, a audição, o olfato e a visão.

A realidade, segundo o autor, é o constructo da experiência, dos sentimentos e dos pensamentos. A realidade pode ser conhecida por meio de dados relacionados a ela. Contudo, os dados são criados e não se encontram na realidade, pois entramos em contato com a realidade e não com os dados.

Esta observação do autor é importante para nós que iniciamos como pesquisadores, pois, quando vamos a campo, somos tomados pela ansiedade de encontramos na realidade que investigamos os conceitos teóricos de nossas pesquisas.

Para Tuan (1983), podemos estudar o espaço e o lugar a partir de duas formas diferentes de experiências: as que vivenciamos nos lugares, que ele denomina de diretas e íntimas; e as que temos sem estar nos lugares, indiretas e conceituais.

A experiência íntima e direta consiste em vivenciar diretamente o lugar e o espaço, criando laços, significados, por meio da atribuição de valores. A experiência direta e íntima

pode variar em escala também. Por exemplo, o estranhamento de um morador que muda de bairro, mas permanece na mesma cidade.

A experiência direta e íntima total com o lugar e o espaço só acontece pelo desenvolvimento de uma mente ativa e reflexiva que possa vê-los de fora, pois, muitas vezes, nossas experiências constroem imagens distorcidas, as quais se tornarão nítidas por meio do exercício de olhar de fora e da reflexão sobre nossas experiências.

A experiência indireta e conceitual é aquela em que não necessitamos conhecer o espaço e o lugar, podem ser aprendidas por intermédio da literatura, de encartes turísticos, entre outros. A experiência indireta e conceitual pode, nos dias de hoje, se dar por meio dos meios de comunicação, tais como a internet, os jornais e a televisão.

O lugar é “um espaço estruturado”. (TUAN, 2011, p. 8). Os conceitos de espaço e de lugar encontram-se definidos “de forma relacional e não são tratados separadamente, como por exemplo: o lugar é a segurança e o espaço é liberdade, estamos ligados ao primeiro e desejamos o segundo”. (TUAN, 1980, p. 3).

Para o autor, o lugar refere-se ao espaço dotado de valor simbólico, emocional, sentimental e de memória. Portanto, o espaço só passa a ser lugar quando adquire estas características. O espaço torna-se lugar a partir das experiências vividas em determinados locais, assim o que apenas é uma localização na cidade transforma-se em um lugar quando passa a ter definição e significado.

Os lugares podem ser definidos a partir do tipo de expe-

riência que vivemos neles e, assim, encontramos, ao longo da obra de Tuan (1983), os lugares íntimos, os quais são aqueles nos quais encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são atendidas e ganham atenção. (TUAN, 1983, p. 152).

Entre os lugares íntimos podemos encontrar a cidade natal, caracterizada pelo autor da seguinte forma:

a cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico, no entanto nos fendemos se um estranho a critica. Não importa a sua feiúra: não importava quando éramos criança, subíamos nas árvores, pedalávamos nossas bicicletas em seus asfaltos rachados e nadávamos em sua lagoa. Como experenciávamos em um mundo tão pequeno e familiar, um mundo infinitivamente rico na complexidade da vida cotidiana. (TUAN, 1983, p. 160).

Os lugares, além de se tornarem íntimos a partir da experiência vivida, podem ser visíveis ou invisíveis. A visibilidade dos lugares acontece por meio das experiências íntimas que teremos neles e, dessa forma, para o autor, a relação que temos com a rua em que moramos é completamente diferente da relação que temos com o bairro e com a cidade. A visibilidade do bairro pode ser revelada. Para Tuan, através

de um esforço da mente. Então, o bairro inteiro torna-se um lugar conceitual e não envolve emoções começam a dar cor ao bairro inteiro – recorrendo e extrapolando da experiência direta de cada uma de suas partes – quando se percebe o bairro têm rivais e que está ameaçado de algumas maneiras, real ou imaginária. (TUAN, 1983, p. 189).

O relacionamento que estabelecemos com diferentes lugares acontece em escalas diferentes, tais como nossa casa, com

a rua em que moramos, com o bairro, com a cidade, com país e com mundo.

Para Yi-Fu Tuan, existem diferentes formas de estabelecermos relações com lugares, entre elas encontramos a topofilia, isto é, a ligação afetiva entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Para o autor,

a palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com meio ambiente natural. Esses laços diferem profundamente em: intensidade, sutileza, modo de expressão. (TUAN, 1980, p. 107, grifos do autor).

Os sentimentos topofílicos que desenvolvemos com certos lugares ou ambientes físicos serão influenciados pelas experiências que vivenciamos, dependendo do contato físico que estabelecemos com o meio. Consequentemente, os sentimentos topofílicos entre os agricultores diferem dos moradores de uma cidade.

Para Tuan (1980), as cidades constituem símbolos porque seus meios físicos, suas geometrias e a ordem hierárquica das formas, seus meios arquitetônicos, expressam um ideal de cosmo e de sociedade. Entre os símbolos que constituem a cidade estão as estruturas funcionais, como as pontes, os arcos, entre outros.

Para a compreensão dos lugares, Tuan (1980) ressalta a importância da percepção como uma resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são registros, enquanto outros são bloqueados. (TUAN, 1980, p. 4). As percepções acontecem por meio dos

órgãos dos sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar.

As percepções que formamos de determinados lugares também são modificadas por nossas experiências e nossa classe, portanto, dependendo da classe, das experiências e da cultura, a percepção que temos do lugar ou do ambiente físico será modificada.

Em qualquer grande metrópole, as pessoas com rendas e status social diferente vivem em partes separadas da cidade. Os ricos raramente visitam distritos mais pobres, exceto nas excursões pelas favelas dentro de ônibus com ar condicionado. Eles podem ter um claro mapa mental da cidade, mas é um conhecimento abstrato. (TUAN, 1980, p. 240).

As percepções que temos dos lugares também diferem quanto à familiaridade que temos com eles. Assim, o nativo tem uma atitude complexa, expressa pelo comportamento dentro de uma tradição local, conhecimento e mito. Já a percepção do visitante não está influenciada pela cultura local, mas ainda assim é importante para a compreensão dos lugares, pois a sua perspectiva é nova, capaz de perceber méritos e defeitos no meio ambiente que não são mais visíveis para os nativos.

Além de Tuan, os estudos de Alicia Lindón destacam-se pela importância da compreensão do cotidiano por meio da dimensão do espaço enquanto do lugar. Em Lindón (2007b), encontramos importantes reflexões sobre o estudo do espaço, que pode ser realizado levando em consideração diferentes aspectos, tais como:

el espacio visto a la luz del sujeto como habitante (Dardel, 1990).

El lugar en la dialéctica entre el espacio y la sociedad. Esto significa que el lugar es concebido como productor de lo social y al mismo tiempo como producto social. Así, el lugar resulta de un movimiento constante entre fuerzas constituyentes y constituidas: los sujetos construyen el lugar y el lugar es construido socialmente, el lugar modela la vida social que allí se aloja. El lugar en la dialéctica entre las formas espaciales y los sentidos del lugar. Esto implica que el lugar se despliega en lo material y en lo no material. Así, lo material resulta de las formas de sentir, percibir y concebir los elementos materiales del entorno de algunos sujetos sociales. (LINDÓN, 2007a, p. 9).

Para a autora, o lugar é entendido como uma construção social dotada de valor, de identidade, de significados, que estão em constante movimento de transformação dentro de uma perspectiva humanística. O lugar transforma-se na medida em que mudanças são provocadas, vivenciadas e praticadas pelos seus sujeitos que nele habitam.

Para Lindón (2007a), os lugares são apreendidos por meio da narração dos sujeitos. Por intermédio desta, podemos conhecer os lugares, os valores atribuídos, os significados, as práticas socioespaciais, as experiências dos sujeitos em determinados lugares. Ao analisarmos as propostas teóricas de Tuan (1983) e de Lindón (2007a), é possível identificar que ambas se complementam, já que, por meio da linguagem, podemos expressar e decodificar as experiências que vivenciamos em determinados lugares.

Para a autora, a reconstrução das experiências vividas acontece por intermédio das narrativas. As pessoas desvelam o espaço e a espacialidade de diferentes formas. O narrador se vale do espaço para a simples localização dos fatos, para atribuição de lembranças carregadas de significados, para a afir-

mação de si mesmo quando esse lugar está relacionado com prestígio ou para depreciação de si mesmo, quando esse lugar é perigoso. (LINDÓN, 2007a).

É importante lembrar que Tuan (1983) acredita que podemos experimentar o espaço e o lugar através de todos os nossos órgãos dos sentidos, mas como decodificar essas experiências para fins de pesquisa? Uma alternativa para apreensão dessas experiências seria o uso das narrativas, proposta por Lindón (2007b).

Para Lindón (2007a) os sujeitos não constroem lugares somente quando levantam edifícios, abrem caminhos, cultivam a terra, também constroem lugares ao falar deles e fazendo isso, enfatizam algo, privilegiam acontecimentos e esquecem outros. (LINDÓN, 2007a, p. 18).

A partir das narrativas podemos entrar em contato com o complexo de fios que se entrelaçam para a constituição do tecido que chamamos de lugar. Dito de outra forma, as narrativas permitem que as tramas de significados ganhem vida, tendo em vista que, por meio do ato de falar, da linguagem, podemos entrar em contato com as práticas socioespaciais dos sujeitos, evidenciando a indissociabilidade entre a fala e o fazer.

Além de contribuir com reflexões acerca do conceito de lugar, Lindón (2005) no seu estudo sobre a comparação dos subúrbios norte-americanos e a periferia do México, demonstra as diferentes relações estabelecidas em ambos os espaços. Nos primeiros, seus moradores constroem relações topofílicas (afetividade com o lugar), as quais não são profundas, mas tampouco são passageiras. No subúrbio norte-americano a relação com a natureza é de afetividade, pois a sua proximidade

transmite liberdade e tranquilidade.

Nas periferias mexicanas, os moradores constroem relações topofóbicas, ou seja, a periferia é vivida como um espaço de medo. Na periferia da Cidade do México, os terrenos baldios são percebidos como meio hostil que alimenta medos, pois podem servir de esconderijo para bandidos. As catástrofes naturais podem provocar perdas irreparáveis, assim a natureza é percebida nesta periferia como hostil e causadora de danos.

Os estudos de Alicia Lindón contribuem para que compreendamos a constituição dos espaços topofóbicos nas periferias mundiais, assim pesquisas que incorporam aspectos subjetivos permitem o desvelamento de realidades que até então foram entendidas apenas a partir de variáveis quantitativas, sem atribuição de significados e da escuta das narrativas dos seus moradores.

Da teoria à construção do holograma espacial e seus resultados

O holograma espacial consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa desenvolvida por Lindón (2007a) para possibilitar a compreensão dos sentidos, da teia de significados e da simbolização atribuída aos lugares por meio das experiências espaciais dos sujeitos.

Para Lindón (2007b), os hologramas socioespaciais não são simples descrições das experiências espaciais dos sujeitos em determinados locais da cidade, pois buscam compreender e aprender estes lugares em todas as suas dimensões.

O holograma, para Lindón (2007b), também permite ao

pesquisador captar lugares invisíveis ou parcialmente visíveis dentro da cidade, os quais, muitas vezes, são visíveis apenas para determinados grupos que compartilham experiências íntimas.

É importante salientar que as experiências analisadas neste trabalho foram aquelas que contribuíram para a transformação das percepções das lideranças da Restinga relacionadas com o bairro enquanto lugar em que residem. Para Tuan, a experiência envolve diferentes maneiras de apreensão da realidade, tais como: sensações, pensamentos, concepções, emoções que sentimos em determinados espaços e lugares

O holograma buscou identificar três momentos nas narrativas das lideranças comunitárias da Restinga. No primeiro momento, identificou-se as percepções topofílicas/topofóbicas que as lideranças possuíam do bairro a partir das suas experiências indiretas/conceituais ou experiências diretas/íntimas antes de virem morar do bairro e antes de se envolverem no OP e, por fim, as transformações das percepções topofóbicas em topofílicas a partir da participação política no OP.

As experiências indiretas/conceituais relatadas pelos nossos narradores são predominantemente topofóbicas, pois seus parentes, amigos e jornais sempre que falavam sobre a Restinga qualificavam o bairro por meio da violência e do medo.

E, ainda, as experiências diretas/íntimas que tiveram no bairro antes de irem morar lá, também qualificavam aquele lugar de forma topofóbica, mas para além do medo, pois era distante do centro da cidade de Porto Alegre e as percepções dos narradores era de ausência de equipamentos públicos, conforme as seguintes falas: **a visita a parentes ou amigos**

que já moravam no bairro, os quais também adjetivavam o bairro de forma negativa, conforme as seguintes falas:

... a minha irmã morava aqui embaixo, o que a gente via era que a Restinga era um bairro bandido, era assalto, morte... (Cátia, jan.2012);

... eu conheci a Restinga com 12 anos, a minha tia ganhou um apartamento na Nilo Wulff, naquele tempo em volta do CECORES não tinha nada, só uns barracos assim, o ônibus era pinga, pinga do Belém, era um horror... (Carla, jan. 2011).

O primeiro momento do holograma espacial também demonstra que, mesmo depois da obtenção da moradia, que é de suma importância para nossos narradores, as percepções topofóbicas não são desfeitas e estão intimamente ligadas com a falta de equipamentos públicos.

Em todas as narrativas, a fala mais recorrente está relacionada ao fato de que na Restinga faltava tudo; estas falas destacam as experiências íntimas-diretas de viver com precariedade ou ausência de equipamentos urbanos no momento em que chegaram ao bairro, conforme os trechos abaixo:

... quando me falaram que era na Restinga perto do estado maior aqui não tinha nada, aqui era uns morro, umas descida, um banhado sabe? E muita vila, vila assim umas casa longe da outra era uma vilinha sabe?Vilinha assim. É aqui que vai ser, eu fiquei impressionada aí eu fiquei é aqui que eu vou me meter é aqui que eles vão me meter né? Mas não desisti né, quando começou isso, quando eu fui chamada eles não tinham feito nada aqui, nada aqui era umas coisa altos e baixo, banhado sabe?... (Ana, fev. 2012).

A experiência íntima de habitar em um bairro com precariedade ou ausência de equipamentos públicos contribui para afirmar as percepções topofóbicas das lideranças. Entretanto, não é somente a experiência da ausência ou precariedade que contribui para a constituição das percepções topofóbicas, outras experiências íntimas também estão relacionadas a estas percepções, são elas: **a separação da família e amigos, os quais ficaram morando em outro local, a dificuldade de viver o cotidiano da Restinga, o sair todos os dias para trabalhar:**

... e como que foi a senhora chegou a Restinga e já começou a se envolver? (pesquisadora).

Pouco, porque eu saía, porque eu saía às cinco da manhã e voltava às nove da noite... (Tatiana, fev. 2012).

As percepções topofóbicas também se manifestam em diferentes escalas, ora estão **relacionadas com a casa que habitam,**

...esse casarão não tinha nada, não tinha reboco, não tinha piso, as paredes eram furadas porque os guris fumavam, botavam as butucas da maconha e os papelões da maconha... (Fabíola, fev. 2012);

Ora **com a rua em que residem:**

...isso era o caos, eu vim para cá e meu guri entrou em depressão porque ele não tava acostumado. O meu guri nunca foi de rua... (Fabíola, jan. 2012).

E ainda **com o bairro e suas divisões,** além da Restinga como um todo. Carlos nos fala da diferença entre a Restinga e

a Chácara do Banco (uma das vilas da Restinga):

a Restinga, tu pode passar ali, é outra realidade, é gente o dia inteiro na rua, lá é criança, mulher barriguda (então tem essa divisão) eu não sinto isso, mas tem essa separação, mas existe... (Carlos, fev. 2012).

Essa compreensão também aparece na fala de Eduardo:

... eu acreditava que o pessoal não ia se adaptar aqui, não é o bairro que sangra, são alguns lugares que sangram que vai para mídia é a Restinga, quando nós compramos aqui em casa, quando nós chegamos aqui, um amigo me disse: Eduardo tu comprou tua terra no pior lugar da Restinga, eu vou dizer pra ti, até agora não matei ninguém, sei onde tem o tráfico, eles não abrem ponto de tráfico dentro da cooperativa, já mulher apanhar do marido, já marido apanhar da mulher e como eu já trabalhei no policiamento. (Eduardo, mar. 2012).

Além das experiências íntimas descritas acima, foi possível observar que as percepções topofóbicas relatadas pelas lideranças comunitárias da Restinga estão também relacionadas ao desconhecimento do bairro, de acordo com Carlos:

...tu sabe que quando a gente não conhece a gente tem visões diferentes, eu me casei em 1983 e morava no Cristal, bem pertinho do DEMHAB lá, e não era meu, era meu, mas eu queria ter meu canto, aí surgiu a oportunidade, o DEMHAB tava precisando de um caminhão para trabalhar só dentro da Restinga, porque o DEMHAB que construía a Restinga, quem construiu todas essas casas, foi o DEMHAB, não tem outro órgão, o DEMHAB desapropriava uma chácara e fazia loteamento, áreas novas, sempre com remoções. Ai eu vim trabalhar aqui, no início eu não gostei muito, vir de lá todos os dias, nessa distância, o caminhão era meu, vinha de manhã e de tarde... (Carlos, fev. 2012).

Para Tuan (1980), o desconhecimento de determinados

lugares contribui para a formação das percepções. Para o autor, quando chegamos a um bairro, primeiramente ele é visto por nós como uma imagem embaçada, mas, na medida em que atribuímos significados às esquinas, às ruas, às casas, enfim, aos locais, o bairro torna-se nítido. Podemos verificar que o desconhecimento do bairro também contribui para as percepções topofóbicas com relação à Restinga.

Apesar da existência de diferentes experiências íntimas-diretas que contribuíram para a formação de percepções topofóbicas da Restinga, nas narrativas, a experiência íntima-direta relatada com mais frequência é a da precariedade ou da ausência de equipamentos públicos. Tuan (1980) aborda a importância das estruturas funcionais da cidade na constituição das percepções, pois, para ele, essas estruturas permitem o bom funcionamento da cidade.

Ao analisar a ponte do Brooklin, nos Estados Unidos, Tuan nos chama a atenção para o fato de obras arquitetônicas se constituírem como um símbolo, a partir da atribuição de significados por parte da população que reside nos locais onde elas são construídas. No caso da Ponte do Brooklin, ela se transformou em um símbolo para muitos norte-americanos, pois simboliza àquela nação que as feridas da guerra civil haviam cicatrizado.

Podemos atribuir a mesma importância que Tuan (1980) confere às estruturas funcionais aos equipamentos urbanos, tendo em vista que, na atualidade, eles são as estruturas que permitem o bom funcionamento da cidade.

Portanto, a ausência ou precariedade desses equipamentos e estruturas na Restinga foi o principal elemento para a

constituição de percepções topofóbicas (entendidas aqui por nós como desconforto, aversão, negação ou até mesmo medo do lugar) nas lideranças que moram na Restinga.

Além disso, a experiência da ausência ou precariedade de equipamentos públicos levou à constituição do lugar topofóbico nos primeiros anos em que nossas lideranças foram morar na Restinga, a partir da concepção de lugar de Tuan (1980) e Lindón (2007a, 2007b), os quais entendem o lugar como sendo espaços aos quais atribuímos valores, significados, símbolos e emoções.

Para Lindón (2007a), os lugares são construções sociais, os quais estão sempre em curso e não necessariamente estão acabados, são transitórios, podem ser visíveis, invisíveis ou parcialmente visíveis, e a eles podemos atribuir outros significados, outras memórias, outros símbolos a partir das experiências íntimas ou conceituais que vivenciamos naquele espaço. Por conseguinte, podemos transformar nossas percepções tendo novas experiências íntimas e conceituais com lugares que já conhecemos.

Esta visibilidade ou invisibilidade é determinada pelas experiências que vivenciamos nele, assim, como as suas percepções. Mesmo vivendo no mesmo bairro, a visibilidade daquele lugar será diferente para os grupos de pessoas que residem naquele local. O lugar visível para nossos narradores dos primeiros tempos na Restinga carrega, na sua grande maioria, características negativas e faz com que não tivessem nenhum prazer em morar ali, mesmo tendo conquistado suas casas próprias.

No entanto, como o lugar é o espaço inacabado e esta sempre em movimento, a precariedade, que poderia ter se

transformado em motivo para uma vida cheia de reclamações, transformou-se na principal motivação para a participação política, organização e luta por equipamentos públicos na Restinga. Em Lindón (2007a), as formas como as pessoas se referem a determinados lugares reforça a visão que possuem de si mesmo, segundo a autora,

hablar de un acontecimiento vivido y ubicarlo en un lugar prestigioso puede mostrarse como manifestación de si mismo exitoso o de grandes logros o de alto reconocimiento social. La referencia a lo vivido en un lugar pauperizado puede ser una manera de presentar el cuadro de vida de un si mismo víctima, o un sí mismo oprimido o frágil. (LINDÓN, 2007a, p. 24).

Por conseguinte, as percepções topofóbicas poderiam ter reforçado, nas lideranças, uma postura de conformidade, de vitimização, de fragilidade e poderiam ter limitado a suas ações no bairro ao ato de reclamar da falta de equipamentos públicos. Ao invés disso, a experiência íntima-direta de precariedade de equipamentos urbanos motivou a participação política para reivindicarem junto aos órgãos responsáveis da prefeitura de Porto Alegre a implementação dos equipamentos públicos que tinham sido prometidos desde 1970 para o bairro.

No segundo momento, analisou-se como a experiência de participação no OP transformou as percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças da Restinga. A participação política é entendida a partir de Avelar (2004) participar é tomar parte em algo que se refere à política. Para a autora, a participação política acontece por meio das formas mais simples, tais como conversas em locais públicos sobre política; até as mais com-

plexas como, por exemplo, o envolvimento na mobilização de grandes grupos para protestar contra a fome no mundo, a violência nas grandes cidades e, ainda, o engajamento em partidos políticos, o ato de votar e de fazer parte do governo.

Nossas narrativas apontam que a principal motivação para a participação política das lideranças foi a experiência íntima de precariedade ou ausência de equipamentos públicos. Para reivindicar as necessidades do bairro, as lideranças entrevistadas procuram diferentes organizações dentro da Restinga, tais como: associações de moradores, igreja, conselho de pais e mestres das escolas entre outras.

Contudo, a partir da década de 1990, com a implementação do OP em Porto Alegre, estas organizações precisaram ingressar na lógica dessa política pública a fim de reivindicar os equipamentos ausentes na Restinga. É possível perceber esse fato nas falas:

... eu vim para cá em 1996 e comecei a participar porque não adiantava eu brigar, não adianta eu brigar, espraguejar que a Restinga não tem nada, se eu não participar, eu fui participar... (Fabíola, fev, 2012).

A experiência íntima-direta de participação no OP das lideranças da Restinga possibilitou a resignificação das percepções e do lugar, pois, por meio da participação, as lideranças conheceram o bairro que até então era desconhecido:

....eu saía as cinco da manhã e voltava as nove da noite, não tinha como, eu comecei a ver o bairro mesmo quando eu comecei a participar, quando comecei a ver o outro lado, a conhecer as co-

munidades...não conhecia o bairro até então, porque trabalhava o dia inteiro, a primeira coisa que o Miguel fez foi mostrar o mapa da Restinga, o tamanho que a Restinga... (Tatiana, fev. 2012).

Por meio da experiência íntima de participação, as lideranças começaram a perceber que a precariedade ou a ausência de equipamentos públicos não era uma necessidade individual, mas coletiva:

...entrei no OP por causa do CONLUTE, pela comunidade sofrida, por causa do ônibus... (Beleza, fev. 2012).

A conquista desses equipamentos transformou o bairro, pois muitas ausências foram preenchidas pela luta dos moradores. As lideranças destacam que não conquistaram nada sozinhos e que a comunidade teve papel fundamental nestas lutas, como podemos observar:

...a gente conseguiu ônibus, consegui posto de saúde, creche, tem uma melhor. (Fabiola, fev. 2012).

A experiência íntima-direta de participação no OP fez com que nossos narradores, juntamente com a comunidade, conquistassem pavimentação para as ruas, redes de esgoto, iluminação pública, novas escolas de Ensino Fundamental e Infantil, ampliação das escolas já existentes, entre outros equipamentos urbanos.

Os equipamentos públicos são a materialização da organização do bairro. Dessa maneira, se constituem como símbolos, materializando no lugar o entrelaçamento entre expe-

riências íntimas-diretas de participação política no OP e a vida daquelas pessoas que brigaram por eles.

Os equipamentos públicos ou, para usar a expressão de Tuan (1980), as estruturas funcionais da cidade transformam-se em símbolos da experiência íntima-direta das lideranças de participação no OP. Para Tuan (1980), as estruturas funcionais acabam afetando as pessoas que vivem nestes locais, possibilitando novas sensações e percepções humanas. Podemos observar a importância dos equipamentos urbanos na vida dessas pessoas a partir das seguintes falas:

...não tinha vaga para todo mundo, nós através do OP conseguimos agilizar a construção do Mário Quintana por exemplo, não houveram outras, algumas melhorias do OP foram demandas nossas, nenhum prefeito ou governador fez, foi nós que exigimos... (Beleza, fev. 2012).

O terceiro momento buscou-se evidenciar a transformação das percepções topofóbicas/topofílicas do bairro, provocada nas lideranças a partir da experiência direta de participação no OP e, ainda, da construção social dos lugares da Restinga visíveis ou parcialmente visíveis.

Nas suas narrativas, as lideranças destacam que a Restinga é outra após a implementação do OP de Porto Alegre, pois o lugar foi transformado por meio das conquistas de equipamentos públicos:

...a gente conseguiu ônibus, conseguiu posto de saúde, creche, tem uma melhor...(Fabíola, fev. 2012).

Não queremos aqui afirmar que, atualmente, não existem precariedades no bairro, contudo, durante a década de 1990, o bairro passou por grandes transformações que foram fruto da intensa participação e organização dos moradores da Restinga.

A materialização dos equipamentos urbanos conquistados vai além das suas construções e do bom funcionamento do bairro, pois são símbolos das lutas, das brigas, dos desejos de um bairro melhor e da conquista dos direitos e da cidadania por meio da experiência íntima de participação no OP.

Percebe-se que em cada conquista entregue ao bairro, o lugar passa a ser grafado pelo conjunto de significados descritos acima. A Restinga não é mais algo que está fora das lideranças, mas em cada rua asfaltada, na ampliação de escolas, na iluminação e no posto de saúde tem um pouco das experiências de participação destas pessoas.

A garantia de iluminação pública, asfaltamento de ruas, construção de escolas e saneamento básico se constituem como conquistas de estruturas funcionais da cidade, as quais permitem o bem viver e despertaram em seus moradores percepções topofílicas.

Lembramos que, para Tuan (1980), a topofilia é a ligação afetiva que as pessoas estabelecem com os lugares. Para o autor, as percepções topofílicas são despertadas a partir das experiências que temos com determinados lugares. No caso deste trabalho, as percepções que eram topofóbicas inicialmente, passaram a ser topofílicas por meio das experiências íntimas-diretas vivenciadas pela participação no OP, o qual possibilitou a conquista de equipamentos urbanos para o bairro.

É importante destacar que as percepções topofílicas vão além da manifestação de afetividade ao bairro, elas ganham outras características de valorização do bairro, pois a Restinga passa estar relacionada a sua boa organização, a sua capacidade de brigar por melhores condições de infraestrutura, por ser persistente, nunca desistir de suas lutas, além das características de ser um ótimo local para se viver por estar na parte verde da cidade, ter um ar maravilhoso e estar rodeada pela natureza.

As percepções topofílicas foram sendo constituídas por meio da experiência de participação no OP, a qual possibilitou às lideranças conhecerem o bairro, se apropriarem dele e estruturar a articulação entre as organizações do bairro para reivindicarem um local melhor para viverem.

Foi possível observar as percepções topofílicas das lideranças por meio da adjetivação do bairro a partir da sua capacidade de organização:

...eu cheguei na Restinga, descobri aqui que a Restinga não dorme, se tu quiser uma reunião hoje, sempre tem uma coisa para discutir, principalmente na saúde... (Márcia, jan. 2012).

As lideranças expressam também suas percepções topofílicas afirmando que não sairiam do bairro para morar em outro lugar:

...mas, eu sinceramente para eu me mudar daqui da Restinga, desse lugar, eu gostaria de morar num lugar na Restinga Nova, no final da linha, onde tem árvore e tem pátio maior. Mas, eu para sair da Restinga para outro lugar, não gostaria... (Fabíola, fev. 2012).

Nossos narradores também afirmam que o bairro é um ambiente bom para se viver por ter equipamentos urbanos, por se sentirem livres nele, por terem conquistado sua cidadania e pelo fato de o bairro ainda ser rodeado pela natureza, ser um lugar bom para os seus filhos, de acordo com as falas abaixo:

...significa de certa forma eu ter construído minha cidadania com algumas coisas, como cidadão eu sou útil em alguma coisa, até hoje eu participo em alguma coisa, eu ter contribuído para alguma coisa, para transporte, para educação. (Beleza, fev. 2012).

Tal como as percepções topofóbicas, as percepções topofílicas expressam-se relacionadas a diferentes escalas espaciais. Alguns de nossos narradores possuem uma profunda afeição com a rua em que moram, mas são topofóbicos com o restante do bairro, conforme podemos observar na fala abaixo:

... eu sou apaixonada por essa rua, eu amo minha rua, aqui nós somos parceiros, temos até um terreno coletivo para fazer festas e nos reunirmos no domingo... ... Eu não tenho sentimentos bons com bairro, (nenhum com bairro) não tenho. É de tristeza (Tatiana, fev. 2012).

As lideranças demonstraram sua preocupação em transformar as percepções topofóbicas do restante da cidade com relação à Restinga, tendo em vista que o bairro, na maioria das vezes, aparece como notícia nas páginas policiais. Dessa forma, os moradores manifestaram o desejo de que estes meios de comunicação noticiem reportagens que valorizem o bairro, conforme os depoimentos abaixo:

... quando conseguimos pelas brigas, nós queremos sair no Diário Gaúcho pelas nossas lutas e não porque teve 30 mortos, esse não é problema só nosso, nos temos na Cruzeiro, nos queremos sair no jornal por nossas conquistas. Agora vamos ter uma escola técnica nos queremos que saia no jornal... (Fabíola, fev. 2012).

A experiência de participação no OP possibilitou a transformação das percepções topofóbicas em topofílicas, pois foi por meio dela que as lideranças conheceram o bairro onde moram, e as precariedades dos equipamentos públicos foram amenizadas pela entrega das demandas conquistadas, o que tornou o bairro mais agradável para se viver. É necessário realizar algumas reflexões sobre as percepções topofóbicas/topofílicas. Elas não se constituem a partir de concepção binária, isto é, as pessoas não são topofóbicas ou topofílicas; elas podem ter ambas as percepções em relação ao mesmo lugar. Por exemplo: uma mãe pode ser topofílica em relação ao lugar em que mora, mas pode ter uma percepção topofóbica da Restinga quando demonstra insegurança com relação a dos seus filhos ou a falta de alternativas de lazer para eles dentro do bairro. O inverso disso também pode acontecer. É o exemplo de Cíntia quando destaca em sua narrativa que o melhor lugar para seus filhos viverem é a Restinga, pois lá estão perto da família, são conhecidos no bairro e podem circular livremente.

As percepções topofóbicas podem ainda manifestar-se quando as lideranças falam do tráfico e da criminalidade, mas para nossos narradores não é este aspecto que deve ser valorizado na Restinga, afinal isso acontece em toda a cidade e não somente dentro do bairro.

Outro fator que precisa ser relatado aqui é que homens

e mulheres possuem percepções diferentes do local onde moram. Os homens, geralmente, são menos topofóbicos do que as mulheres, mas para a comprovação deste dato seria necessário aprofundar a pesquisa, dando ênfase à questão do gênero.

Além das percepções topofóbicas/topofílicas, a análise das narrativas também possibilitou tornar visível o lugar das conquistas alcançadas a partir da organização dos moradores do bairro, as quais são mais visíveis para o grupo de lideranças comunitárias que participaram diretamente nesse processo, mas que podem ser menos visíveis ou invisíveis para os outros moradores.

O lugar-Restinga visível para as lideranças deixa de ser apenas topofóbico e passa a ter outros significados, os quais estão relacionados à mobilização dos seus moradores por meio da participação política no OP e em outras organizações. Esses outros significados estão intimamente associados a esses lugares de luta, de persistência, de organização e de mobilização, afinal a Restinga deixa de ser “o nada” para essas lideranças e passa a fazer parte de suas vidas e de suas trajetórias de participação.

Considerações Finais

Os caminhos metodológicos de levantamento e análise de dados adotados na pesquisa descritos aqui foram fundamentais para compreender e identificar as percepções topofóbicas/topofílicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga.

A utilização do holograma espacial nos permitiu constata-

tar que as experiências conceituais/indiretas que as lideranças comunitárias tinham antes de virem morar no bairro contribuíram e, em alguns casos, ainda contribuem para percepções topofóbicas daquele local. Após a ida definitiva para a Restinga, as experiências íntimas de ausência de equipamentos públicos reforçaram as percepções topofóbicas e significaram aquele lugar como topofóbico, ou seja, os líderes não tinham prazer nenhum em morar ali.

As percepções topofóbicas das lideranças comunitárias foram transformadas em topofílicas a partir da participação política no OP onde conquistaram, por meio de suas lutas, inúmeros equipamentos públicos para o bairro. Contudo, é necessário lembrar que nas narrativas das lideranças observamos que a topofobia/topofília não são binárias e se manifestam em escalas diferentes.

Acreditamos que ainda é necessário aprofundar os estudos sobre a aplicação do holograma espacial, que é uma metodologia para análise das narrativas, pois esta técnica se encontra em aberto e pode ser adaptada por outros. Contamos que demais pesquisadores se inspirem a partir da leitura deste artigo e possam também aplicar esta metodologia e compartilhar seus resultados conosco.

Referências

AVELAR, Lúcia. **Sistema Político Brasileiro: uma Introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konradadenauer-stiftung, 2004. p. 223-235. Disponível em: <http://www.saudebucalcoletiva.unb.br/ensino/introducao_a_ciencia_politica/25_Lucia_Avelar_Participacao_Politi

ca.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2012.

BONETTO, Helena. **As percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do orçamento participativo**. 2013. 131f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DAL MOLIN, Fábio. **Redes sociais e micropolíticas da juventude**. 2007. 200f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga**. 2009.159f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LINDÓN, Alicia. El Imaginário Suburbano: Topofilias y topofobias. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 289 - 313, 2005.

_____. El constructivismo geográfico y las aproximaciones cualitativas. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago de Chile, n. 37, p. 5-21, jun. 2007a. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-34022007000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. La ciudad y la vida urbana a través de los imaginarios urbanos. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. XXXIII, n. 99, p. 7-16, ago. 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v33n99/art02.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2012.

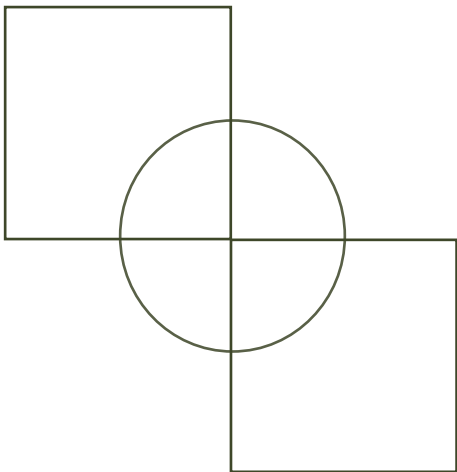
HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanística. **Revista Território**. Rio de Janeiro, n. 7. p. 67-78. jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso em: mar. 2012.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. **Porto Alegre: a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros**. 2001.150f. Dissertação. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.



PARTE 2
O PODER E A POLÍTICA NO
CONTEXTO DA PESQUISA
QUALITATIVA

4 METODOLOGIA DE ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER E GESTÃO COMO FORMA DE COM- PREENSÃO DAS TRANSFORMA- ÇÕES SOCIO TERRITORIAIS: o caso da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Rosa Maria Vieira Medeiros

Introdução

A restrição no acesso a determinadas áreas para fins alheios aos objetivos e necessidades das comunidades locais ou povos nativos da área é bem antiga, datando dos tempos mais remotos. Colchester (2000) identifica os anos 700 a.C. como sendo o marco do início das restrições e refere que a criação de reservas de caça, destinadas às caças reais, foi o primeiro passo e aconteceu na Assíria. Também destaca que, no ano 400 a.C., foram estabelecidos, na Índia, no reino Açoca, as caçadas reais.

Essa ideia se alastrou para a Europa, tendo no século XI, a Inglaterra estabelecido o conceito de florestas reais.

A definição de determinados espaços com o objetivo de restringir alguns direitos sobre o acesso e uso dos recursos naturais existentes não agradava às comunidades locais. Estas, como fora, apontado por Colchester (2000), reagiram amargamente às restrições dos seus direitos no processo de criação de reservas, pois, na sua concepção, as opiniões dos nativos não eram tomadas em conta e, em muitos casos, restringia-se o seu acesso a determinadas áreas ou o uso de determinados recursos.

A filosofia subjacente ao modelo de criação de reservas reais descrito anteriormente esteve presente na criação de áreas protegidas, com destaque para o primeiro parque nacional e influenciou e direcionou a criação das futuras áreas protegidas. Apesar dos contextos temporais e espaciais diferirem do modelo descrito, a filosofia de usurpação dos direitos dos povos nativos prevalece, tendo se agravado nesta última, em que implicou numa separação física entre o homem e a natureza, como se o primeiro não fizesse parte da segunda.

A criação do primeiro parque nacional, em 1872, o Parque Nacional de *Yellowstone*, veio em muito a influenciar as ideias de criação de áreas protegidas com objetivos e filosofias embasadas nesta primeira área protegida. Com medo de uma urbanização completa, onde o homem teria a possibilidade de transformar a “natureza natural” em “natureza artificial”, destruindo-se, deste modo, os últimos vestígios daquilo que seria a natureza pura, coberta de todos os atributos dos quais o homem não havia modificado, os preservacionistas americanos

começaram a propor a criação de “ilhas” de preservação, do qual o homem urbano pudesse admirar as paisagens ainda “intocadas” ou “inalteradas” pelo processo de modernização da sociedade. (DIEGUES, 2000; 1996). A criação dessas “ilhas” de preservação, com objetivos de proteger áreas naturais de grande beleza cênica para o usufruto dos visitantes (homem urbano), encontrava-se assentada na imposição de visões elitistas urbanas sobre o uso da terra rural. Esse processo resultou na alienação das terras comunitárias em favor do Estado, consumando-se a usurpação dos direitos das comunidades locais. (DIEGUES, 1996; COLCHESTER, 2000).

Este modelo de preservação, nascido dos EUA, extrapolou as barreiras territoriais, alcançando, no início, o Canadá, depois os países europeus e, mais tarde, os países em desenvolvimento. Consolidou-se como padrão mundial a partir da década de 60, do século XX, quando o número e a extensão das áreas protegidas aumentaram consideravelmente em todo o mundo. (ARRUDA, 2000). Diegues (1996; 2000) destaca que, até 1960, os objetivos que norteavam a criação de áreas protegidas eram fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. Todavia, a partir dessa década, a manutenção da biodiversidade aparece como objetivo da preservação devido ao rápido desaparecimento de espécies e ecossistemas.

Em Moçambique, a história da criação de áreas protegidas é recente, sendo que os primeiros passos foram dados, na década de 1950, com a criação de parques, reservas e coutadas. A delimitação de áreas com acesso restrito e a separação das áreas de assentamento humano das áreas de alto valor biológi-

co tinha como objetivo reduzir a exploração desenfreada dos recursos florestais para fins comerciais, como também limitar a prática da agricultura de subsistência, considerada responsável por destruir a biodiversidade. Sendo assim, as áreas protegidas foram delimitadas com a finalidade de preservação de ecossistemas e a sua exploração pelo turismo (parques e reservas), preservação de estoques de madeiras (reservas florestais) e para a realização da caça turística (coutadas).

A criação desses espaços implicou na retirada de comunidades do seu interior e na interdição da realização de suas atividades de subsistência. A definição dessas áreas atendeu aos objetivos dos europeus, que se sobrepôs aos interesses dos povos nativos. Até o alcance da independência (em 1975), estavam criadas cerca de 90% das áreas de conservação existentes em Moçambique. Todas essas áreas estabelecidas seguiam a filosofia ocidental de administração de áreas protegidas, que excluem física e politicamente as comunidades locais. A administração ficou na responsabilidade do governo colonial que, por meio do seu aparato repressivo, manteve a inviolabilidade desses espaços.

Com o fim da colonização, as formas de administração e gestão territorial, bem como de prioridades mudaram, além da preocupação do novo governo, que passou a se concentrar em fazer chegar os serviços sociais básicos para toda a população que vivera séculos de privações. As áreas de conservação tiveram pouca atenção e, com o avanço da guerra civil, intensificada nos inícios da década de 80, elas passaram por períodos de abandono. A filosofia ocidental de gestão das áreas protegidas entrou em falência e muitas dessas áreas voltaram a

serem territórios de comunidades locais.

Com o fim da guerra civil e a manutenção da estabilização social e política de Moçambique, as pretensões conservacionistas regressaram ao país e forjaram uma nova forma de gestão das áreas de conservação, ou seja, introduziu-se a participação comunitária. A opção por essa nova filosofia de gestão das áreas de conservação está relacionada ao fato do número de população residente nas anteriores (e novas) áreas de conservação ser significativo e a dependência aos recursos disponíveis nessas áreas ser maior. Dessa forma, a participação das comunidades locais na gestão dessas áreas passou a ser a melhor estratégia de compatibilização dos objetivos conservacionistas (defendido pelos preservacionistas e/ou conservacionistas) e os de desenvolvimento (definidos como sendo defendidos pelas comunidades locais).

As transformações de áreas comunitárias em áreas de conservação (e/ou de preservação) ignoraram os interesses das comunidades locais e os excluiu física e politicamente desses espaços. Definido a nível exterior, as áreas de conservação foram transplantadas para a realidade moçambicana e impostas às comunidades locais. Como forma de mascarar a sua imposição, a estratégia foi a inclusão de objetivos de desenvolvimento para uma população considerada vivendo em um estágio de pobreza absoluta. As comunidades foram “formatadas”, ou seja, foram incluídas nos objetivos da criação das áreas de conservação, onde, por meio da realização de vários encontros, foi possível uma conciliação e aceitação dos objetivos definidos por atores externos como sendo das comunidades.

Este artigo tem o objetivo de abordar a aplicação da me-

todologia de escalas de poder e gestão como uma forma de apreensão da realidade socioespacial. A escolha dessa metodologia permite compreender como o poder, dominado por atores localizados a escalas superiores, influenciou na criação de uma área de conservação, a Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani (ACTFC). A compreensão das transformações territoriais ocorridas em Chimanimane é mais bem apreendida a partir de uma análise escalar, associado ao poder que cada um dos atores detém. Para complementar as análises concretizadas ao longo do artigo, foi realizado um trabalho de campo, em Moçambique, onde foram realizadas entrevistas com os diferentes atores envolvidos na criação da referida área. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas ao nível das escalas nacional, provincial, distrital e regional/local.

O artigo é resultado de um dos capítulos da dissertação de mestrado apresentada e defendida em 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Está dividido em duas partes, sendo que na primeira é discutida como o exercício do poder dos diferentes atores, localizados a diferentes escalas, atua na conformação de uma determinada realidade. Na segunda parte reservam-se as discussões sobre as transformações territoriais que culminaram na criação da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani.

Metodologia de escalas de poder e gestão

Em um mundo em que os ditames da globalização tendem a uniformizar os espaços, tornando-os parte de um processo de produção de mais valia, a compreensão dessas dinâ-

micas passam por entender como os diferentes atores agem em diversas escalas para defenderem seus interesses. A atuação desses atores impõe a produção de um território regido por normas que atendem aos interesses externos.

É importante compreender que, nos tempos atuais, as transformações socioespaciais que vão ocorrendo nos territórios não são apenas resultados da ação dos atores locais, mas que há uma influência, por vezes bastante significativa e preponderante, de atores extralocais. São esses atores (extralocais ou macroatoresⁱⁱ) que vão alterar as formas de uso dos objetos do território e das ações que se vão realizar nele. Santos (2008, p. 19) aponta que “os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas para as finalidades que raramente nos dizem respeito”. Dessa forma, o controle do território escapa dos nativos, tornando-os parte integrante de um processo que não entende o funcionamento do território, apenas se encontram encarcerados aos ditames do exterior, embora haja, sempre, processos de resistências.

Os macroatores, com o auxílio do poder do Estado (incluindo os seus diferentes níveis escalares), quer seja explícito ou implícito, conduzem o território rumo a uma racionalidade capitalista que marginaliza os atores locaisⁱⁱⁱ. Esse processo que introduz um tempo único, o tempo universal, choca com as temporalidades locais, que conformam o cotidiano local. Para compreender como o tempo universal destrói as temporalidades locais, produzindo um tempo e espaço universal, Santos recorre às verticalidades e horizontalidades para melhor compreender essa dinâmica. Para o autor,

as verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados. (SANTOS, 2009, p. 108).

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação ou complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). (SANTOS, 2008, p. 50).

Para Santos (2008, 2009), as verticalidades são portadores de vetores que transportam consigo uma hierarquia e regulam as ações no território. Ao mesmo tempo em que isso acontece, as horizontalidades, formadas por várias organizações que concebem a vida local diferente, ou seja, apresentam lógicas diferentes daquelas transportadas pelas verticalidades, não se conformam em espaços lisos. Santos (2008, p. 286) acrescenta que

as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

A compreensão da dinâmica territorial, a partir da proposta apresentada por Santos, está associada ao conceito de escala, pois esta – quer seja temporal ou espacial, permite-nos entender como os macroatores condicionam a dinâmica dos territórios locais. Santos (2012) identifica e diferencia dois ti-

pos de escalas, sendo uma a escala de realização das ações e a outra a do seu comando. Com isso, fica claro que existem espaços que comandam as ações, normalmente o habitat dos macroatores, e o espaço do acontecer das ações definidas pelos macroatores, sendo os espaços de materialização das ações. De acordo com Santos (2012, p. 80),

as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra.

Santos (2012) entende ser importante discutir a questão de escalas também sob o ponto de vista temporal, pois, para ele, a área de ocorrência do fenômeno varia com o tempo, sendo importante entendê-lo em níveis escalares, pois o habitat da materialização das ações pode variar com o tempo, sendo fundamental, já que seus impactos são temporais. Para Santos, a escala de origem das ações é, normalmente, identificada, ou seja, conhecida, tendo em conta o seu lugar geográfico, econômico ou político. Todavia, a escala da ocorrência do fenômeno é variável no tempo, ou seja, os impactos da sua influência são conhecidos com o desenrolar da história.

Para melhor entender a dinâmica territorial da área em estudo, recorreremos à metodologia de escalas geográficas de poder e gestão, pois as transformações territoriais que vão ou que estão ocorrendo no território são resultado de influência de vários atores a diferentes níveis escalares. Estes atores, loca-

lizados a diferentes escalas, exercem poderes, diferentes, sobre um determinado território, influenciando na conformação socioespacial do mesmo.

Rückert e Rambo (2007) referem que a metodologia de escalas geográficas de poder e gestão caracteriza-se por ser um recurso metodológico, o qual permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil – Estado e mercado articulam entre si e as demais escalas de poder e gestão com o propósito de promover e desenvolver o seu território. Neste contexto de análise geográfica, torna-se fundamental considerar a existência de diferentes escalas de poder e gestão atuantes sobre o território em causa para compreender a densidade e a complexidade da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes.

Contudo, antes de entrarmos na discussão sobre a metodologia escolhida, importa diferenciar a escala cartográfica da escala geográfica, visto que, durante muito tempo, se associou estas duas como se fossem a mesma ou, por outro lado, a geografia se apropriou da escala cartográfica, que é puramente matemática, evitando a sua discussão e a adequação à ciência geográfica. Racine, Raffestin e Ruffy (1983) referem que a Geografia adotou o conceito de escala tal como foi empregado pela cartografia. Os mesmos autores argumentam que a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto que a escala que deve ser chamada de escala geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com essa “forma geométrica”.

A multidimensionalidade do poder (Estado, sociedade civil e mercado) torna mais complexa a análise territorial e

explicar o lugar pelo lugar torna a análise incoerente e com algumas lacunas. A este respeito, Santos (1985) afirma que nem mesmo o lugar pode explicar a totalidade, ou seja, o lugar não é auto-suficiente e o contrário também é válido. Segundo Acselrad (2002), apud Rückert e Rambo (2007), a dinâmica do desenvolvimento territorial de escala local acontece pela combinação de fatores em escalas variadas. É a partir da metodologia de escalas geográficas que melhor podemos compreender a realidade. E, fortalecendo esse recurso, Rückert (2005, p. 82) destaca que

fundamentalmente, as escalas geográficas de poder nos ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes e que nenhuma das partes pode representar a totalidade, o que significa afirmar que os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam.

Rückert e Rambo (2007) e Manzanal *et al.* (s/d) consideram que, apesar de nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, os atores locais apresentarem um destacado protagonismo quanto ao exercício de poder e gestão dos seus territórios, estes não se mantêm isolados dos atores das restantes escalas, pois as ações territoriais não teriam, provavelmente, os mesmos êxitos ou resultados se praticados de forma isolada ou individual. É importante destacar que as análises desenvolvidas por Rückert e Rambo não incluem a escala global, pois os autores trabalham até ao nível da escala nacional, configurando que as ações de desenvolvimento são endógenas, ou seja, partem de atores localizados ao nível local, que se apropriam das políticas públicas concebidas à níveis escalares

superiores. Essa mesma percepção é também trazida por Manzanal *et al.*(s/d), que compreendem que, nas transformações territoriais, com a finalidade de um desenvolvimento local, os atores locais desempenham um papel importante, visto que é nesse nível escalar que a população vive e trabalha, por isso tem a possibilidade de participar, organizar-se e projetar-se para o aumento do seu poder e, dessa forma, fortalecer a defesa dos seus interesses.

Apesar de concordarmos com as visões dos autores, pois em si tratando de um desenvolvimento local, as iniciativas locais desempenham um papel fundamental para o alcance dos seus objetivos, nem sempre o desenvolvimento local parte de uma iniciativa endógena. Ela pode ser transplantada do exterior e colocada ao serviço do desenvolvimento local. Ainda que Manzanal *et al.*(s/d) trabalhem o desenvolvimento territorial, dando enfoque à iniciativa local e às políticas públicas, os autores não ignoram a importância da escala internacional. Para a realidade moçambicana, a escala global é fundamental, pois é a partir dela que várias políticas públicas são esboçadas, ou seja, são com base nos interesses de atores externos, localizados a escala internacional, que se definem as linhas orientadoras das várias políticas públicas moçambicanas. A questão do poder econômico desses atores joga um papel abissal, pois só com o apoio financeiro desses atores é que as políticas públicas encontram sua materialização.

Para além da influência que as escalas espaciais podem ter na contribuição para o entendimento do fenômeno em estudo, Milton Santos chama a atenção para o papel desempenhado pelo tempo, pois, para o autor (1985, p. 22), “a noção de tempo é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada

momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema”. Com base no exposto, fica claro que o percurso histórico explica, em parte, as condições que afetaram e afetam a realidade local/regional.

Para melhor compreender a dinâmica da criação da Área de Conservação (AC) no recorte geográfico a ser estudado, foram definidas as seguintes escalas de poder e gestão: (1) escala local – correspondente a Área de Conservação Transfronteira de Chimaninani (ACTF); (2) escala local/regional – correspondente ao distrito em que se insere a ACTFC, o distrito de Sussundenga; (3) escala provincial – correspondente a província de Manica, a qual se localiza o distrito de Sussundenga; (4) escala nacional – correspondente ao território nacional; e finalmente a (5) escala internacional. Com base nessas escalas, assume-se que a demonstração das escalas de poder e gestão permitirão entender, de uma forma didática, como cada uma das escalas se reflete na escala local, influenciando na conformação socioespacial.

Para além da definição dos níveis escalares, também foram definidos os atores intervenientes no processo da criação da AC. Para tal, recorreu-se a Bobbio (1987, p. 33) que entende por sociedade civil “a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido estritamente e quase sempre polemnicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo”. Neste contexto, observa-se que o autor não distingue o mercado da sociedade civil. Contudo, para uma melhor compreensão da ação dos diferentes atores no território, o mercado foi separado da so-

cidade civil, por este desempenhar um papel importante no território em estudo. Deste modo, ter-se-ão os atores que representam o Estado, a sociedade civil e o mercado.

Além da dissociação do mercado da sociedade civil, também se dissociou as organizações locais ou comunitárias da sociedade civil. Essa dissociação permite compreender melhor a presença e o papel das organizações locais na defesa dos seus objetivos. As organizações que integram a categoria de sociedade civil são bastante abrangentes, incluindo, na sua maioria, organizações não pertencentes à escala local e local/regional, mascarando, desta forma, a compreensão do nível de atores representantes dessas escalas.

Destarte, os atores representantes do Estado são os ministérios (Ministério do Turismo – MITUR; o Ministério da Agricultura – MA; e o Ministério da Defesa, representado pelas Forças Armadas de Moçambique – FADMO), os órgãos do governo com representação ao nível provincial (Direção Provincial do Turismo de Manica – DPTM; Direção Provincial de Agricultura de Manica – DPAM), as instituições de ensino e pesquisas (Universidade Eduardo Mondlane – UEM; Centro de Estudos Florestais – CEF; Instituto Agrário de Chimoio – IAC; Arquivo Patrimônio Cultural – ARPAC; e Museu de História Nacional) e o Instituto de Comunicação Social (ICS). A sociedade civil é fundamentalmente constituída por organizações não governamentais (ONG's) como a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Programa de Ativistas Culturais (PAC), Grupo de Educação Social de Manica (GESOM), Associação para o Empoderamento da Mulher Rural (AMRU), Fundação Micaia, IP Consultores, AMBE-

RO, RDI, NORTCONSULT e Acuesa SIMUCAI. Ao nível das organizações representantes da comunidade local, destacam-se o Comitê de Gestão Local (CGL), a Associação Verdes de Tsetsera e CUBATANA MORIBANE. No que concerne ao mercado, este é constituído por empresas que exploram a atividade turística na ACTF de Chimanimani.

O Banco Mundial e a Fundação Ford, os principais financiadores do projeto, não foram incluídos em nenhuma das categorias de atores acima descritos. Estes atores, que representam um papel importante nas transformações territoriais, não apresentam uma definição clara do seu posicionamento em relação às categorias definidas por Bobbio e adotadas por nós, com algumas adequações. A incerteza quanto ao seu posicionamento nas categorias de atores definidos prende-se ao fato de, a partir da definição de Bobbio, poder-se enquadrar na sociedade civil, porém, a forma de atuação mascara esse enquadramento porque o financiamento proveniente dessas instituições é drenado para o Estado, funcionando como um financiamento público. Para se evitar ambiguidades na interpretação, pautou-se por não se identificar com as categorias de atores definidos para o estudo, mas o seu papel e influência nas transformações territoriais não foram menosprezados.

Quadro 1- Níveis de densidade institucional

Níveis	Poderes atuantes junto ao projeto
05	Poderes apenas das instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
04	Poder distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
03	Poder provincial, distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
02	Poder nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras
01	Poder internacional, nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras

Fonte: Adaptado com base em RÜCKERT, RAMBO, 2007.

Para medir a densidade institucional, se relacionou os atores e as escalas de atuação em torno dos arranjos institucionais e dos projetos desenvolvidos no território, como se resume no Quadro 1. Segundo Rückert e Rambo (2007), quanto mais próximo estiver de 01, maior será a densidade de atores no projeto e maiores serão as influências das diferentes escalas sobre o território local.

As escalas de ação e o papel dos diferentes atores nas transformações socioespaciais de Chimanimani

Chimanimani como um território

Chimanimani foi, desde muito, um espaço que reunia várias comunidades, da qual cada uma se regia segundo normas e práticas locais. Apesar de agrupar diferentes comunidades, as normas e práticas de cada comunidade se aproximavam pelo fato das origens serem comuns. A principal diferença se resumia na denominação de cada comunidade, que tinha, como efeito, diferentes lideranças para cada uma delas e, con-

sequentemente, suas formas específicas de gestão.

As invasões pelas quais Chimanimani se sujeitou desde o século XIX, protagonizadas pelos povos Nguni, até as mais recentes, evidenciadas pela presença dos colonizadores europeus e, mais tarde, pela influência do governo pós-independência, pouco influenciaram na unificação da área. Durante esse período, a área apresentava-se fragmentada, isto é, constituída por comunidades autônomas face o contexto do espaço total.

A necessidade de transformar a área em um espaço de conservação tornou Chimanimani num território, constituído por várias comunidades, contíguas, mas sob o domínio de atores localizados a escalas distantes e diferentes das de ação. Chimanimani passa a ser um espaço de disputa de interesses diversos, constituído por atores localizados a escala local (as comunidades), atores localizados a escalas intermediárias (facilitadores e responsáveis pela implementação das ações) e a escala internacional (os responsáveis por definir e impor as ações).

As ações desempenhadas por esse conjunto de atores definiu o território de Chimanimani. A valorização dos recursos existentes (a biodiversidade) por um conjunto de atores influenciou na imposição de uma lógica de funcionamento que respondesse aos seus anseios. Essa lógica de funcionamento, que se apresenta estranha para o conjunto das comunidades locais, está imbuída de técnicas, novas para os nativos, que funcionam ao serviço dos atores hegemônicos.

Ao transformar-se Chimanimani em um espaço de disputa de interesses diversos, logo se formam dois grupos de atores que apresentam visões e objetivos diferentes. Ao se cons-

tituir os dois grupos que lutam pelo domínio e/ou controle da área, estão criadas as condições para tornar Chimanimani num campo de forças, cujo domínio e/ou controle será apenas exercido por um único ator (ou grupo de atores). Disso resultam em dois grupos de atores que podemos designar de hegemônicos, os que detêm o domínio ou o controle da área, e os hegemonzados, que passarão a obedecer aos primeiros. Contudo, a obediência dos últimos não implica no desaparecimento de reivindicações, mesmo que essas sejam desprezadas pelos atores hegemônicos.

O exercício do domínio e/ou controle da área de Chimanimani implica no exercício de poder. O poder, segundo Raffestin (1993), é carregado de dois principais componentes, nomeadamente a energética e a informacional. Para o território em estudo, constata-se que o componente informacional foi a que mais se destacou. O recurso ao poder da força teria produzido resultados pouco esperados, pois as comunidades sabotariam a transformação das suas terras em AC. Também se constata que o contexto histórico no qual se insere a introdução do projeto de Chimanimani era menos favorável ao exercício do poder carregado de um forte componente energético.

O exercício do poder, carregado fortemente pela componente informacional, foi o mais viável. A informação desempenhou um papel importante na subjugação das comunidades locais. Os atores hegemônicos aproveitaram-se do poder da informação para introduzir a sua lógica de funcionamento e, com isso, reestruturar a organização espacial e a relação das comunidades com o seu entorno. A esse respeito, Santos (2008,

p. 110) refere que “informar é também governar. Quando aplicada à produção, governada por interesses estranhos à área, a informação é geradora de uma entropia, uma desorganização, antes que o detentor da informação reorganize o sistema em seu próprio proveito”.

O papel mobilizador desempenhado pela informação permitiu que a ocupação de Chimanimani fosse mais pacífica, apesar de passar por um processo que retardou o início das atividades. A informação, imbuída do discurso de participação, terá convencido os atores intermediários, principalmente os representantes da sociedade civil, a participarem no projeto. A participação desses atores, movidos, em vários casos, pelo discurso global de participação, desempenhou um papel importante, como extensão dos atores hegemônicos, principalmente na implementação do projeto.

A almejada participação, fomentada pelos atores intermediários, não passava de apenas um discurso global. Claro que as comunidades locais participaram, mas qual foi o nível de influência? O poder da informação foi tão evidente que a participação das comunidades era direcionada. As comunidades foram envolvidas dentro do projeto com a finalidade de satisfazer aos interesses hegemônicos, definidos à escala do “mandar” e, a nível local, apenas deveriam ser implementadas, nem que para tal fosse necessário “comprar” a participação das comunidades locais.

As tipologias de participação, definidas por Pimbert e Pretty (2000), elucidam bem os níveis de intervenção das comunidades locais. Ao se analisar a participação das comunidades locais dentro do projeto de ACTFC, é fundamental

que se entenda que o exercício de participação é também um exercício de poder, cujos atores hegemônicos apoderam-se de todos os meios para fazer vincar os seus objetivos. Os objetivos do projeto são a conservação da biodiversidade, enquanto que os da comunidade local são os definidos pelo projeto como sendo o de desenvolvimento. Deste modo, acredita-se que existem dois objetivos diferentes, mas complementares, que podem ser alcançados com a introdução de uma lógica de funcionamento diferente daquela existente no território.

Com base nessa lógica de pensamento, constata-se que as comunidades percorreram as cinco primeiras tipologias de participação. As primeiras três foram fundamentais para a definição dos elementos que poderiam ser incorporados aos objetivos de desenvolvimento, e que pudessem desempenhar o papel de identificação das comunidades com o projeto. A quarta tipologia foi essencial para engajar as comunidades no projeto, isto é, identificados as principais carências das comunidades locais, passou-se a fase de “comprar” a participação das comunidades com bens materiais, criando a ilusão no seio das comunidades que, com a implementação do projeto, maiores seriam os ganhos concretos que poderiam obter. Chegadas a essa fase, estavam preparadas as condições para a participação funcional, entendida como a participação em que as comunidades formam grupos para coincidir objetivos que vão ao encontro dos já definidos pelo projeto. Até a este nível de participação, que caracterizou o envolvimento das comunidades locais em Chimanimani, o poder da informação foi fundamental para a introdução de uma lógica de funcionamento estranha ao território.

Alcançados os objetivos de uma participação limitada das comunidades, estavam geradas as condições para a alteração das relações entre o homem e o seu entorno. O território já não é observado como fragmentado, isto é, constituído por comunidades contíguas, mas como *uno*, da qual se devem submeter às regras impostas pela nova filosofia que não toma em conta as diferenças de cada comunidade. Os objetivos de conservação se sobrepõem aos valores culturais e sociais.

As divergências nas formas de observar o território pelos dois grupos de agentes vão influenciar na forma do seu relacionamento com o mesmo. Enquanto que para os atores hegemonzados o território é mais simbólico, logo a sua identificação com o espaço lhe permite manter as formas de conservação dos locais culturais do qual lhes caracteriza, culminando com a manutenção de determinados locais acessíveis apenas a partir da realização de rituais. Para os hegemônicos, constata-se que a sua relação é mais funcional, apenas introduzindo técnicas e comportamentos(ações) que lhes permitem alcançar os seus objetivos. A conservação da biodiversidade é o principal objetivo, logo, a manutenção de determinados rituais que garantem esse objetivo é incorporada à lógica dos hegemônicos, mas introduzindo a componente de conservar para vender (como produto turístico).

As alterações nas formas de ocupação do espaço e nas atividades econômicas eram preocupações para a construção do novo território. A organização dos objetos (naturais e artificiais) bem como das ações (deliberadas ou não) implicou na adequação do território à nova realidade. Na primeira fase

do projeto^v, as atividades visavam alterar as formas de assentamento e as suas atividades econômicas. Para o primeiro objetivo foram sensibilizadas as comunidades a abandonarem determinadas áreas para impedir que houvesse uma acelerada degradação dos recursos existentes, pois alguns assentamentos se encontravam em locais de alto valor biológico. Para responder ao segundo objetivo foram introduzidas novas atividades econômicas (como a produção de mel, coleta de cogumelos e a piscicultura) com menor impacto sobre a biodiversidade.

Os primeiros resultados alcançados responderam aos interesses dos atores hegemônicos, pois foi alterada a relação do homem com o seu entorno. Contudo, os resultados pareciam estar dependentes do financiamento externo. Como o financiamento escasseava, várias atividades econômicas que ainda não tinham alcançado o estágio de auto-sustentação, começaram a entrar em decadência. Os tempos definidos para o alcance dos objetivos, tanto para os atores hegemônicos como para os hegemonzados, não encontravam ajustamento às ações e ao tempo necessário para a sua materialização. Todos os atores pretendiam alcançar os objetivos em curto espaço de tempo, satisfazendo os seus anseios, mas o sentido de ocorrência do fenômeno era divergente, apresentando uma racionalidade diferente da pretendida pelos atores.

Como resultado desta defasagem do tempo pretendido para a realização dos seus objetivos e o tempo necessário para tal, a gestão do território entrou em crise. Por um lado, os hegemônicos que haviam introduzido novas formas de gestão do território se retiraram do campo de ação, deixando o território desgovernado e susceptível a intervenções que em nada aju-

davam ao alcance dos objetivos traçados. Por outro lado, para os hegemônicos, a esperança de um futuro brilhante, embasado numa melhora das condições de vida, se deteriorava, e o território tornava-se um palco de tentativa de retorno ao tempo passado, mas que a nova realidade (material e imaterial introduzida) não o permitia.

Desse modo, no contexto da construção do território de Chimanimani, o que interessa para o estudo, como nos recomendada Souza (2007), é saber quem domina e como domina e/ou influencia a gestão do território.

O papel dos atores externos na conformação do novo território

A transição de uma economia baseada no planejamento centralizado para uma de orientação para o mercado permitiu a entrada, no território moçambicano, de vários atores com papéis diferentes e, em alguns casos, objetivos divergentes. Nesse contexto, as reformas econômicas implementadas no país vieram a introduzir e a mudar o viés de ação dos atores, com consequências sociais, culturais e econômicas. As reformas econômicas, introduzidas a partir de 1987, colocaram o Estado moçambicano refém das políticas econômicas delineadas pelas instituições de Bretton Woods.

A implementação das reformas estiveram acompanhadas por mudanças no discurso e nas estratégias de desenvolvimento adotadas para o país. As reformas legislativas, ocorridas principalmente na década de 90, vieram abrir as portas para a entrada e a consolidação do neoliberalismo. Com isso, tam-

bém veio o desejo de transformação de áreas comunitárias, ricas em biodiversidade, em áreas para a conservação.

O desejo de criação e ampliação de AC, principalmente nos países em desenvolvimento, cujo estágio de urbanização ainda era (e é) menor em relação ao ocidente, permitia a conversão de áreas, consideradas naturais e ricas em biodiversidade, em áreas para a conservação. O poder e a influência que os organismos bilaterais e multilaterais exercem sobre esses países permitem a materialização desses desejos. Todavia, neste período, a filosofia de criação dessas áreas era mais favorável à “participação” das comunidades locais e à necessidade de incorporação dos objetivos de desenvolvimento, permitindo maior engajamento das comunidades.

O Banco Mundial, por meio do *Global Environment Facility*, influenciou no estabelecimento de áreas de conservação em Moçambique. Como cerca de 90% delas já tinham sido criadas e coberto os principais ecossistemas, tido como fundamentais para a conservação, surgiu outra estratégia de conservação, que foi a junção das áreas de conservação contíguas (e ou próximas), mesmo que para isso envolvesse a transição de fronteiras nacionais. Também foram incorporadas áreas de uso múltiplo, do qual as comunidades poderiam ocupar e desenvolver algumas atividades.

Esta estratégia de conservação, adotada em Moçambique e em vários países da África Austral, teve a designação de Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF), pelo fato de serem áreas com extensões que ultrapassavam as barreiras territoriais nacionais. A estratégia apresentava-se adequada para a realidade moçambicana, que passou por momentos de abandono to-

tal da gestão das AC. A incorporação de área de uso múltiplo abria as portas para a introdução do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN), permitindo-se, deste modo, que as comunidades pudessem associar os objetivos de conservação com os de desenvolvimento.

O casamento perfeito entre a conservação e o desenvolvimento dentro dessas áreas permitia que em algumas delas fossem restringidos o acesso e o uso dos recursos por apresentarem alto valor de biodiversidade. No fundo, as áreas de uso múltiplo poderiam ser espaços reservados ao reassentamento da população que, principalmente, durante os períodos de conflito armado, haviam ocupado as áreas definidas como prioritárias na conservação. O casamento respondia aos interesses da nova estratégia de conservação, visto que as comunidades permaneciam na e/ou próximo das “suas” terras e continuariam a beneficiar-se dos recursos existentes. No entanto, o uso deles passou a ser mais limitado e/ou controlado, ao mesmo tempo em que se deslocava a dependência de sobrevivência das comunidades a atividades pouco impactantes ao meio ambiente, como o ecoturismo.

Esta abordagem de conservação aplicada em Chimanimani, mascarada com o MCRN, foi fomentada por organismos como a USAID, Banco Mundial e a Fundação Ford. Para a implementação da iniciativa, várias foram as instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que se empenharam. A disponibilização de financiamento foi fundamental para a entrada de diferentes atores, com funções diferentes, mas convergindo para objetivos predefinidos.

Do conjunto de atores que influenciaram na conformação de Chimanimani, podemos agrupar em: (i) aqueles que financiaram a implementação do projeto, denominados por “doadores” e que, muitas vezes, ditam as ações a serem desencadeadas; (ii) os que se responsabilizaram pela execução das ações definidas para o alcance dos objetivos, denominados por “implementadores”. Dentro do conjunto dos atores considerados implementadores, podemos subdividir em dois subgrupos, os atores ligados ao Estado, ou as agências do governo e os atores ligados à sociedade civil, constituídas por organizações não governamentais nacionais e instituições de pesquisa. Finalmente temos o (iii) grupo formado pelas comunidades locais, que são o substrato de implementação das ações definidas no nível 1.

As relações que se vão estabelecer entre esses grupos de atores não são simétricas, mas, sim, dissimétricas e, muitas vezes, com uma única direção. A posse do financiamento dita, de certa forma, as ações a serem desencadeadas pelos restantes atores. Isso permite que a dominação seja orientada em função daqueles que detêm os fundos monetários, tornando os restantes atores executores. Os atores denominados por doadores indicam as ações a serem desenvolvidas e atribuem responsabilidades de sua execução às agências do governo e às organizações não governamentais. Às comunidades apenas lhes resta a obediência das ações, sob o pretexto de que a sua implementação poderá melhorar a sua condição de vida.

O esquema 1 apresenta o direcionamento dos fluxos de ações, do financiamento (de dinheiro) e dos resultados entre

os diferentes atores. O esquema mostra que os fluxos monetários e de ações apenas apresentam um único sentido. O fluxo monetário é direcionado apenas para a agência do governo e, neste caso, o Ministério do Turismo, que depois direciona para as organizações da sociedade civil e para os grupos comunitários. Em relação ao fluxo de ações, constata-se que elas são definidas também ao nível dos doadores, em função das necessidades apresentadas pelas organizações internacionais ligadas a questão ambiental e, depois, direcionadas para as agências do governo e as não governamentais, que irão implementá-la na reestruturação do território de acordo com a lógica predefinida. O direcionamento no sentido inverso representa os resultados alcançados pelos atores responsáveis pela implementação das ações. Isso permite aos doadores monitorarem o andamento das ações sobre o território e de autorizarem mais dinâmicas, caso o processo esteja correndo fora das previsões definidas.

Os atores responsáveis pela execução das ações desempenham um papel importante nas transformações territoriais, pois são eles, com a implementação das ações, que vão introduzir a nova lógica de funcionamento do/no território. Enquanto que as organizações não governamentais se apoiam mais na componente informacional para o alcance dos seus objetivos, constata-se que, para as agências do governo, lhes é reservado a componente energética, caso a primeira não responda aos resultados definidos.

Esquema 1 – Direcionamento dos fluxos de ações e monetários



A participação dos atores responsabilizados pelas execuções de ações não é ingênua, isto é, apesar de transportarem consigo o discurso de “participação”, melhora das condições de vida das comunidades locais, observa-se que no geral, a finalidade é de preparar o substrato para a introdução de novas lógicas de funcionamento do e no território. As atividades desempenhadas por esses atores são bem ilustrativas, pois todos eles visavam a preparar as comunidades locais a ampararem o projeto e a mudarem as formas de relacionamento com o seu entorno.

A dependência das suas atividades ao financiamento externo permite que estes se tornem em extensões dos atores do “mandar”, principalmente no que se refere à execução das ações. A sua intervenção, por mais que seja a mais bem intencional, apresenta-se limitada e, de certa forma, controlada por quem financia as suas atividades. Um exemplo ilustrativo desse limitante é o tempo de funcionamento dessas instituições no terreno, principalmente as organizações não governamen-

tais, que vai em função do tempo de vida do financiamento geral. E as suas atividades estão dependentes da disponibilização desse financiamento. Com o término do financiamento, em 2003, observou-se que as ONG's abandonaram as suas atividades, deixando as comunidades sem o amparo das suas prováveis "boas intenções".

A introdução de atores ligados à sociedade civil é tida como fundamental para a credibilização das ações, bem como para responder a abordagem de gestão participativa, a qual defende que a implementação de ações sobre um território não é apenas responsabilidade de um único ator, neste caso o Estado. As comunidades, encaradas como analfabetas, sem o domínio do conhecimento "científico", são instruídas a participar no projeto por meio de uma preparação e sensibilização levada a cabo por organizações da sociedade civil. Como forma de separar as atividades das agências do governo com as da sociedade civil, foram definidas ações ligadas principalmente à conservação, como sendo da responsabilidade das agências do governo, enquanto que as organizações da sociedade civil desempenhariam atividades e funções ligadas à preparação das comunidades para aderirem ao projeto e para conhecerem seus deveres e direitos.

Como o território de absorção das ações é considerado atrasado, isto é, ainda não incorporado à sociedade moderna, precisa de intervenções ao nível de outras escalas de ações, como forma de preparar as comunidades para aderirem ao projeto. A definição das escalas de ações permite localizar os diferentes atores da sociedade civil, do Estado e do mercado com implicações diretas na estruturação do novo território.

Estas escalas incorporam os três grupos de atores definidos anteriormente, sendo a escala internacional congregando apenas os atores denominados de doadores, que definem as ações a serem implementadas e disponibilizam o financiamento necessário. Os atores ligados à execução das ações definidas pelos primeiros encontram-se localizados nas escalas nacional e provincial (ou as intermediárias). A nível da escala local, apenas encontramos o substrato de implementação das ações definidas, que têm como consequência a reestruturação, tanto do espaço físico do território, como das relações que se vão estabelecer no local.

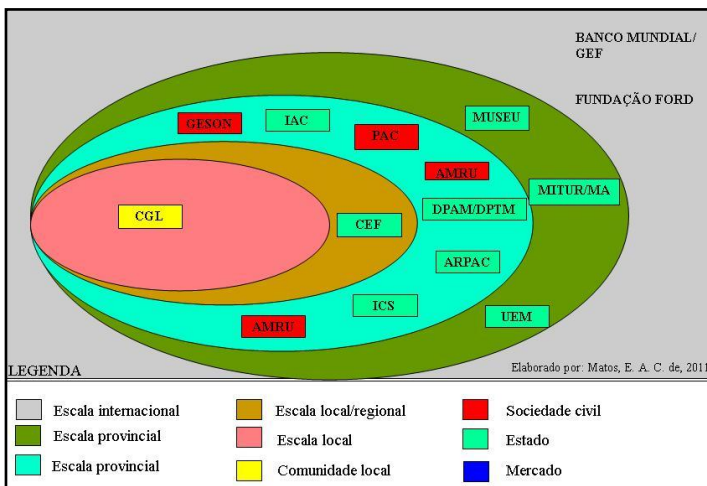
Apesar dos atores estarem localizados a várias escalas de atuação, constata-se que a escala nacional, representada pela cidade de Maputo, é a que concentra os atores com os níveis de poder e gestão mais influente. Alguns atores do “mandar” têm os seus representantes na cidade de Maputo, logo, é nesta escala onde converge a definição das ações com repercussões ao nível do território em estudo.

A escala provincial, representada pela cidade de Chimoio, é o segundo centro de convergências das ações, pois nesta também se encontram os representantes do Estado e da sociedade civil, cujas ações se confinam na execução e na monitorização das mesmas, de modo a reportarem, para a cidade de Maputo, os estágios de implementação das ações. Apesar da cidade de Chimoio ser o segundo centro de importância na hierarquia de definição ou do estágio de absorção das ações, verifica-se que é nela onde as repercussões, ao nível do substrato são maiores, pois são os atores localizados a esta escala que mais têm o contato com as comunidades, logo são os que

serão responsabilizados pelo fracasso.

Este segundo centro de importância na hierarquia de atuação das transformações territoriais é palco da sede de diversas organizações que tiveram atuações fundamentais em Chimanimani. Todas as organizações e agências, tanto da sociedade civil como do Estado, não tinham seus escritórios no substrato de execução das ações. O território de Chimanimani era apenas o palco das transformações territoriais. A Figura 1 elucida bem este comportamento de atuação dos diferentes atores que, concentrados, principalmente, a nível provincial e nacional, apenas olhavam para Chimanimani como espaço do acontecer das ações, consideradas adequadas para a introdução do projeto e respondendo, com isso, as funções para as quais foram coligadas ao projeto.

Figura 1 – Mapa institucional do projeto Chimanimani – Fase I



Recorrendo a Bóbbio, que conceitua a sociedade civil, constatamos que há mais atores ligados à esfera estatal do que à sociedade civil. Em todas as escalas de atuação, com exceção da escala local, existem organizações da sociedade civil e do Estado. A nível da escala local, apenas encontramos os Comitês de Gestão Local (CGL) que, para este estudo, não foram incluídas na esfera da sociedade civil, apesar das suas características se enquadrarem na definição de sociedade civil conceituada por Bobbio (1987). A exclusão dos CGL da sociedade civil deve-se aos fatos ligados a sua gênese e aos interesses para os quais foram criados.

A Figura 1 mostra os atores envolvidos durante a primeira fase de atuação do projeto ACTF de Chimanimani. Os atores ligados ao mercado não aparecem na figura pelo fato de, durante esta fase, não terem aparecido agentes do setor privado interessados em explorar determinadas atividades dentro da área, com particular destaque para o ecoturismo. Analisando a mesma figura, pode-se ver que os níveis de poderes atuantes junto ao projeto tende ao nível 01, caracterizado por apresentar várias instituições e localizadas a diversas escalas de poder e gestão. De acordo com esta característica, pode-se concluir que maiores foram as transformações territoriais geradas.

Entender as atividades e as funções dos atores intermediários é fundamental, porque sem estes as transformações territoriais teriam menor recepção por parte das comunidades locais. A formação dos grupos que representariam as comunidades locais, a nível político, isto é, na definição dos “seus” interesses era fundamental para que se alcançassem as exigências de participação tidas como fundamental em proje-

tos de MCRN. As comunidades deveriam ser preparadas para poderem ter uma voz ativa no projeto. Contudo, a sua participação, principalmente técnica, estava dependente de um processo de formação, pois as comunidades não apresentavam pessoal interno preparado. Quase todos os membros das comunidades nunca tiveram a oportunidade de frequentar a escola e estavam sendo preparados para defenderem interesses introduzidos como sendo os seus.

Apesar de não estar definido o tempo necessário para que uma comunidade possa alcançar o estágio máximo de participação definido por Pimbert e Pretty (2000) como Automobilização, Manzanal *et al.* (s/d) referem que, para os casos em que se pretende introduzir projetos que beneficiem as comunidades, a participação deve começar com os níveis de informação, continuando com a consulta, seguindo a intervenção na tomada de decisão e culminando com a autogestão. Segundo a autora, a passagem por esses sucessivos níveis exige capacitação, formação e “práxis” de participação. Esse processo é contínuo e bastante importante, principalmente para os casos em que as comunidades são analfabetas e quando lhe são introduzidos objetivos que não são originalmente os seus.

Até ao final da primeira fase apenas tinham sido criados cinco Comitês de Gestão Local (CGL), nas cinco principais áreas (Moribane, Tsetsera, Mahate, Zomba e Chikukwa), cuja principal função estava relacionada com a conservação dos recursos naturais. Isto mostra a tendência da participação desejada pelo projeto, evitando-se a discussão dos verdadeiros objetivos das comunidades locais. As circunstâncias da implementação do projeto não permitiram que os estágios de

participação, definidos por Manzanal *et al.* (s/d), pudessem se realizar, dando maior empoderamento às comunidades na definição dos seus verdadeiros objetivos.

Este cenário mostra o reduzido número de atores locais que pudessem lutar pela defesa dos seus interesses. A nível da escala local, a de menor densidade institucional, tanto em número de atores como na importância dos mesmos, apenas existe o CGL que, em geral, vela pelos interesses da conservação.

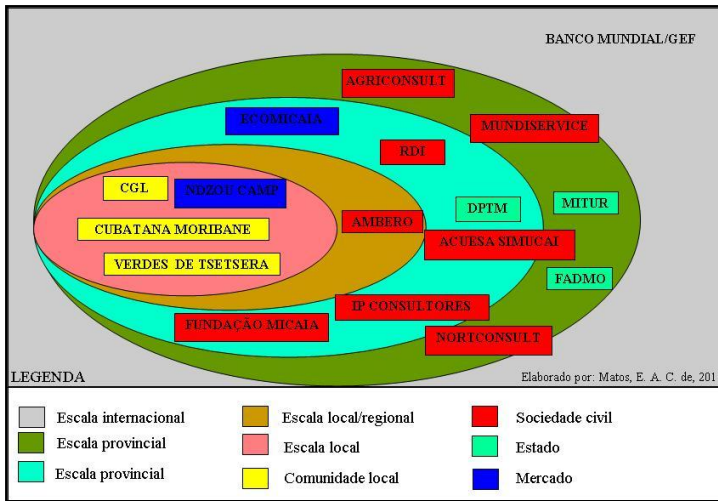
A segunda fase do projeto de Chimanimani apresenta maior e diverso número de atores em relação à primeira (Figura 2). A fase apresenta apenas um único financiador, mas a presença de atores é bastante significativa, demonstrando ser uma fase mais prática em relação à primeira.

A presença de atores ligados ao mercado marca uma distinção face à primeira, evidenciando um interesse pela exploração turística na área. Contudo, a principal diferença pode estar no orçamento alocado para esta fase, como nos objetivos mais práticos a serem alcançados. A preocupação dos atores do “mandar” foi a criação de associações locais que pudessem concorrer aos recursos disponibilizados pelo projeto. As associações só podem concorrer aos recursos a partir do momento em que estabelecerem parcerias com o setor privado, considerado como o mais eficiente.

A presença significativa, mas ainda longe de ser a ideal, de atores localizados na escala local evidencia a agressividade do projeto em alcançar resultados práticos em relação à exploração turística. O projeto pretende aumentar o número de associações que possam se beneficiar dos recursos disponibilizados e, com isso, reduzir a dependência das comunidades às

atividades que são consideradas degradantes do ecossistema. Essa pretensão aparenta ser benéfica para as comunidades, porém, precisa ser mais analisada devido ao nível de alfabetização das comunidades que estarão condenadas a trabalharem em empregos precários, apesar de serem os principais acionistas.

Figura 2 – Mapa institucional do projeto Chimanimani – Fase II



O fantasma da transição da primeira para a segunda fase ainda assombra as comunidades, que sempre olharão para as novas oportunidades de emprego como inseguras. Deste modo, manterão suas áreas de exploração agrícola. A manutenção dessas áreas lhes permite garantir a segurança alimentar em face da desconfiança no sucesso do projeto, quer ao nível do desenvolvimento da atividade turística, como pelo fato do tempo de vida do projeto estar dependente do financiamento externo, como se sucedeu na primeira fase. Desta forma, a

preocupação do projeto deve estar mais direcionada à dinâmica da atividade turística em Moçambique que, atualmente, é mais favorável ao litoral.

Para não concluir

Atualmente, a compreensão das ações que podem culminar (ou não) com o desenvolvimento territorial local passa por entender como as diferentes escalas participam nesse desenvolvimento e como são definidos (ou se definem) os papéis dos diferentes atores nesse processo, ou seja, o desenvolvimento territorial local pode ser uma iniciativa exógena que, a partir da intervenção de atores intermediários, poderá ser apropriado pelas comunidades locais. Para que isso se torne parte integrante dessas comunidades, é preciso que elas alcancem níveis de participação mais satisfatórios, ou seja, que as comunidades locais adquiram o poder de defender os seus interesses e de decidir o que é adequado para o seu território.

A transformação de Chimanimani em território de conservação elucidada como os atores externos, localizados a escalas do mandar, conseguem impor seus interesses na escala local. A compreensão das transformações territoriais atravessadas pelas comunidades de Chimanimani passa pelo entendimento do papel do poder dos diferentes atores localizados a diferentes escalas.

A aplicação da metodologia de escalas de poder e gestão permitiu apreender como os diferentes atores influenciaram na produção do território de conservação em Chimanimani. O poder, principalmente financeiro (ou econômico) das

agências internacionais, permitiu introduzir novas lógicas de funcionamento em Chimanmani. Os atores intermediários, localizados nas escalas nacional e provincial, foram responsáveis por introduzir as ações definidas pelos atores do mandar. A dependência financeira que as agências do governo e da sociedade civil apresentavam permitiu que se tornasse em extensões dos atores do mandar, apresentando-se como os atores implementadores das transformações territoriais. A nível local, estavam as comunidades locais, sem poderes, e “formatadas” a aceitarem as transformações territoriais predefinidas, na esperança de um futuro diferente.

A inclusão da dimensão desenvolvimentista aos objetivos conservacionistas permitiu integrar, pacificamente, as comunidades aos processos de transformações territoriais. Movidos pelo discurso global de “participação”, as comunidades foram incorporadas ao projeto como defensoras do objetivo de desenvolvimento que não chocava com o objetivo de conservação, desde que promovesse um desenvolvimento sustentável, ou seja, promovesse atividades econômicas amigas do ambiente.

Apesar do artigo concentrar as atenções a nível da escala espacial, fica a recomendação de Milton Santos (2012) quanto à importância da escala temporal, pois esta é descortinada com o tempo, visto que foi possível identificar a escala das origens das ações, mas a escala de ocorrência do fenómeno ainda está em andamento, pois os efeitos das transformações territoriais ainda estão acontecendo no território, podendo levar mais anos para que se possa obter a real dimensão dos seus resultados.

NOTAS

i Entendemos comunidade local no contexto definido para a realidade moçambicana. Segundo a Lei de Terras de Moçambique comunidade local é o “agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância sócio-cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (MADER; FAO, 2001, p. 4).

ii Santos (2009, p. 106) denomina de macroatores “àqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação”.

iii Laschefski (2012) e Zhoui e Laschefski (2012) referem que o Estado, ou os governos, muitas vezes funcionam como facilitadores dos interesses dos organismos internacionais ou do capitalismo.

iv Segundo Pimbert e Pretty (2000) as tipologias de participação são as seguintes: (1) Participação passiva; (2) Participação como extração de informação; (3) Participação por consulta; (4) Participação por incentivos materiais; (5) Participação funcional; (6) Participação interativa; e (7) Automobilização.

v As primeiras transformações de Chimanimani, conhecidas como projeto Chimanimani, tiveram início em finais de 1996 e terminaram em 2003. Depois do fim da primeira fase, a área de Chimanimani conheceu um período de abandono, tendo apenas terminado em 2006, com o lançamento da segunda fase do projeto Chimanimani. Essa nova fase tem a duração de sete anos e concentrou-se em criar condições para o desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo a participação de associações comunitárias em empreendimentos turísticos.

Referências

- ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 273-290.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.).

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 225-256.

DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 1-46.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

LASCHEFSKI, Klemens. Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 63-91.

MADER; FAO. **Lei de terras 19/97 e seus regulamentos:** português - xisena. Maputo, 2001.

MANZANAL, Mabel *et al.* Territorio e instituciones en el desarrollo rural del norte argentino. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario (Comp.). **Desarrollo rural:** organizaciones, instituciones y territorio. Buenos Aires: Ed. CICCUS, p. 211-250.

PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 183-223.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan.-mar., 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise G. **A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local / regional:** a experiência da Coopercana – Porto Xavier / RS. 2006. 326f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas Territorialidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

RÜCKERT, Aldomar A.; RAMBO, Anelise G. Metodologia das escalas geográficas de gestão e poder aplicadas aos estudos de desenvolvimento em quatro territórios rurais. In: CONGRESSO DO

- SOBER. Conhecimentos para a agricultura do futuro, XLV, 2007. Londrina. **Anais...** Londrina, PR: SOBER, 2007(CD-Rom).
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional, 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de *et al.* **Geografia:** conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116.
- ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens(Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 11-31.

5 A PESQUISA QUALI/QUANTITATIVA EM GEOGRAFIA: múltiplos métodos para o caso de Timor-Leste

Gabino Ribeiro Moraes

Introdução

Timor-Leste tem enfrentado enormes desafios para profissionalizar sua população jovem, tendo em vista a importância dessas iniciativas no desenvolvimento econômico e na construção de equidade territorial. A relevância capital dessas iniciativas nesse contexto relaciona-se à condição demográfica do pequeno país. Essa problemática sobre a necessidade de alternativas para o seu desenvolvimento territorial e o papel das iniciativas que estão sendo construídas localmente e da cooperação de atores sociais locais e globais, são representados por doadores e parceiros para o desenvolvimento.

O presente artigo é derivado da tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia na UNESP/Campus de Rio Claro (SP), e contou com o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à pesquisa do estado de São Paulo) com duas bolsas de pesquisa, nacional e BEPE. A tese

procurou analisar as políticas públicas para o aperfeiçoamento da juventude; implementadas em Timor-Leste com enfoque para o ensino técnico-vocacional. Com destaque para as ações da Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego (SEPFPOPE) e as redes de governança presentes em Timor-Leste desde a sua independência em 2002.

A principal intenção deste artigo é compartilhar o percurso metodológico realizado para a tese, partindo da explicação do pluralismo metodológico e da escolha dos métodos para a análise do desenvolvimento territorial a partir da governança multi-nível que ocorre em Timor-Leste.

O artigo está dividido em seis seções, incluindo esta Introdução. A segunda apresenta os métodos e técnicas da pesquisa com foco na realidade do ensino profissionalizante em Timor-Leste. A seção seguinte explicita o trabalho de campo em Díli. A quarta seção apresenta as características gerais das entrevistas semiestruturadas e da observação participativa no observatório do trabalho nacional de Timor-Leste. A penúltima aborda a análise de conteúdo e suas inferências. Por fim, na última seção, temos as Considerações Finais do artigo.

Os métodos, técnicas e o trabalho de campo

A pesquisa teve início na etapa de gabinete com o levantamento de dados sobre o tema da governança. Uma grande variedade de definições sobre o termo tem sido produzida por vários autores e organizações. Em seguida, foi realizada uma série de levantamentos de dados referentes às diferentes instituições internacionais e locais envolvidas nas ações de gover-

nança territorial, tendo em vista a identificação dos tipos de governança e de ações executadas por esses diversos atores no que se refere ao desenvolvimento territorial de Timor-Leste. (MORAES, 2014).

A pesquisa foi feita por intermédio da revisão de referências bibliográficas, a exemplo de livros, de revistas especializadas, de periódicos, de artigos, de teses, de dissertações e de consulta à internet (GUEDES; MENDES, 2005; SILVA; SIMIÃO, 2006; HOHE, 2002; HICKS, 2007; CUMMINS, 2010; MEARNS, 2009; entre outros), com particular destaque para as ações das organizações bilaterais e multilaterais e das ONGs que possuem modelos de gestão diversificados, tendo em vista que algumas dessas instituições estão presentes desde o início do processo de independência e determinam uma série de políticas setoriais em Timor-Leste.

No período do trabalho de campo também foram analisados importantes documentos estratégicos para o desenvolvimento de Timor-Leste. Primeiramente, o relatório *Labour Force Survey* (2010), levantamento laboral realizado em parceria entre o Governo de Timor-Leste (SEPFOPE – Secretaria do Estado para Política de Formação Profissional e Emprego, PNJTL – Política Nacional da Juventude de Timor-Leste e DNE – Direção Nacional de Estatística) e atores coletivos internacionais envolvidos nas políticas de desenvolvimento (YEP – *Youth Employment Promotion Programme*, AusAID – Cooperação Australiana, Cooperação Irlandesa, OIT – Organização Internacional do Trabalho). Outro documento analisado foi o “Timor-Leste: Plano de Ensino e Formação Técnica e Profissional 2011-2030 (EFTP)”, planejamento que

possui os seguintes objetivos: desenvolvimento e diversificação econômica; desenvolvimento e benefício das infraestruturas; serviços de cuidados de saúde primários; sistema de ensino e de formação; desenvolvimento da mão de obra e desenvolvimento de capital humano.

A formação em suas diferentes habilidades é uma carência generalizada em Timor-Leste. Em 2004, o grupo etário de 15 a 19 anos conseguiu obter melhor educação formal do que o restante dos grupos populacionais anteriores – três em cada cinco jovens na faixa etária dos 15 aos 19 anos possuíam algum nível de educação secundária e superior. Para a PNJTL, no entanto:

este facto não significa que estejam aptos a ler e escrever. A PNJTL revelou que um terço daqueles jovens com idade entre os 15 e os 35 anos que completaram o sexto ano da escola primária, apenas conseguem ler uma frase com dificuldade e cerca de um em cada 10 jovens é incapaz de ler. Por outro lado, e de acordo com o censo de 2003, três em cada dez jovens com idade compreendidas entre os 15 e os 29 anos afirmaram não serem alfabetizados em Tétun, aplicando-se tanto para homens como para mulheres. (TIMOR-LESTE, 2007, p. 17).

O Censo indica, igualmente, que mais de um quarto dos jovens com idade entre 15 e 35 anos (27%) não tem qualquer instrução em nenhuma das quatro línguas principais de Timor-Leste. A língua portuguesa e o tétun são línguas oficiais de Timor-Leste, embora a maioria da população fale tétun. O bahasa indonésio e o inglês são igualmente falados, sendo Díli particularmente multilíngue, além da diversidade de línguas maternas utilizadas no país. Para o grupo na faixa etária de 15 a 25 anos, apenas um pouco menos de um quarto (23%)

é de analfabetos. As mulheres apresentam maior número de analfabetismo (23%) que os homens (21%) na faixa etária de 15 a 25 anos. A proporção de jovens com instrução com idade compreendida entre 15 e 23 anos constitui um indicador-chave de redução da pobreza nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

Comparado com outros países da região, o Timor-Leste tem uma taxa de instrução muito inferior para esta faixa etária (77%). Tendo por base o Decreto Lei nº 22, de 9 de dezembro de 2010, segundo a Lei Orgânica do Ministério da Educação:

[...] para responder aos desafios de desenvolvimento de um sistema de educação e ensino de qualidade, centrado no sucesso escolar e na excelência do modelo de ensino e aprendizagem, o Ministério da Educação deve dotar-se de uma estrutura funcional e dinâmica, de maior abrangência territorial e com melhor definição dos seus diferentes serviços, centrais, regionais e distritais, para melhorar as necessidades das Escolas e as responsabilidades impostas pela legislação entretanto aprovada. (TIMOR-LESTE, 2010, p. 7).

O Governo deverá implementar em todos os distritos do país uma escola de referência para garantir um ensino profissional de qualidade, trabalhando com transparência e valorizando a ética e ações inovadoras. As ações do estado timorense sobre o fenômeno social da formação profissional são: i) propiciar qualificação profissional para adolescentes e jovens timorenses de modo a promover o desenvolvimento econômico e social por meio da elevação de mão de obra competente e apta a evoluir nas diversas áreas profissionais; ii) implementar, acreditar e monitorar a administração e a gestão do sistema de ensino técnico-profissional; iii) promover a identidade de um

renovado projeto institucional, de matriz democrática e gerador de um permanente compromisso com a sociedade.

Os objetivos principais são:

- i. promover a qualificação profissional e o desenvolvimento global dos jovens;
- ii. participar ativamente nos esforços nacionais de desenvolvimento socioeconômico;
- iii. fomentar nos alunos o gosto pelo empreendedorismo e pela iniciativa empresarial;
- iv. apoiar os alunos na sua inserção socioprofissional e contribuir para a diminuição do êxodo rural.

Como vetor de modernização da educação, propõe-se a implementação de uma rede de escolas profissionais, tendo como impulsionador o Ministério da Educação em cooperação com outros Ministérios e por meio de parcerias ou protocolos com entidades do setor privado e cooperativo, de modo a formar os jovens a partir da realidade concreta da vida regional e nacional e no interesse pelos valores permanentes da sociedade em geral e da cultura timorense. Em quaisquer circunstâncias, as competências pedagógicas de toda a rede escolar ficam sob a tutela do Ministério da Educação.

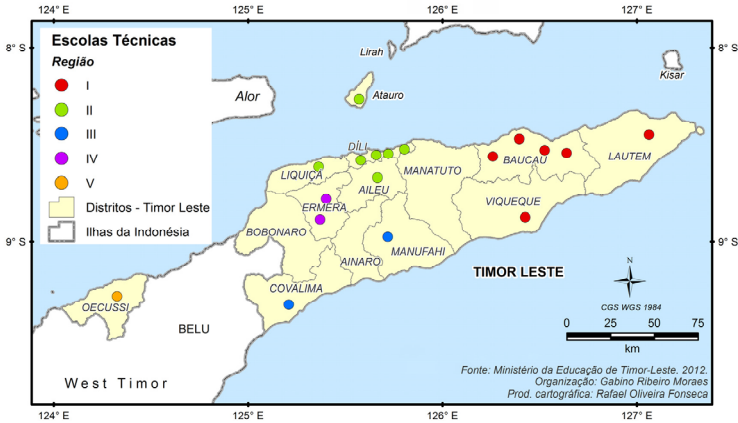
Os cursos profissionais de nível secundário devem atribuir diplomas equivalentes ao ensino regular e o direito à certificação profissional nível III, tendo acesso a estes cursos todos os alunos que concluem o 3º ciclo do ensino básico. Tais cursos devem i) ser organizados em módulos de duração variável, combináveis entre si, segundo níveis de escolaridade e de qualificação profissional progressivamente mais elevados; ii) ter a duração de três anos letivos, correspondentes a um

mínimo de 3.200 e um máximo de 3.800 horas de formação.

De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Educação 2011-2030, o ensino técnico-vocacional desenvolverá as habilidades e técnicas especializadas, com ênfase especial sobre o uso de tecnologias da informação, a fim de assegurar a inserção do estudante no mercado de trabalho ou a continuação de seus estudos no Ensino Superior Universitário. Prevê-se que o ano letivo seja composto por 170 dias úteis e carga horária de 30 horas semanais.

Nos dias de hoje, o Timor-Leste conta com 18 escolas técnicas (públicas e privadas) distribuídas nos distritos. Aquela com maior número de escolas técnicas é o distrito de Díli (também o mais urbano). Além das escolas técnicas (públicas e privadas) regulares acreditadas pelo SEPFOPE, existem outras modalidades de cursos profissionalizantes. A primeira são os centros técnicos que possuem a acreditação da SEPFOPE, como o SENAI/Brasil, por exemplo, e os centros não acreditados pelo SEPFOPE. O Mapa 1 mostra a distribuição das 18 escolas profissionalizantes de Timor-Leste.

Mapa 1 – Escolas profissionalizantes de Timor-Leste



Fonte: Moraes (Org.), 2014.

Dos 13 distritos que compõem a distribuição territorial timorense, três (Manatuto, Ainaro e Bobonaro) não possuem ensino técnico-profissionalizante. A ilha de Ataúro faz parte do distrito de Díli; porém, não existe escola técnica-profissionalizante regular. O Ministério da Educação de Timor-Leste possui uma regionalização de escolas técnicas previstas em cinco regiões. As regiões I e II são as mais diversificadas em relação às especialidades. A maior concentração de cursos está no Distrito de Díli com cinco escolas e 20 especialidades.

Na região I, temos 15 cursos, com destaque para a escola de Viqueque, voltada à agricultura, à pesca e à pecuária. Na região II, temos o maior número de cursos: 20 no total, com cursos mais voltados para o mercado urbano, como, por exemplo, Gestão, Administração, Informática, Gestão de Comércio. Na região III há 10 cursos diversificados, com desta-

que para o de Agro Comércio – porém, é a região que possui vocação para a indústria do petróleo. A região IV também tem problemas com seus cursos vocacionais, pois é a zona onde mais se planta café orgânico em Timor-Leste; no entanto, seus 10 cursos não dimensionam as necessidades técnicas da região. E, finalmente, a região V, o Oecuisse, com três cursos técnicos.

Trabalho de campo

O trabalho de campo em Díli teve início em 11/01/2012 e término em 25/06/2012, evento imprescindível para a concretude da pesquisa. As bases teóricas para a realização do trabalho de campo originaram-se de diferentes fontes, com destaque para as abordagens socioespaciais. Contudo, é importante fazer recortes espaciais para o entendimento dos fenômenos que se deseja estudar e analisar, sendo a questão-chave e presente durante o período do trabalho de campo.

A segunda abordagem teórica está com Lacoste (1985), que trata o trabalho de campo como um procedimento de pesquisa que necessita de articulação escalar:

o trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais as amplas. (LACOSTE, 1985, p. 20).

Para este autor, portanto, o campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É por intermédio da articulação das escalas que podemos, efetiva-

mente, construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular para o geral, e retornando a este. A governança territorial em Timor-Leste é um fenômeno que envolve uma totalidade comum aos principais agentes sociais presentes naquele país. A tentativa de compreensão dessa totalidade partiu da associação entre teoria e prática para a interpretação da realidade em Timor-Leste.

A realidade foi melhor percebida no trabalho de campo em Díli, uma experiência singular, o envolvimento de forma intencional e desarraigada com o país. Todavia, para investigar rigorosamente os sentidos originais da relação das pessoas com o espaço, é fundamental deixar que o lugar se revele. Colocar entre parênteses (suspendendo os conhecimentos prévios) é importante para que o objeto revele-se ao pesquisador, partindo daí a interação tão desejada que gera o conhecimento cognitivo do espaço. Assim, inverte-se a ideia de construir hipóteses e teorias explicativas a priori, buscando, no campo, apenas sua comprovação ou refutação (BACHELARD, 1985). O campo tem o objetivo do descobrimento, se espera que dele venham à tona hipóteses. Por isso, o campo, em primeiro lugar, serve à descrição. Só mais tarde ele poderá ser utilizado para a reflexão sobre hipóteses ali surgidas e nas análises do pesquisador.

Na tentativa de cumprir com o desafio dessa multiplicidade de atores sociais em Timor-Leste, a metodologia foi quali/quantitativa. Ao longo do processo histórico da ciência, as transformações sociais, políticas e econômicas contribuíram para gerar as “crises”. Estas, dentre elas a científica, são importantes porque permitem refletir sobre o sujeito, o objeto, o conteúdo e as técnicas usadas nas pesquisas. A opção teóri-

co-metodológica e o tipo de pesquisa, qualitativa ou quantitativa, refletem a postura filosófica do pesquisador (PESSÔA, 2012). A busca por “novos” caminhos mostra que a ciência é dinâmica e que o conhecimento se produz a partir da interdisciplinaridade/multidisciplinaridade com as áreas afins. Essa integração entre diferentes conhecimentos possibilita criar saberes diferenciados e importantes para a construção do conhecimento.

As pesquisas de natureza tipicamente qualitativa geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos, requerendo, assim, um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando o significado. Esse processo é complexo, não linear e implica em um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha todo o ciclo da investigação. Observa-se, entretanto, que a maioria das técnicas de análise procura seguir os padrões da análise quantitativa, ou seja, tem o propósito de contar a frequência de um fenômeno e procurar identificar relações entre os fenômenos com a interpretação

dos dados recorrendo a modelos conceituais definidos a priori. O conjunto destas técnicas vem sendo denominado de análise de conteúdo. A análise de conteúdo, de acordo com Minayo (1994), é a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. A análise de conteúdo, segundo Bardin, pode ser definida como

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42).

Outra tendência para a pesquisa quali/quantitativa tem sido a de procurar ir um passo adiante na análise, buscando construir uma *Groundend Theory* a partir do significado e das explicações que as entrevistas atribuem aos fenômenos pesquisados. O método de análise de dados usa uma série de procedimentos para levantar inferências válidas a partir de um texto. Para tanto, buscou-se classificar palavras, frases ou mesmo parágrafos em categoria de conteúdo. Nesta perspectiva de análise, o pesquisador forma uma versão teórica da realidade. Esta formulação teórica não apenas pode ser usada para explicar a realidade como também provê um esquema de referência para a ação. (ROESCH, 1996).

Assumiu-se, assim, uma metodologia de investigação de 'estudo de caso', abordagem rica do ponto de vista da profundidade da informação a se coletar e útil para promover a compreensão do espaço relacional que se formou em Timor-Leste desde a independência do país. Para isso, foram entrevistados

atores sociais da SEPFOPE, além da observação participativa no período de três meses junto ao OMTN. Para complementar a investigação, entrevistou-se atores sociais de organismos da administração indireta do Estado, mas que possuem vínculo direto com a formação técnica e vocacional e com os jovens. Assim, temos o CNEFP, o INDMO e o Centro de Formação Profissional Brasil – Timor-Leste, pilares importantes para a criação e implementação de programas nacionais de EFTP. Além desses, houve entrevistas com os demais atores sociais globais e locais que se vinculam indiretamente à temática do EFTP em Timor-Leste. A escolha dos respectivos atores resultou da indicação dada pelos primeiros entrevistados, uma abordagem que segue a lógica da bola de neve (*snowball sampling*), o que facilitou o contato com o ator posterior, e assim sucessivamente.

As entrevistas e a observação participativa

Com o objetivo de conhecer, compreender, descrever e interpretar a relação entre os processos de tomada de decisão na formação de recursos humanos e a sua dimensão territorial, a entrevista semiestruturada é uma etapa metodológica que facilita a compreensão do fenômeno. Neste contexto, as entrevistas pretenderam averiguar: i) quais as possíveis relações entre as cooperações bilaterais e multilaterais presentes em Timor-Leste? ii) qual o papel dos atores locais? iii) quais as políticas de formação técnica vocacional? iv) como os atores sociais veem a questão da oportunidade de trabalho? v) como os atores sociais percebem a questão da igualdade de gênero?

vi) qual a compreensão sobre o empreendedorismo?

Ao seguir essa postura metodológica, a investigação se dispôs a ouvir as vozes dos atores que atuam na esfera políticas de EFTP, sobretudo no nível da sua implementação. A partilha das experiências destes intervenientes possibilita uma visão mais concreta, não só da fileira do processo de decisão no domínio das políticas de EFTP (nível decisório, nível instrumental e nível operacional) e sua relação com a dimensão territorial como também entender a natureza e os mecanismos de articulação (ótica da cooperação vertical) entre as principais instituições locais e internacionais em sinergia.

São diversas as formas de entrevistas que se podem adotar ao nível da sua estruturação. As entrevistas podem ser *não estruturadas*, envolvendo um processo de recolha flexível, aberto e conduzidas com uma orientação não diretiva, *estruturadas*, compreendendo um roteiro previamente definido e perguntas de natureza mais fechada, e *semiestruturadas*, em que é possível orientar o discurso dos entrevistados em torno dos objetivos previamente definidos e, simultaneamente, garantir-lhes uma margem de liberdade confortável para abordar aspectos do seu interesse. Segundo Robson (2002) e Patton (2002, p. 332), que categorizam este modelo como “*interview guide approach*”, embora este tipo de entrevista exija a elaboração prévia de um guia, que funciona essencialmente como uma bússola norteadora, também permite alterar a ordem das questões bem como omitir e/ou acrescentar outras que se julgue pertinentes durante a condução da entrevista.

Em campo, o objetivo do pesquisador é conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente por

meio da pesquisa bibliográfica. Dessa forma, temos a coleta de dados por entrevista. Para Valentine (2005, p. 110)

falar com as pessoas é uma excelente forma de coleta de informações. Às vezes, na nossa vida cotidiana, no entanto, temos a tendência de falar muito rapidamente, não ouvir atentamente e interromper os outros. Entrevistas semiestruturadas (por vezes referidas como entrevistas informais, de conversação ou suaves) e grupos focais (por vezes referido como foco do grupo entrevistado) são sobre falar com as pessoas, mas de forma autoconsciente, organizada e parcialmente estruturada.

Para essa etapa da pesquisa científica foi necessário estar aberto para ouvir o que os entrevistados tinham a dizer de maneira imparcial. Também foi necessário criar um ambiente confortável para os atores sociais compartilharem seus saberes bem como ser cuidadoso e sistemático com as informações disponibilizadas. Essa etapa metodológica foi realizada no trabalho de campo com a intenção de coletar dados objetivos e subjetivos dos entrevistados. A preparação das questões da entrevista foi uma fase decisiva para a pesquisa. Seu planejamento teve dois grandes objetivos: a escolha dos entrevistados e a preparação do roteiro com as questões pertinentes; situação que vai ao encontro das palavras de Parfitt (2005, p. 79, tradução nossa): “Muitas vezes é uma surpresa, para aqueles sem experiência na condução de questionários, a quantidade de trabalho (físico e intelectual) que eles implicam”. No entanto, os questionários são uma forma importante de provar diferentes tipos de informação a partir de uma população-alvo.

Para sanar essa etapa metodológica, foi necessário optar pelas formas de entrevistas científicas a serem realizadas. Esse plural metodológico é sugestão de Bourdieu (1999), que in-

dica que a escolha do método não deve ser rígida, mas, sim, rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um só método, com rigidez. Por isso, optou-se por entrevistas semiestruturadas que combinassem perguntas abertas e fechadas para que o informante tivesse a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

Levando em conta essa opção metodológica, foi elaborado um conjunto de questões previamente definidas, que foram realizadas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. A ideia era ficar atento para dirigir, no momento oportuno, a discussão para o assunto de interesse, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficassem claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista.

A principal vantagem que se percebeu com a técnica de entrevista semiestruturada foi a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre os assuntos tratados. Além disso, foi importante a interação com entrevistados com respostas espontâneas. Essa maior liberdade fez surgir questões inesperadas e importantes.

Sabemos que para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas: optamos pela técnica de *snowballing* (YIN, 1993; VALENTINE, 2000). Este termo descreve o uso de um contato para ajudar o pesquisador a atrair outros contatos, que, por sua vez, podem colocá-lo em contato com outros possíveis entrevistados. A força desta técnica está na ajuda que os pesquisadores obtêm para superar um dos principais obstáculos: a escolha dos entrevistados. Ela também permite que o pesquisador ache mais facilmente entrevistados com experiências naquilo que está sendo inves-

tigado.

As perguntas foram elaboradas ao longo do estudo com o intuito de: i) descrever e analisar diferentes trajetórias profissionais e construir hipóteses relativas aos atores sociais pesquisados; ii) identificar valores, concepções, ideias, referenciais simbólicos que organizem os temas de pesquisa e iii) configurar níveis de generalização a partir de entrevistas semiestruturadas que permitam avaliar a influência das práticas de governança aplicadas no território.

Destaca-se que os atores sociais (entrevistados) cederam (por meio de assinatura de um Termo de Consentimento) o conteúdo da entrevista para nossa pesquisa, porém optou-se por substituir o nome dos entrevistados por códigos (A1 – A15). Como já foi abordado, a coleta foi flexível com o entrevistado em torno dos objetivos previamente definidos, mas com liberdade para abordarem aspectos do seu interesse.

Entre as abordagens para conseguir as entrevistas, nem todas foram bem-sucedidas ou mesmo plenamente satisfatórias, pois alguns atores sociais não disponibilizaram entrevistas e/ou não permitiram a gravação do depoimento. Em um segundo momento, foi realizada a transcrição fiel dessas entrevistas, com tudo o que o pesquisador falou e sentiu durante a entrevista com legibilidade. Alguns trechos das entrevistas transcritas foram utilizados ora como discursos dos atores sociais ora como dados na análise de conteúdo que representa o discurso dos atores, os quais foram analisados por meio da análise de conteúdo categorial temática de índole qualitativa, complementada pela exploração de algumas correlações e significâncias discursivas com o auxílio de ferramentas como o

software Nvivo para a organização das análises.

A observação foi o método complementar que também contribuiu para a coleta de dados. A técnica empregada foi a observação assistemática, onde procurou-se recolher e registrar os fatos da realidade de Díli, com o diário de campo. A segunda técnica foi uma observação participativa, na condição de pesquisador visitante no Observatório do Mercado de Trabalho Nacional em Timor-Leste (OMTN), junto à Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE). A partir dessa indispensável demanda, foi idealizada a participação na condição de pesquisador visitante no OMTN.

A análise de conteúdo e os possíveis resultados

Entende-se por análise de conteúdo um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando-se a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição, o conteúdo das mensagens. A análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Operacionalmente, a análise temática desdobrou-se em três etapas: i) Pré-análise: consiste na escolha dos documentos a serem analisados, é possível interpretar a transcrição como uma pré-análise. Isso ocorre porque se somam, ao momento de transcrição, os outros contextos anteriores que foram se ampliando; ii) exploração do material que consiste essencialmente na operação de codificação; iii) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Os possíveis significados são indicadores qualitativos

ou quantitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2002). Esta técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Para o tipo de entrevista em apreço é indicada a modalidade de análise qualitativa (procura-se analisar a presença ou a ausência de uma ou de várias características do texto).

A opção por uma metodologia compreensiva levanta vários e profundos questionamentos: i) qual o papel do ator, no quadro epistemológico de manifestação do eu e na produção do conhecimento? ii) qual a articulação entre o objetivo e o subjetivo na análise da vida quotidiana? São questões que resultam em uma pluralidade de modos de pensar, ser e fazer dos atores e suas mensagens, que serão analisadas de forma categórica e tipológica. No caso desta pesquisa, realizou-se uma primeira leitura da entrevista, para, em seguida, codificar (saliar, classificar, agregar e categorizar) trechos da entrevista transcrita, na grelha de categorização das unidades de sentido.

Em três colunas foram inseridos dois grandes temas da entrevista:

- (1) Sim ou não para a questão a ser investigada;
- (2) Unidade de contexto da entrevista (excerto);
- (3) Sínteses e análises.

Na coluna ‘excerto’ da entrevista encontram-se os fragmentos do texto que englobam a unidade de contexto. Por fim, na coluna “sínteses e análises”, insere-se a unidade de re-

gistro – parte do texto que se pretende selecionar para a análise –, mais reduzida do que a unidade de contexto e desta retirada. Esta etapa conciliou-se a duas tipologias de leitura: *crítica e transversal*. A primeira, mais sistemática, pretendeu selecionar as unidades de sentido importantes para o processo de análise das entrevistas. Já a segunda, pretendeu tomar contato com os temas-chave, proporcionando anotações e pistas da leitura posterior.

Para a técnica da ‘análise de conteúdo’ ser ainda mais eficiente, é interessante que as palavras estejam reunidas em categorias, ou seja, em torno de um conceito ou atributo, com um grau de generalidade que confere unidade a um agrupamento de palavras ou a um campo de conhecimento, em função da qual o conteúdo é classificado, quantificado, ordenado ou qualificado, para, assim, poder atingir os objetivos da pesquisa. Contudo, para a continuidade deste trabalho, após a finalização da análise de conteúdo na grade de categorização das unidades de sentido, preveem-se duas etapas metodológicas.

A primeira é a continuidade da análise das entrevistas e o aprimoramento da tipologia das respostas apresentadas pelos entrevistados, capazes de ajudar a perceber as questões relevantes e suas ações práticas. Para aprimorar os resultados das codificações foi utilizada uma ferramenta de análise qualitativa: o NVivo. Este software permite aos usuários classificar, ordenar e organizar informações; examinar as relações nos dados e combinar a análise com vinculação, busca e modelagem. O software também é uma oportunidade de testar teorias, identificar tendências e contrainterrogar a informação de uma infinidade de maneiras, usando suas funções pesquisa e consulta.

Nosso objetivo será mostrar a ligação do componente analítico a partir dos objetivos da pesquisa, os dados obtidos das diferentes etapas metodológicas e o quadro conceitual desta tese.

A última etapa da análise de conteúdo, a partir da grade de categorização, foi a codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra. Esta é uma tarefa de construção que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa. Dessa forma, o referencial de codificação é um modo sistemático de comparação. Ele é um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação):

- categorização das unidades de sentido: organização das unidades de sentido, agrupadas de forma sequencial, mas, desta vez, integradas nas categorias e subcategorias criadas a partir da grade de categorização das unidades de sentido;

- quadro de comparação de dados: tabela que pretende comparar, em todas as categorias e subcategorias, o número de unidades de sentido selecionadas de cada entrevistado, a partir de uma frase que sintetize o sentido genérico das unidades de sentido. Permite uma leitura vertical do total de unidades de sentido de cada entrevistado e horizontal do total de unidades de sentido em cada frase de enunciação. E, ainda na leitura horizontal, oferece o total de unidades de sentido por entrevistado e o total de entrevistados em cada linha.

Tais dados nos direcionam para as estratégias de gover-

nança territorial que envolvem as políticas públicas visando o aperfeiçoamento de recursos humanos qualificados e sua posterior inserção no mercado de trabalho em formação, e sua articulação com outros agentes e políticas, designadamente as de base territorial.

Considerações Finais

Este artigo propôs-se a oferecer uma visão geral do processo de análise de dados das dinâmicas territoriais e da forma como tem sido pensada a questão do desenvolvimento a partir dos princípios da governança territorial, ou seja, da articulação entre o plano das políticas públicas e do ordenamento do território como vetores do desenvolvimento.

A metodologia utilizada empregou técnicas estatísticas, sobreposição cartográfica e trabalho de campo para a realização das entrevistas com atores sociais e posterior análise de conteúdo dos dados obtidos em campo. Ao final da tese, concluiu-se que há uma sobreposição de agentes sociais em governança multinível em Timor-Leste e que profissionalizar a juventude do país contribui para o aperfeiçoamento da população jovem, constituindo-se como um fator de desenvolvimento econômico e de equidade territorial.

O processo de análise de dados na pesquisa geográfica, sobretudo a sua importância e os desafios em estudos organizacionais, não foi esgotado neste artigo; espera-se, contudo, que possa contribuir para melhor entendimento do tema e

oferecer subsídios para outros estudos.

Referências

- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Tradução de Juvenal Hahne Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1999.
- CUMMINS, D. **Local Governance in Timor-Leste: The Everyday Politics of Mutual Recognition**. 2010. 233f. (PhD. Thesis) School of Social Sciences and International Studies, University of New South Wales, Sydney, 2010. Disponível em: <http://cultura.gov.tl/sites/default/files/DCummins_Local_governance_in_Timor-Leste_2010.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- GUEDES, A.; MENDES, N. **Ensaio sobre nacionalismo em Timor-Leste**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- HICKS, H. Community and Nation-State in East Timor: A View from the periphery. **Antropology Today**, Oxford, v. 23, n. 1, 2007, p. 13-16.
- LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006, p. 77-89.
- MARQUES, T; SANTOS, E. Governança territorial e ordenamento territorial – uma abordagem regional. **XII Colóquio Ibérico de Geografia** (6 a 9 de Outubro), Porto, 2010. Disponível em: <<http://web.letas.up.pt/xiicig/resumos/298.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- MASSON-VINCENT, M. Governance and geography explaining the importance of regional planning to citizens, stakeholders in their living space. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, Avignon (França), n. 46, p. 77-95, 2008.
- MEARNS, D. Masking the Pain: Nation building and local anaesthetic in Timor-Leste. In: SHOESMITH, D. (Ed.) **The crisis in Timor-Leste: past, imagining the future**, CDU Press, Darwin, 2007, p. 45-51.

- MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAES, G. **Caracterização de práticas de governança territorial no processo de desenvolvimento contemporâneo em Timor-Leste:** análises a partir da questão da formação profissionalizante. 2014. 222f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123998/000830338.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods.** 3. ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2002.
- PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio do curso de administração:** guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.
- ROBSON, C. **Real world research.** 2. ed. Oxford: Blackwell, v. 1, 2002.
- SILVA, K. C.; SIMIÃO, D. S. **Timor-Leste por trás do palco:** co-operação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- TIMOR-LESTE. **Plano de ensino e formação técnica e profissional 2011-2030.** Díli: SEFOPE, 2011.
- VALENTINE, G. Tell me about...: using interviews as a research methodology. In: FLOWERDE, R; MARTIN, D. (Ed.) **Methods in Human Geography:** a guide for students doing a research projects. Edinburgh Gate: Addison Wesley Longman, 2005, p. 27-54.
- YIN, R. **Pesquisa de estudo de caso - desenho e métodos.** Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 1994.

6 O ESTUDO DE CASO NA DINÂMICA DA GEOGRAFIA: uma aplicação prática

Luís Fernando Pinto Dias

*A maioria das pessoas, durante a vida, faz pouco
uso de seus poderes perceptivos.
Yi-Fu Tuan (2012).*

Introdução

O presente artigo é resultante da tese de doutoradoⁱ, “Dinâmica de um processo associativista: cooperativa de consumo dos servidores da UEL – SERVICOOOP”, que buscou compreender a dinâmica da movimentação de um processo associativista, um modelo solidário de ajuda mútua. As pessoas, no Estudo de Caso foram os servidores da Universidade Estadual de Londrina – UEL que exerciam suas atividades, no

período de 1988 a 1995. O trabalho teve como foco a análise da mobilização ocorrida visando superar a situação de arrocho salarial que estavam vivenciando naquele momento de suas vidas.

O Estudo de Caso desenvolvido trata da “dinâmica”, que vem a ser a ação e o modo do “processo” que dá a sequência, quando se trata da realização de uma atividade “associativa” que indica a criação de uma associação/cooperativa, utilizando a forma de “ajuda mútua” no conceito de solidariedade que indica uma relação de compromisso entre as pessoas ou, ainda, uma ação de “compadecimento” com as dificuldades do próximo, caracterizando, com isso, a movimentação das pessoas, isto é, dos servidores da UEL.

O desenvolvimento da sociedade, na maneira como se representa no espaço geográfico e como são estabelecidas suas relações no tempo, é um incansável campo de estudo, face as suas singularidades e complexidades.

O Estudo de Caso em relato buscou respostas para questões como: qual o motivo dos servidores da UEL para se organizarem e formarem uma cooperativa? Qual a importância da existência da Cooperativa no tempo e no espaço ocupado? Como se desenvolveu e funcionou a Cooperativa? O que provocou a desativação da Cooperativa? Quais expectativas tiveram êxito? Houve alguma frustração no processo? Quais as semelhanças do processo com as do movimento de criação do cooperativismo? E, ainda, a indagação: seria possível, hoje, constituir uma sociedade cooperativista de consumo de forma solidária e no modelo de compras em comum?

No desenvolvimento do Estudo de Caso, apresenta-se

uma síntese da origem do município de Londrina e também da Universidade, nele inserida, para um olhar das relações intrínsecas entre a cidade e a universidade e, ainda, para conhecer o local onde atuam as pessoas envolvidas, os servidores da UEL, foco do estudo, e onde aconteceu a implantação da Cooperativa de Consumo.

Foi analisada a dinâmica do processo e do modelo aplicado na existência da cooperativa de consumo, em um recorte histórico, que abrange o período de 1988 a 1995, com uma análise qualitativa, pela interpretação e pela ótica da percepção das pessoas que vivenciaram e participaram do processo ocorrido na Universidade Estadual de Londrina – UEL, bem como demonstrando as adaptações ocorridas.

Para verificar as ocorrências e seus detalhes, houve a necessidade de levantar os motivos que levaram os servidores da UEL a se organizarem em sua própria Cooperativa; investigar a importância da sua existência, no tempo e no espaço ocupado; discorrer sobre o modelo funcional desenvolvido na operacionalização da Cooperativa, a SERVICOOOP; comparar o processo associativista, com base nas suas ideias e constituição, com as do histórico do movimento de criação do cooperativismo; verificar os impactos sobre as pessoas envolvidas, a dinâmica ocorrida na ação da organização da cooperativa; compreender como se realizou o trabalho do grupo e a sua ação na definição do objetivo comum; investigar a reação das pessoas envolvidas, considerando as condições vividas na gênese do processo; analisar a possibilidade de se refazer o mesmo modelo e o mesmo processo associativista e, ainda, a ocorrência da transferência do conhecimento produzido na implantação de

outra unidade cooperativa.

Para tanto, buscou-se embasamento teórico sobre o movimento cooperativista, objetivando comparar, historicamente, as semelhanças e as contradições ocorridas no processo local por meio da contextualização do cenário econômico e político, na perspectiva da organização e da movimentação dos servidores com as do movimento que deu origem ao cooperativismo, em 1844, conservando-se a devida proporção de escala e tempo dos fatos.

A situação no desenvolvimento da pesquisa assemelha-se ao cenário descrito como fator motivador para o envolvimento das pessoas (servidores da UEL) na organização e na constituição da associação pró-cooperativa dos servidores, conforme as premissas da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (1998, p. 21) que diz: “a associação é uma maneira de participar da sociedade e é muito comum que as pessoas se reúnam para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de serem conseguidos”.

Para formar a base teórica e ampliar a compreensão do movimento cooperativo apresentam-se informações coletadas em documentos, instituições e na leitura de diversos autores, com um olhar especial em três deles: George Holyoake e a sua obra considerada “bíblia de cooperativismo”, Os 28 tecelões de Rochdale (HOLYOAKE, 1933); Gromoslav Mladenatz, na obra “História das doutrinas cooperativistas” (MLADENATZ, 2003) e Charles Gide, na obra “O cooperativismo” (GIDE, 2008).

O material da pesquisa de campo foi coletado por meio

de várias reuniões, nos moldes de como ocorria nas primeiras discussões que alimentaram o processo embrionário em tela e, ainda, com entrevistas e questionários, elencando um rol suficiente de pessoas que estavam, à época, envolvidas na dinâmica da movimentação.

Para a análise qualitativa e participativa, utilizaram-se a “interpretação” e a “percepção”, quando do contato permitindo a liberdade e abertura para todos, sem, contudo, influenciar ou conduzir o retorno das respostas. Para apoio em determinadas explicações, utilizou-se das “N.A. – notas do autor”, procurando esclarecer alguns aspectos considerados importantes.

Ao final, foi apresentado como resumo um modelo utilizado por um grupo de pessoas que, por certo, de forma solidária, recuperou, no período de sua atividade, um pouco das condições de dignidade para a sobrevivência de muitas famílias.

O capítulo está estruturado em dois itens, além da Introdução e das Considerações Finais. No primeiro item “O estudo de caso construído como um instrumento de análise da Geografia” foi feita a construção do estudo na Geografia, e no segundo item “A aplicação do estudo de caso na dinâmica de um processo associativista” em que demonstra a aplicação no caso concreto.

O estudo de caso construído como um instrumento de análise da Geografia

A Geografia, com a utilização de métodos científicos, estuda a conjuntura e o recorte dos fenômenos humanos e suas dimensões socioespaciais e políticas, analisando, ainda, como esses fenômenos se inter-relacionam, pesquisando o local no seu cotidiano (onde acontece a vida das pessoas no seu dia a dia). Analisado sob o olhar de Santos (1996, p. 109), é um recorte e uma categoria, “mas temos que ter a precaução de saber que dentro de uma área as pessoas não têm a percepção do tempo e do espaço, objetivamente, de igual para igual”.

A pesquisa qualitativa está embasada em autores que indicam que por ela pode-se resgatar o fenômeno ocorrido por meio da abordagem interpretativa, e um dos procedimentos é o estudo de caso. Matos e Pessôa (2009, p. 283) enfatizam que “cabe ao pesquisador estabelecer a técnica ou as técnicas que sejam mais adequadas ao seu objeto de estudo e com quais consiga alcançar os resultados para o desenvolvimento do estudo”. Já a pesquisa quantitativa é complementar, não necessitando de uma avaliação detalhada, pois o foco principal está na pesquisa qualitativa de interpretação e percepção.

Na percepção e na interpretação da movimentação no espaço geográfico, não é possível dissociar o processo que é definido por Corrêa (2007, p. 29) “como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança”. Uma concepção do real ocorrido com um olhar do investigador é assim concluída por Costa e Moraes (1984, p. 27): “método de interpretação

é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência”.

A percepção é tratada na Geografia por Tuan (2012) como a capacidade de entender pelos sentidos ou, simplesmente, como vemos e como descobrimos o mundo nas ações do cotidiano, aprofundando suas análises, nessa abordagem, sobre a visão de mundo.

Por essa visão, de olhar um local (setor) do trabalho humano como um espaço organizado e ocupado pelo homem, deve-se considerar e analisar os fenômenos ocorridos como uma combinação de fatores importantes para o desenvolvimento humano e social, assim apresentado por Santos (1978, p. 145): o “espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante, e como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”.

Para o desenvolvimento deste estudo, conjugaram-se técnicas de coleta de dados e também de abordagem, com a finalidade de se adequar o melhor processo. Segundo Alves (2008, p. 239), “a utilização de apenas um método para uma complexidade diversa, como é o caso do espaço geográfico, não dá conta ou suporte para o geógrafo”, ou seja, obter as informações com o intuito de atingir os resultados desejados.

Continuando, Alves (2008, p. 239) complementa que, “devido à resistência por parte de geógrafos em empregar dois ou mais métodos em uma pesquisa, algumas investigações deixam a desejar no que diz respeito à totalidade e à complexidade dos fenômenos”.

Como justificativa pela escolha, o fenômeno analisado tratou de um mecanismo social de proteção e de busca da sobrevivência das pessoas envolvidas. Buscou-se analisar o trabalho do particular para o geral, visualizando, assim, o todo, além de cruzar as várias áreas do conhecimento como pano de fundo para a expansão dos saberes e de sua aplicação.

Da mesma forma, acredita-se que, ao utilizar vários métodos e técnicas, independente do campo do estudo aplicado, busca-se obter sua legitimidade, pois, segundo Ribeiro (2011, p. 249), a pesquisa e “as ciências são produtos sociais. Isto quer dizer que a gênese, a maturidade e o caso das mesmas devem-se tanto aos esforços de seus representantes quanto às demandas colocadas pela vida social”.

Por tratar-se de um trabalho que se pauta pela análise de um processo com um caso concreto já decorrido, a estratégia de pesquisa qualitativa adotada é o estudo de caso, técnica que trabalha e enfatiza a interpretação de um contexto, utiliza várias fontes de informações e busca um quadro real e completo, características da pesquisa, forma e escolha corroborada por Martins (2008, p. 22) ao indicar que “em um estudo de caso a coleta de dados ocorre após a definição clara e precisa do tema, [...] bem como as opções por técnicas de coleta de dados”.

O Estudo de Caso ocorreu com uma abordagem qualitativa e quantitativa, cujo foco é oriundo do desejo de se investigar e entender um fenômeno social ocorrido dentro de seu contexto real, em que, na coletânea de evidências, buscou-se demonstrar, de modo convincente, o fato, a motivação, a crença, as expectativas e o pensamento existente no período para evitar o reducionismo e obter melhor resultado, pois,

conforme Oliveira (2007, p. 39), “adotar a prática de combinar técnicas de análise quantitativa com técnicas de análise qualitativa proporciona maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa”.

Assim, ao mesmo tempo em que os procedimentos e abordagens escolhidos podem favorecer mais de uma forma de análise, a utilização de mais de uma técnica possibilita que um resultado apoie a confiabilidade e a veracidade do outro, ampliando, assim, seu suporte e validação, pois “a confiabilidade de um estudo de caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas”. (MARTINS, 2008, p. 80).

Para o alcance dos objetivos de conferir e verificar como a movimentação das pessoas em torno do processo cooperativista em tela foi registrada, confirmando a realidade no tempo e no espaço, utilizou-se duas técnicas de pesquisa: levantamento de dados e instrumental da análise documental.

A análise documental, ou a extração de informações, consistiu no “acesso a documentos escritos – sejam em forma de relatórios, artigos, jornais, revistas ou mesmo em livros e documentos mais aprofundados da realidade”. (OLIVEIRA, 2007, p. 90). Além de buscar compreender a “teoria econômica, das generalizações, legislação, estatutos e regimentos, para o entendimento das formas de organização popular e dos princípios da cooperação” (OLIVEIRA, 2007, p. 109), reduzindo a possibilidade de influência e apontando para os caminhos e decisões percorridos no período, o que auxiliou a

identificar e relacionar os fatos na forma concreta.

O grupo de participantes foi composto com base no universo de servidores e foi definido a partir da análise documental, que possibilitou a identificação dos envolvidos na dinâmica a ser trabalhada.

Vejamos que a pesquisa de campo, na forma como foi estruturada, buscou entender e compreender a realidade vivenciada naquele tempo, por isso a opção do contato direto para poder perceber e interpretar com coerência os fatos, pois, segundo Santos e Pessoa (2009, p. 124), “é, neste momento, que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos”.

Com base nesta análise foi possível estabelecer o grupo de servidores que trabalhavam no período em estudo e, portanto, vivenciaram e testemunharam o processo, em condições de descrever como estava a UEL, no âmbito econômico e social, como ocorreu o processo e sua dinâmica e, ainda, como aconteceu a criação da SERVICOOOP a partir da identificação do conhecimento existente à época sobre o sistema cooperativista.

A pesquisa por levantamento de dados ocorreu pela necessidade de informações com a delimitação do grupo determinante, formado pela caracterização básica que possuía a interação capaz de participar na busca dos objetivos, cuja execução foi realizada por meio de abordagem direta, nas entrevistas e questionários, com questões fechadas e abertas, sendo que a aplicação escolhida variou de acordo com a necessidade instrumentalizada em cada grupo.

Com a realização da pesquisa de campo, juntamente com a análise documental e as fontes secundárias, todo o material

foi tabulado e analisado, executando-se a estruturação dos resultados e conclusões.

No Estudo de Caso em tela, o relatório final contou com a apresentação do histórico da localização, suas correlações e importância, as interações sociais, econômicas e políticas, que convergiam e divergiam ao longo do tempo, além de uma explanação sobre o espaço geográfico e cooperativo, no processo de movimentação e mobilização das pessoas.

Por ser o Norte do Paraná, uma região cujo desenvolvimento teve origem agrária, quando se refere a cooperativa, no “imaginário” das pessoas, ela se vincula às cooperativas agropecuárias, motivo pelo qual fazemos uma abordagem e um comparativo dos ramos de cooperativas, incluindo as agropecuárias, as de crédito e as de consumo.

Todo o trabalho foi justificado e consolidado com o referencial teórico, metodológico e científico do campo específico do tema, paralelamente a um resgate histórico do processo e do modelo do sistema cooperativo e sua aplicação.

A aplicação do estudo de caso na dinâmica de um processo associativista

Para a Geografia, é importante o estudo sobre a dinâmica da movimentação das pessoas, pois, segundo Santos (1996, p. 109), “é através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, que podemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais”. Esse fato pode ser mostrado no caso do processo associativista desenvolvido pelos servidores da UEL, o qual foi analisado,

da gênese até a dissolução da Cooperativa de Consumo, como um parâmetro da “ciência” oriunda da vivência popular e da capacidade de produzir ou adaptar alternativas para a sociedade sobreviver e evoluir.

A descrição de como aconteceu a dinâmica da mobilização e de como ocorreu o envolvimento das pessoas no processo de idealização e criação da cooperativa só poderia ser feita com a participação daqueles que internalizaram a filosofia e os objetivos de uma ação coletiva para minimizar os efeitos danosos da economia vigente no país, que penalizava, principalmente, os menos favorecidos.

O estudo ocorreu na região Norte do Paraná, onde se situa o município de Londrina, mais especificamente na Universidade Estadual de Londrina, local onde trabalham as pessoas (servidores) envolvidas na pesquisa. O surgimento e o conhecimento do sistema cooperativo na região estão relacionados à base agrária, origem do desenvolvimento local.

Segundo o IBGE, a microrregião geográfica de Londrina, definida como Microrregião 011, é composta por seis municípios (Londrina, Cambé, Ibiporã, Pitangueiras, Rolândia e Tamarana). Para definir melhor este espaço, tem-se que

a localização privilegiada de Londrina, no Terceiro Planalto de Guaraçuva, mais se ressalta quando se constata a presença de terras-roxas, de grande fertilidade e topograficamente favoráveis à utilização agrícola, que permitiram rápida ocupação da área e grande dinamismo na sua economia. A área territorial do Município é de 2.119Km², constituindo-se num dos de maior área do Estado, correspondendo a cerca de 1% da área estadual. Localiza-se a uma latitude de 23°18'39" e a uma longitude de 51°09'23. (ASARI; TUMA. 1978, p. 47).

O município teve um desmembramento, ocorrido no ano de 1996, com a emancipação de Tamarana, reduzindo a área territorial, já atualizada conforme as informações do “Perfil de Londrina, 2013”, da Prefeitura do município.

A UEL – Universidade Estadual de Londrina está localizada,

no município de Londrina, no Estado do Paraná, uma das maiores cidades do Sul do país e a segunda maior do Paraná com 515.707 habitantes (IBGE 2013) [...] em uma das regiões de maior dinamismo econômico do Estado do Paraná [...] O município teve seu crescimento inicial sustentado pela produção agrícola e sua comercialização e, em especial, a exportação do café. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 45).

O espaço ocupado, mesmo que de forma planejada, quando é possível, depende da cultura, que pode ser entendida como um dos elementos destinados à satisfação das necessidades humanas. Sabe-se que as ações das sociedades cooperativas buscam uma forma de melhoria das condições de vida, mas a filosofia do cooperativismo em um ambiente globalizado, principalmente no processo do consumo, tem dificuldades de manutenção, pois as condições econômicas, envolvendo a sobrevivência familiar e preenchendo os níveis de sustento pelo consumo dos gêneros de primeira necessidade, alteram-se em função de não haver mais a ligação no aspecto sociocomunitário, premissa de funcionamento de um sistema solidário e associativista.

Nesse contexto, as cooperativas, em função do novo arranjo produtivo provocado por essa expansão mercadológica de forma globalizada, têm dificuldades em atender as necessidades

de seus associados, pois o mercado tem maior oferta de produtos e locais de distribuição (supermercados). Portanto, para sobreviverem nesse modelo, devem adequar sua gestão e organização como forma de atender as necessidades de seus cooperados, mas não devem alterar seu princípio, sua identidade, baseado no pressuposto cooperativo do sistema solidário do associativismo.

No processo de análise da existência de uma cooperativa de consumo, com as suas informações na percepção das pessoas que vivenciaram esse processo, num determinado período e num espaço definido, com as possíveis adaptações ocorridas, torna-se importante o estudo realizado, com o olhar da ciência geográfica, pois,

forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. [...] Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e visto na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. (SANTOS, 1985, p. 52).

A cooperativa, nos termos citados por Santos (1985), é detalhada por Corrêa (1991) com a seguinte explicação:

[...] a noção de função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. [...] Assim, este tem um aspecto exterior, visível - a forma - e desempenha uma atividade - a função, habitar, viver o cotidiano, a vida em suas facetas [...] A relação entre forma e função é, em princípio, direta: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. [...] Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do

tempo. Por sua vez, processo é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. [...] Com isso, estamos dizendo que processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. (CORRÊA, 1991, p. 76-77).

A análise, independente da escala, utilizada no estudo da Cooperativa e no conjunto das suas relações econômicas e sociais, mostra-se como um objeto construído pela mobilização provocada pelos servidores da UEL, que viabilizaram a sua constituição, desenvolvendo um modelo solidário de ajuda mútua.

O modelo e seus objetivos são definidos nas relações das pessoas, em um processo democrático, e a cooperativa analisada pela função desempenhada no período da sua existência.

A estrutura se verifica no detalhamento da funcionalidade e operacionalidade da cooperativa quando esta se torna efetiva e realizadora, no alcançar da expectativa das pessoas, a partir da sua criação e do desempenho das suas atividades.

O processo se liga à dinâmica promovida pela movimentação das pessoas na sua criação, desde a ideia até a materialização e constituição da cooperativa, implicando em mudança e transformação do cotidiano e do espaço ocupado pelos associados. Assim,

o mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial. (CORRÊA, 2007, p. 26).

A importância do sistema cooperativista, criado e utilizado para o desenvolvimento econômico e social, que se aplica tanto no ramo da produção, quanto no ramo da comercialização, é verificada basicamente ao analisar as categorias dos estudos geográficos numa análise geoespecial, e que são relacionados como um todo, o que, neste caso, é determinante para definir como objeto de estudo. Note-se que,

por outro lado, não se trata de refutar a validade intrínseca da ideia da cooperação, no seu sentido mais amplo, isto é, como princípio aglutinador de interesses comuns de grupos e classes sociais. O que se coloca é a necessidade objetiva de compreender quais são, em última análise, os interesses veiculados por esse tipo de cooperativismo que aí está e até que ponto o seu funcionamento, no caso do Brasil, é compatível com o caráter transformador e socialmente progressista atribuído a este sistema, no contexto particular de uma sociedade periférica dependente. (SCHNEIDER, 1981, p. 12).

Ao analisar a cooperativa nos aspectos da sua forma, função e estrutura de operacionalização, que ocorre na dinâmica da movimentação de pessoas a partir das suas necessidades e da ocupação do espaço produzido, constata-se que

...os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das contradições internas das mesmas. Em outras palavras, processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. Ressalte-se que se considerarmos apenas a estrutura e o processo estaremos realizando uma análise a-espacial, não geográfica, incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um determinado momento, nem a sua dinâmica espacial. (CORRÊA, 2007, p. 29).

Mesmo assim, essa estrutura tem que atuar dentro das “regras do mercado existentes”, portanto, com a integração ao

sistema produtivo e enfrentando as condições e fenômenos da globalização.

Tendo o descritivo da localização e o referencial específico para o tema, passamos a detalhar a pesquisa de campo, em que as pessoas que participaram da organização relatavam que o fato motivador era propiciar a manutenção básica dos servidores, pois o período era muito difícil, os salários eram considerados baixos e não estavam conseguindo suprir as necessidades dos servidores.

A divulgação da cooperativa foi realizada pelo órgão oficial de notícias da própria universidade, o Boletim Notícia da UEL, relatando: “driblar a inflação e baratear o consumo. Este é o objetivo imediato da nova associação da UEL, criada no último dia 16”. (CRIADA..., 1988, p. 2).

A base de coleta partiu de uma listagem com 947 pessoas definindo o número total possível de abordar (uma listagem que possui mais de 20 anos de existência, indicando o aumento da margem de erro). Executamos o cálculo amostral, com um erro amostral de 10% e de confiança de 95%, o que estabeleceu uma amostra de 88 instrumentos. Para cálculo, utilizou-se o *site*: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>.

Antes de iniciar o trabalho de campo, foram organizadas e realizadas duas reuniões: uma com quatro e outra com cinco pessoas, que participaram do processo inicial da cooperativa, objetivando lembrar, localizar e coletar material, buscando construir uma base de informações, que instruiu a análise documental e auxiliou na formatação do roteiro das entrevistas.

A partir do instrumento definido, as entrevistas foram realizadas, ocorrendo o preenchimento do instrumento por

parte do entrevistado. Essa coleta foi trabalhada como uma avaliação geral primária e teve como meta atingir um número de 100 servidores (atuais e aposentados).

Para isto, foram consultadas e abordadas 123 pessoas. Após uma sequência de tentativas de consultas, em que era apresentada a proposta do desenvolvimento da pesquisa, seus objetivos e suas etapas, deixando as pessoas avaliarem com liberdade, permitindo a sua participação ou não, obtiveram-se 103 instrumentos respondidos.

A dinâmica do estudo, na sua coleta de campo, teve o seu desenvolvimento ocorrido em etapas, que passamos a descrever como fases.

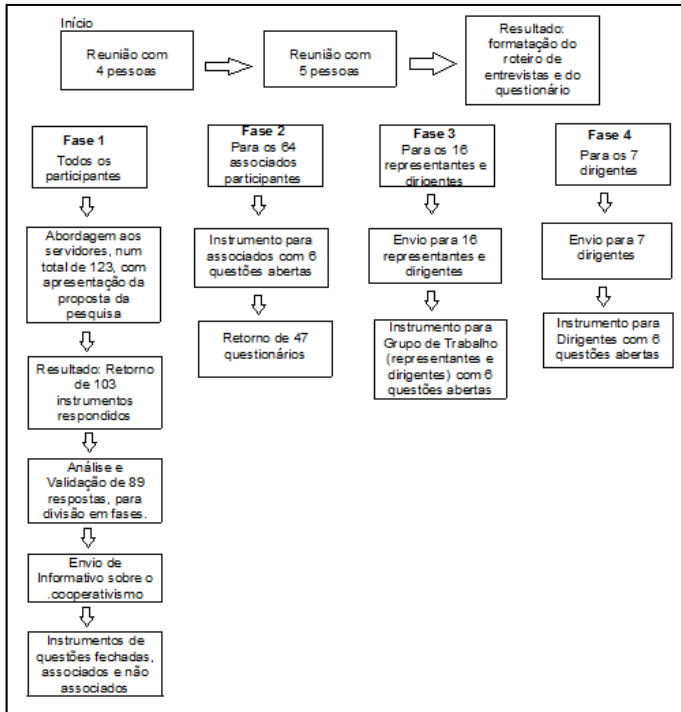
A fase inicial de questões fechadas envolveu servidores, associados ou não; a fase 2 foi aplicada somente a servidores associados; a fase 3, dirigida aos associados que participaram como representantes e diretores; a fase 4 abrangeu somente os diretores. Nas fases 2, 3 e 4, cada um dos questionários era composto de seis questões cada um, respondidas de forma livre e aberta, conforme o roteiro demonstrado no Fluxograma 1.

Com o resultado em mãos, passamos a validar os instrumentos, com um critério: cruzar uma das questões com o material documental coletado, a listagem dos associados que havia sido recuperada, objetivando ter disponíveis as informações de forma mais precisa possível.

Ao realizarmos esta checagem, identificamos 89 aplicações validadas e o descarte de 14 instrumentos que, por falha na resposta ou lapso da memória, não puderam ser aproveitados.

Com estes números definidos, passamos, então, a executar a base inicial do processo de análise dando sequência aos trabalhos.

Fluxograma 1 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa de campo



Elaboração: DIAS, Luís F. P.

Após o término do levantamento das entrevistas desenvolvidas na primeira fase, por meio de um roteiro em forma de questionário com questões fechadas e anotações explicativas, houve uma separação, preparando a segunda fase da coleta de dados, que foi iniciada com o envio de um informativo sobre o sistema cooperativo com dados gerais a todos que participaram da entrevista de forma geral.

Na sequência, após o retorno da confirmação de leitura do material enviado como informativo sobre o cooperativismo, foi desenvolvida a coleta da segunda fase, com a abordagem dirigida para 64 (sessenta e quatro) participantes, que se declararam associados e que constavam da listagem extraída dos arquivos. Aplicou-se um questionário constituído de seis questões abertas (com a orientação de que fossem respondidas com a máxima clareza) e de uma simulação do pedido de compras preenchida com base numa planilha previamente disponibilizada.

No questionário desta fase, as perguntas direcionadas aos associados buscavam informações sobre o funcionamento, a organização, a construção e a percepção sobre a possibilidade de retomada do processo hoje.

O retorno dos questionários, no prazo previsto, foi de 47 respostas validadas, que passaram a ser tabuladas e analisadas.

Para a terceira fase de coleta de dados, por meio do segundo questionário, com um grupo mais restrito, foram selecionados 16 participantes – pessoas que declararam ter participado como representante ou dirigente da cooperativa. Todos responderam a seis questões abertas, de forma livre e espontânea, orientados, mais uma vez, para serem claros e com o máximo de detalhes possível.

Nesse questionário, as questões foram mais direcionadas às pessoas que se mobilizaram e participaram da dinamização da cooperativa, envolvendo a forma de representação, a participação nas reuniões, a montagem e divulgação do processo, fornecendo uma descrição mais efetiva do funcionamento.

A quarta e última fase da coleta de dados ocorreu por

meio do terceiro questionário, com um grupo de sete pessoas participantes – pessoas que declararam ter sido dirigentes da cooperativa. Todos responderam a seis questões abertas, finalizando a pesquisa empírica.

No questionário da quarta fase, o direcionamento foi mais específico aos que dirigiram a cooperativa, abordando as formas de realizar as pesquisas de preços e o processo de compras, a montagem do preço final e a definição das listas básicas.

No retorno do material, os resultados obtidos, independentemente do grupo que respondeu, foram analisados numa perspectiva ampliada e reagrupados de acordo com a abordagem e o foco nas necessidades do trabalho. Houve um direcionamento visando a encontrar as respostas das indagações lançadas nos objetivos da pesquisa, os resultados foram analisados e reagrupados, seguindo um roteiro previamente construído e executado como forma de recuperar todas as informações para entender a dinâmica do processo associativista realizado na UEL.

Considerações Finais

O Estudo de Caso é importante nos processos para investigar situações particulares do fenômeno, do objeto do estudo, podendo identificar aspectos gerais, relacioná-los e convergir para atingir os objetivos propostos. Verificamos que o modelo construído justifica a sua aplicação em pesquisas geográficas, contribuindo para a análise de conceitos e avaliação dos fenômenos e das relações sociais em que a realidade analisada pode ser generalizada.

Ficou demonstrado que cabe ao pesquisador adequar, no estudo de caso, as técnicas e agrupá-las, com o intuito de melhorar a capacidade de encontrar e de organizar as informações possíveis para o desenvolvimento do estudo, o que, neste caso, foi estruturado com a combinação da pesquisa qualitativa e quantitativa, possibilitando uma ampliação dos seus resultados e conhecimentos acumulados.

O Estudo de Caso apresentado foi devidamente definido como um recorte temporal, realizado, basicamente, numa pesquisa qualitativa de interpretação e percepção, mas tendo a pesquisa quantitativa como forma de complementar a base de informações, detalhando os limites do objeto estudado e ocorrendo na aplicação do trabalho. Seu uso foi necessário para a contextualização do trabalho como estudo de caso.

Justificando essas considerações, vimos, no resumo da obra, um modelo que foi utilizado por um grupo de pessoas, de forma solidária e que, por certo, recuperou, no período de sua atividade, um pouco as condições de dignidade para a sobrevivência de muitas famílias.

E, ainda, temos que, no Estudo de Caso, manteve-se a defesa da “tese” de que “as pessoas”, quando em condições pela busca da sua sobrevivência ou expostas a cenário adverso ou de pressão, se dispõem, se organizam e conseguem criar ou adaptar alternativas aplicáveis no campo da vida, da solidariedade e da economia, que promovem o desenvolvimento humano e transformam as suas condições, quer no seu local de trabalho, quer no seu cotidiano, enfim, na sociedade.

Considerando todos esses aspectos e vendo o resultado final do trabalho, concluímos que ele foi construído e está or-

ganizado e estruturado de forma a ser disseminado e aplicado como um modelo para estudos de caso.

NOTAS

i Estudo de caso, pesquisado e desenvolvido de 2012 a 2014. A tese “Dinâmica de um processo associativista: cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL - SERVICOOOP” foi defendida em dezembro de 2014 no Programa de Pós-Graduação de Geografia da UEL, sob a orientação da Professora Dra. Alice Yatio Asari.

Referências

ALVES, Flamarion D. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241, 2008.

ASARI, Alice Y.; TUMA, Magda M. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 1978.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Ina E. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 15-47.

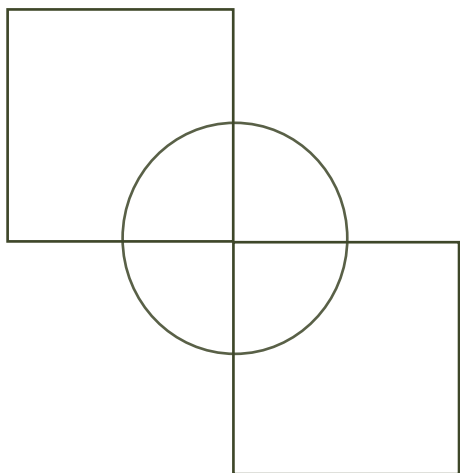
COSTA, Wanderley M.; MORAES, Antônio C. R. **Geografia crítica a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

CRIADA associação para baratear compras. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 464, 23 set. 1988, p. 2.

DIAS, Luís F. P. **Dinâmica de um processo associativista: cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL – SERVICOOOP**. 2014. 296f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

GIDE, Charles. **O cooperativismo**. Tradução de Egídio Francisco Schimitz. Brasília: Confébras, 2008.

HOLYOAKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale: história dos probos pioneiros de Rochdale**. Tradução de Archimedes Taborda. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.



PARTE 3
O ENSINO NO CONTEXTO DA
PESQUISA QUALITATIVA

7 E SE FOSSE BOM FUGIR PARA A ESCOLA? A Geografia e a pesquisa qualitativa no trabalho com maquetes

Leonardo Pinto dos Santos
Roselane Zordan Costella

Acendemos paixões no rasilho do próprio coração. O que amamos é sempre chuva, entre o voo da nuvem e a prisão do charco. Afinal, somos caçadores que a si mesmo se azagaiam. No arremesso certo vai sempre um pouco de quem dispara.

Mia Couto (2013, p. 11)

Introdução

O presente artigo é fruto de uma dissertação de mestrado (SANTOS, 2015) onde se buscou compreender como os alunos e alunas compreendem um espaço que para eles não é cotidiano. Desta forma, trabalhamos com o conceito de Espaço Mentalmente Projetado.

Espaço Mentalmente Projetado é um termo utilizado pela teoria que compreende a forma ou a maneira como o aluno, sujeito da análise, pode enxergar um espaço que está em sua mente, no seu imagético, por meio de ações e coordenações de ações diante de conceitos que compreendem um espaço ausente concretamente, mas presente em sua capacidade de projetar. (COSTELLA, 2008, p. 38).

No escopo deste texto, abordaremos a construção de maquetes que foi uma das etapas da pesquisa. Assim, dividimos nosso artigo da seguinte forma: a primeira parte abarca uma discussão sobre ser professor e ser pesquisador, discorrendo sobre a importância do professor se ver como um eterno pesquisador no ambiente de sala de aula. A ideia que defendemos é a de que para nos transformarmos em plenos educadores precisamos persistir também como pesquisadores.

Já na segunda parte, a reflexão se centrará no pensamento da metodologia qualitativa juntamente com a ciência geográfica. Essas duas caminhando juntas nas pesquisas a serem desenvolvidas, principalmente aquelas desenvolvidas em sala de aula, ambiente que congrega tantos olhares, tantos sujeitos que se torna necessário o amparo em uma metodologia que permita certa flexibilidade por parte do pesquisador.

Na terceira parte temos as etapas a serem desenvolvidas durante a construção das maquetes que em nossa metodologia é construída em oito diferentes fases, todas com cunho qualitativo.

Pesquisar é preciso!

Pesquisar é uma arte! Uma arte sapeca que, às vezes, contradiz o seu criador. O engana, o encanta! Pesquisar é um

caminho tortuoso, é um processo desequilibrador para todos os lados e atores envolvidos. Pesquisar é humano! É um ato imperfeito, quando mais imperfeito somos nós seres humanos! É o processo mais-que-perfeito que nos (re)faz humanos. Pesquisar é pensar, refletir, agir! Pesquisar é preciso!

O processo de pesquisar é um antigo pastel de vento que foi bem recheado no mais poético sentido de Kaercher (2007).

Quando pesquisamos, deixamos neste percurso um pouco de nós enquanto sujeitos. Como no trecho do conto de Mia Couto que iniciou este artigo, onde o disparo do caçador leva um pouco do mesmo, é no ato de pesquisar que deixamos um pouco de nós e acabamos nos refazendo enquanto professores-pesquisadores.

Aqui vai a nossa primeira reflexão neste artigo. Ser professor é ser pesquisador (BECKER; MARQUES, 2012). Professor e pesquisador é uma díade que se complementa, não se anula. Dentro do mundo acadêmico é comum o discernimento entre professor e pesquisador, somos adeptos da ideia de que ser professor é ser pesquisador por considerar a construção do conhecimento como um processo, onde o professor-pesquisador tem o conhecimento como sua matéria-prima e a preocupação básica de como se dá a aprendizagem por parte do educando.

Dentro da ciência geográfica, o ensino (algumas vezes) é visto como algo dissociado da pesquisa, quem adentra a Pós-Graduação com o tema educação sendo o principal dos seus trabalhos não está fazendo ciência para muitos ingênuos. Como Massey (2013, p. 61) já destacava, “os geógrafos físicos (algumas vezes) pensam que são mais científicos do que os

geógrafos humanos” e, assim, quem pesquisa ensino parece que não faz pesquisa, lugar de professor é em sala de aula corrigindo provas, não lendo, refletindo e pesquisando, grande blasfêmia!

Fazemos nossas as palavras de Becker (2012b, p. 12):

o professor é alguém que elabora planos de atividades, aplica metodologias, reproduz conteúdos, interpreta esses conteúdos, observa comportamentos e avalia processos. Assim como o cientista no laboratório, ele inventa e implementa ações que produzem novos fenômenos cognitivos, avalia os fenômenos observados, cria novas compreensões desses fenômenos. Ele põe à prova conhecimentos existentes.

Essa menor proeminência para a pesquisa em educação, em processos de ensino-aprendizagem, pode ser conferida nos cursos de doutorado disponíveis no nosso país. Os que possuem uma vertente definida em ensino de Geografia são uma pequena parcela dentro da Pós-Graduação brasileira.

O que se torna um tanto curioso, uma vez que a sala de aula é o destino da maioria dos formandos em nossa ciência. A educação é um campo fértil de investigação, mesmo que poucos se dediquem a pesquisá-la.

Certamente, um dos caminhos a tomar para melhorar esse campo é o desenvolvimento de pesquisas que reflitam a situação educacional, bem como os processos desencadeados para a construção do conhecimento.

Não aprofundaremos este debate por não ser o nosso objetivo neste artigo. Somente deixamos a ressalva da questão levantada pela professora Souza (2003, p. 186) quando ela coloca “é o saber fazer, não é o saber pensar” que paira em muitas

pesquisas no âmbito da Geografia, fazendo com que estudos se tornem especificamente técnicos, distanciando-se dos reais anseios da nossa ciência.

Nós, enquanto espécie humana, somos os únicos animais da natureza que são capazes de fazer ciência e de tomar consciência desta construção. É isso que nos diferencia, é isso que nos faz ser humano.

Os homens e mulheres sempre buscaram o conhecimento, pois sem ele dificilmente sobreviveríamos frente à realidade do mundo. Que espécie frágil somos, não é querido(a) leitor(a)? E nesse trilhar de sobrevivência, até a “dominação” da natureza, chegamos a um momento histórico que é clarificado que cada um de nós adquire conhecimento de forma diferenciada.

Como Galeano (2014, p. 13) apresenta cada um de nós é uma fogueira diferente, brilhando com uma luz própria que faz de nós seres instigantes e cativantes.

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir ao céu. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas. – O mundo é isso – revelou. – Um montão de gente, um mar de fogueirinhas. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existe duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

Para realmente ensinar, precisamos compreender como o

aluno é capaz de articular seu pensamento, como ele passa de um conhecimento de um patamar inferior para um patamar superior. Precisamos, dentro do processo educacional, ultrapassar o conhecimento da estrutura teórica da nossa ciência, é preciso ir além de um reducionismo, da amostragem do produto final.

Quando nos transformamos em professores-pesquisadores, buscamos as razões daquilo que sabemos fazer e, se não sabemos, acabamos nos esforçando para sempre fazer melhor. Parte-se do conhecimento para que se chegue ao ainda desconhecido. Nossa pesquisa surge na reflexão na prática, ou seja, não é algo que surge de algo divino que decai sobre o sujeito educador.

A diversidade da sala de aula é abundante e, dessa forma, as angústias do educador também o são, o que evidencia que precisamos constantemente nos organizarmos para que as abordagens utilizadas estimulem a comunicação entre os atores envolvidos, provocando reflexão crítica sobre o que está sendo posto para que possa ocorrer o diálogo tão necessário à construção do conhecimento.

Dois professores abordam a importância de nos mantermos como professores-pesquisadores. Primeiro Becker (2012a, p. 192) coloca que “se o professor parou de aprender, ele não consegue ensinar. Se ele parou de pesquisar, ele não tem o que ensinar”. Já Souza (2003, p. 206) traz que “eu gosto muito de ensinar, mais do que pesquisar. Mas a pesquisa é o alimento do ensino”.

os conteúdos escolares, postados como fragmentos fixos nos manuais ou nas listagens fornecidas pelas escolas, não representam a dinamicidade, a vontade em transformar aquele conjunto de letras em mundo. O professor, aquele que sabe como se faz e como se ensina, é capaz de criar um bailado sobre letras, gráficos, mapas e figuras para encantar o aluno em suas leituras e viagens pelo mundo do imagético. (SANTOS; MENEZES; COSTELLA, 2014, p. 172).

A partir deste ponto, pensamos que o professor-pesquisador potencializa a abertura de um espaço privilegiado para as perguntas, uma vez que, toda investigação se inicia a partir de uma pergunta. Como nas palavras do poeta Mario Quintana (2006, p. 157), “a resposta certa, não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam certas”.

Desenvolvendo este espaço de “perguntação”, queremos meninos e meninas que passem a pensar sobre o que estão fazendo, e não simplesmente busquem adivinhar o que o professor quer ouvir.

Geografia e Pesquisa Qualitativa em sala de aula: um bom casamento

Enquanto sujeitos cognoscíveis, permanecemos em uma eterna busca pelo conhecimento, tentando sempre desvendar a realidade que se apresenta. A aquisição de novos saberes ocorre de forma diferenciada, uma vez que, enquanto sujeitos, permanecemos com interesses próprios, determinado grau de afetividade e com uma caminhada de interações individuais que nos oferta a construção de diferentes estruturas que permitem percorrer uma leitura distinta da realidade que se apresenta.

Ao que tange ao ato de pesquisar, concordamos com Tri-

viños (2001, p. 12):

cremos firmemente que a pesquisa é, geralmente, uma fonte de alegria, de esperanças, da possibilidade de elaborar, sem esquecer as experiências alheias, de outros mundos, nossa própria realidade cultural, política, social, econômica, humana.

Ao nos pautarmos na pesquisa qualitativa, temos a possibilidade de uma maior flexibilidade enquanto pesquisador. O mais importante é que este tipo de metodologia nos permite que as subjetividades tão presentes no ambiente escolar possam aflorar para dentro da pesquisa.

“Toda pesquisa é um ato social realizado por sujeitos de um saber próprio e de projetos próprios” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 282). Assim sendo, o pesquisador é um sujeito com um saber próprio, os pesquisados também o são, o que deve ser levado em conta para que não inflijamos nossa racionalidade como única no caminhar da pesquisa.

Como bem colocado por Flick (2009, p. 25), “a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa”.

Quando pesquisamos no campo do ensino, precisamos nos manter abertos ao que aparece, pensando sempre por meio de processos, não como se algo dentro deste campo de pesquisa pudesse ser estanque e fechado em si mesmo. A complexidade é grande e, para que possamos compreender essa complexidade que se apresenta, precisamos seguir com a mente e o coração abertos.

Destacamos que “os pesquisadores qualitativos estão mais preocupados com o processo, e não simplesmente com os re-

sultados”. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 25). Por exemplo, nos processos avaliativos dentro da educação básica, devemos dar maior destaque à ação e ao raciocínio desencadeados pelo sujeito e não minimizarmos o resultado final em um número que pouco nos diz e pouco reflete o saber do sujeito.

Valorizar a linguagem dos educandos, suas atitudes e expressões são pontos culminantes para o processo de ensino, ações que são distintas as dos educadores sim, mas igualmente válidas. Estas ações dos estudantes se tornam mais interessante no processo educativo que um simples número em uma folha de papel no final do ano letivo. Pensemos sobre isto, queridos educadores!

Nidelcoff (2004) traz um exemplo que se torna corriqueiro na educação básica, quando os responsáveis esperam um bom rendimento, sem levar em conta a aquisição de outros valores. “Existe preocupação pelo Joãozinho, que está ruim em Matemática; mas não existe preocupação pelo individualismo evidente, pelo pedantismo ou pelo espírito competitivo de Luís, que sempre tira nota dez”. (NIDELCOFF, 2004, p. 28).

Um professor reúne-se com uma mãe e lhe comunica sua preocupação ante certas atitudes alarmantes de seu filho: insensibilidade diante dos problemas do meio e dos companheiros, egoísmo, individualismo. E a mãe pergunta:

- Mas, com as notas, tem algum problema?
- Não, tira notas boas, como sempre.
- Ah, que bom. Vim com medo que o senhor tivesse me chamado por algum motivo grave! (NIDELCOFF, 2004, p. 28).

Dentro da Geografia, essa disposição dos responsáveis pelos educandos chega a ser cômica e, mais de uma vez, já

fomos cobrados de que forma o filho ou filha têm essa nota em Geografia, se foi bem em Matemática e Português. Quer dizer que alguém que é bom em Matemática precisa ter um desempenho ótimo em Geografia? Não existem facilidades ou mesmo grau de afetividade distinto entre as áreas do conhecimento, se o estudante vai bem em Matemática e em Português, é claro que ele vai bem nas outras disciplinas!?

O cenário é preocupante e, por isso, precisamos pesquisar e fazer isto de forma que valorize qualitativamente os sujeitos e não unicamente se valendo da vertente quantitativa. O ser é mais importante do que o ter em todas as instâncias da sociedade, ter atitudes respeitadas com o próximo é tão importante quanto uma simples nota em uma avaliação.

Compartilhamos do ideário de Silva (2014, p. 342) quando este afirma que “pesquisar é compartilhar”. Ao pensar no campo educacional, esse compartilhar é também partilhar com tantos outros educadores que mantêm um desejo utópico por dias melhores para a educação em todas as suas instâncias.

“Aflige-nos perceber que você, professor, realiza trabalhos significativos, mas que ficam guardados nas gavetas, uma comunicação muda, sem divulgação, que paralisa o diálogo” (PASSINI, 2012, p. 209).

Ao nos pautarmos em uma metodologia qualitativa, nos mantemos na razão de, durante as fases da pesquisa, permanecer com uma visão de sujeitos e não objetos inanimados, enxergar indivíduos carregados de subjetividades e saberes já constituídos e não simples palimpsestos que chegam aos áridos palcos das salas de aula para serem reescritos ao nosso bel-prazer.

O que nossos colaboradores trazem para dentro da pesquisa não pode se resumir a um simples parêntese, por isso do uso deste tipo de metodologia, uma vez que estamos em um palco onde o previsível não é uma prerrogativa, mesmo que muitos tentem o fazer.

Como bem colocado por Triviños (2010, p. 116), “o ensino sempre caracterizou-se pelo destaque de sua realidade qualitativa”, logo, “se toma como princípio que o conhecimento é resultado da ação do sujeito sobre o mundo, os métodos pedagógicos devem dar conta dessa afirmação, não podendo resumir-se a transmissões verbais”. (MARQUES, 2005, p. 67).

“O mundo é como um texto”. (MASSEY, 2013, p. 83) e, para que possamos compreender este texto, é necessário se movimentar em direção a uma reimaginação das coisas como processo. O espaço geográfico, por exemplo, certamente se configura como um entrelaçamento de trajetórias onde o resultado é sempre imprevisível e, por ser algo irregular e em um constante devir, é que precisamos nos apoiar em formas qualitativas de análise e avaliação.

Ao tentarmos compreender essas imaginações viajantes dos nossos jovens, é que carecemos manter o espírito de pesquisador atrelado ao de professor, já que a transmissão do conhecimento só faz sentido em um mundo imutável. Precisamos refletir sempre sobre processos e não sobre transmissão e, para isso ocorrer, é necessário que o espírito qualitativo permaneça ativo.

Deixamos claro, ainda, que o delineamento metodológico e conceitual pensado para uma pesquisa não está livre de falhas e mesmo de serem modificados em nossa/sua trajetória

como professor-pesquisador, uma vez que, trabalhando diretamente com seres humanos, a previsibilidade de fenômenos se enquadra em um quadro bastante extenso de possibilidades.

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 25).

“Temos expressado reiteradamente que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques” (TRIVIÑOS, 2010, p.137). Com este pensar é que vamos buscar em processos cognitivos dos nossos alunos a forma de se entender as relações por eles constituídas.

Ao buscarmos por processos em nossa pesquisa, buscamos qualquer coisa, menos algo “isolado, parcelado, estanque”.

Para ensinar Geografia, não basta conhecer a estrutura teórica da ciência e assim ensiná-la como a aprendemos, mostrando aos alunos o produto final. Para realmente ensinar, precisamos compreender como o aluno é capaz de articular seu pensamento para aprender, precisamos ter a preocupação constante em aproximar a geografia do ato de aprender. (COSTELLA, 2008, p. 46).

Pensamos que o processo de construção do conhecimento é algo circulado de beleza. Esta é uma das razões por nos instigarmos com alegria para pesquisar sobre ensino. Bem como traz Marques (2005, p. 11), “por mais que, às vezes, se escute o contrário, na minha experiência como professora

observo que o aluno sempre deseja saber”.

Jovchelovitch (2011, p. 57) complementa ao afirmar que “o desejo de saber é central na infância e pode ser visto claramente na intensidade da ação simbólica criativa, lúdica e construtiva da criança”.

Ponderamos que os nossos discentes que colaboram conosco durante a pesquisa se tornam autores e atores próprios de suas histórias, eles possuem caminhos singulares, não são seres lineares, são, sim, seres inquietos e únicos. São filhos, netos e primos de famílias únicas, são emoção e razão, paixão e ódio, são inteligências múltiplas, são incertezas na certa! São seres sociais únicos, como é única nossa viagem enquanto professores-pesquisadores.

A única coisa certa em nossas vidas, seja de professores seja de alunos, é a própria incerteza. Incerteza esta que encontra no lugar escola um espaço fecundo para sua disseminação. O que são os nossos educandos se não um emaranhado de (in)certezas?

Se resumirmos nossa docência no descrever elementos do espaço sem problematizá-lo, estamos nos resignando e se contentando ao que está posto e, ao fazermos isto, estamos reduzindo o licenciar à mera descrição, o que finda com a vida de educador.

Como Santos (2012a, p. 21) já colocava, o espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, acaba por se tornar coerente que não tenhamos como reflexo do espaço um conjunto trivial de elementos que não se interpelam uns aos outros.

Ao somente quantificar ou descrever elementos do espaço sem uma conexão em rede entre eles, estamos por acabar com o professor de Geografia. Acabar no sentido que ele se transfigure como mera figura de enfeite na sala de aula, e não como ser pensante capaz de desequilibrar os atores presentes nestes palcos.

Assim, nos tornamos educadores incapazes de questionar o que está colocado na realidade dos manuais escolares e meios midiáticos, meros elementos irracionais em um espaço onde o questionar deveria ser bem-vindo, ou seja, meros reprodutores do ensino mnemônico.

No momento que nos resignamos em um aprendizado pautado na simples descrição de elementos, estamos “dando corda para nos enforcarem”, estamos ofertando questionamentos sobre a importância do docente, damos argumentos ao que paira no cotidiano: “qualquer um que tenha boa memória para saber capitais e os afluentes da margem esquerda do rio Amazonas e leia jornais para saber as atualidades pode ministrar aula de Geografia”.

Nesse ínterim, será mesmo necessária a figura pensante de um professor de Geografia? Se a proposta se restringir a mera memorização de dados, não vejo motivos de se ter professores de Geografia, basta um bom locutor, não concordam conosco, caro leitor e leitora?

Nosso pensar segue mais o ideário de Pontuschka (2000, p. 151), onde

o educador precisa saber realizar a leitura analítica do espaço geográfico e chegar à síntese, criando situações no interior do processo educativo para favorecer as condições necessárias ao entendimento

da Geografia como uma ciência que pesquisa o espaço construído pelo trabalho das sociedades humanas, vivendo em diferentes tempos, considerando o espaço como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações que estabelece com a natureza, com o mundo nos diversos tempos históricos.

Com o crivo de um educador apto a uma leitura competente do espaço, é que se parte para a ponderação sobre a potencialidade da maquete dentro do ambiente escolar, como forma de construir uma leitura competente do espaço em conformidade aos estudantes que ali transitam.

A escola, como um espaço social que apresenta forças, fragilidades e limites, emana medo e alegria para o educador. Lócus de incertezas, é aqui que o professor desenvolve seu ir e vir profissional. Com isso é que, enquanto professores-pesquisadores, nos baseamos no uso da maquete.

Dentro do campo escola, vale resaltar que nada deve ser simplificado, ou enrijecido, a possibilidade dos educandos de se expressarem surge como um fenômeno de liberdade. Sua imaginação e sonhos devem permanecer intrinsecamente ligados ao processo de construção do conhecimento, “que privilégio de profundidade há nos devaneios da criança!”. (BACHELARD, 2008, p. 35).

Sempre deve ser ponderado que um forte corpo teórico-metodológico é importante para a concretude do ser docente. Um bom alicerce conceitual é o meio para alcançar uma escola mais humanizada que, talvez, nos faça fazer futuramente o questionamento: e se fosse bom fugir para a escola?

Então, como professores-pesquisadores, necessitamos por desempenhar um papel ontológico de interrogar acerca

da realidade vivida, o que pensamos alcançar com a confecção de maquetes e com o espírito qualitativo no desenvolver de nossas pesquisas.

A fantástica fábrica de maquetes!

Este artigo é fruto de uma experiência vivenciada na elaboração da dissertação de mestrado (SANTOS, 2015), onde temos a confecção de maquetes, entre outras práticas, com o objetivo de se compreender como as crianças leem espaços por elas não vivenciados, mas que são encontrados em livros didáticos de Geografia ou em listas de conteúdos curriculares.

O texto agora evidencia a construção de maquetes, atividade de grande potencial para o ensino da Geografia. Dentre tantas qualidades provenientes da prática com maquete, temos a possibilidade de fazer com que o educando trilhe a passagem de um espaço construído para um espaço representado através de símbolos.

Como educadores da ciência geográfica, parte de nossas atribuições é levar o sujeito a pensar que espaço geográfico é este que ele se encontra e onde ele interage como ator pensante. A partir disso, partimos da maquete como material criador de “descoberta” do espaço, quando trazemos descobrir, desejamos que os alunos e alunas tenham a capacidade de interagir e representar este espaço que é vinculado em suas vivências diárias e que estão presentes nos currículos da Geografia.

Como bem traz Costella (2003, p.135), “ler o espaço pressupõe entendê-lo, atrelá-lo a necessidades cotidianas, só vistas após a compreensão de suas relações”.

O mapa, por exemplo, talvez seja o grande símbolo de nossa ciência. Quando falamos em Geografia, logo vem à mente da maioria das pessoas, sejam crianças, adolescentes ou adultos, a gama de produtos cartográficos existentes. Mapa e Geografia são quase sinônimos no senso comum.

Esse “sinônimo” da nossa ciência corresponde a uma organização imagética ao mesmo tempo em que sintetiza determinada realidade. Para que nós possamos compreender aquela realidade trazida por meio dos símbolos, precisamos transpor uma análise mais individualizada dos elementos, buscando o entendimento destes elementos de forma relacional, para que, assim, persista a capacidade de processar informações que estão presentes ali.

É importante ter desenvolvido a capacidade de leitura desses produtos cartográficos, se não ficaremos frente a um simples pedaço de papel, como nas palavras de Lacoste (2009, p. 38) “cartas, para quem não aprendeu a lê-las e utilizá-las, sem dúvida, não têm qualquer sentido, como não teria uma página escrita para quem não aprendeu a ler”.

Cabe, então, ao papel do professor-pesquisador mediar a construção do conhecimento para que os educandos possam compreender as relações existentes nos espaços mapeados e, a partir desse ponto, teorizar por eles mesmos as relações que fizeram/fazem com que o espaço se organize daquela forma.

Neste ponto que chegamos à construção e interpretação de maquetes, uma atividade que se torna indispensável para a percepção de que espaço é este que se apresenta. O trabalho com a maquete parte dos estudos de Costella (2003) e é embasado também em Piaget (1996; 1998) e Piaget; Inhelder (1993).

O material utilizado: base para a maquete que pode ser isopor, papelão, madeira ou qualquer material que possibilite certa sustentação. Sucatas de tamanhos e formas variadas, cola, tesoura, tinta, papel colorido, argila, erva-mate, palitos de picolé, entre outros.

O trabalho se encontra dividido em oito etapas (COSTELLA, 2003): I. Contextualização; II. Projeto; III. Construção; IV. Croqui; V. Legenda; VI. Relatório; VII. Conclusão; VIII. Exposição. Todas essas etapas devem contar com a participação direta dos estudantes. Dessa forma, aconselha-se que o trabalho seja realizado em grupos divididos por afinidade de acordo com os estudos de Piaget (1996; 1998) ao que tange a cooperação.

Ao que cinge ao trabalho em grupo, Piaget (1998, p. 148) traz que ele “é essencialmente ativo” e sobre o conceito de cooperação o mesmo autor coloca que “é um método característico da sociedade que se constrói pela reciprocidade dos trabalhadores e a implica, ou seja, é precisamente uma norma racional e moral indispensável para a formação das personalidades”. (PIAGET, 1998, p. 141).

Ao pensar nos potenciais ganhos advindos do coletivo regulado na cooperação, Santos (2012b, p. 103) divaga que “sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização”.

Ainda sobre a cooperação, Piaget (1996, p. 16) complementa:

do mesmo modo, é pelo atrito incessante com outrem, pela oposição das vontades e das opiniões, pela permuta de idéias e pela discussão, pelos conflitos e pela compreensão mútua que todos nós aprendemos a nos conhecer a nós próprios. A formação da personalidade, no duplo sentido de uma tomada de consciência do “eu” e do esforço para situar este “eu” no conjunto das outras perspectivas, é, pois, o primeiro efeito da cooperação.

I) Contextualização: é nesse momento que se dá a apresentação do espaço que será representado por meio da maquete. Nesse momento, nós, professores-pesquisadores, poderemos começar a perceber o espaço percebido e o espaço concebido pelos sujeitos que começam a desenvolver a produção da maquete. Agora, podemos servir como elemento de desequilíbrio, levantando questionamentos como: O que possui este espaço? O que vamos representar? Como podemos representar?

II) Projeto: nessa etapa, os educandos fazem a distribuição dos elementos que irão estar presentes na maquete em uma folha de papel ofício. Aqui, os nossos alunos e alunas devem escrever os elementos anteriormente citados na contextualização, dialogando onde é apropriado ou não colocar determinado elemento.

III) Construção: com os elementos espacializados e escolhidos no projeto, começa a construção da maquete. Mais uma vez, a nossa figura de professor-pesquisador como elemento de desequilíbrio continua.

Se a maquete for representar um espaço urbano, podemos abordar questionamentos que se iniciam no âmbito da questão da escala, do porquê de elementos com tamanhos tão desproporcionais, por exemplo, até perguntas se haveria ou-

tras formas de organizar o meio urbano. E o meio rural? Não poderia ser trazido de outra forma? Se sim, qual? E cemitério, não existe na cidade? Por que da igreja, hospital ou escola estarem em pontos centrais? E essas avenidas, cadê os carros? E se tem carros, onde estão as vagas de estacionamento tão necessárias para os centros de maior movimento? E as faixas de pedestre? E as pessoas?

Ou mesmo quando os atores envolvidos terminarem a confecção, podemos levantar a questão se existem outras maneiras de organizar o espaço que acaba de ser representado por eles.

Começa a ficar claro para você, leitor, a importância da construção da maquete ser feita em diferentes etapas, e não simplesmente se resumir como uma mera produção. Seus potenciais são inúmeros e parte de nossa função como professores de explorá-la, ao contrário de uma confecção de maquete que cessa simplesmente na própria construção, sem maiores reflexões, sem nenhum tipo de questionamento e desafio maior.

IV) Croqui: ao ofertar nada mais do que uma folha de papel ofício, desafiamos os nossos parceiros de pesquisa a olhar a maquete agora construída por distintos ângulos ou mesmo observar a maquete de cima, na vertical, e, a partir desse momento, eles fazem o desenho do objeto pelo seu “olhar”, transpondo ao papel os elementos como estão enxergando, independentemente se estão ficando análogos ou não ao objeto concreto.

V) Legenda: Os desenhos representados no croqui passam a ser significantes de objetos concretos, tendo, assim, a legenda que auxiliará estes jovens a perceberem como acontece

o processo de representação de objetos por símbolos, como, por exemplo, em mapas e cartas topográficas.

Incluem-se mapas turísticos, placas informativas e outros elementos que convivem cotidianamente nos espaços urbanos e rurais, mesmo que nós não os percebamos. É só olhar para os lados que você verá, prezado leitor, que os mapas e “legendas” estão por aí, somos circundados por Geografia mesmo que não queiramos!

Resaltamos que essa legenda pode envolver somente cores ou mesmo, primeiramente, o desenho e, após, as cores.

VI) Relatório: nesse momento será relatado o que existe na maquete e as inter-relações ali existentes, o que proporciona uma organização mental para que o discente reflita sobre o que e como representou e nos passe, a partir de um texto, como fez isso, desenvolvendo a habilidade sempre importante da escrita e, não somente isso, mas também pensando no seu ato de escrever.

É interessante levar os educandos a escreverem sobre a necessidade da existência de determinados elementos que eles fizeram presentes na maquete. Questões como: e se esse elemento não existisse? Como se organizaria este espaço? tornam-se importantes para levar os jovens a refletirem.

“Questões como desgaste ambiental poderão aparecer no relatório, como poluição da água próxima a indústrias, no caso de maquetes que representem uma cidade ou um bairro. Na sala de aula pode-se explorar os riscos nas classes ou o lixo no chão”. (COSTELLA, 2003, p. 139).

VII) Conclusão: se preconiza nessa parte o “olhar” sobre a dinamicidade das relações presentes no espaço geográfico.

Podemos, aqui, dialogar sobre a “acumulação desigual de tempos” no espaço geográfico (SANTOS, 2012c, p. 9; SANTOS, 2012d, p. 256), por exemplo.

Ventilando-se sobre a dinamicidade deste espaço que se configura a partir de inúmeras relações dentre tantos diferentes elementos, como bem nos confirma Santos (2012c, p. 58), “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação”.

Então, se torna necessário que percebamos as interações entre os elementos existentes, elementos estes representados pelos parceiros da pesquisa para que, assim, possamos apreender o próprio espaço geográfico que se configura como lócus da vivência de nós seres humanos.

VIII) Exposição: para finalizar este percurso metodológico, chegamos à exposição da maquete. Vale o destaque aqui que a exposição não se remete somente a demonstração da maquete em si, mas, sim, deve vir acompanhada pelo croqui e pelo relatório, por exemplo.

É interessante que os atores que a construíram estejam perto da maquete em algum momento para explicá-la ou responderem as questões que surjam. Essa exposição pode ser realizada em um intervalo de aula, ou mesmo em alguma feira ou festa organizada pela instituição de ensino.

Costella (2003, p. 142) ainda destaca a maquete como fio condutor para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar. A autora concede as seguintes sugestões:

- Língua portuguesa: auxiliará na produção do relatório, desenvolvendo a estrutura do mesmo. Geralmente se faz o relatório a partir de respostas a alguns questionamentos.
- Matemática: trabalhando legendas com figuras geométricas, explorando a especialidade.
- Educação Artística: modelagem de sucatas e construção da maquete.
- Ciências: trabalho com questões ambientais dentro de cada espaço temático.

Para destacar as potencialidades derivadas da construção da maquete, utilizamos os dizeres de Castrogiovanni; Costella (2012, p. 32):

assim, reforçamos a ideia de que a representação do espaço através de maquetes e os desafios diante dessa representação fazem com que os alunos compreendam algumas relações espaciais e possam interagir com o espaço representado.

Percebemos que nesse caminhar nas distintas etapas da metodologia de Costella (2003), temos uma fonte de se combater o que Pontuschka; Paganelli; Cacete (2009, p. 301) chamam de “analfabetismo em territorialidade gráfica”, ou seja, sujeitos que não conseguem representar de forma gráfica os elementos de nossa realidade, além de terem pesadas dificuldades em localizar municípios, cidades ou até mesmo países.

Para Encerrar Esta Conversa!

Com essas etapas buscamos extrair o máximo das potencialidades da maquete, que se torna uma “atividade indispensável para a percepção do espaço” (COSTELLA, 2003, p. 137) e que se configura como um real “laboratório geográfico”

que pode levar ao despertar de um raciocínio geográfico por parte dos sujeitos que passam a ver de forma menos acrítica a realidade que os defronta.

Refletimos, também, a importância da maquete no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar entre os educadores presentes na escola e tendo em sua confecção uma prática que desenvolva uma real cooperação (PIAGET, 1996; 1998) entre os próprios estudantes. Com o trabalho pautado no coletivo, se obtém mais informações do que um único indivíduo mergulhado em uma esquizofrenia solitária, pois cada qual dos seus membros traz experiências diversas e únicas. Desse modo, são superadas as limitações de capacidade de cada indivíduo.

Por fim, ressaltamos a importância de sermos professores-pesquisadores, levando o ideário qualitativo para nossas reflexões cotidianas no ambiente escolar. Por enquanto, trazemos as palavras do filósofo francês Patrick Viveret (2013, p. 33): “estamos tão formatados para enfrentar o pior que não sabemos mais trabalhar a partir do melhor”. Por isso vos peço, educadores e educadoras, por favor, acreditem nos seus alunos e alunas, sejam abertos às “belezas” contidas em suas práticas, aproveite e se acostume com o belo, não adentre os palcos da vida profissional esperando sempre o pior.

Referências

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 244.
- BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. 2.

- ed. Porto Alegre: Penso, 2012a, p. 200.
- BECKER, Fernando. Ensino e pesquisa: qual a relação? In: BECKER, Fernando; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko (Org.). **Ser professor é ser pesquisador**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012b. 136, p. 11-20.
- BECKER, Fernando; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko (Org.). **Ser professor é ser pesquisador**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 136.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; COSTELLA, Roselane Zordan. **Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 119.
- COSTELLA, Roselane Zordan. Como a ambiência reflete na construção de maquetes. In: REGO, Nelson; AIGNER, Carlos; PIRES, Cláudia; Lindau Heloísa (Org.). **Um pouco do mundo cabe nas mãos: geografizando em educação o local e o global**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. 310, p. 131-150.
- COSTELLA, Roselane Zordan. **O significado da construção do conhecimento geográfico gerado por vivências e por representações espaciais**. 2008. 202f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, 2008.
- COUTO, Mia. A Rosa caramela. In: COUTO, Mia. **Cada homem é uma raça: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 200, p. 9-24.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 405.
- GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014, p. 272.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução de Pedrinho Arcides Guareschi. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 344.
- KAERCHER, Nestor André. A Geografia escolar: gigantes de pés de barro comendo pastel de vento num fast food. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1 n. 28, p. 28-44, jan./jun. 2007.
- LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 15. ed. Campinas: Papirus, 2009, p. 264.
- MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. **Do egocentrismo à descentração: a docência no ensino superior**. 2005. 263f. Tese (Doutorado em

- Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, 2005.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 314.
- NIDELCOFF, María Teresa. **Uma escola para o povo**. Tradução João Silverio Trevisan. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 104.
- PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 216.
- PIAGET, Jean. O trabalho por equipes na escola: notas psicológicas. Tradução Luiz Fleury. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 15, n. 36, p. 14-20, maio. 1996.
- PIAGET, Jean. Observações psicológicas sobre o trabalho em grupo. In: PARRAT-DAYAN, Silvia; TRYPHON, Anastasia (Org.). **Jean Piaget**: Sobre a Pedagogia : textos inéditos. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. 202, p. 137-151.
- PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. **A representação do espaço na criança**. Tradução de Bernardina Machado de Albuquerque. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 507.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000, p. 145-154.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CA-CETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 384.
- QUINTANA, Mario. **Caderno H**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 416.
- RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, Glaucio José *et al.* (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 540, p. 23-35.
- SANTOS, Leonardo Pinto dos. **A construção das relações do espaço ausente na geografia escolar**. 2015. 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, 2015.
- SANTOS, Leonardo Pinto dos; MENEZES, Victória Sabbado; COSTELLA, Roselane Zordan. Ser professor é ser pesquisador: a contribuição do pibid na formação do educador pesquisador. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 169-176, jul./dez. 2014. Disponível em: <www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.9/Rel%201%20REG%20v5n9.pdf> Acesso em: 08 abr. 2015.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão

- e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a, p. 392.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b, p. 176.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012c, p. 96.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012d, p. 288.
- SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)**. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014, p. 344.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Entrevista com a professora Maria Adélia Aparecida de Souza. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 173-210, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13609/12475>> Acesso em: 16 maio 2015.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001, p. 151.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 175.
- VIVERET, Patrick. O que faremos com a nossa vida? In: MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. **Como viver em tempo de crise?** Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013, p. 29-76.

8 SENTINDO OS POLOS: experiências sensoriais para o aprendizado de Antártica e Ártico

Carina Petsch

Paola da Costa Silveira

Flávio Lopes Holgado

Kátia Kellem da Rosa

Luiz Felipe Velho

Jefferson Cardia Simões

Introdução

Trabalhar com os sentidos dos alunos é um passo importante quando estes não conhecem o continente Antártico ou nunca viram um ambiente com neve. Mesmo não tendo contato, todos têm alguma perspectiva, alguma imagem associada a esse ambiente, ou imaginam como seria o cheiro desse lugar, a dor no olho ao observar esse ambiente branco, a sensação desconfortável de sentir o frio na mão, o barulho dos animais ou o silêncio e solidão nesse tipo de ambiente.

Esse tipo de sensação, bem como os sentimentos expres-

sos diante do estímulo dado ao aluno ao questionar seu conhecimento sobre ambientes polares, dificilmente poderá ser registrada por um questionário, ou por uma ferramenta de pesquisa quantitativa. A Geografia, por exemplo, começou a considerar uma nova forma de analisar os dados, voltada para o qualitativo, configurando uma nova abordagem de pesquisa. A pesquisa qualitativa traz uma abordagem mais subjetiva para análise do fenômeno estudado. (MATOS; PESSÔA, 2009).

Uma das técnicas qualitativas para interpretar e analisar informações é a projetiva. Segundo Proshansky (1967), o diferencial de uma avaliação projetiva é que as expressões do indivíduo não são compreendidas só a partir do significado que o próprio sujeito conscientemente lhes atribui, e sim *interpretadas em termos de alguma conceituação psicológica pré-estabelecida*. Trata-se de uma maneira indireta e que não pressiona o indivíduo pesquisado (AIELLO-VAISBERG, 1995), deixando-o livre para expressar percepções que, muitas vezes, até desconhece. Os instrumentos projetivos de avaliação psicológica, nesse caso, para avaliação em sala de aula, são caracterizados por sua apresentação indireta buscando não revelar seu verdadeiro objetivo, dificultando para os alunos um controle consciente e objetivo da atividade proposta. (CUNHA, 2000).

O objetivo desta pesquisa é desenvolver e aplicar oficinas para o quarto, sexto e nono ano do Ensino Fundamental e terceiro ano do Ensino Médio, usando instrumentos indiretos de avaliação como maquetes, fotografias, jogos de perguntas, desenhos e de pequenos textos visando a entender o que os alunos sentem, imaginam ou percebem sobre o ambiente polar.

Buscando facilitar a leitura desse capítulo, optou-se por

iniciar com uma breve abordagem do atual ensino de regiões polares, seguindo para a apresentação das oficinas, abordando a descrição, materiais, método e resultados para cada uma e, por fim, algumas considerações e reflexões da pesquisa.

Ensino e regiões polares: o que os alunos sabem sobre a Antártica e o Ártico?

Muitas vezes, ao desenvolver uma percepção “imaginária” sobre ambientes de Criosfera, são criados vários tipos de mitos e análises errôneas. Para isso, é importante que a ideia inicial desses alunos seja avaliada e, a partir disso, novos conceitos e/ou aprimoramentos sejam introduzidos, construindo, assim, em seu imaginário, um novo ambiente de Criosfera.

Muitos alunos afirmam o distanciamento com os ambientes pertencentes à criosfera. Nesses casos, pode-se considerar que os conhecimentos e crenças afetam o modo como cada um vê a paisagem. (BERGER, 1974). De uma forma simples, isso poderia ser explicado da seguinte forma: uma criança que vive, sente, conhece e se adapta a uma paisagem com neve e gelo dará um sentido e importância a esse ambiente diferente daquele aluno que mora em Porto Alegre, pois, provavelmente, nunca viajou para uma paisagem que contemple esses aspectos.

Cosgrove (2004) destaca que as paisagens tomadas como verdadeiras em nossas vidas cotidianas estão cheias de significados. Basicamente, cada qual tem identidade e apego sentimental por aquela paisagem que fez ou faz parte de seu cotidiano, com a qual desenvolveu relações, criou laços, “o elo

emocional entre uma pessoa e um lugar ou envolvente física”. (TUAN, 1980). De forma geral, os alunos não possuem o sentimento de pertencimento ou uma relação emocional com os ambientes cobertos por neve e gelo, o que pode dificultar e prejudicar o entendimento dessa paisagem.

Mas, então, como fazer com que os alunos se aproximem e valorizem essa paisagem tão diferente? A ideia desse estudo é o desenvolvimento de oficinas que possam responder, em partes, essa questão.

Materiais de apoio, como o livro didático, poderiam ajudar nessa interpretação e conhecimento sobre essa paisagem ligada à criosfera? Nem sempre, pois a maioria não apresenta informações sobre os ambientes polares ou, quando apresentam esse conteúdo, se resume apenas a Geopolítica ou descrições simplificadas. Bertotti *et al.* (2013) analisaram diversos livros didáticos de 6º ano de Geografia e observaram que muito pouco se apresenta sobre conteúdos relacionados a importância da criosfera no planeta e para o Brasil. Kaercher (1999) destaca que o livro didático leva à construção de uma ideia da Geografia como uma ciência árida, classificatória e distante de nossa realidade.

Assim, pretende-se não trabalhar com entrevistas e questionários diretos com os alunos, mas, sim, observar o comportamento destes durante atividades criativas e diferentes do cotidiano da sala de aula. Se busca a elaboração e aplicação de atividades envolvendo os sentidos das crianças e dos adolescentes para despertar sua percepção e capacidade de representar e compreender as regiões polares.

Oficinas

A seguir serão apresentados os procedimentos da oficina, bem como o material usado, e ainda os resultados e análise da aplicação com os alunos. As oficinas se dividiram em diferentes formas indiretas de análise de percepção para diferentes anos do Ensino Fundamental e Médio. Para o quarto ano do Ensino Fundamental foi usada maquete, desenhos e jogo de perguntas; para o sexto ano foi utilizado desenhos e jogo; para o nono ano foram utilizadas fotografias e, para o terceiro ano do Ensino Médio, redações.

Oficina “Tocando o gelo”: qual a percepção dos alunos do quarto ano sobre a criosfera?

A oficina para o quarto ano propôs um exercício de imaginação sobre um ambiente ártico ou antártico. Para tanto, os alunos tocaram em cubos de gelo, estimulando seus sentidos.

O primeiro passo da oficina foi pedir para que cada aluno tocasse no gelo dentro de uma caixa de isopor e, assim, iniciou-se uma discussão sobre fauna, flora, ocupação humana, turismo, temperatura, localização, pesquisa científica, entre outros assuntos. Cada uma dessas regiões foi localizada em um planisfério político. Posteriormente, cada aluno desenhou de um lado da folha elementos que acreditavam ter na Antártica e, do outro lado, elementos do Ártico. Para finalizar, dois grupos participaram de um jogo de “verdadeiro ou falso” sobre essas regiões.

Antonio (2006) salienta que a análise de desenhos de

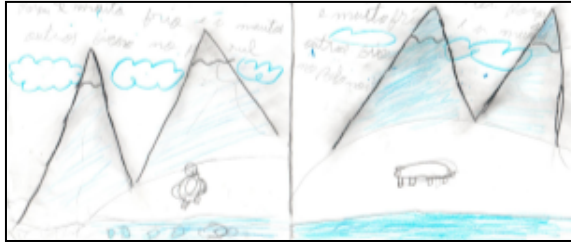
crianças remete a um aspecto relevante na percepção, que é o fato de não ser somente a análise dos objetos em si, mas de representar um mundo de sentidos e significados. Assim, o uso de desenhos pode revelar a percepção ou o imaginário de alunos, de uma maneira mais descontraída e subjetiva, que contribui para um maior detalhamento desse conhecimento em vez de usar um questionário direto indagando sobre o que sabem sobre as regiões polares.

A seguir serão apresentadas algumas análises sobre o material produzido pelos alunos nessa oficina.

Relevo plano?

Muitos alunos consideraram o Continente Antártico como um local totalmente plano em seus desenhos ou, quando se vê alguma forma de relevo, está associada a região polar Norte. No Desenho 1 o aluno desenha o mesmo tipo de relevo para o Ártico e Antártica. A deficiência desse assunto nos livros didáticos contribui para que a percepção desses alunos sobre ambiente ártico e antártico venha de filmes, jornais, fotografias e tenham construído um conceito de ambiente muito similar, ou, então, associem as regiões polares a outras que também fazem parte da criosfera, como os Andes.

Desenho 1 – Relevo nas regiões polares, segundo algumas crianças do quarto ano do Ensino Fundamental



Urso polar, pinguim e outras diferenças entre o Ártico e a Antártica

As dúvidas sobre as regiões polares Sul e Norte são muito frequentes, não só no quarto ano, mas entre a maioria das pessoas que não possui um conhecimento mínimo dessas regiões. O mais citado é a localização de pinguins e ursos e, em segundo plano, a presença de habitantes nativos. Além disso, não há certeza sobre como é esse cenário, por exemplo, se tem flora e fauna. Basicamente, encontram-se muito distantes, não só espacialmente, mas no sentido de interpretar e entender a importância desses ambientes. Os alunos confundem os ambientes colocando um *iglu* no Sul e um boneco de neve no Norte (Desenho 2). Esses bonecos são frequentes nos desenhos e simbolizam um imaginário que vem de filmes, associando-os ao ambiente com neve. Outro aluno cita a presença de pesquisadores nas regiões polares, e escreve que na Antártica os moradores possuem cães que seriam “assistentes do frio”.

A técnica projetiva do desenho permite identificar a presença das informações passadas pela mídia.

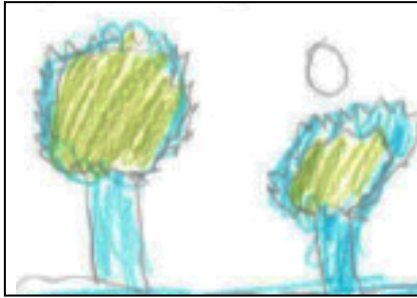
Desenho 2 – Desenhos dos alunos do quarto ano mostrando a confusão entre elementos do ambiente Antártico e Ártico



Vegetação: existe?

A vegetação, assim como o relevo, trata-se de um aspecto pouco citado em livros didáticos. Resultado: a maioria dos alunos acredita não ter nenhum tipo de flora na Antártica. No Desenho 3, o aluno desenhou só um elemento, uma árvore de grande porte na Antártica. Entre 40 desenhos, somente dois apresentam vegetação. O segundo desenho traz uma planta de menor porte, também desenhada na Antártica.

Desenho 3 – Representação da vegetação no Continente Antártico por alunos do quarto ano do Ensino Fundamental



Papai Noel: o imaginário ligado ao ambiente frio

Provavelmente, esses alunos, que estão na faixa etária de 10-11 anos, ouviram a história do Papai Noel quando mais jovens. A história do “velhinho” que morava em alguma parte do Polo Norte, com muita neve, marcou suas infâncias como um personagem de ambientes frios. Mesmo sabendo da não existência desse personagem, alguns ainda têm em sua imaginação essa associação muito clara. Isso demonstra que o uso do desenho, como técnica indireta de avaliação do conhecimento e percepção, é válido. O Desenho 4 retrata a casa do Papai Noel na Antártica.

Desenho 4 – Representação do Papai Noel na Antártica (B) por alunos do quarto ano do Ensino Fundamental



O uso do isopor com gelo ajudou a despertar o interesse e a curiosidade dos alunos pelo assunto, além de estimular sua imaginação sobre como seria estar num ambiente como esse. O uso da maquete (Fotografia 1), utilizando gel como o mar, ajudou na demonstração da interconexão entre diferentes locais da Terra, da relação entre Porto Alegre e o continente Antártico. Aguçar e manter a curiosidade dos alunos deve ser a primeira tarefa da escola e também um desafio constante para os professores, mesmo que os resultados nem sempre sejam imediatos. (REGO, 2007).

Fotografia 1 – Maquete utilizada na oficina

Após analisar a percepção inicial dos alunos e discutir sobre as dúvidas, foi realizado o jogo final da oficina, onde os professores proferem uma frase e os alunos discutem em grupo e respondem se julgam correto ou não.

Alguns pontos desse jogo merecem questionamento. Mesmo após uma explicação sobre a população nativa da região Polar Norte, os *inuits* (esquimós), e ressaltar que na Antártica a presença humana é de pesquisadores, a maioria dos alunos apresentou dificuldades nessa parte. Outro ponto contraditório é quando a maioria afirma que o vento frio que chega a Porto Alegre vem da Antártica. Os alunos entendem que se a Antártica derreter, a cidade terá consequências. Contudo, acreditam que o continente está muito longe de nós, sendo o Japão mais próximo (Quadro 1). Pode-se dizer que a percepção de proximidade que muitos alunos estabelecem com o Japão possa estar vinculada ao conhecimento cultural desse país, devido às informações recebidas pela mídia.

A explicação para essa dificuldade com distâncias pode

ser entendida a partir dos estudos de Piaget (1993). Segundo o autor, três momentos de interação da criança com o espaço ocorrem:

Relações topológicas: dizem respeito à relação de vizinhança na criança, são as primeiras a se desenvolverem, por volta de dois anos de idade;

Relações projetivas: nesse momento já consideram outros pontos de vista, embora não conservem dimensões e distâncias;

Relações euclidianas: quando começam a considerar o conceito de medida e têm início a compreensão da ideia de distância da qual surge, o que caracteriza as relações euclidianas nas crianças.

Quadro 1– Respostas dos alunos do quarto ano no jogo final da oficina sendo que (A) é o acerto e (E) simboliza erro

Perguntas	Turma 1	Turma 2
Na Antártica não tem verão. É sempre muito frio em toda a Antártica.	A	E
Toda a Antártica está derretendo.	A	A
Os únicos animais da Antártica são pinguins e ursos polares.	A	A
A Antártica está mais perto de Porto Alegre que o Japão.	E	E
O ar frio do inverno vem da Antártica.	A	E
O povo que vive no Ártico são os esquimós.	A	A
Nenhum cientista brasileiro foi para a Antártica.	A	A
A Antártica fica ao norte e o Ártico fica ao sul de Porto Alegre.	A	A
No Ártico (região polar norte) é “noite” o ano inteiro.	A	A
Se a Antártica derreter, nada vai acontecer com Porto Alegre.	A	A
A Antártica não tem população nativa.	E	E

É provável que essas crianças ainda estejam no estágio em que consideram outros pontos de vista, sendo que alguns conseguem projetar a importância da Antártica num conceito global e possuem noção de Norte e Sul. Contudo, não entendem noções de distância e, portanto, consideram o Japão mais próximo do que a Antártica.

Oficina para o sexto ano do Ensino Fundamental: “Caminhando do urso ao pinguim”

A oficina foi desenvolvida com alunos do sexto ano do Ensino Fundamental e realizada em três partes. Na primeira, foram realizados desenhos representando elementos presentes na Antártica e no Ártico e, na segunda parte, foi realizado um jogo de perguntas e respostas. Na terceira parte, os alunos realizaram desenhos novamente sobre o que foi discutido em aula.

Primeiramente, foi realizada uma breve introdução explicando onde fica o Ártico e a Antártica com a utilização de um globo terrestre e de mapa do planisfério político. Após esse momento inicial de esclarecimento de dúvidas, foram convidados a desenhar, em cada lado de uma folha, elementos do ambiente Ártico e Antártico.

O jogo foi realizado na aula seguinte, quando os alunos foram divididos em grupos. Após apresentar uma afirmação, cada grupo deveria informar se considerava-a verdadeira ou falsa. Logo após as respostas, ocorriam explicações e, também, foram apresentadas fotografias e mapas que auxiliaram no entendimento da temática.

Abaixo algumas considerações sobre os desenhos e o jogo realizados nessa oficina.

“Verão chega na Antártica?”

No desenvolvimento das atividades foi possível perceber algumas questões para o entendimento das regiões polares. A atividade foi realizada após o estudo dos movimentos da Terra e das zonas de iluminação do planeta, o que pode ter contribuído para que alguns alunos tivessem um melhor entendimento do que estava sendo trabalhado em aula, por exemplo, a maior parte dos grupos sabia que existe verão na Antártica (Desenho 5). O uso do mapa e do globo também foi importante para o estudo dessas áreas, pois os alunos puderam refletir sobre os dois ambientes, tanto em relação à localização quanto a algumas características. Nesse caso, a técnica projetiva permitiu verificar o aprendizado de outro conteúdo e do seu uso para outro assunto.

Desenho 5 – Representação feita por criança (sexto ano do Ensino Fundamental), destacando que o verão na Antártica seria “sem calor”



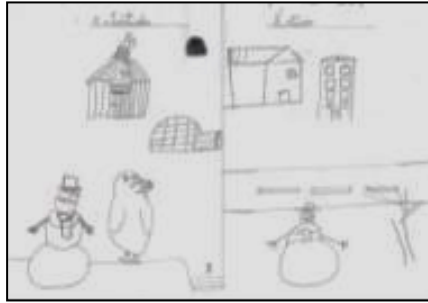
Falta de percepção: do desenho não feito a igualização das paisagens

Comparando os desenhos, alguns alunos ainda permaneceram com a percepção de que a Antártica e o Ártico sejam ambientes semelhantes, mesmo depois da aplicação da oficina. Já outros perceberam as diferenças entre os ambientes, mas apresentaram uma confusão entre os elementos que fazem parte de cada região. Destacam-se as dificuldades em identificar de onde vivem os pinguins e os ursos polares, e se existe ou não a presença de população nativa.

Bonecos de neve e modelos de árvore: reprodução automática?

Os bonecos de neve, assim como o Papai Noel, são personagens frequentes em filmes, desenhos ou outras animações infantis. Estes podem ser vistos em vários desenhos feitos antes da realização da oficina, geralmente com uma personificação humana (Desenho 6). Em outro desenho há a representação de uma árvore, típica de muitos desenhos infantis. Provavelmente, a casa e a árvore são reproduções “automáticas” do aluno, pelo fato de não ter uma percepção formada sobre a Antártica, então representa aquilo que automaticamente desenha para qualquer outra paisagem.

Desenho 6 – Bonecos de neve na Antártica e Ártico. A percepção ainda reflete a falta de informação correta nos livros didáticos



Pinguins, ursos, iglus: onde colocá-los?

Antes da oficina, a maioria dos desenhos apresentou uma confusão entre os elementos dessas paisagens das regiões polares. Um aluno chegou a citar que “não se pode ter urso polar no Ártico porque a temperatura não é correta”. Em desenho feito após a oficina, o aluno escreve que “a população da Antártica vive em casas chamadas iglus”. Percebe-se o quanto é difícil desmistificar e fazer com que entendam a dinâmica dessas paisagens.

Em muitos momentos, durante o jogo, observou-se a dificuldade na interpretação da pergunta, principalmente quando envolveu conceitos relacionados às regiões polares. Após o desenvolvimento das atividades dos jogos e discussões envolvidas, foram retomados alguns conceitos, por exemplo gelo, neve, Criosfera, inuits, que necessitaram ser desenvolvidos em aulas consecutivas. As técnicas projetivas também podem ser úteis na identificação de assuntos ou temas difíceis de serem aprendidos pelos alunos.

Oficina – Enxergando além do urso e do pinguim: nono ano e percepção de criosfera

Essa oficina começou com a distribuição de fotografias de locais do mundo com parte da criosfera. Posteriormente, foram convidados a separá-las em dois grupos: fotos da Antártica e fotos de outras regiões do planeta, justificando essa escolha. Segundo Flusser (1998), as imagens são superfícies sobre as quais circula o olhar e, considerando o exacerbado uso de imagens na sociedade moderna, é importante que os alunos comecem a interpretar e enxergar mais detalhes e dispensar mais tempo com fotografias. O professor debateu, ao final da atividade com cada grupo, a escolha das fotografias, a justificativa foi discutida e a resposta correta foi fornecida.

Após uma breve construção de conhecimentos sobre a criosfera, os alunos escreveram um “Jornal da Antártica”, numa cartolina, utilizando as fotografias e as informações discutidas na sala de aula.

Jornal Antártico

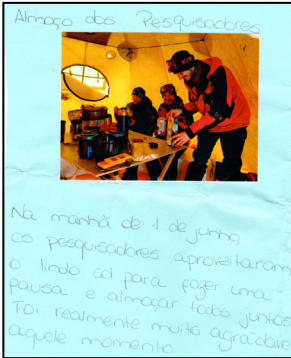
A fotografia 2-A merece uma maior discussão. Uma grande dúvida, entre os alunos, é sobre a alimentação na Antártica, e é muito comum ser citada a presença de enlatados, “comida de astronauta”, ou, então “toda a comida deve ficar sempre congelada”. O grupo que analisou essa fotografia (Fotografia 2-A), teceu comentários abordando que seria impossível ter na Antártica infraestrutura observada e, portanto, deveria ser outro lugar do planeta. Alguns ainda citam que a comida é aque-

cida usando uma fogueira, e a maioria fica espantada quando descobre que a cozinha na Antártica é igual a da casa deles, com fogão e botijão de gás.

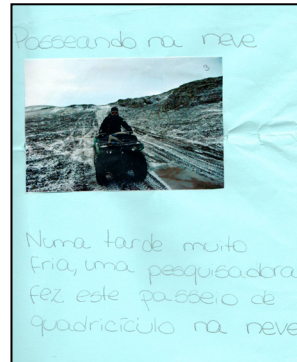
Na fotografia 2-B está uma pesquisadora utilizando um quadriciclo para a realização de seu estudo. O grupo alegou que essa foto não era na Antártica porque o gelo estava descongelado e por que lá só se usava moto de neve e trenó. No jornal eles escrevem que essa pesquisadora estaria passeando, e isso remete a dúvida desses alunos: “o que os pesquisadores fazem lá?” Essa dúvida pode ocorrer porque a maioria associa a pesquisa antártica a estudos envolvendo pinguins e outros animais. Também relacionam à Antártica um ambiente exótico onde as pessoas vão para fins turísticos, não como um ambiente de trabalho.

Trata-se de dois mitos frequentes, a de que o pesquisador só come enlatados e que toda região antártica é coberta por gelo ao longo do ano. Essas percepções podem e devem ser desconstruídas, o uso de fotografias e vídeos dos pesquisadores são fundamentais para que os alunos estabeleçam maior compreensão da rotina de pesquisa no ambiente.

Fotografia 2 – (A) Jornal Antártico elaborado pelos alunos do nono ano do Ensino Fundamental com fotos da alimentação; (B) Transporte dos pesquisadores



(A)



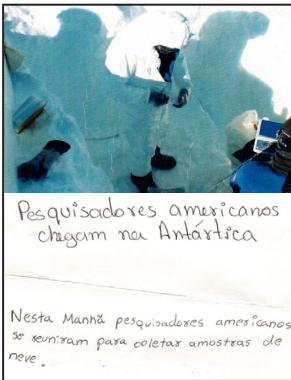
(B)

O Jornal Antártico de outro grupo (Fotografia 3), traz outra discussão: existem construções na Antártica? O grupo concluiu que a Fotografia 3-C era no Chile devido a bandeira na estação e também porque novamente não visualizaram neve. Por outro lado, eles não tiveram dificuldades em afirmar que havia aeroportos na Antártica (Fotografia 3-B), e ainda justificam que “a roupa do senhor de azul” só poderia ser para ambientes muito frios.

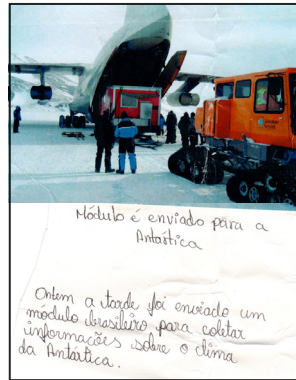
A Fotografia 3-A evidencia dois aspectos. Primeiro, eles dizem que a pessoa na fotografia é um pesquisador “americano” e, provavelmente, não se refere a um brasileiro. Os alunos demonstram certa desvalorização da pesquisa brasileira. Segundo, eles relataram, a foto não era na Antártica porque

tinha que se usar roupas coloridas para facilitar na localização dos pesquisadores. Isso demonstra que a roupa, nas suas percepções, é algo marcante para a identificação da Antártica, embora isso possa evidenciar um sentimento dos alunos de um continente frio, isolado e distante da sua realidade.

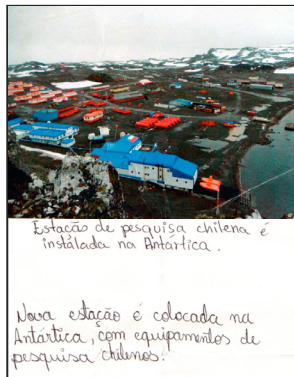
Fotografia 3 – (A) Jornal Antártico elaborado por alunos do nono ano do ensino fundamental: coleta de material para datação do gelo; (B) Módulo brasileiro de pesquisa; (C) Estação Chilena Júlio Escudero



(A)



(B)



(C)

O fenômeno da aurora não era conhecido pelos alunos, então, tiveram dificuldade de associá-lo a qualquer lugar. Contudo, demonstraram interesse e utilizaram a internet para pesquisar sobre a aurora (Fotografia 4-A) e a igreja russa existente em ilha Antártica (Fotografia 4-B). Os alunos disseram que a igreja, ilustrada na fotografia, não poderia ser na Antártica, remetendo novamente a ideia de uma Antártica sem estações científicas.

Fotografia 4 – (A) Jornal Antártico em Amundsen-Scott no Polo Sul Geográfico; (B) Igreja russa na ilha Rei George (Antártica)



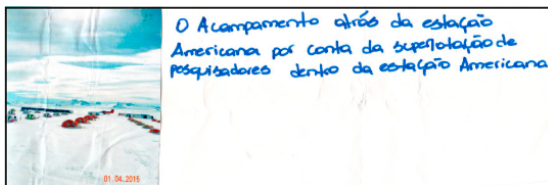
(A)



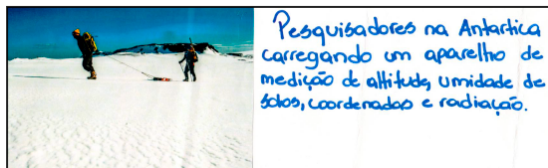
(B)

Sobre a Fotografia 5-A, os alunos afirmaram tratar-se de imagens da Antártica por que “tem neve, montanhas, acampamentos e exploração”. Esse grupo mostra saber que os acampamentos são destinados para pesquisadores, mas não entendem o motivo desse tipo de expedição, relacionando-os a superlotação na estação norte americana. Entretanto, na segunda fotografia (Fotografia 5-B) eles identificaram corretamente a Antártica, mas relatam que seriam esquimós pesquisando. A percepção deles em relação ao Ártico e Antártico é confusa, havendo muitas dúvidas quanto a elementos que se diferem quanto à localização, ocupação humana, atividades de pesquisa, fauna e flora.

Fotografia 5 – (A) Acampamento Antártico; (B) Transporte de equipamento de pesquisa



(A)



(B)

Nas demais fotografias evidencia-se que os alunos acreditam que na Antártica sempre é escuro, é noite, e relatam que não pode aparecer o Sol. Outro grupo relatou que a Antártica é plana, e que o relevo montanhoso só poderia ser no Chile.

O uso de fotografias evidencia que os alunos possuem pouco conhecimento sobre as regiões polares e, assim como nos desenhos, há muita confusão entre o Norte e Sul. Mais uma técnica projetiva útil que ajuda no entendimento dessa paisagem.

Oficina “Vivência nos Polos: você quer tentar? ”: qual a percepção dos alunos de terceiro ano do ensino médio sobre as regiões polares?

Essa oficina buscou uma inserção dos alunos no ambiente antártico pelo uso de roupas, botas e vestimentas usadas em expedições, além de experimentarem a sensação de passar alguns minutos em sacos de dormir para temperaturas próximas a -40°C . A oficina foi realizada com 90 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de instituição pública localizada em bairro de classe média de Porto Alegre e atende jovens moradores dos bairros centrais e da zona sul do município.

A atividade foi desenvolvida em tempo médio de 150 minutos. Primeiramente, os estudantes, sem aviso prévio, adentraram a sala de aula e se depararam com uma série de materiais utilizados em expedições ao continente antártico. Sendo instigados a experimentá-los e relatar oralmente suas sensações e seus pensamentos com relação às expedições as regiões polares. Houve grande interesse dos jovens em experi-

mentar as peças apresentadas e em relatar as sensações. Muitos estudantes tiraram fotos e publicaram em suas redes sociais privadas. Grande parte dos alunos relatou não compreender a necessidade das pesquisas em regiões polares e/ou nunca terem pensado em como ocorria à vivência no continente. Muitos, ainda, espantaram-se ao verificar a presença de um saco de dormir, demonstrando estranhamento ao fato de existirem atividades em acampamentos na Antártica. Sem exceções, os estudantes relataram não saber a diferença de temperatura entre as diferentes áreas do continente. Metade dos estudantes desconhecia a presença de uma base brasileira na Antártica.

Acampamento x Estação de pesquisa

Os alunos foram questionados sobre temas como: o que se pesquisa na Antártica? Como os pesquisadores dormem e se há diferenças entre a vivência em estações e acampamentos. Muitos alunos não fizeram a atividade. Perguntados, posteriormente, sobre a não entrega do material, alguns estudantes relataram oralmente o desinteresse por assuntos ligados as regiões polares e o sentimento de distanciamento com relação ao continente antártico. Ainda, ocorreram relatos sobre não ter interesse em escrever sobre as suas impressões, preferindo a apropriação da mesma a partir de diálogos e rodas de debate (outra técnica projetiva).

Quanto aos estudantes que participaram da atividade, houve intenso diálogo sobre a alimentação e a ingestão de bebidas: muitos estudantes relataram que acreditavam que os pesquisadores se alimentavam com “comida de astronauta”,

uma alusão aos alimentos desidratados e armazenados em embalagens fechadas a vácuo. Ainda ocorreram relatos de que se teria uma alimentação sem restrições, incluindo frutas, verduras e leguminosas. Poucos relataram a possibilidade de haver diferenças ou restrições de alimentos. Muitos perceberam e diferenciaram a alimentação em acampamento e estação, colocando o primeiro como um local de ingestão de alimentos mais restritos, com ênfase em enlatados e bebidas quentes, enquanto que no segundo a alimentação seria sem restrições, em razão da estrutura das estações com cozinha e despensa. Quanto ao deslocamento no continente antártico, sugeriram o uso de trenós puxados por cães (uma alusão a filmes), uso de automóveis populares, motos de neve e deslocamento a pé. Sobre a comunicação, com exceção dos estudantes que relatam não fazer ideia dos sistemas de comunicação, os demais citaram o uso de comunicação via rádio.

Redações

Após diálogos sobre a vivência nas regiões polares e a pesquisa científica no continente antártico, os alunos foram convidados a sentarem-se em duplas e a redigir um conto tendo como ponto de partida uma frase sobre uma situação que poderia ser vivenciada no continente antártico e imagens da Antártica que foram distribuídas aleatoriamente.

Durante a leitura das redações foi possível perceber a confusão dos alunos com relação às regiões polares, pois muitos ainda afirmaram que ursos polares e morsas são animais característicos da Antártica, outros ainda colocaram *iglus* como

sendo parte das bases de apoio, trocaram os termos austral e boreal e acreditaram na existência de populações nativas (“esquimós”) no continente antártico.

Por outro lado, os estudantes mais envolvidos nas discussões anteriores as propostas de redação, identificaram diferenças entre as regiões polares e citaram as dificuldades que os pesquisadores enfrentam, como nos trechos: “(...) estávamos medindo o relevo de uma montanha quando meu colega pediu para eu ver a paisagem. Nisso, de dois metros de altura, caiu fraturando ossos” e no trecho “após essa aventura no gelo, começamos a tomar mais cuidado com o nosso equipamento, pois ele é essencial para a segurança de nossas vidas”.

Cabe ressaltar que a realização de diferentes atividades projetivas com cada turma foi realizada visando ao captação de maior número de impressões e percepções desses alunos em relação a Criosfera.

Considerações Finais

Ao aborda-se o tema criosfera em sala de aula, deve-se ter como propósito principal um entendimento da sua relação com os componentes atmosféricos, oceanográficos, hidrológicos e bióticos. Como enfatiza Castrogiovanni (2011), “compreender os processos, por sua vez, é tomar por base a análise objetiva, apreender o conjunto das conexões internas, com seus conflitos, sua gênese, seu desenvolvimento e suas tendências”. A criosfera influencia o clima de várias regiões do planeta, incluindo o Sul do Brasil, principalmente no inverno em que há uma acentuada ação de massas de ar fria proveniente da

região antártica, o que, nesse caso, faz parte do cotidiano dos alunos. Além disso, a inserção dessa temática em sala de aula é relevante para se poder ampliar algumas percepções sobre os impactos globais do aquecimento global.

Esses são temas que devem fazer parte das aulas de Geografia, contribuindo para a formação dos alunos. Kaercher (1998) afirma que o ensino de geografia ainda “é muito tradicional e fragmentado da realidade”. Nesse sentido, a elaboração de atividades lúdicas, ou de atividades que tragam algo diferente, algo da realidade do aluno, da mídia etc, pode ajudar no interesse do aluno sobre determinado tema. Os temas criosfera, Antártica e Ártico, por si só, atraem a curiosidade dos alunos. Assim, as atividades projetivas desenvolvidas cumpriram a meta de envolvê-los com essa paisagem.

Refletindo sobre o questionamento inicial do capítulo, sobre como aproximar os alunos da Criosfera, pode-se dizer que a atividade de campo é um método extremamente valioso no campo geográfico. Como nesse caso isso não é possível, contudo, a alternativa é o desenvolvimento de atividades projetivas e a aproximação com pesquisadores, vestimentas utilizadas em expedição, vídeos, fotos e redes sociais que trazem novidades dos estudos brasileiros. Um exemplo foi colocar a mão em um isopor de gelo para perceber a sensação de frio e estimular a reflexão sobre o ambiente.

O acesso dos alunos a viagens também é ponto fundamental a ser considerado. Por exemplo, um aluno que viaja com a família para vários países ou que vai esquiar nos Andes, certamente terá uma percepção mais aguçada de uma paisagem “fria”. Todavia, não garante que ele tenha consciência da

ligação desses ambientes com todo o restante do planeta, ou que entenda a relevância das mudanças do clima. A reflexão neste artigo é que há muitas situações, ou seja, cada aluno traz consigo um conhecimento, uma observação de paisagens e que não há como padronizar atividades. Sendo assim, a observação e a experimentação são os métodos mais adequados, já que o comportamento e aceitação das oficinas não é o mesmo para todos (DE SOUZA, 2010).

Por fim, é relevante novamente afirmar que os métodos projetivos, dentro da pesquisa qualitativa, tiveram resultados valiosos quando aplicados na área de ensino de Geografia. Como salienta Godoy (1995), este método merece destaque entre as várias maneiras de se estudar os fenômenos que abordam os sujeitos e suas intrínsecas relações estabelecidas no ambiente ou, nesse caso, com outros ambientes. A utilização de fotografias, maquetes, isopor com gelo, roupas de expedições, redações e desenhos permitiram a construção de conhecimento nos alunos, mas, antes disso, uma apreensão da percepção de conceitos fundamentais da criosfera.

Referências

AIELLO-VAISBERG, T.M.J. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, 1995.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771995000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2015.

ANTONIO, D. G. **O espaço das águas**: interpretação ambiental visando a conservação dos recursos hídricos. 2006. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exa-

- tas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2006.
- BERGER, J. **Modos de ver**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1974.
- BERTOTTI, A. P.; ROSA, K.K.; HOLGADO, F. L. Crisofera e mudanças climáticas: uma abordagem para o ensino fundamental. In: ENCONTRO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA DA REGIÃO SUL, 1º., 2013, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS. 2013, p. 38 - 44.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Ensino, complexidade e diversidade da vida nos fazeres geográficos. In: REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. **Geografia: práticas pedagógicas para o Ensino Médio**. v. 2. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 33-48.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Lobato, R.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004, p. 92 - 123.
- CUNHA, J. A. Estratégias de avaliação: perspectivas em psicologia clínica. In: CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 2000, p. 19-22.
- DE SOUZA, K. B. Piaget e a construção de conceitos geométricos. **Revista Temporis** (ação), Goiânia, v. 1, n. 9, p. 247-260, 2007.
- FENSTERSEIFER, L.; WERLANG, B. S. G. Apontamentos sobre o status científico das técnicas projetivas. In: VILLEMOR-AMARAL, A. E.; WERLANG, B. G. (Org.). **Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- FLUSSER, V. **Ensaio sobre a fotografia**: para uma filosofia da técnica. Lisboa: Relógio D'água, 1998.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29.
- KAERCHER, N.A. **A geografia é o nosso dia a dia**. Geografia em sala de aula prática e reflexões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999.
- PROSHANSKY, H.M. Las técnicas proyectivas en la investigación operativa: diagnóstico y medición encubiertos. In: ABT, L.E.; BELLAK, L. **Psicología Proyectiva**. Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 67.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: constru-

ção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia, Assis, 2009, p. 279-291.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A representação do espaço na criança**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N.A. **Geografia práticas pedagógicas para o Ensino Médio**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

TUAN, Y. – F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo, Difel, 1980.

9 TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA EM ENSINO DE GEOGRAFIA: uma análise das concepções teóricas e da epistemologia da prática do professor de Geografia

Victória Sabbado Menezes
Nestor André Kaercher

Introdução

Pensar a metodologia a ser utilizada em uma pesquisa remete à reflexão acerca do caminho que se pretende trilhar. É necessária a definição do problema de pesquisa, bem como dos objetivos que se visa a alcançar. A partir disso, deve-se pensar nos procedimentos metodológicos que serão adotados a fim de que os objetivos delineados sejam atingidos. Isso exige o discernimento do pesquisador, de modo que a pesquisa somente pode ser desenvolvida com êxito se a metodologia estiver adequada às metas pretendidas. Considera-se que

Uma metodologia de pesquisa é sempre pedagógica porque se refere a um como fazer, como fazemos ou como faço minha pesquisa. Trata-se de caminhos a percorrer, de percursos a trilhar, de trajetos a realizar, de formas que sempre têm por base um conteúdo, uma perspectiva ou uma teoria. (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 15).

O caminho metodológico adquire, assim, suma importância para a realização da pesquisa e para os resultados que pode produzir. Não se reduz à mera definição de técnicas a serem empregadas. Mais do que isso, diz respeito ao posicionamento e atitude do pesquisador no que se refere ao método que o embasa, à maneira como irá levantar os dados, a forma como lidará com os sujeitos da pesquisa, o modo como analisará os dados coletados e a perspectiva que adotará para interpretar estas informações adquiridas.

Nesse sentido, a postura metodológica assumida deve estar em consonância com os pressupostos epistemológicos que fundamentam o pesquisador. A metodologia utilizada está diretamente relacionada à visão de ciência, de pesquisa e de construção do conhecimento do próprio pesquisador. Trata-se da sua visão de mundo, a qual interfere na definição dos procedimentos metodológicos. Sendo assim, não é possível desvincular a escolha da metodologia com a escolha da orientação teórica sobre a qual se assentará as considerações do autor.

Isso explicita a ausência da neutralidade em um processo de investigação científica. Parte-se da premissa de que não há pesquisa imparcial, neutra, uma vez que a atividade científica é marcada por escolhas, decisões e posicionamentos. A definição da metodologia representa uma destas escolhas. Logo, diante de múltiplas possibilidades é necessário optar por determina-

dos pressupostos filosóficos e epistemológicos que garantam uma sustentação à pesquisa e que propiciem uma orientação ao caminho que será percorrido durante a sua realização.

O presente capítulo está estruturado em cinco subseções, além da Introdução e das Considerações finais. A primeira subseção apresenta brevemente o tema da dissertação de mestrado e a justificativa pela adoção do paradigma da complexidade para direcionar o olhar da pesquisadora. A segunda subseção esclarece o porquê do emprego da abordagem qualitativa e as etapas desenvolvidas ao longo da pesquisa. A terceira subseção dedica-se à técnica da observação, com ênfase à observação simples, em que são apontadas suas características e vantagens à investigação científica. A quarta subseção discorre acerca da técnica da entrevista, em especial a entrevista por pautas e a perspectiva da entrevista reflexiva. A quinta subseção trata do método utilizado na pesquisa para o tratamento dos dados, o qual corresponde ao método de análise do conteúdo. Dessa maneira, pretende-se organizar o capítulo expondo claramente as trajetórias metodológicas trilhadas.

A pesquisa e a realidade complexa

A pesquisa desenvolvida teve por objetivo geral investigar como as concepções epistemológicas de Geografia e de Educação de professores e acadêmicos de Geografia atuam no exercício das suas práticas de ensino. Buscou-se analisar as concepções destes sujeitos, verificar se há um distanciamento entre as concepções expressas pelos dois grupos (acadêmicos e professores), identificar como as concepções teóricas se refle-

tem na prática educativa e analisar o papel da formação inicial na construção da epistemologia do professor de Geografia. Abrangem-se os grandes temas relacionados ao Ensino de Geografia e à formação de professores. Dessa maneira, além de ser uma pesquisa na área da Geografia, também compreende a área da educação.

Em se tratando de uma pesquisa em Ciências Humanas, é demasiado relevante que se considere a subjetividade. Isto é, a realidade não pode ser apreendida somente por meio da objetividade, como preconiza as Ciências Naturais, mas é preciso também levar em conta a sua dimensão subjetiva. Além disso, conforme o paradigma da complexidade, a realidade é concebida como algo mutável, dinâmico, instável, incerto, não linear. Salienta-se que pesquisar em educação implica em estudar uma realidade complexa.

Defende-se que o pensamento complexo pode fornecer contribuições à pesquisa, tendo em vista que critica o processo de disjunção do conhecimento provocado pela ciência moderna. A fragmentação dos conhecimentos dificulta uma visão do todo, o que acarreta em uma superficialidade e reducionismo na leitura da realidade devido à hiperespecialização. Por isso, o pensamento complexo está assentado no combate à simplificação e na busca da simplicidade. Questiona o sistema de produção do conhecimento que tem o intuito de buscar uma verdade, de alcançar a verdade absoluta, de maneira que a complexidade parte do princípio de que as verdades são provisórias na ciência.

A complexidade propõe uma ciência aberta, isto é, baseia-se no argumento e contra-argumento. Assim, critica a

perspectiva de uma ciência doutrinária, fechada, inquestionável. Enfatiza que a ciência constitui apenas umas das formas de produzir conhecimento, pois a arte também o produz. No entanto, trata-se de trilhas diferentes percorridas por cada uma. É importante ressaltar que a complexidade se refere “por um lado, ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conceber uma ordem absoluta. Por outro lado diz respeito a alguma coisa de lógico, isto é, à incapacidade de evitar contradições.” (MORIN, 2005, p. 68).

Considerar a incerteza representa um elemento central no decorrer da pesquisa. Isso porque nada é definitivo, cristalizado, mas, sim, passível de mudança, uma vez que a realidade é dinâmica. Nesse sentido, mesmo que o pesquisador tenha um projeto, um planejamento, este pode ser alterado de acordo com as circunstâncias. Quando se entra em contato com o objeto, o pesquisador é envolvido por um conjunto de interações que podem fazer com que suas decisões *a priori* sejam modificadas. Destarte, toda a pesquisa está sujeita ao imprevisto e à incerteza.

Ratifica-se que a metodologia refere-se à caminhada, de maneira que só se tem conhecimento pleno da metodologia empregada após a finalização da pesquisa. Contudo, cabe esclarecer que, apesar da metodologia estar associada ao caminhar, isso não pode ser confundido com uma improvisação. Segundo Eco (2012, p. 82), “uma tese, tal como uma partida de xadrez, compõe-se de muitos movimentos, só que você deverá ser capaz de predizer os seus movimentos para pôr em xeque o adversário, do contrário fracassará”.

Durante a caminhada, exige-se um pesquisador reflexivo e crítico. Deve-se destacar que não basta a escolha do método que seja mais adequado à pesquisa que se visa a empreender; é preciso que o pesquisador, em sua ação, assuma a postura coerente com o método adotado. Nessa linha de pensamento, argumenta-se que:

se a realidade é imprevisível e incerta, precisamos de um observador pensante, reflexivo e criativo, um sujeito estrategista, capaz de criar procedimentos de enfrentar o novo e o imprevisto que acontecem durante a pesquisa. Tudo isso exige abertura e flexibilidade estrutural por parte do sujeito pesquisador e dos métodos utilizados para que possamos compreender as circunstâncias geradas pela pesquisa e responder às incertezas e às emergências, não apenas cognitivo-emocionais, mas também como produto de uma realidade complexa e, verdadeiramente, mutante. (MORAES; VALENTE, 2008, p. 56).

Mais do que defender o paradigma da complexidade, o pesquisador deve agir de acordo com estes princípios que o fundamentam. Ao reconhecer a realidade como indeterminada, instável e incerta, são necessários métodos alinhados com estas características, bem como um pesquisador preparado para lidar com o inesperado e o acaso. Na maioria das vezes, é preciso desconstruir algumas ideias ainda arraigadas ao sujeito pesquisador em função do contexto que vivencia, o qual é marcado pela hegemonia da doutrina positivista. Este caráter dominante tende a dificultar a emergência de novas lógicas.

Pesquisa qualitativa em ensino de Geografia

Pretendeu-se desenvolver uma pesquisa por meio de uma

abordagem qualitativa, de maneira que o interesse central esteve nos processos ao invés dos produtos ou resultados. As estratégias adotadas nesta perspectiva visam a identificar “como o fenômeno acontece, como se manifesta, como é percebido, como é representado pelos atores etc. O antes, o durante e o depois são considerados, os passos, a trajetória, o percurso etc.”. (TEIXEIRA, 2009, p. 123). Os dados não são levantados para, necessariamente, comprovar hipóteses formuladas previamente, uma vez que o investigador qualitativo dirige-se ao campo para conhecer e compreender a realidade do seu objeto de estudo. Logo, a revisão bibliográfica realizada antes do momento da pesquisa de campo não deve determinar rigidamente a visão do pesquisador, o qual deve apresentar uma postura aberta na análise dos fenômenos da realidade investigada.

Além disso, a pesquisa não se baseia em dados estatísticos, numéricos. Por se tratar de uma pesquisa em educação, não se pretendeu mensurar os dados coletados, pois visou-se considerar a realidade em que o objeto do estudo está inserido. Destarte, a realidade não é algo que possa ser quantificado, pois envolve diversas relações e a ação de inúmeras variáveis. A pesquisa não se baseou no modelo de estudo das Ciências da Natureza, pautado na experimentação, o que implicaria em generalizações. Como mencionado anteriormente, diz respeito à área das Ciências Humanas, a qual se caracteriza pela especificidade. Nesse sentido,

Cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações. Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente

o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica. (LUDKE, 1986, p. 5).

Cabe salientar que o estudo qualitativo não defende o critério numérico para garantir sua representatividade. O objetivo central não foi quantificar e mensurar os dados levantados, mas sim interpretá-los em profundidade. Desse modo, o universo de pesquisa foi formado por professores do Ensino Fundamental e/ou Médio de escolas estaduais de Pelotas/RS e por acadêmicos formandos do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A amostra foi composta por um total de 10 sujeitos, isto é, compreendeu cinco professores e cinco acadêmicos. É preciso esclarecer que não se teve a pretensão de generalizar os resultados desta análise e retratar a realidade educacional da totalidade do município de Pelotas/RS. As análises que foram construídas representaram somente o universo analisado.

No que concerne à amostra, deve-se explicitar alguns esclarecimentos. Os acadêmicos pesquisados foram, necessariamente, alunos que estavam no último ano do curso de Licenciatura em Geografia da UFPel quando desenvolveu-se a pesquisa de campo. Isso se deve ao fato de que eles realizaram o estágio supervisionado em Ensino Médio, no primeiro semestre de 2015. Esta é uma condição importante, visto que, para que se pudesse atingir os objetivos almejados da pesquisa, foi preciso que os graduandos vivenciassem a experiência prática do trabalho docente. Somente assim foi possível que eles relacionassem teoria e prática e fizessem uma reflexão acerca de sua formação inicial.

Quanto aos professores, estes deveriam trabalhar em es-

colas estaduais de Pelotas com a disciplina de Geografia e deveriam ser graduados nesta área. Buscou-se investigar professores do século XXI, ou seja, aqueles que iniciaram sua prática profissional docente a partir dos anos 2000, pois são docentes que não estão no final de sua carreira. Não foi exigido que só se pesquisasse professores que ministrassem aula para uma determinada série. Não importou se alguns somente trabalhavam com o Ensino Fundamental e outros com o Ensino Médio. O foco foi analisar as concepções epistemológicas e a prática destes educadores, independente do nível de ensino que exerciam sua atividade profissional.

Esta pesquisa pautou-se em um método de abordagem dialético, o qual se caracteriza por explicitar a dinâmica das contradições dos fenômenos. Conforme Triviños (2007, p. 54), “a categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva”. Como se estudou as concepções de Geografia e de Educação de dois grupos distintos, estabeleceu-se um confronto entre os discursos a fim de verificar a convergência ou a divergência entre estes. Mais do que isso, também analisou-se a presença ou não da contradição na relação entre teoria e prática destes sujeitos, ou seja, entre as suas concepções teóricas e a epistemologia que rege sua prática.

É possível traçar um paralelo entre a dialética e um dos princípios da complexidade, qual seja: o princípio da dialógica. Este concerne aos fenômenos que, apesar de aparentemente antagônicos e contrários, são complementares em uma organização. No contexto da pesquisa, a possibilidade de contradição entre as concepções teóricas e a epistemologia da prática

dos sujeitos, por exemplo, constitui uma organização que é a identidade docente, o ser professor. Assim, trata-se da ideia de diálogo e/ou união dos contrários. Salienta-se que a complexidade não entende a contradição como erro, diferentemente da visão clássica de ciência. Portanto, aceitar a complexidade associa-se à aceitação da contradição, a qual se refere a uma camada profunda da realidade. Nesse sentido, pretende-se articular o método dialético com o princípio da dialógica do paradigma da complexidade.

Quanto às etapas da pesquisa, esta é formada por três momentos: a pesquisa teórica, a pesquisa documental e a pesquisa prática. No primeiro momento, verifica-se uma aproximação do pesquisador com a produção científica existente acerca do seu tema de pesquisa. Assim, realizou-se uma revisão bibliográfica a fim de fornecer um suporte teórico ao trabalho. A partir de um levantamento bibliográfico, foram estudadas obras de teóricos reconhecidos, principalmente na área de Ensino de Geografia, da Epistemologia da Geografia e da Educação (formação de professores), com o intento de garantir uma fundamentação teórica à investigação.

O momento da pesquisa documental consiste na análise de documentos, o que na dissertação mencionada associou-se à legislação sobre a educação nacional referente ao Parecer CNE/CP 009/2001 acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

O terceiro momento corresponde à pesquisa de campo, um momento empírico, em que se busca uma aproximação

com a realidade e o levantamento de informações e esclarecimentos sobre o problema de pesquisa proposto. Entende-se este como um momento extremamente rico da pesquisa, pois é o que garante a originalidade do trabalho e permite que se teçam as relações entre a prática e as abstrações teóricas. As técnicas empregadas para a coleta de dados foram a observação e a entrevista. Por meio destas, pôde-se constatar as concepções epistemológicas dos sujeitos pesquisados e de que forma estas se manifestavam na prática pedagógica, isto é, qual(is) a(s) epistemologia(s) da prática dos professores e acadêmicos.

A observação

No que se refere à observação, esta é “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 173). A vantagem da observação em comparação às outras técnicas consiste no fato de que os fenômenos são percebidos e captados diretamente, sem intermediação. Por outro lado, a presença do observador pode provocar algumas modificações no comportamento dos sujeitos observados, afetando a espontaneidade dos mesmos. Cabe ao pesquisador atentar para as interferências que sua presença pode produzir na maneira de agir dos sujeitos observados e, assim, comprometer a sua pesquisa.

Em relação ao grau de participação, adotou-se a observação simples das aulas ministradas pelos professores e pelos aca-

dêmicos no seu período de estágio. De acordo com esta técnica, o pesquisador observa a realidade assumindo a condição de um espectador, de maneira que não intervém diretamente no contexto observado. Contudo, esta prática não é neutra e, por mais que não se queira interferir na dinâmica do fenômeno analisado, a própria presença do pesquisador no local de estudo, conforme supracitado, produz algumas perturbações. Segundo Moraes e Valente (2008, p. 43),

assim o que o pesquisador observa depende também do que acontece em sua estrutura; e mais: todo pesquisador, consciente ou não, participa da realidade que pretende explicar. [...] Ao descrever sua realidade, o pesquisador interage com ela, modificando-a e também sendo por ela modificado, estruturalmente.

Mesmo que o observador busque um distanciamento do fenômeno pesquisado, é inevitável que ocorram mudanças em sua estrutura. As implicações do meio também podem provocar um envolvimento emocional do observador. É importante uma atenção redobrada do pesquisador a fim de que não produza distorções da realidade observada. Trata-se de seres humanos, tanto o pesquisador quanto os sujeitos pesquisados, os quais não são dotados somente de razão, mas também de emoção.

Apesar de se desenvolver uma observação simples, é necessário um mínimo de controle na obtenção dos dados, o que exige uma determinada estruturação do que será observado. Dessa maneira, devem ser elencados, previamente, alguns pontos a serem observados, visto que, posteriormente, os dados serão analisados e interpretados. Ao mesmo tempo, é

importante considerar a observação de outras questões e acontecimentos imprevistos. O belo da observação consiste nos achados, isto é, naqueles fatos e/ou situações que surpreendem o pesquisador, que não se imaginava que ocorreriam, que não se estava buscando, mas que tornam-se extremamente úteis à pesquisa ao proporcionar reflexões, novos questionamentos e um outro olhar sobre a realidade. Para tanto, o pesquisador deve desenvolver a sensibilidade para perceber esses achados no período da observação e não se deter somente aos pontos que havia definido para observar.

É fundamental que se faça um registro da observação e em um tempo mais próximo da ocorrência do fenômeno. Nesta pesquisa, utilizou-se um diário para tomar nota das observações, onde foram registrados os elementos que estavam de acordo com o roteiro previamente elaborado, além de acrescentadas outras informações consideradas relevantes. Todas as anotações no diário ocorreram durante o momento da observação a fim de que nenhuma questão interessante percebida fosse esquecida. Cabe salientar que, além das descrições da observação, também foram anotadas as reflexões que se desencadearam durante esta atividade.

O número de observações realizadas com os sujeitos da pesquisa varia por tratar-se de uma pesquisa qualitativa. Deve-se esclarecer que em uma pesquisa quantitativa, a coleta de dados é finalizada quando se alcança a amostra pré-determinada. Já nesse trabalho, de caráter qualitativo, as observações foram concluídas quando se percebeu que não havia novas informações, quando se constatou uma repetição e um padrão nas práticas pedagógicas dos sujeitos. Assim, o número

de observações não foi o mesmo em cada um dos sujeitos pesquisados, tendo em vista que a(s) epistemologia(s) da prática do professor é algo que, na maioria dos casos, não é fácil de captar e investigar.

A entrevista

No que concerne à entrevista, esta é uma técnica de coleta de dados que envolve a interação. Ou seja, diz respeito ao encontro entre duas pessoas em que o entrevistador elabora e lança perguntas ao entrevistado visando a obter respostas e informações acerca do assunto de sua investigação. Nesse sentido, é importante ressaltar que, por meio da entrevista, “o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, [...]”. (MINAYO, 2011, p. 57). A entrevista teve como objetivo nesta pesquisa identificar as concepções epistemológicas de Geografia e de educação dos sujeitos pesquisados, além de questioná-los acerca de sua formação inicial.

A entrevista constitui uma excelente técnica para a pesquisa qualitativa, sendo uma das mais utilizadas na pesquisa social. De acordo com Gil (1987), há vantagens da entrevista em relação ao questionário, por exemplo. A primeira propicia uma flexibilidade maior, visto que durante sua realização o entrevistador pode clarificar o significado das perguntas e adaptar-se à linguagem do entrevistado. Além disso, um dos pontos positivos da entrevista refere-se ao contato com o entrevistado, o que permite perceber sua expressão corporal, seu tom de voz, as entonações de sua fala. Estes são fatores importantes

que tornam a entrevista uma técnica profícua à pesquisa.

As entrevistas podem variar de acordo com seu grau de estruturação. Teve-se o intuito de não realizar uma entrevista fechada para que os sujeitos não se limitassem a responder unicamente os questionamentos levantados. Por isso, foram elaboradas questões norteadoras a fim de permitir que o entrevistado expressasse de forma livre o seu pensamento, sem haver um controle rígido da sua fala. Para tanto, foi utilizada a entrevista por pautas porque

a entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo. (GIL, 1987, p. 117).

Cabe ressaltar que a entrevista por pautas possui uma estruturação mínima com algumas perguntas elaboradas previamente, mas possibilita que, no decorrer da entrevista e conforme as respostas do entrevistado, novas questões sejam acrescentadas. Por isso, as entrevistas com os 10 sujeitos desta pesquisa não foram homogêneas. Todas partiram de um mesmo roteiro, porém este foi modificado durante o andamento da entrevista a partir da introdução de outras perguntas julgadas necessárias para compreender o pensamento dos professores/acadêmicos. Nesse trabalho, todas as entrevistas foram gravadas de acordo com o consentimento dos sujeitos.

É preciso destacar que a entrevista é muito mais do que

uma técnica para obter dados para uma pesquisa por meio de uma conversa entre duas pessoas. Deve-se considerar que há uma interação social, isto é, uma relação entre duas pessoas, o que envolve uma dimensão emocional. Por conseguinte, a maneira como o entrevistador age com o entrevistado é essencial para que a entrevista ocorra de forma satisfatória e para que o sujeito da pesquisa sinta-se à vontade para responder as perguntas. Deve-se ter respeito, cordialidade e gentileza com o entrevistado. A partir destes cuidados, o pesquisador consegue conquistar a confiança do sujeito da pesquisa. Por isso, foi elaborado um termo de consentimento em que os professores e acadêmicos assinaram, permitindo tanto a observação de suas aulas quanto a gravação da entrevista e sua devida utilização para a pesquisa. Ao mesmo tempo, garantiu-se o bom uso das informações, a confidencialidade e a manutenção do anonimato desses sujeitos.

Foi realizada uma entrevista-piloto com um professor com o intento de verificar se as questões norteadoras estavam claras e atingiam os objetivos pretendidos, se era preciso excluir ou acrescentar perguntas e se o desenvolvimento da entrevista tornava-a cansativa ou tranquila. Esta foi uma experiência desenvolvida para que se pudesse rever e repensar alguns pontos a fim de melhorar as futuras entrevistas no sentido de contribuir ao máximo para a pesquisa. A entrevista-piloto é aconselhada para aprimorar as próximas, porém nem sempre é introduzida ao trabalho quando se necessita de muitas alterações. No caso da pesquisa referida, esta experiência foi extremamente satisfatória, de maneira que foi utilizada como uma fonte importante de dados para a sua devida aná-

lise e interpretação.

Durante a entrevista-piloto, constatou-se ser fundamental proporcionar um clima leve e amistoso para que o entrevistado fale de forma natural e espontânea, sem sentir-se intimidado. Por isso, optou-se por, primeiro, realizar as observações das aulas e, após a finalização destas, desenvolver a entrevista com o sujeito. Dessa maneira, ao longo do encontro com os professores/acadêmicos para as observações, foi-se constituindo uma relação de confiança, além de conhecer aos poucos o investigado. Essa convivência, inclusive, provocou interferências positivas na entrevista, pois algumas questões foram acrescentadas especialmente para determinado entrevistado já que surgiram dúvidas e questionamentos a partir do que se havia observado em suas práticas pedagógicas. Outrossim, os sujeitos sentiam-se mais a vontade para falar abertamente acerca das questões, tendo em vista que também foram me conhecendo e acostumaram-se com minha presença durante o acompanhamento de suas aulas.

Outro ponto que merece atenção na execução da entrevista diz respeito ao meio em que esta é realizada. Ou seja, refere-se ao ambiente físico ou social no qual é desenvolvida e que pode provocar algumas perturbações no seu andamento. O pesquisador não possui um controle total nem sobre o entrevistado nem sobre a maneira como a entrevista irá se desenvolver, embora seja o responsável por administrar e orientar o trajeto que será percorrido ao longo de sua realização. Logo, deve-se estar ciente de que imprevistos podem acontecer, os quais podem ser aproveitados na pesquisa, mas o entrevistador não pode sentir-se afetado negativamente por essas situações

para que não comprometa este momento de coleta de dados. Assim, a maioria das entrevistas foi realizada em espaços reservados na sala dos professores das instituições escolares durante períodos de aula e em uma sala de aula do prédio do curso de Geografia da UFPel, em que o ambiente estava calmo e com a presença de poucas pessoas.

Cabe ressaltar que o momento da entrevista é profundamente rico para o pesquisador. É esta oportunidade em que se pode explorar ao máximo o sujeito pesquisado para que o auxilie a compreender seu objeto de estudo. Nesse sentido, concebe-se a entrevista na perspectiva apresentada por Szymanski (2010) que refere-se à entrevista reflexiva. Destarte,

foi na consideração da entrevista como um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder, que se delineou esta proposta de entrevista, a qual chamamos de reflexiva, tanto porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto a busca de horizontalidade. (SZYMANSKI, 2010, p. 14).

A entrevista reflexiva considera esta técnica como um instrumento que pode propiciar a construção do conhecimento por meio do diálogo que é estabelecido entre entrevistador e entrevistado. Parte-se do pressuposto de que é necessário ultrapassar a visão de uma mera extração de informações do sujeito investigado. Dessa forma, busca-se também superar a relação assimétrica de pesquisador sobre pesquisado que, em geral, é reproduzida na maioria das entrevistas.

Após a finalização das entrevistas, parte-se para a fase da

transcrição. Esta corresponde à primeira versão escrita do texto concernente à fala do entrevistado. É interessante que este registro escrito seja exatamente igual à linguagem oral, isto é, que contenha todos os elementos presentes na fala do sujeito, inclusive os vícios de linguagem, por exemplo. Além disso, o processo de transcrição constitui um primeiro momento de análise e reflexão sobre o material coletado. De acordo com Szymanski, Almeida e Prandini (2010, p. 74), “ao transcrever, revive-se a cena da entrevista, e aspectos da interação são lembrados. Cada reencontro com a fala do entrevistado é um novo momento de reviver e refletir”.

A análise de conteúdo

Em relação o tratamento dos dados qualitativos, empregou-se o método de análise do conteúdo. Este método trabalha com a palavra, com o conteúdo do texto elaborado pelo sujeito pesquisado. É preciso destacar que “o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético”. (TRIVIÑOS, 2007, p. 160). Deve-se esclarecer que há uma diferença da análise de conteúdo quando utilizada em uma pesquisa quantitativa ou em uma pesquisa qualitativa. A primeira preocupa-se com a frequência em que aparecem determinadas características do conteúdo, ao passo que na segunda a ênfase está na presença ou ausência de um elemento ou conjunto de elementos na mensagem em que é analisada.

A análise de conteúdo é um método que apresenta uma

variedade de formas e pode ser adaptada conforme a comunicação a qual se destina. É possível afirmar que não há somente uma análise de conteúdo, mas sim análises de conteúdo. Desse modo, “não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento [...]”. (BARDIN, 1979, p. 30). Entre as poucas regras da análise de conteúdo, estas devem se caracterizar por serem homogêneas, exclusivas, exaustivas, objetivas e pertinentes.

No que concerne à definição da análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 42) refere-se a:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Cabe ressaltar que, apesar de destinar-se à análise das comunicações, este método não se restringe à descrição do conteúdo. Mais que isso, busca-se explorar o que estes conteúdos podem ensinar e significar na medida em que são tratados, analisados e relacionados a outros elementos, como os estudos teóricos, por exemplo. Não basta ao pesquisador decodificar os conteúdos, mas deve alcançar os significados que não se encontram num primeiro plano. Deve-se partir dos significantes e significados para que se atinjam e se construam outros significados. Logo, pretende-se realizar um desvelamento dos

conteúdos. É digno de nota que a análise do conteúdo se diferencia da análise do discurso, uma vez que não trabalha com o sentido, mas sim com o conteúdo. Desse modo, busca-se compreender o pensamento do sujeito pesquisado pelo conteúdo exposto em sua fala.

A análise do conteúdo apresenta algumas fases sequenciais, quais sejam: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação dos dados (MINAYO, 2011). A pré-análise corresponde à fase de organização, na qual se tem o primeiro contato com o material e é desenvolvida uma leitura flutuante a fim de sistematizar as idéias iniciais. A exploração do material constitui uma fase mais longa e trabalhosa, pois deve-se realizar as atividades de codificação. Estas envolvem o recorte e a classificação, de maneira que há uma transformação que elucida a representação do conteúdo visando facilitar a análise do texto pelo pesquisador. Nesse processo é realizada a categorização, de modo que os elementos de um conjunto são agrupados por analogia conforme critérios definidos.

Na pesquisa citada, buscou-se analisar as concepções de Geografia e de Educação de professores/acadêmicos. A partir da fala dos sujeitos nas entrevistas, tornou-se possível formular categorias para analisar suas concepções teóricas. A estrutura de análise seguiu o roteiro das entrevistas, ou seja, dividido em seções correspondentes aos três blocos temáticos (concepções de Geografia, concepções de Educação e formação do professor). Assim, no interior de cada seção foi apresentado o conteúdo exposto, primeiramente, pelos acadêmicos, em que foram elaboradas as categorias de análise destes. Em seguida,

analisaram-se as falas do grupo de professores por meio de determinadas categorias e foram realizadas as possíveis ligações com o conteúdo explicitado pelo grupo de acadêmicos. Agiu-se desta maneira a fim de tornar a sistematização dos dados mais clara para a compreensão das questões centrais da pesquisa.

Na fase do tratamento dos dados, é realizada a inferência, a qual está associada ao processo intermediário entre a descrição e a interpretação dos dados. Trata-se do momento em que a mensagem é realmente analisada. Em paralelo, ocorre a interpretação dos dados a fim de que estes se tornem úteis e significativos. Este é um momento produtivo e reflexivo, pois visa a conceder um sentido mais amplo ao conteúdo, uma vez que é relacionado a outros conhecimentos construídos anteriormente. Esta fase da pesquisa caracteriza-se pela ligação entre os dados empíricos e a teoria. Assim, confrontaram-se as entrevistas e as observações entre os professores e os acadêmicos, além das relações estabelecidas entre os referenciais teóricos e os dados adquiridos na pesquisa de campo. Contudo, o pesquisador deve ter cuidado em não superdimensionar uma postura em relação à outra, mas buscar um equilíbrio entre teoria e prática para a pesquisa apresentar resultados válidos, confiáveis e interessantes.

Considerações Finais

Ao explicitar detalhadamente esta trajetória metodológica, pretendeu-se que os objetivos propostos pela pesquisa fossem alcançados e que se pudesse articular o empírico com

a teoria com vistas à compreensão da realidade. Reafirma-se, uma vez mais, que a aproximação com os sujeitos da pesquisa foi entendida como um momento de aprendizagem, além de propício para reflexão e questionamento da produção acadêmica. Nossa postura diante da pesquisa foi estar aberta e não partir para o campo com ideias fixas e acabadas, pois, como na música de Raul Seixas (1973), “eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”.

É preciso ter a clareza de que o caminho metodológico é relevante para a pesquisa, pois permite que o pesquisador organize suas ideias e defina os procedimentos que irá adotar para atingir os objetivos almejados. Ao mesmo tempo, este caminho é (re)construído ao longo da caminhada e a presença da incerteza e imprevisibilidade deixa a pesquisa ainda mais instigante. Considerar a dúvida e o acaso não torna a pesquisa menos científica nem revela um pesquisador incompetente ou fracassado. Trata-se de outra concepção de ciência. Concepção esta que ultrapassa o paradigma da ciência moderna que é cartesiano, quantificável e previsível e busca desenvolver uma ciência em que as verdades são biodegradáveis e, a desordem e a contradição, são consideradas no processo de investigação.

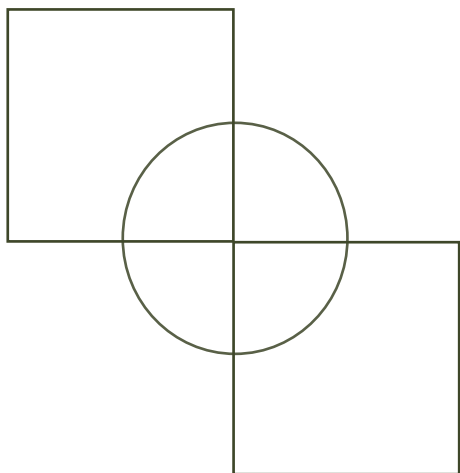
A partir desta linha de pensamento, depreende-se que as estratégias metodológicas não devem ser empregadas somente para garantir o caráter científico ao trabalho e que este seja aprovado pelos membros da academia e depositado em uma gaveta. Mais do que isso, pretende-se apresentar a trajetória metodológica para que se possa compreender como o trabalho foi realizado e para que ele apresente uma utilidade real.

Conforme Santos (2013, p. 135), é necessária uma nova ruptura epistemológica a fim de que “o conhecimento científico se transforme num novo senso comum”. Portanto, ao invés de distanciar-se, o pesquisador deve aproximar-se do senso comum e do local articulando-os ao discurso científico com o intuito de que um novo senso comum seja construído. Assim, será possível desenvolver pesquisas que apresentem, de fato, um significado social relevante.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Augusto Pinheiro e Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 1979, p. 229.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 174.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 206.
- LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p. 99.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 297.
- MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 312, p. 14 - 22.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 80.
- MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. **Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2008, p. 84.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 120.

- RAUL SEIXAS. Metamorfose ambulante. In: RAUL SEIXAS. **Kri-
-ha, Bando!**. Rio de Janeiro: Philips, 1973. 1 CD. Faixa 3.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o po-
lítico na pós-modernidade. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. 542 p.
- SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico
sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa (Org.).
A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. 3. Ed.
Brasília: Liber Livro Editora, 2010. 98, p. 9-61.
- SZYMANSKI, Heloisa; ALMEIDA, Laurindo Ramalho de.;
PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. Perspectivas para a análise
de entrevistas. In: SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na
pesquisa em educação**: a prática reflexiva. 3. ed. Brasília: Liber Li-
vro Editora, 2010. 98, p. 63-86.
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência
e da pesquisa. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 203.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em
ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo:
Atlas, 2007, p. 175.



PARTE 4

O AMBIENTAL NO CONTEXTO DA PESQUISA QUALITATIVA

10 A COMPLEXIDADE DA EXPAN- SÃO URBANA, AS INTERVENÇÕES ANTROPOGEOMORFOLÓGICAS E AS DERIVAÇÕES AMBIENTAIS SOBRE OS COMPARTIMENTOS DO RELEVO DA CIDADE DE SANTA MARIA/RS

Tania Cristina Gomes

Nina Simone Villaverde Moura

Introdução

O estudo apresentado neste capítulo se insere no escopo das orientações de mestrado e doutorado conduzidas pela professora Dr.^a Nina Simone Vilaverde Moura na área de Geografia Física, com ênfase em Geomorfologia Urbana e mapeamento geomorfológico. Fundamenta-se em estudos desenvolvidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual de São Paulo (USP), des-

tacando-se os estudos realizados por Fujimoto (2001), Cleide Rodrigues (2004, 2005) e Isabel Cristina Moroz-Caccia Gouveia (2010). Ambas vêm aplicando metodologias diferenciadas diante da abordagem do ambiente antrópico, notadamente urbanizados.

A referida abordagem assinala o indispensável reconhecimento do sistema geomorfológico em seus múltiplos estágios de intervenção antrópica (estágios de pré-perturbação, perturbação ativa e pós-perturbação), incluindo, ao mesmo tempo, a perspectiva analítica, onde as necessárias intervenções humanas para a construção e sustentação de ambientes urbanos podem ser analisadas enquanto ações geomorfológicas e, por conseguinte, passíveis de serem estudadas como intervenções em formas, materiais e processos. (RODRIGUES, 2005).

Nesse trabalho, em particular, salienta-se que os objetivos são distintos, entretanto, os pressupostos metodológicos e operacionais adotados se aproximam daqueles aplicados pelas referidas autoras. A finalidade desta pesquisa é buscar respostas para explicar a morfologia contemporânea urbana da cidade de Santa Maria/RS a partir da identificação das alterações impostas na morfologia original do relevo, perturbada pela ação antrópica.

Desta maneira, este estudo tem como objetivo inicial caracterizar o processo de ocupação do espaço urbano da cidade, avaliando o desenvolvimento da mancha urbana sobre os distintos compartimentos do relevo, evidenciando as alterações e derivações ambientais ocorridas na morfologia original, decorrentes do processo de urbanização.

No sentido metodológico, apostou-se na adoção de pro-

postas metodológicas distintas, que resultou no refinamento do aparelhamento deste trabalho, sobretudo com vistas à máxima integração dos fatos geomorfológicos. Propôs-se a organização da pesquisa a partir da associação dos trabalhos realizados por Ab'Sáber (1969), como base conceitual, e os trabalhos realizados por Rodrigues (2005), no sentido investigativo na Antropogeomorfologia, para fins de satisfazer a orientação metodológica para a pesquisa geográfica recomendada por Libault (1971) e adaptada por Ross (2010). Ainda no sentido metodológico, destaca-se a importância do uso das técnicas de geoprocessamento, as quais se mostraram como uma ferramenta indispensável na análise integrada da representação dos fatos e fenômenos geográficos, possibilitando o processo de síntese das informações.

De maneira geral, procurou-se evidenciar os diversos tipos de intervenções humanas e as derivações ambientais identificadas nos distintos compartimentos do relevo do perímetro urbano da cidade, demonstrando como a expansão urbana pode originar novas morfologia de relevo por meio da ação antropogênica e, em especial, como os processos atuais são subordinados ao histórico da produção dessas novas morfologias urbanas. Com isso, esta pesquisa poderá contribuir com o escopo de instrumentos de planejamento estratégico urbano de Santa Maria/RS.

Para melhor entendimento e orientação de leitura deste capítulo, este se encontra estruturado, além da Introdução e Considerações Finais, em sete subtítulos. O primeiro, aborda o espaço geográfico e os diferentes estágios de apropriação do ambiente urbano. O segundo, elucida a compreensão das

forças que atuam no processo de modelagem do relevo e sua representação cartográfica. O terceiro, evidencia as fases do processo de ocupação do relevo e a implantação de morfologias antropogênicas. O quarto, sugere a aplicação da abordagem antropogeomorfológica enquanto metodologia em geomorfologia. O quinto e o sexto, apresentam a área de estudo e os procedimentos metodológico-operacionais aplicados. O sétimo, compõe análise e discussão dos resultados referente à ocupação urbana sobre os compartimentos do relevo.

O espaço geográfico e os diferentes estágios de apropriação do ambiente urbano

As sociedades, movidas por interesses e necessidades, muitas vezes alteram, significativamente, o equilíbrio do sistema natural modificando a conformação do ambiente onde vive. Dessa maneira, a história do desenvolvimento humano produziu um espaço diferenciado a partir das relações conflitantes entre sociedade e natureza. O resultado dessa relação é o espaço geográfico, ou seja, o meio natural modificado, alterado e transformado pela ação antrópica.

Para Santos (1985, p. 49), “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. O autor coloca que o espaço impõe sua própria realidade e, para isso, é preciso estudar a relação deste com a sociedade, pois, por intermédio dessa relação, é possível identificar os processos que permitem compreender a forma, a função e a estrutura e, a partir destas, a compreensão da produção do espaço urbano. Sempre que a sociedade sofre mu-

danças nas formas ou nos objetos geográficos, assume novas funções, criando uma nova organização espacial. (SANTOS, 1985).

Esta organização espacial se modifica constantemente no espaço refletindo uma nova realidade, formando um conjunto de novos elementos e formas (reais e concretos), que, em dado momento, traduz as heranças que representam as sucessivas relações entre a sociedade e a natureza sobre a superfície. É a materialização do espaço geográfico em diferentes tempos, sendo nas cidades que as alterações e modificações se apresentam de maneira mais visível.

Na concepção de Peloggia (2005), a ocupação urbana e a expansão periférica introduzem elementos perturbadores na topografia, decorrentes da apropriação indevida desse “novo ambiente”, o qual sofre transformações diante de sua originalidade. As intervenções humanas sobre o ambiente natural, potencializadas pela técnica, deixam registros na paisagem evidenciando a maneira pela qual as sociedades vêm, ao longo da sua evolução, apropriando-se da natureza. Desta maneira, o ambiente, transformado pela ação humana aliado à técnica, produz alterações distintas daquelas de origem natural, indicando a capacidade humana de criar morfologias artificiais em curtos períodos de tempo.

As novas morfologias nos levam a refletir sobre a inserção de elementos no ambiente. Estas têm origem tecnogênica e, em tempo próprio, transfiguram a paisagem e remodelam o relevo. Desta maneira, a partir da transfiguração constante dos objetos reais e concretos, o meio natural transformado se apresenta como forma antroponatural, que, conforme Rodriguez;

Silva e Cavalcanti (2007), consiste em um sistema territorial composto por elementos naturais e antropotecnogênicos condicionados socialmente que modificam e transformam as propriedades das paisagens naturais originais.

As intervenções promovem alterações geomorfológicas, devendo a ação antrópica ser percebida como um conjugado de modalidades de intervenções. Fujimoto (2005, p. 78) afirma que “a modificação do relevo promove a criação, indução, intensificação ou modificação dos processos geomorfológicos”. Desta maneira, é presumível delinear tipologias e os estágios de alterações de algumas atividades antrópicas, as quais geram novos padrões de comportamento morfodinâmico.

Fujimoto (2005) descreve: a eliminação da cobertura vegetal e as modificações por meio de cortes e aterros elaborados para a execução de arruamentos e moradias, os quais ao serem construídos cortam e direcionam os cursos d’água gerando padrões de drenagem não existentes; a impermeabilização altera o fluxo da água, tanto em superfície quanto em profundidade; as canalizações de águas pluviais existentes nas moradias acabam por mudar a direção do fluxo natural das águas das chuvas ou das águas servidas; os aterros recobrem a vegetação original e os materiais de cobertura superficial de formação natural, criando áreas de descontinuidades entre materiais heterogêneos, além de modificar a declividade da superfície original.

Dessa maneira, a interpretação geomorfológica do espaço urbano não se limita a entender e dimensionar intervenções urbanas, no que se refere aos processos, materiais e formas,

mas também em reconhecer várias modalidades de intervenção urbana e situações de instabilidade a elas associadas, assim, ao dimensionar as intervenções morfológicas urbanas abre-se a possibilidade de classificá-las em categorias de intervenção para melhor apreendê-las. (RODRIGUES, 2004).

Compreensão das forças que atuam no processo de modelagem do relevo e sua representação cartográfica

Na perspectiva de Ross (2010), o relevo pode ser entendido como produto da relação antagônica entre os processos endógenos (resistência da camada rochosa e dos processos tectônicos) e exógenos (comandados pelos fatores climáticos na esculturação do relevo). Desta maneira, as formas de relevo são resultantes da atuação desses processos que, não obstante, também podem ser apreciados como causa destas, uma vez que, a partir das variações topográficas e morfológicas que os materiais se deslocam de partes mais altas para as mais baixas pela ação da gravidade, possibilitando um processo contínuo de desgastes dos terrenos elevados e de acúmulo nos segmentos mais baixos.

As forças que atuam no processo de modelagem do relevo, sejam endógenas, exógenas, biológicas ou antrópicas, não atuam de maneira uniforme sobre a superfície terrestre. Do mesmo modo, o balanço de processos também não age com a mesma frequência, intensidade e magnitude, o que explica a diversidade das formas de relevo na superfície terrestre. Por esta razão, o estudo das formas de relevo implica no estudo dos *materiais* sobre os quais a atuação de um determinado

processo resulta em determinadas formas de relevo, sendo as características desses materiais determinantes da ação dos processos e, logo, das formas de relevo. Logo, as formas estão sujeitas a um comportamento dinâmico de ajustes contínuos, resultante das relações entre processos e materiais constituintes. (MOROZ-CACCIA GOUVEIA, 2010).

A propósito, a referida autora, apoiada na definição de Hart (1986), considera que “a melhor aceção para Geomorfologia é aquela que a define como sendo o estudo das formas, dos materiais e dos processos da superfície terrestre, tomados em suas diversas expressões espaço-temporais”. (MOROZ-CACCIA GOUVEIA, 2010, p. 8). Contudo, no Brasil, o complexo estudo das formas de relevo por meio da relação entre processos e materiais já havia estabelecido significação nos grafitos realizados por Ab’Saber (1969) ao propor a metodologia para estudos do Quaternário, enfocando o estudo do relevo a partir da tríade processos, depósitos correlativos e formas.

No que tange a sistematização do fato geomorfológico por meio da interpretação e composição de síntese da superfície terrestre, representada graficamente por meio do produto cartográfico, Ross (2010) define categorias de ordem taxonômica na compartimentação do relevo tendo como referência as bases conceituais de morfoestrutura e morfoesculturas, as quais se revelam em qualquer tamanho de forma mesmo que estas apresentem categorias de tamanho, idade, gênese e formas distintas.

Imediatamente, o mapa geomorfológico deverá constituir a base da espacialização dos elementos ou fatos geomor-

fológicos, representando a gênese das formas de relevo e suas relações com a estrutura e os processos. Ao sistematizar as informações em uma carta geomorfológica com suas representações, deve-se atentar não somente no que se refere à descrição do relevo, mas indicar a natureza geomorfológica desses elementos, bem como datar as suas formas. Igualmente, a análise geomorfológica deve-se valer de dados morfométricos, informações morfográficas, dados morfogenéticos e cronológicos. (ROSS, 2010).

Para Ross (2010), o mapa geomorfológico deve ser entendido como importante instrumento de pesquisa, sendo ao mesmo tempo instrumento que direciona a pesquisa e, quando concluído, deve representar uma síntese do produto desta. Portanto, o mapa geomorfológico é um importante instrumento na pesquisa do relevo e, como esclarece Ross (2010) a partir das ideias de Tricart (1963), “constitui a base da pesquisa e não a concretização gráfica de pesquisa já feita”, pois, ao mesmo tempo em que direciona a pesquisa, quando concluído deve representar uma síntese como produto. Desta maneira, o essencial do mapeamento geomorfológico é apresentar, de forma sintética e elucidativa, as características e atributos relacionados à gênese, à forma e à cronologia do relevo.

Por essa razão, o mapeamento geomorfológico tem por função primordial apresentar a base e a síntese da pesquisa geomorfológica e não o resultado em si do estudo. Por fim, é importante salientar que os diagnósticos geomorfológicos constituem uma ferramenta significativa na elaboração de projetos de desenvolvimento, pois oferecem enorme subsídio à gestão territorial, substancialmente na fase de planejamento,

sendo também de grande utilidade nas fases de gerenciamento ambiental. (MOROZ-CACCIA GOUVEIA, 2010).

Fases do processo de ocupação do relevo e a implantação de morfologias antropogênicas

As sociedades humanas, enquanto agentes transformadores do ambiente, remontam à sua própria existência. As intervenções humanas sobre este meio, potencializadas pelo avanço técnico-científico, deixam registros na paisagem evidenciando a maneira pela qual o homem vem, ao longo da sua evolução, apropriando-se da natureza. Desta maneira, o ambiente transformado pela ação humana aliado à técnica produz alterações distintas daquelas de origem natural, evidenciando a capacidade humana de criar morfologias artificiais em um curto período de tempo.

As novas morfologias nos levam a refletir sobre a inserção de novos elementos no ambiente. Estas têm origem tecnogênica e, em tempo próprio, transfiguram a paisagem e remodelam o relevo. Deste modo, a partir da transfiguração constante dos objetos reais e concretos, o meio natural transformado se apresenta como forma antroponatural, que, conforme Rodriguez *et al.* (2007), consiste em um sistema territorial composto por elementos naturais e antropotecnogênicos condicionados socialmente que modificam e transformam as propriedades das paisagens naturais originais.

As intervenções promovem alterações geomorfológicas, devendo a ação antrópica ser percebida como um conjugado de modalidades de intervenções. Fujimoto (2005, p. 78) afir-

ma que “a modificação do relevo promove a criação, indução, intensificação ou modificação dos processos geomorfológicos”. Portanto, é presumível delinear tipologias e os estágios de alterações de algumas atividades antrópicas, as quais geram novos padrões de comportamento morfodinâmico.

Para melhor entender e dimensionar as intervenções urbanas, existe uma classificação de categoria de intervenção, as chamadas, primeiro grupo de intervenções, que são intervenções morfológicas ou intervenções de primeira ordem, das quais a urbanização e a retirada da cobertura original são algumas das principais. Destacam-se ainda como intervenções de primeira ordem mineração, intervenções lineares de sistema viário ou intervenções por uso agrícola. De acordo com Rodrigues (2005), a categoria de intervenções urbanas de primeira ordem pode ser detalhada por padrão de arruamento, por densidade de edificações, densidade de lotes ou por fases de consolidação urbana. Pode ser ainda mais detalhada de acordo com a extensão, profundidade, densidade dessas novas formas ou pelo volume de remanejamento ou substituição de materiais superficiais originais. (RODRIGUES, 2005).

Ainda conforme Rodrigues (2005), além do tratamento por categoria de intervenções é necessária uma abordagem histórica dos processos naturais e das formas dessas intervenções, que não se limitam ao “antes ou depois”, mas também atingem o “durante”. Igualmente, a abordagem histórica irá favorecer o estudo por meio da temporalidade das intervenções ou temporalidade das perturbações, podendo ser classificadas estas temporalidades em períodos de pré-perturbação, perturbação ativa e pós-perturbação.

Desta forma, Moura (2011) considera que os condicionantes antrópicos devem ser incluídos dentro dos sistemas naturais, devendo ser analisados a partir da apreensão daquilo que se solidifica na paisagem, com efeito, a cobertura vegetal, os usos agrícolas, as edificações, represas, aterros, sendo necessário também “considerar que as expressões concretas na paisagem são dinamizadas por forças processuais que estão inseridas na causalidade socioeconômica”. (MOURA, 2011, p. 180).

No que tange à expressão sensível e espacializada dos fenômenos concretos no ambiente, Rodrigues (2005) infere que a cartografia geomorfológica ou geocartografia geomorfológica retrospectiva ou evolutiva sustenta-se pelo estudo das formas, materiais e processos da superfície terrestre, diferenciando-se, dessa maneira, em relação a outras abordagens pela própria interferência antrópica como ação geomorfológica. A ação pode modificar a propriedade e a localização dos materiais superficiais, além de interferir em vetores, taxas, balanço dos processos e gerar outra morfologia, chamada de “morfologia antropogênica”.

Deste modo, para Rodrigues (2005), a morfologia original pode ser entendida como morfologia representativa de fases pré-intervenção morfológica (pré-urbano), sendo aquela que não implica mudanças significativas, de dimensões métricas, em atributos como extensão, declividades e rupturas. Já a morfologia antropogênica, é definida pelas morfologias representativas de fases de perturbação ativa e de fase pós-perturbação, ou seja, que sofreram mudanças expressivas em seus atributos, tendo a urbanização como principal tipo de inter-

venção por meio de padrão de arruamento, densidade de edificação, densidade de lotes, extensão, profundidade e densidade das novas formas, substituição e/ou remoção de matérias superficiais ou até mesmo a própria retirada da vegetação.

A aplicabilidade da cartografia geomorfológica permite, portanto, estudos retrospectivos ou evolutivos das formas de relevo, levando em consideração os distintos momentos históricos de expansão urbana, caracterizados pela ação histórica acumulativa antropogênica sobre a superfície. Assim, a análise da morfologia antropogênica sustenta-se na cartografia geomorfológica como ferramenta fundamental a sua compreensão.

Aplicação da abordagem antropogeomorfológica

É fato que a expansão dos limites urbanos sem compreensão de técnicas adequadas, associada à segregação sócio espacial, conduz à ocupação desordenada de áreas geomorfológicamente instáveis e impróprias para habitação e/ou desenvolvimento das atividades humanas. Igualmente, o processo de urbanização acelerado e desordenado configura-se em uma das principais causas da deterioração do ambiente, pois interfere diretamente na dinâmica dos fluxos de matéria e energia provocando profundas mudanças no equilíbrio dinâmico desse meio, resultando em impactos ambientais quase sempre negativos.

Dessa maneira, apresentamos aqui a aplicação da abordagem antropogeomorfológica, em estudos de geomorfologia urbana. Esta abordagem, necessariamente, deve superar a análise baseada apenas em evidências de elementos meramente

definidos pela natureza e, por essa razão, intenta sustentar uma nova ênfase e maior complexidade na abordagem dos fatos geomorfológicos. Destarte, este trabalho busca respostas para explicar a morfologia contemporânea urbana a partir das alterações impostas na morfologia original, perturbada pela ação antrópica. O estudo sustenta-se pela caracterização do processo de ocupação do espaço urbano da Cidade de Santa Maria/RS, a partir da expansão da mancha urbana sobre os distintos compartimentos do relevo, evidenciando as alterações e derivações ambientais ocorridas na morfologia original, decorrentes do processo de urbanização.

A escolha do recorte espacial urbano de Santa Maria justifica-se pelo fato da cidade ser considerada de porte médio e estar estrategicamente localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, característica que facilita a ligação com vários municípios do Estado e com a capital. Igualmente, a cidade é representativa tanto em diversidade de unidades morfológicas, por estar situada em região de contato entre o Planalto e a Depressão Periférica da Bacia Sedimentar do Paraná, quanto em transformações/transfigurações antrópicas, desde a criação do seu primeiro núcleo urbano até os dias atuais.

Para tanto, fez-se necessário: caracterizar os elementos geológicos e geomorfológicos no contexto regional; elaborar o mapa geomorfológico do Perímetro Urbano de Santa Maria/RS; caracterizar o processo histórico de formação do município; analisar e mapear a evolução da mancha urbana em diferentes séries temporais; e dimensionar a expansão urbana sobre os distintos compartimentos do relevo no perímetro urbano. Estes são passos imprescindíveis para atingir o objetivo

principal deste estudo que pretende compreender a expansão urbana sobre os compartimentos do relevo e identificar as derivações ambientais decorrentes do processo de urbanização.

Apresentação da área de estudo

O município de Santa Maria encontra-se localizado no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas 53°30'22" e 54°19'32" de longitude oeste e 29°20'28" e 30°00'16" de latitude sul, com área total de 1.788,129 km² (178.000 ha). Conforme o Censo demográfico 2010 (IBGE), Santa Maria possui 261.031 habitantes, densidade demográfica de 145,8 hab/km². Desse total, 248.347 habitantes residem na área urbana (aproximadamente 96% da população total do município) e 12.684 habitantes residem na área rural.

O perímetro urbano abrange uma área de 13.092 ha, exibindo uma exuberante paisagem que se manifesta de maneira singular na região central do Rio Grande do Sul. Nas palavras de Marchiori (2000, p. 40) "a paisagem da cidade de Santa Maria representa [...] um valioso patrimônio natural que cerca a cidade e constitui sua belíssima moldura: a sequência de morros recobertos de florestas naturais, que delimitam visualmente, e com grande efeito plástico, um anfiteatro aberto, apenas nos seus lados oeste e sudoeste.". (MARCHIORI, 2000).

Auguste de Saint-Hilaire no ano de 1821 descreve a paisagem como "cadeia de montanhas" formada pela sequência de morros situados ao norte da cidade e compõe o Rebor-

do do Planalto Sul Rio-grandense, sendo que tal compartimento geológico-geomorfológico também abriga os morros testemunhos, mais ao centro da área urbana, expondo uma morfologia de vales e morros com alto índice de dissecação do relevo. As áreas observadas por Saint-Hilaire como “flancos de colinas” comportam as áreas de relevo mais suave ao sul da cidade, situadas na Depressão Periférica, e formam um conjunto de coxilhas (colinas, colinas tabulares e planícies aluviais) compostas por sedimentos mesozoicos da Bacia do Paraná. (DAL'ASTA, 2009).

Referente à ocupação do espaço urbano, este, primeiramente, foi marcado pela estratégia militar (Acampamento Militar), local onde se instalou a Câmara Municipal posteriormente. A ocupação iniciou-se pelo ponto mais alto de uma coxilha, ponto de fácil observação que posteriormente passou a exercer uma função comercial, e que até os dias atuais chama-se Rua do Acampamento. Contudo, Santa Maria expandiu-se mesmo com a construção da ferrovia, a qual assumiu papel importante na evolução urbana, já que o município era tido como coração do Estado, ponto estratégico comercial do interior do Rio Grande do Sul.

Atualmente, além do caráter militar e terciário/comercial, Santa Maria assume papel importante na educação. Na década de 1960, implantou-se a primeira universidade federal do interior do Estado (Universidade Federal de Santa Maria), a qual contribuiu com a demanda por área ocupada. Mesmo sendo considerada como população flutuante, possui um fluxo migratório que movimenta o setor imobiliário e, conseqüentemente, a ampliação de construções. A cidade se expan-

diu no sentido oeste/leste seguindo paralelamente o rebordo do planalto (coincidindo também com a passagem da linha férrea), assentando-se sobre a planície entre áreas de morros e de coxilhas suavemente onduladas. Todavia, a atual configuração urbana rápida e desordenada reflete-se na ocupação de áreas periféricas, muitas inadequadas para edificações, seja em áreas de morros (ao Norte) ou em áreas de várzea (ao Sul), ou até mesmo em áreas de depósito tecnogênicos, como é o caso da Vila Bilíbio.

É neste contexto que a estruturação dos centros urbanos transforma o ambiente original deixando marcas na paisagem, modificando sua morfologia original em uma acumulação histórica de tempos (compreensão espaço-temporal), sendo, portanto, necessário o conhecimento da evolução histórica da ocupação das populações sobre os compartimentos do relevo para compreender como o espaço urbano atingiu o seu estado atual. Deste modo, não basta analisar a cidade em apenas um momento de sua evolução, e, sim, compreender como esta, ao longo dos anos, atingiu seu estado atual.

Procedimentos metodológico-operacionais

É relevante preceder a qualquer encaminhamento a distinção entre metodologia e procedimentos técnicos operacionais. Para Ross (2010, p. 29), “o tratamento metodológico em uma pesquisa é subproduto direto da teoria”. É a metodologia que norteia a pesquisa, enquanto a instrumentalização e as técnicas operacionais funcionam como apoio. Do mesmo modo, a pesquisa deve ancorar-se no domínio do conhecimento es-

pecífico-teórico e conceitual, domínio da metodologia a ser aplicada e domínio das técnicas adequadas à operacionalização do trabalho. (ROSS, 2010).

A obra "Os quatro níveis da pesquisa geográfica", proposta por Libault (1971), apesar de ter sido elaborada para o tratamento de dados e informações que possam ser quantificados e traduzidos em tabelas e gráficos, perfeitamente pode ser aplicada para pesquisas de qualquer conteúdo que seja de natureza geográfica. (ROSS, 2010). Desta maneira, Libault (1971) diferencia quatro níveis para Pesquisa Geográfica: nível compilatório, nível correlativo, nível semântico e nível normativo. Portanto, qualquer pesquisa, ao assumir o caráter geográfico, incide, conseqüentemente, sobre esses quatro níveis de análise. No entanto, o *check-up* sugerido pelo autor, embora obedeça à lógica organizacional, não pode ser ponderado de modo estático e linear.

Por fim, na expectativa de que a adoção de propostas metodológicas distintas resultará no refinamento do aparelhamento deste trabalho, sobretudo com vistas à máxima integração dos fatos geomorfológicos, propõe-se a organização dessa pesquisa a partir da associação dos trabalhos realizados por Ab'Sáber (1969) e os trabalhos efetivados por Rodrigues (2005) no sentido investigativo na Antropogeomorfologia, satisfazendo a orientação metodológica para a pesquisa geográfica recomendada por Libault (1971) e adaptada por Ross (2010). A agregação das assinaladas metodologias contempla os objetivos propostos para esse trabalho, gerando procedimentos técnicos e operacionais melhor definidos.

Em nível compilatório, estruturou-se a fase inicial da pes-

quisa constituindo-se de levantamento bibliográfico e seleção do material teórico-metodológico, bem como na aquisição do material específico que possibilitou a delimitação do recorte espacial e temporal da área a ser estudada. A seleção desses materiais, associada às técnicas de mapeamento temático, permitiu a integração das informações coletadas por meio da representação cartográfica de síntese em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

O recorte espacial limita-se ao espaço urbano, compreendido no perímetro urbano ou distrito sede do município de Santa Maria, que integra a área urbanizada e as áreas de expansão urbana. O perímetro urbano está delimitado pela Lei Complementar n.º 034 de 29 de dezembro de 2005, Lei integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Santa Maria.

O levantamento bibliográfico e cartográfico prévio sobre a área de estudo, a interpretação de imagem de satélite e a realização de trabalho de campo possibilitaram a análise e a integração dos elementos e fatos geográficos, servindo de material de apoio na elaboração do mapa das unidades de relevo geomorfológico, drenagem, ocupação urbana, entre outros.

Citam-se os documentos cartográficos selecionados e utilizados como base para pesquisa: cartas topográficas da Diretoria do Serviço Geográfico (DSG) do Exército Brasileiro em escala 1:25.000 de Santa Maria – SE (SH.22.V.C.IV/1-SE), Santa Maria – SO (SH.22.V.C.IV/1-SO) e Camobi – SO (SH.22-V-C-IV/2-SO); imagens de satélite QUICKBIRD, com resolução espacial de 60 cm, ano 2009 (Prefeitura Municipal de Santa Maria – Escritório Cidade); mapas geológicos

da Folha de Camobi e de Santa Maria na escala 1:50.000; e Carta de Unidades Geotécnica de Santa Maria – 1:25.000.

De acordo com Guerra (2008), o relevo é caracterizado por formas salientes e formas deprimidas, por meio das linhas de cristas e talvegues. Desta maneira, para a análise do relevo os mapas de declividade, hipsométrico e modelo de elevação do terreno (MDE) surgem como ferramentas importantes, uma vez que constitui uma forma de representação gráfica na distribuição espacial dos diferentes graus de inclinação, altimetrias e modelado do terreno. A associação desses mapas permite a visualização das formas de relevo e das relações entre os diferentes graus de declividade e sua posição na vertente, podendo-se identificar ainda o padrão de áreas com maior suscetibilidade a erosão.

Para dar continuidade às etapas seguintes, a fase correlativa constituiu o *input* da fase compilatória, e as informações e produtos cartográficos gerados na fase compilatória estabeleceram a continuidade da pesquisa resultando na elaboração do mapa de evolução urbana e no mapa geomorfológico e suas derivações.

Para periodização da temporalidade e construção do estudo sobre a evolução urbana de Santa Maria, buscou-se delinear o processo de instauração e desenvolvimento do primeiro núcleo urbano, abordando, primeiramente, a conjuntura histórica que culminou com o surgimento da cidade, criada a partir de acampamentos da Comissão Demarcadora de limites entre terras de domínio espanhol e português que passavam pela região. Deste modo, adotaram-se cinco períodos: 1801 a 1885; 1885 a 1914; 1914 a 1946; 1946 a 1979 e 1979 até os

dias atuais, os quais foram distinguidos com base em trabalhos preexistentes sobre a temática e registraram modificações expressivas sucedidas sobre as formas de relevo em decorrência da urbanização.

Para a interpretação, a análise dos fatos geomorfológicos e a composição de síntese, representada graficamente por meio do produto cartográfico, adotou-se a proposta metodológica sistematizada por Ross (2010). Neste sentido, a classificação taxonômica objetiva espacializar as formas de relevo por meio da expressão cartográfica a partir dos conceitos de morfoestrutura em unidades maiores e de morfoescultura para unidades menores, formas e tipos constituintes de cada morfoescultura, guiada pelo diagrama dos níveis taxonômicos do relevo.

Desta maneira, a compartimentação geomorfológica da área de estudos definiu-se pela interpretação das seguintes unidades: **1º táxon:** Unidade Morfoestrutural Bacia Sedimentar do Paraná (1º táxon), que padroniza as grandes formas de relevo; **2º táxon:** Unidades Planalto e Unidade Depressão Periférica, que correspondem às unidades do relevo pertencentes à morfoestrutura da Bacia Sedimentar do Paraná, geradas sob influência da ação climática ao longo do tempo geológico na morfoestrutura; **3º táxon:** Unidades de Morros e Morrotes isolados pertencentes à Unidade Morfoescultural do Planalto; Unidade de Colinas e Unidade de Planícies e Terraços Fluviais, pertencentes à Unidade Morfoescultural da Depressão Periférica. São as unidades que correspondem às morfologias de dimensões inferiores ou de Padrões de Formas Semelhantes do relevo, sendo que os processos morfoclimáticos atuais começam a ser mais facilmente notados. São identificadas pelo

índice de dissecação do relevo, formato dos topos e vertentes e vales de cada padrão existente nas unidades morfoesculturais. Essas unidades se apresentam de duas formas, segundo sua natureza genética: formas denudacionais (erosão) e formas agradacionais (acumulação); **4º táxon:** representado por sete unidades individualizadas dentro de cada unidade identificada no 3º táxon:

Unidade de Morros e Morrotes Isolados: Padrão em Forma de Morros da Serra Geral, Padrão em Forma de Morrotes Isolados da Serra Geral;

Unidade de Colinas: Padrão em Forma de Colinas de arenito e lamito, Padrão em Forma de Colinas de arenito e Padrão em Forma de Colinas de lamito e arenito;

Unidade de Planícies e Terraços: Padrão em Forma de Planícies Fluviais – Planícies Aluvias e Padrão em Forma de Planícies Fluviais – Terraços Fluviais.

Por fim, as fases semântica e normativa que, respectivamente, correspondem a associação do mapa geomorfológico ao mapa de evolução e ocupação urbana, a fim de dimensionar as alterações sobre as formas de relevo; e a finalização do trabalho a partir de análise e discussão dos resultados, deixando sugestões e considerações que possam de maneira efetiva, contribuir com as futuras ações estratégicas de planejamento e gestão urbana de Santa Maria.

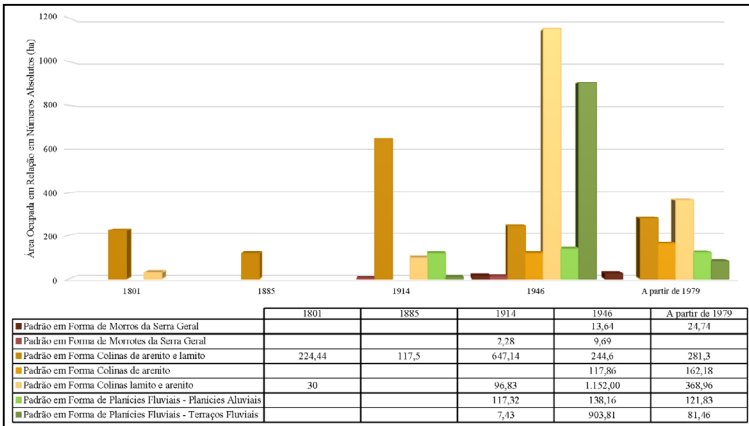
Análise e discussão dos resultados referente à ocupação urbana sobre os compartimentos do relevo do perímetro urbano de Santa Maria/RS

O espaço urbano vivido pela contemporânea cidade mé-

dia de Santa Maria reflete as significativas alterações e transformações ocorridas em seus 150 anos de emancipação política e sua organização socioespacial. O espaço apropriado para fins de urbanização, definido pelos limites da composição do tecido urbano da cidade, se expande sobre os compartimentos do relevo conforme a necessidade de ocupação de novas áreas, constituindo igualmente um conjunto complexo de usos do solo, ilustrado no Mapa 1 (Evolução urbana sobre as formas semelhantes do relevo do perímetro urbano de Santa Maria), por meio da sequência evolutiva e espacial das manchas urbanas sobre Padrão e Tipos de Formas do Relevo que compõem o Perímetro Urbano de Santa Maria.

A primeira fase (1881 a 1885) de povoamento urbano da cidade assentou-se sobre uma ampla colina (coxilhas de 90 a 200 m de altitude e declividades entre 5 e 15%), localizada regionalmente na Depressão Periférica da Bacia Sedimentar do Paraná e entre o sopé da Serra Geral e os Morros Testemunhos. A expansão urbana para o primeiro período ocorrera no sentido Oeste, ocupando uma área de 254,43 ha, correspondendo a pouco mais de 1% da área total do Perímetro Urbano. A aglomeração ocupou, predominantemente, áreas do modelado de Dissecção, notadamente no Padrão em Forma de Colinas de Arenito e Lamito (224,44 ha), chegando a atingir parte das Colinas de Lamito e Arenito (30 ha), conforme o Gráfico 1. Caracteriza-se essa primeira fase (1801 a 1885) por lenta expansão urbana, a qual superou o lento crescimento somente a partir de 1914.

Gráfico 1 – Área ocupada em relação ao padrão e tipos de formas de relevo



Atualmente, a área compreende o centro da cidade e assinala uma paisagem complexa (Mapa 1). Constitui o nódulo principal da rede de vias urbanas, concentrando a maior parte de serviços urbanos, sobretudo comerciais, os quais chegam a monopolizar os serviços em escala regional. De acordo com Dal’Asta (2009), o centro urbano corresponde a apenas 1,82% da área total do Perímetro Urbano e individualiza-se pelo forte adensamento populacional (9.000 hab/km²) e de construções, com predomínio da verticalização do uso do solo.

A segunda fase de expansão (1885 a 1914) ocorre ainda sob ritmo lento, agregando a área já urbanizada de 117,49 ha que, somada à mancha urbana referente ao período anterior, representa 371,94 ha de área ocupada, importando 2,82% da área total sobre o Perímetro Urbano atual, havendo um contínuo avanço das populações sobre o Padrão em forma de Colinas de Arenito e Lamito. Essa nova parcela de solo ocupada atualmente se encontra integrada ao centro urbano atual, por-

tanto expõe as mesmas características do período entre 1801 a 1885.

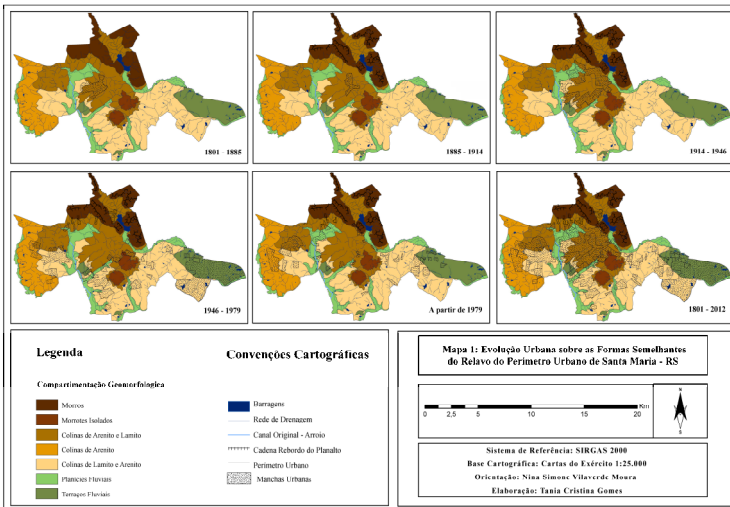
A fase subsequente (1914 a 1946) acrescentou para a área já ocupada 872,10 ha, que, somada aos períodos anteriores, representa uma área total de 1.242,94 ha atingindo um percentual de 9,49% de área ocupada sobre o Perímetro Urbano. As populações avançaram sobre outros compartimentos do relevo, sendo que, das sete unidades geomorfológicas que compõem o relevo do Perímetro Urbano, apenas os padrões em forma de Morros e Colinas de Arenito não foram atingidos por esse avanço. Ressalta-se a continuidade da ocupação sobre o padrão em forma de Colinas de Arenito e Lamito (647,14 ha) e a ocorrência da ocupação de 117,32 ha sobre a unidade Padrão em Forma de Planícies Aluviais, compartimento que anteriormente não havia sido ocupado.

Desse modo, apesar de o período mostrar a ocupação de praticamente todos os compartimentos geomorfológicos, vale destacar que a ocupação ocorreu de maneira concentrada, expandindo-se apenas no entorno do núcleo central, unindo-se continuamente às demais manchas urbanas.

A fase posterior (1946 a 1979) sinaliza um período de expansão urbana bastante expressiva, pois representa, em área ocupada, a importância de 2.579,77 somente para esse período e, somada aos períodos anteriores, as populações ocuparam efetivamente uma área de 3.823,79 ha (29% do total de área ocupada). Neste período, a expansão urbana avançou rapidamente sobre o relevo atingindo todos os padrões e tipos de formas de relevo, incluindo Morros da Serra Geral (13,64 ha) e Morrotes da Serra Geral (9,69 ha).

Salienta-se a ocupação significativa sobre o Padrão em Forma de Colinas de Lamito e Arenito (1.152 ha), a qual representa em área 30% (4.117 ha) da área total que abriga as unidades geomorfológicas existentes no Perímetro Urbano. Merece destaque, também, a área ocupada sobre o Padrão em forma de Terraços Fluviais (903,81 ha) que somente nesse período, principalmente a Leste do Perímetro Urbano, porção onde se situam a Base Aérea e a Universidade Federal de Santa Maria. Esse mesmo período também revela que a expansão urbana toma dimensões exclusivas em relação aos demais períodos, pois sua urbanização passa a se conformar não mais de maneira concentrada em torno das áreas centrais, mas, sim, se arranja de modo descontínuo, desenvolvendo núcleos de urbanização fora do eixo central.

Mapa 1 – Evolução urbana sobre as formas semelhantes do relevo do perímetro urbano de Santa Maria



O último período (a partir de 1979) compreende um acréscimo de 1.040,31 ha sobre a área urbana. Somada aos períodos anteriores corresponde ao total de área urbanizada em Santa Maria (4864,10 ha), 37,20% da área total do Perímetro Urbano. Com exceção do Padrão em Forma de Morrotes Isolados, a área ocupada durante esse período até os dias atuais abrange todos os Padrões e Tipos de Forma de Relevo e acompanha as mesmas particularidades de ocupação do período anterior, ou seja, ocupação descentralizada.

Ao analisar a expansão urbana de Santa Maria (1801 a 2012), é possível inferir que a mesma se deu de modo contínuo e radial, desde o surgimento de seu primeiro núcleo urbano até o ano de 1946. Do mesmo modo, em meados da década de 1940, a partir da necessidade de ocupação de novas áreas, a urbanização passa a obedecer a um caráter de urbanização descentralizado, formando núcleos urbanos em distintos locais, porém no sentido leste-oeste devido às dificuldades de ocupação ao norte pela presença dos Morros da Serra Geral.

No que concerne as derivações ambientais decorrentes da ocupação urbana sobre os compartimentos do relevo, observa-se que a urbanização desenvolveu-se, essencialmente, sobre as formas de relevo que compõem a Depressão Periférica, inclusive nas planícies aluviais e cabeceiras de drenagem que, atreladas à fragilidade natural do substrato, composição dos solos, condições climáticas locais e tipo de cobertura vegetal (campos sulinos, capões e mata galeria), produzem derivações ambientais distintas das originais, intensificando e alterando a dinâmica dos processos superficial. Desta maneira, foram notadas na área de estudo múltiplas intervenções antrópicas

sobre as formas de relevo. Essas intervenções modificaram a morfologia original, eliminaram determinadas características fundamentais e originaram novos processos morfodinâmicos.

As propriedades morfodinâmicas da superfície onde se insere o Perímetro Urbano apontam características gerais e diferenças básicas quanto ao seu comportamento morfodinâmico, as quais estão relacionadas às distintas propriedades dos materiais provenientes da Bacia Sedimentar do Paraná e materiais oriundos do Rebordo do Planalto, composto por rochas vulcânicas e, conseqüentemente, as diferentes morfologias de relevo associadas a parâmetros morfométricos e hidrológico induzem a comportamentos morfodinâmicos superficiais distintos.

O baixo potencial de infiltração, o aumento da velocidade de escoamento superficial, a intensificação dos processos erosivos e o aumento da quantidade de sedimentos depositados nos principais canais fluviais e o conseqüente assoreamento do leito dos arroios Cadena, Vacacaí Mirim, Passo das Tropas e Ferrera decorrem gradativamente da impermeabilização dos solos, das áreas de solo exposto designados à construção civil e do manejo inadequado das áreas destinadas à prática da agricultura urbana.

Para Dal'Asta (2009), os corpos hídricos que compõem a rede hidrográfica do Perímetro Urbano, notadamente aqueles inseridos em áreas urbanizadas, absorveram intensas alterações, tanto em suas características morfológicas quanto em sua capacidade hidrodinâmica. No entanto, as nascentes se encontram em diferentes estágios de alteração, visto que, no centro da cidade, os canais de primeira ordem foram inteira-

mente canalizados e tamponados e, em locais periféricos ao centro, nota-se o desenvolvimento acelerado de processos erosivos (ravinas e voçorocas) sobre algumas cabeceiras de drenagem, antecipando processos de deposição a jusante. A mesma autora também destaca as significativas alterações corridas no arroio Cadena, na década de 1980, onde o arroio teve seu canal principal transferido, aprofundado e retilizado, mais a Oeste, em seu médio curso, e o leito original aterrado, visando à resolução de problemas relacionados a inundações ao longo do canal.

Oliveira *et al* (2006) ressalta que as intervenções realizadas sobre o Arroio Cadena, associado ao adensamento da ocupação nas áreas marginais de seus afluentes, produziram derivações ambientais significativas em toda a bacia hidrográfica, pois das 15 sub-bacias hidrográficas pertencentes à Bacia do Arroio Cadena, 11 percorrem áreas de uso urbano. Desta maneira, devido ao processo histórico de ocupação urbana, a bacia hidrográfica como um todo está em constante processo de descaracterização, visto que o surgimento da cidade deu-se sobre a bacia hidrográfica desse arroio.

Considerações Finais

A ocupação do território urbano santa-mariense mantém-se em expansão, alterando e modificando os compartimentos do relevo nos quais se instalam. Destaca-se que as principais intervenções realizadas no relevo tinham como finalidade facilitar o acesso e a ocupação de áreas anteriormente conside-

radas impróprias ao uso urbano. Embora essas alterações tenham gerado e desencadeado novos problemas urbanísticos, essas obras resultam de políticas públicas ligadas às melhorias na estrutura urbana. Atualmente, ainda se observa a falta de iniciativas que visem, de forma equilibrada, a funcionalidade urbana e ambiental para favorecer a ocupação adequada das novas áreas inseridas no tecido urbano.

De modo eminente, os estudos de ordem ambiental, sobretudo estudos antropogeomorfológicos, contentam e fundamentam as precisões políticas e administrativas de qualquer município. São instrumentos de adesão técnica na elaboração do planejamento socioeconômico e ambiental. Deste modo, Santa Maria necessita de estudos que resultem no entendimento das derivações ambientais decorrentes do processo de urbanização, a partir de abordagens que incluam a complexa relação entre sociedade e natureza.

Igualmente, é fato exímio que o Poder Público exerce importante função ao conduzir o planejamento territorial dos municípios, os quais devem atentar especialmente às questões explícitas de planejamento urbano, amparado pela legislação vigente sobre uso e ocupação do solo urbano e uso de instrumentos técnicos e acadêmicos, tal como o estudo aqui apresentado. Lembrando que, embora a legislação atual relacionada às questões urbanas tenha obtido avanço significativo, na prática o que se constata é a prática recursiva dos princípios de produção e reprodução do espaço sob a forma mercadológica, normalmente aqueles ligados ao setor imobiliário. Negam-se iniciativas à prevenção de eventos que gerem danos às populações instaladas em áreas geomorfologicamente instáveis, ou,

então, negam-se ações articuladas de controle socioambiental.

Por esta razão, faz-se necessário o ajuste de conduta e controle sobre questões referentes à expansão urbana, levando-se em consideração pressupostos básicos de planejamento os quais passam pela preparação de um conjunto de decisões para ações futuras, admitindo o planejamento como instrumento que permite a lúcida análise sobre os complexos problemas enfrentados pelas sociedades urbanas.

Nota de agradecimento: A primeira autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pesquisa (Processo CNPq nº 132706/2011-3).

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Um conceito de Geomorfologia a serviço das pesquisas do quaternário (1969). In: MODENESI-GAUTTIERI, May Christine; BARTORELLI, Andrea; MANTESSO-NETO, Virginio; CARNEIRO, Celso dal Ré; LISBOA, Matias Barbosa de Andrade Lima. **A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber**. São Paulo: Beca, 2010. (O artigo encontra-se no CD anexo à obra).

DAL'ASTA, Ana Paula. **Elaboração de zoneamento geoambiental para o perímetro urbano de Santa Maria – RS**. 2010. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências, Pós-Graduação em Geografia e Geociências/Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura. **Análise ambiental urbana na área metropolitana de Porto Alegre/RS**: sub-bacia hidrográfica do Arroio Dilúvio. 2001. 236f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2001.

_____. Considerações sobre o ambiente urbano: um estudo com ênfase na geomorfologia urbana. **Revista do Departamento de Geografia**, 16 (2005), p. 76-80. Disponível em: <<http://citrus.usp-net.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/54/44>> Acesso em: 10 ago 2014.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 648.

LIBAULT, C. O. André. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. São Paulo: USP, Instituto de Geografia, 1971, p. 14.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. A paisagem de Santa Maria: subsídios para uma política patrimonial. In: REMPEL, Werner. (Org.). **Pensamentos políticos**. Santa Maria: Pallotti, 2000, p. 39-44.

MOURA, Nina Simone Vilaverde. Estudos geográficos com ênfase na geomorfologia: questões teóricas, metodológicas, mapeamentos e aplicações em estudos ambientais. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 171-181, jan./jun., 2011.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, Isabel Cristina. **Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas**: aplicação da abordagem da Geomorfologia Antropogênica na Bacia Hidrográfica do Rio Tamanduateí, na Região Metropolitana de São Paulo. 2010. 363f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, FFLCH-USP), São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Edson Luis de Almeida; RECKZIEGEL, Bernadete Weber; ROBAINA, Luis Eduardo de Souza. Áreas de Risco Geomorfológico na bacia hidrográfica do Passo da Areia, Santa Maria/RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 30, 2006, p. 23-35.

PELOGGIA, Alex Ubiratan Goossens. A cidade, as vertentes e as várzeas: a transformação do relevo pela ação do homem no Município de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 16, 2005, p. 24-31.

RODRIGUES, Cleide. A urbanização da metrópole sob a perspectiva da Geomorfologia: tributo a leituras geográficas. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.) **Geografias de São Paulo**: representações e crise da metrópole. v. 1, São Paulo: Contexto, 2004, p. 89-114.

_____. Morfologia original e morfologia antropogênica na definição de unidades espaciais de planejamento urbano: exemplo na metrópole paulista. **Revista do Departamento de Geografia**, São

Paulo, n. 17, 2005, p. 101-111.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 222.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1779 a 1859). **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. ERUS - Estante Rio-grandense União de Seguros. Martins Livreiros editor. Porto Alegre, 1987, p. 478.

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categoria do método geográfico. In: _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 118, p. 49-59.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 85.

11 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA QUALITATIVA COMO FERRAMENTA PARA OS ESTUDOS SOBRE GESTÃO AMBIENTAL: reflexões a partir de análise no Porto do Rio Grande/RS

Andréia Vigolo Lourenço

Introdução

A discussão envolvida no presente trabalho é resultado de reflexões a partir da dissertação de mestrado intitulada de “Diretrizes para um Plano de Gestão Ambiental Portuário contextualizado nos estágios do ciclo do GCI. Estudo de caso no Porto do Rio Grande” desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tal pesquisa foi concebida entre os anos de 2010 a 2012 e, de forma a complementar este trabalho, foram somadas também as impressões a partir da

experiência no Porto do Rio Grande até o ano de 2013, ocasião na qual a autora desempenhou trabalhos técnicos junto à Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (DMASS/SUPRG) da referida Autarquia.

Considerando que toda pesquisa é essencialmente norteada pelas concepções ideológicas do pesquisador, a escolha do tema do trabalho está atrelada às inquietações da autora, sobretudo aos potenciais impactos socioambientais que o Porto do Rio Grande representa para o município no qual está inserido. O enfoque na gestão ambiental do Porto do Rio Grande justificou-se por representar uma das esferas de análise mais abrangentes para se enxergar, em sua totalidade, os elementos envolvidos às formas de mitigação dos impactos sociais e ambientais inerentes à atividade portuária. Somado a isso, outros aspectos foram considerados, tais como a relação entre os sítios portuários e as cidades que os abrigam.

Assim, o Porto do Rio Grande foi abordado na pesquisa contemplando os seguintes aspectos: 1) a sua relevância econômica enquanto um dos principais portos concentradores e movimentadores de cargas do MERCOSUL; 2) o contexto histórico e perfil do município como motivador da implantação de um grande complexo portuário industrial e, em oposição, as possíveis contradições sociais e impactos ambientais; 3) o processo de gestão ambiental portuária que, por ter sido o primeiro porto a ser licenciado por órgão ambiental, condicionou um recorte temporal mais abrangente e, portanto, uma análise mais aprofundada; 4) a relativa escassez de trabalhos com foco na temática da gestão ambiental do Porto do Rio Grande.

Dessa maneira, a pesquisa buscou compreender, de forma sistemática e integral, o processo de gestão ambiental do e no Porto do Rio Grande. O recorte temporal foi feito a partir do início do processo de licenciamento ambiental e é justificado pelo fato de que, antes disso, no âmbito dos processos administrativos da autarquia, não há registro de ações aplicadas ao gerenciamento dos impactos socioambientais das atividades portuárias. O recorte espacial foi feito a partir do Sistema Portuário de Rio Grande, cuja área (leia-se poligonal) abrangida pelo Porto Organizado é definida legalmente pelo Decreto da Presidência da República de 25 de julho de 2005. (BRASIL, 2005, p. 4). Nesse sentido, tal delimitação de pesquisa mostrou-se imprescindível para a análise da relação porto/cidade, evidenciando processos de "territorialização" e "desterritorialização" muito intensos relacionados ao Sistema Portuário do Rio Grande. Um dos exemplos mais evidentes desses processos e que pode ser destacado aqui é o caso dos conflitos relacionados à sobreposição espacial entre o sistema portuário e a pesca artesanal no município. (PLATAFORMA DHESCA, 2012).

Diante da enorme complexidade do cenário em que o objeto de estudo está inserido, o objetivo deste capítulo está em apresentar a trajetória metodológica do projeto de pesquisa em questão e, a partir disso, refletir sobre a importância e pertinência do uso da abordagem qualitativa em estudos sobre gestão ambiental.

O escopo deste trabalho está organizado em quatro partes. Na primeira parte discute-se a construção do caminho

científico, onde é realizada uma breve discussão a respeito das possíveis trajetórias metodológicas que podem ser percorridas em uma pesquisa. A discussão seguinte buscar trazer elementos para a abordagem qualitativa nas pesquisas voltadas à gestão ambiental. A seguir, é elencada a trajetória metodológica, delimitada na pesquisa sobre a gestão ambiental do Porto do Rio Grande: os recursos utilizados, dos sujeitos da pesquisa à coleta de dados, abordando, significativamente, o trabalho de campo e seus principais elementos. Por fim, busca-se fazer uma reflexão crítica a partir dos desafios encontrados ao longo da pesquisa, dialogando com alguns resultados encontrados, procurando abordar alguns elementos que podem contribuir para melhorias nas pesquisas com foco na gestão ambiental portuária.

A construção do caminho científico

Pode-se dizer que a ciência se constitui aplicando "técnicas", seguindo um "método" e apoiando-se em fundamentos "epistemológicos". No entanto, para garantir um adequado desenvolvimento de pesquisa, a construção do caminho científico necessita, inicialmente, que esses três elementos principais sejam coerentes e adequados. Nesse sentido, um dos aspectos principais está na adequada delimitação dos objetivos e, a partir disso, é possível, então, o pesquisador determinar quais são os caminhos possíveis de serem percorridos. Assim, no campo científico, o método constitui a trajetória em direção a um objetivo de pesquisa e representa o elemento fundamental do processo de construção do conhecimento realizado

por ela. (SEVERINO, 2007).

Do ponto de vista metodológico, há diversas modalidades que se pode aplicar à pesquisa. A maneira mais habitual de construção do conhecimento, por meio do método científico, pode ser dividida em quantitativa e qualitativa, diferindo basicamente por dois aspectos centrais: a *forma de abordagem* do problema e a *sistemática* pertinente a cada um dos enfoques. O método quantitativo caracteriza-se pela quantificação ou mensuração tanto na coleta das informações quanto no seu tratamento e avaliação, distinguindo-se por estudos principalmente descritivos. Já no método qualitativo, considera-se um nível de realidade que não é possível de ser mensurado. (MINAYO, 2011).

Contudo, é importante ter clareza que no campo científico a pesquisa não deve ser separada dicotomicamente entre qualitativa e quantitativa (RICHARDSON *et al.*, 1985, p. 38; TRIVIÑOS, 1987), mas, sim, que os enfoques abordados na resolução de um problema podem demandar um ou outro método. Ao mesmo tempo, considerando que as duas perspectivas são complementares entre si e que podem apresentar limitações metodológicas, tal situação corrobora com a possibilidade de serem empregados ambos os métodos em uma mesma pesquisa científica. Em qualquer um dos casos, é imprescindível que sejam cumpridos dois critérios científicos para garantir a efetividade da pesquisa: a "confiabilidade" dos instrumentos de análise e a "validade" dos resultados e conclusões a partir de tais instrumentos. (RICHARDSON *et al.*, 1985). Essa argumentação é corroborada por Minayo:

[...] os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa [...]. (MINAYO, 2011, p. 22).

Portanto, cabe ao investigador avaliar adequadamente quais perspectivas melhor se adaptam ao problema de pesquisa e, ao mesmo tempo, aplicá-las de maneira apropriada ao seu objeto de estudo. Neste trabalho será dada ênfase apenas à pesquisa qualitativa, sem a pretensão, entretanto, de invalidar a pesquisa quantitativa.

De maneira geral, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa tem como objeto de estudo situações complexas ou estritamente particulares. (RICHARDSON *et al.*, 1985), pois ela permite interpretações muito mais amplas que um dado objetivo *per se* (TRIVIÑOS, 1987). Severino (2007) ainda argumenta que ela não se refere apenas a um método particular, mas, sim, a um conjunto de métodos envolvendo diversas referências epistemológicas. Godoy (1995_a) também emprega essa definição, argumentando que, sob tal denominação, encontram-se variados tipos de investigação. Portanto, considerando a argumentação proposta por tais autores, será utilizado, ao longo do texto, o termo "abordagem qualitativa" – julgado mais coerente a partir de tal justificativa, uma vez que foram utilizados para a pesquisa diversos procedimentos metodológicos (pesquisa documental, entrevistas e observação) a fim de compreender o objeto de estudo em sua totalidade.

A definição metodológica de um projeto de pesquisa envolve, em primeiro lugar, o problema de pesquisa e, por sua vez, as diferentes maneiras que se pretende chegar às possíveis

respostas do problema. Nesse sentido, Richardson e colaboradores discutem sobre tal escolha afirmando que “a prioridade depende da natureza do fenômeno analisado e do material que os métodos permitem coletar”. (RICHARDSON *et al.*, 1985).

Em outras palavras, é possível alegar que não há um roteiro exclusivo, fixo, para a pesquisa científica qualitativa. Sob o ponto de vista metodológico, as escolhas de um pesquisador dependem não somente do objeto de estudo, mas da(s) hipótese(s) de pesquisa e de por qual caminho se pretende chegar às respostas de tais questões. Entretanto, essa construção deve ser embasada e coerente, pois, caso contrário, as respostas não serão adequadas às perguntas, conforme defende Triviños:

[...] o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico. Este, repetimos, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação [...]. (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

A abordagem qualitativa nas pesquisas sobre gestão ambiental

Ao refletir sobre as pesquisas voltadas à gestão ambiental, é possível evidenciar que, de maneira geral, as análises têm enfoque maior nos elementos técnicos e políticos, mas é importante considerar que todos esses processos estão enraizados, antes de qualquer coisa, em ações humanas. Isso significa dizer

que, independente do processo de gestão ambiental, ele está embasado em aspectos sociais e, portanto, as pesquisas nesse contexto tangenciam questões culturais e comportamentais ligadas a ele. Em outras palavras, a gestão ambiental envolve diversos elementos, mas a viabilização deles não depende apenas de instrumentos técnicos, pois a prática da gestão depende das pessoas (atores sociais) envolvidas. Portanto, o aspecto social é importante de ser levado em consideração.

Naturalmente, a temática da gestão ambiental tem implicações multidisciplinares, uma vez que envolve a convergência de temas como ecologia, política, economia, educação ambiental, o que transversaliza as questões comportamentais, sociais e culturais dos atores sociais envolvidos no processo. Portanto, constitui um tema que não é possível de ser pensado e analisado de maneira fragmentada e desarticulada entre seus elementos. Por outro lado, isso não quer dizer que, necessariamente, os aspectos sociais precisam ser analisados com tanta profundidade a ponto de a análise ser caracterizada como pesquisa etnográfica (embora isso seja plenamente possível). Isso significa que os aspectos sociais interferem nos processos de gestão a tal ponto que se torna inconsistente excluir o elemento social de tais análises. Indo mais além, no caso da gestão ambiental pública, a governança também é outro aspecto importantíssimo a ser considerado, já que as políticas públicas, as políticas setoriais e a integração efetiva delas com a sociedade civil demandam necessariamente a participação concreta desta. Tal envolvimento, por sua vez, implica ações construídas com base nas relações entre diferentes atores sociais, em processos geralmente dinâmicos, multilíneares e não

padronizados.

É possível inferir, a partir dessa reflexão, que a abordagem qualitativa é adequada de ser utilizada quando se busca analisar a gestão ambiental muito além das questões meramente técnicas (e quantitativas), mas levando em conta elementos que constituem verdadeiros indicadores de funcionamento da realidade social em seu sentido mais amplo nesse processo. Isso contempla desde as múltiplas relações entre os atores sociais, passando pelas diferentes formas de interação entre eles (evidenciada, muitas vezes, pela ocorrência de conflitos socioambientais), bem como as instituições sociais envolvidas. Um aspecto importante que é intrínseco da pesquisa qualitativa diz respeito à preocupação com o processo, não apenas com o produto ou resultado. De fato, a prática nos mostra que todas essas questões são inerentes à perspectiva da gestão ambiental. Portanto, ao se considerar tais características, a abordagem qualitativa possui significativa importância para o processo investigativo da realidade.

É importante ressaltar que, se utilizada de forma inadequada, a abordagem qualitativa (da mesma forma que a quantitativa, assim como qualquer ferramenta metodológica) pode gerar resultados superficiais, refletindo em conclusões pouco coerentes com a realidade local e, ao mesmo tempo, desconectadas das realidades em escalas mais amplas. Paralelamente, mesmo que determinados dados de um contexto de gestão ambiental sejam passíveis de mensurações, a análise deles pode ser complementada com a perspectiva qualitativa a fim de buscar compreender a complexidade dos processos em sua totalidade. Todavia, mesmo que a abordagem qualitativa limite

possíveis quantificações, em muitos casos as próprias medidas são, em si, relativas, devido à inerente complexidade dos cenários. Como exemplo é possível levantar a seguinte problemática: como avaliar o grau de participação da sociedade em processos de governança ambiental? A abordagem qualitativa permite refletir e responder adequadamente a questões como essa.

Considerando tais discussões acerca da importância e múltiplas possibilidades da abordagem qualitativa, esse debate é amparado pela necessidade de mais pesquisas qualitativas sob o prisma da gestão ambiental. Isso permite uma perspectiva de análise de maior amplitude e, conseqüentemente, a construção de proposições mais embasadas e adequadas ao contexto local e, portanto, mais coerentes às particularidades da sua totalidade. Nesse sentido, também constitui uma forma congruente de se entender a natureza de um fenômeno: um contexto com enfoque na gestão e governança ambiental, uma situação complexa e multifacetada que envolve análises que vão além da coleta de dados estatísticos ou ambientais.

A construção do caminho metodológico: dimensões relevantes da abordagem qualitativa na análise da gestão ambiental no Porto do Rio Grande

De acordo com Godoy (1995_a), a abordagem qualitativa permite uma compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado e, assim, considera-se que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. Nessa perspectiva, o ambiente e as pessoas nele inseridos devem ser analisados amplamente. Entretanto, tal enfoque não pode ser concebido

como uma análise concomitante de todos os aspectos, mas ser de acordo com um roteiro previamente organizado, um planejamento da pesquisa. Dessa forma, metodologicamente Minayo (2011) propõe a divisão da pesquisa qualitativa em três etapas básicas: 1) a fase exploratória; 2) o trabalho de campo; 3) a análise e tratamento do material empírico e documental. É com base nessa delimitação que serão abordadas as etapas da pesquisa a partir daqui.

O estudo em questão teve início com uma etapa denominada pesquisa exploratória (GIL, 2011) ou estudo exploratório (TRIVIÑOS, 1987), na qual foram levantados os possíveis problemas de pesquisa e delimitados os caminhos necessários para compreender o objeto de estudo (a gestão ambiental no e do Porto do Rio Grande) em sua totalidade. A fundamentação para tal etapa é abordada por Gil:

[...] quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão de literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste procedimento passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados [...]. (GIL, 2011, p. 27).

Dessa forma, a revisão de literatura e compilação do referencial teórico mostrou-se imprescindível para a delimitação da pesquisa como um todo, permitindo maior nitidez aos elementos necessários de serem analisados. O referencial teórico foi amparado por autores que refletem sobre a gestão ambiental na perspectiva das políticas públicas e governança, destacando-se, entre eles, os trabalhos de Koehler e Asmus (2010),

Kitzmann (2010), Kitzmann e Asmus (2006) e de Porto e Teixeira (2002). O trabalho também se apoiou nas teorias de Domingues (1995; 2001) sobre o papel dos portos nas economias globais e a demandas logísticas criadas a partir disso, bem como seu reflexo na relação porto/cidade.

Cabe apontar aqui que a compilação do referencial teórico necessita ser complementada, em muitos casos, com a pesquisa documental. Tal instrumento de pesquisa envolve materiais que muitas vezes não possuem cunho científico. Por isso, também foram analisados e compilados materiais correspondentes às ações focadas em políticas públicas para o setor portuário, tais como: atos normativos, sítios institucionais, atas de reuniões, memorandos e relatórios técnicos, dados estatísticos, publicações institucionais (de Ministérios, Agências e Secretarias) e mapas institucionais. Dois níveis de análise foram considerados nessa etapa de pesquisa: a escala nacional e a escala local.

Na escala nacional analisou-se a gestão ambiental portuária no cenário nacional, considerando políticas públicas e setoriais, mecanismos de governança, dispositivos legais e sua integração com o contexto internacional (por meio da participação do Brasil em convenções e protocolos internacionais ambientais). A coleta de informações foi focada em políticas públicas portuárias e instituições (bem como no nível de diálogo entre elas), sendo as principais: Políticas e Planos Nacionais, Instituições, Agências, Ministérios, Secretarias e Grupos de Trabalho, além de os desdobramentos das principais normativas internacionais nessas políticas. Já na escala local,

o foco foi orientado para a importância e atuação do Porto do Rio Grande (no aspecto gestão ambiental) em nível municipal, bem como a sua inserção no cenário nacional. A coleta de dados e informações foi orientada para a caracterização do sistema portuário-industrial de Rio Grande na perspectiva da gestão ambiental, tal como: organização e planejamento interno da instituição, técnicos envolvidos, relação com os órgãos ambientais, aplicação das normas ambientais, contexto histórico e situação atual do licenciamento ambiental. A partir disso, foi possível realizar um diagnóstico detalhado da situação da gestão ambiental portuária nesses dois níveis, bem como enxergar as possíveis conexões entre eles. (LOURENÇO; ASMUS, 2015).

Dessa maneira, o caminho metodológico vai sendo construído. A coleta de dados se desenvolve de forma dinâmica com os outros instrumentos de tal modo que a descoberta de informações dá abertura para a coleta de novos dados, garantindo uma constante retroalimentação do processo de pesquisa. Conseqüentemente, é possível não apenas descrever o estado da arte a respeito de uma determinada área do conhecimento ou objeto de estudo, mas, a partir do que foi pesquisado, compreendê-la de forma a enxergar entraves teóricos e novos potenciais de pesquisa.

O trabalho de campo: aprofundando-se na realidade de pesquisa

Concluída a etapa exploratória, de coleta de dados e delimitação da pesquisa em sua totalidade, a partir disso cons-

trói-se o trabalho de campo. Nesse sentido, a ida a campo constitui o contato mais íntimo e direto do pesquisador com a sua realidade de pesquisa, a partir da qual se formula as perguntas e hipóteses de pesquisa, possibilitando também estabelecer uma interação com os atores que compõem tal realidade (MINAYO, 2011). Ainda de acordo com a autora, ela entende que os principais instrumentos de trabalho de campo residem na observação e na entrevista. Ambos foram utilizados no trabalho e a discussão deles será feita a seguir.

Por constituírem técnica extremamente flexível de coleta de dados, as entrevistas possuem diversas classificações de acordo com os critérios de cada autor. Nessa lógica, com base no nível de estruturação Gil (2011) as classifica em informais, focalizadas, por pautas e formalizadas. Já Minayo (2011) as categoriza de acordo com a forma de organização, sendo elas: sondagem de opinião, semiestruturada, aberta, focalizada e projetiva. Por outro lado, Triviños (1987) considera basicamente três tipos de entrevistas: fechada (ou estruturada), semiestruturada e livre (ou aberta).

As entrevistas possuem papel primordial enquanto técnica de pesquisa, pois elas representam uma das principais formas de coleta de dados. Portanto, exigem uma atenção especial ao informante, já que as informações garantidas por eles vão além daquelas coletadas na revisão de literatura e compilação do referencial teórico. Também é importante frisar que tais instrumentos de pesquisa de campo devem estar em consonância com a problemática levantada no trabalho. Sob essa ótica, a utilização do modelo de entrevista semiestruturada, proposta por Triviños e Minayo, representou a opção mais

adequada ao estudo em questão. Conceitualmente, Triviños define a entrevista semiestruturada como:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa [...]. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Assim, tal tipologia de entrevista foi adotada porque possibilitou o aprofundamento da pesquisa a partir do aporte de informações inicialmente não previstas. O entrevistado, ao ficar livre em suas repostas, tinha total flexibilidade em fornecer dados que ele julgasse pertinentes ao assunto, dando abertura para novas reflexões e questionamentos. O fato de terem sido utilizadas entrevistas semiestruturadas permitiu, por exemplo, o aporte de novos informantes para as entrevistas e o acesso a documentos até então desconhecidos pela pesquisadora. Nesse sentido, para compreender o cenário ambiental portuário em sua totalidade, percebeu-se que era essencial determinar informantes considerados “chave” para a compreensão do cenário da gestão ambiental portuária em sua totalidade: nas escalas nacional e local. Tal fato é reconhecido por Triviños (1987) que enfatiza a importância dos informantes (bem como da sua escolha adequada) nessa modalidade de coleta de dados, uma vez que é possível surgir recomendações de outros atores a partir do rumo de cada entrevista. Essa questão se mostrou bastante factível para a pesquisa em questão, uma vez que dois

novos informantes foram definidos em decorrência delas, conforme já mencionado anteriormente. Para garantir tal fundamentação, o critério de seleção dos informantes envolveu duas delimitações. A primeira diz respeito à determinação das instituições mais relevantes no cenário político-institucional de ações de planejamento ambiental relacionado ao setor portuário. Nesse sentido, foram identificados aqueles que pudessem representar e refletir a totalidade das múltiplas dimensões da gestão ambiental portuária no Brasil (sempre considerando os dois níveis de análise recortados no início do trabalho: escala local e escala nacional).

Feito o recorte institucional, buscou-se delimitar quais os atores mais importantes ligados a essas instituições (considerando os múltiplos níveis hierárquicos de tomada de decisões). Esse recorte foi realizado observando-se dois critérios de amostragem estabelecidos por Minayo (2008): 1) considerar um número suficiente de interlocutores para permitir a reincidência e complementaridade das informações; 2) garantir que a conjuntura da pesquisa esteja totalmente mapeada e compreendida. Assim, a partir disso foi possível definir o universo dos informantes previamente selecionados como chave para a pesquisa. Consequentemente, esperava-se que o referencial teórico pudesse ser asseverado pelas respostas obtidas a partir das entrevistas, respaldando a qualificação das discussões.

A elaboração das perguntas para as entrevistas contemplou os critérios sugeridos por Triviño (1987), contemplando questões de *natureza descritiva e histórica* – focadas nos processos de formulação das políticas públicas ambientais para o setor portuário – e outras de *natureza explicativa e avaliativa*

- focadas nas fragilidades e potencialidades relacionadas aos processos de gestão ambiental portuária e, assim, permitindo “abrir perspectivas para a análise e interpretação das ideias”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 151) do pesquisador.

A forma de acesso aos informantes foi feita, inicialmente, por e-mail. Apenas as pessoas que não retornaram por esse meio foram contatadas via telefone e todos concordaram em participar das entrevistas. Conforme apontado por Triviños (1987, p. 147), assegurou-se, preliminarmente às entrevistas, algumas medidas a fim de garantir uma maior qualificação dessa etapa de coleta de dados:

a) a especificação ao informante dos propósitos da entrevista e do trabalho expondo os principais objetivos do encontro;

b) o registro da entrevista. Para este trabalho, as respostas foram anotadas e gravadas com o auxílio de um gravador digital MP4;

c) a necessidade de desenvolvimento dos elementos humanos ao longo da entrevista, propiciando um ambiente de equilíbrio, paridade e confiança mútua entre informante e pesquisador. Isso, por sua vez, dá margem a informações realistas e completas, pois o sujeito, essencial para a pesquisa, sente-se fazendo parte e contribuindo para ela.

Foram realizadas, no total, 10 entrevistas. Todas ocorreram em Brasília (DF), em agosto de 2011, na sede das instituições, com técnicos, coordenadores e gestores – atores sociais relacionados às ações estratégicas no âmbito da gestão ambiental portuária, vinculadas ao licenciamento ambiental

ou planejamento e políticas públicas para o setor. O tempo de duração variou entre 40 minutos e uma hora e meia. Os entrevistados envolveram informantes de instituições chave no planejamento, administração e gestão portuária no Brasil: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e Secretaria Especial de Portos (SEP).

Basicamente, os dados coletados a partir das entrevistas foram organizados em duas etapas: 1) transcrição total das entrevistas; 2) organização dos dados e informações coletadas e posterior análise sistemática e comparativa com o referencial teórico. As informações sistematizadas a partir das entrevistas foram confrontadas com os dados coletados na etapa exploratória, permitindo entender tanto a atuação dos atores-chave, suas realidades diárias institucionais no âmbito da gestão e das políticas quanto a própria percepção deles desses processos.

Somado a isso, tais informações teóricas foram combinadas às vivências ocorridas ao longo das rotinas de trabalho no Porto do Rio Grande (entre os anos de 2011 a 2013) por meio de atividades técnicas realizadas na Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (DMASS). Tais vivências constituíram, sob o ponto de vista metodológico, uma delimitação do problema denominada de pesquisa-ação.

A pesquisa-ação, de acordo com Gil (1999), constitui em um modelo de pesquisa que se baseia no envolvimento do pesquisador e dos pesquisados no processo de pesquisa. Ou seja, a relação do pesquisador com o seu objeto de análise tem o

intuito de interferir nesse meio, pois possuem um papel ativo nesse processo. Ela difere da pesquisa participante que implica em participação do pesquisador, na realidade de pesquisa, apenas como sujeito estimulador das ações e de sistematizador das informações, porém sem interferir naquele meio de pesquisa. A justificativa para a escolha dessa delimitação baseia-se em Triviños:

[...] se o pesquisador pertence à escola, à comunidade ou à empresa etc., na qual o problema se tem apresentado, ele, como técnico, pressupõe um caudal de informações relativas à investigação que os outros não possuem e terá, mais facilmente, um papel de guia. Isto não ocorrerá com tanta forma, sem dúvida, se se incorpora ao grupo para realizar a pesquisa, sem a experiência da situação real que os outros podem oferecer [...]. (TRIVIÑOS, 1987, p. 94).

Assim, enquanto metodologia de pesquisa, a pesquisa-ação permitiu uma visão interna dos processos de gestão ambiental, vivenciando as dificuldades, o cotidiano dos trabalhos técnicos, a burocracia e as fragilidades que, muitas vezes, não ficam expostas em análises externas ao ambiente de trabalho, pois envolve, também, questões de cunho político e, outras vezes, até pessoal – de relações sociais (entre técnicos e trabalhadores, entre técnicos e técnicos, entre gerentes e técnicos e entre gerentes e trabalhadores portuários).

Um exemplo que pode ser destacado aqui diz respeito ao processo participativo de gestão ambiental entre a Superintendência e os demais atores sociais dentro do porto, explicitado por meio do Conselho de Gestão Ambiental Portuário (CGA-PRG). A partir da pesquisa-ação, foi possível compreender a

remodelação do papel do Conselho no âmbito da Autarquia. Legalmente, o CGAPRG não mudou os seus objetivos, porém a sua dinâmica foi radicalmente afetada com a transição de gestores, e isso não foi um processo documentado formalmente ou cientificamente. Assim, até o ano de 2010, o CGAPRG tinha um caráter notadamente comercial, relatado por diversos técnicos internos à Dmass, no qual as reuniões representavam um espaço de exposição e venda de serviços ambientais e técnicos: serviços de dedetização, de gerenciamento de resíduos e de acidentes ambientais, entre outros. Ainda que do ponto de vista administrativo/institucional, a função do Conselho não mudou, o seu papel gerencial passou por uma mudança significativa, a partir da nova gerência em 2012, onde foi resgatado seu papel articulador dos processos de gestão ambiental dentro do porto organizado. Isso ficou evidenciado, ao longo do tempo, com uma presença cada vez maior e constante de representantes das instituições privadas que operam dentro do porto, bem como de uma melhor articulação gerencial entre elas.

Portanto, a prática vivenciada no Porto do Rio Grande demonstrou que ações direcionadas para processos participativos, quando adequadamente estruturadas e articuladas no âmbito da organização institucional, facilitam tanto as tomadas de decisões quanto a implementação e efetivação dessas ações. Por outro lado, se esse conselho ou outro colegiado que considere as questões ambientais não têm poder, o planejamento e efetivação das ações relacionadas à gestão ambiental sofrem em termos de eficiência e eficácia.

Durante a pesquisa-ação também foram realizadas con-

versas informais com diversos trabalhadores do porto em todas as categorias de trabalho (trabalhadores portuários avulsos, gestores da Superintendência e representantes das empresas privadas de operações portuárias e dos terminais), contribuindo ainda mais para a construção do cenário analisado. Isso permitiu compreender a percepção de “meio ambiente” (bem como dos possíveis impactos ambientais da movimentação portuária cotidiana) por parte dos trabalhadores que, muitas vezes, difere da percepção dos gestores e técnicos. A percepção dos trabalhadores portuários reflete, por exemplo, nas operações diárias, rotineiras e, em alguns casos, podem interferir na tomada de decisões por parte dos gestores.

Portanto, somente o contato diário com tais atores permitiu compreender a dinâmica relacionada aos aspectos técnicos, políticos, institucionais e sociais da gestão ambiental no Porto do Rio Grande. As diferenças de percepção dos atores refletem em suas ações individuais, inclusive evidenciando a necessidade de elementos de educação ambiental distintos para cada um deles. Minayo (2011) aponta para a importância primordial dessa etapa de análise, ao afirmar que

[...] o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo [...]. (MINAYO, 2011, p. 61).

Na perspectiva do delineamento da pesquisa, o trabalho configurou-se como *estudo de caso*, conforme classificado por Gil (1999), Severino (2007) e Triviños (1987), permitindo

uma interpretação mais aprofundada da realidade. O estudo de caso é uma ferramenta, no âmbito da abordagem qualitativa, cujo objeto de estudo é uma *unidade* em que se analisa profunda e detalhadamente. No caso da pesquisa abordada aqui, o estudo de caso recai sobre uma instituição – o Porto do Rio Grande e, mais especificamente, sobre um processo particular – a gestão ambiental. De acordo com Triviños (1987, p. 111), essa abordagem não permite extrapolar generalizações para outros estudos (outros portos, por exemplo), mas fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos legitimam a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Resultados encontrados e os desafios metodológicos da pesquisa

A organização e estruturação dos dados de uma pesquisa pode ser feita de diversas formas e sob múltiplos enfoques. Na pesquisa em questão, a análise e interpretação dos dados coletados, a partir das etapas descritas até aqui, permitiu a construção do cenário político-institucional no qual o Porto do Rio Grande está inserido. A partir dessa conjuntura foi construída uma proposição de elementos para um Plano de Gestão Ambiental Integrada no Porto do Rio Grande. Para tal, os resultados foram inicialmente sistematizados e, a partir disso, organizados em tabelas, fluxogramas e, posteriormente, em um enfoque mais amplo, na proposta empírica de um plano de gestão.

Enquanto processo de gestão, a metodologia empregada

para tal proposição se apoiou no modelo indicado por Cicin-Sain e Knecht, uma vez que a proposta de gestão ambiental portuária pode ser vista como um elemento integrante dos processos de gerenciamento costeiro, cuja definição pode ser delineada como “um processo contínuo e dinâmico pelo qual decisões são tomadas visando o uso sustentável, o desenvolvimento e proteção das áreas marinhas e costeiras e de seus recursos”. (CICIN-SAIN ; KNECHT, 1998, p. 39). Assume-se que esse conceito dialoga intimamente com os princípios da gestão ambiental e, dessa forma, ambos podem ser utilizados numa perspectiva complementar. Assim, no diálogo entre essas duas perspectivas, se utilizou, também, a proposição de elementos sugeridos por Sánchez. Para o autor, a gestão ambiental pode ser definida como:

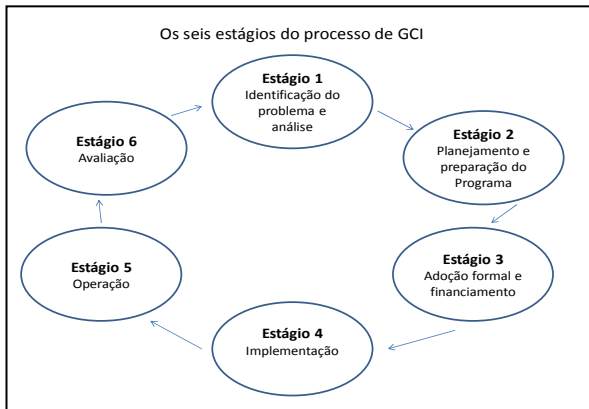
[...] um conjunto de medidas de ordem técnica e gerencial que visam a assegurar que o empreendimento seja implantado, operado e desativado em conformidade com a legislação ambiental e outras diretrizes relevantes, a fim de minimizar os riscos ambientais e os impactos adversos, além de maximizar os efeitos benéficos [...]. (SÁNCHEZ, 2010, p. 379).

Dessa forma, a proposta dos elementos do Plano de Gestão Ambiental Integrado do Porto do Rio Grande transversalizou elementos e processos tanto da gestão ambiental quando do gerenciamento costeiro (Ilustração 1), uma vez que as ações do primeiro respaldam as do segundo como um processo integrado e sistêmico.

Somando-se às diretrizes, foram também utilizados alguns conceitos de gestão ambiental privada e outras políticas

ambientais portuárias. Há algumas diferenças entre os princípios de gestão ambiental pública e privada, mas ambos são formulados por necessidade de resolver problemas ambientais que afetam a sociedade, seja por interesse econômico, social, ou cultural (FLORIANO, 2007). Além disso, a proposta do Plano também se baseou nas orientações técnicas propostas pelo órgão ambiental licenciador, a partir tanto da análise da Licença Ambiental (IBAMA, 2005) quanto dos Pareceres Técnicos (IBAMA, 2008; IBAMA, 2011).

Esquema 1 – Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado, aplicável à perspectiva da gestão ambiental

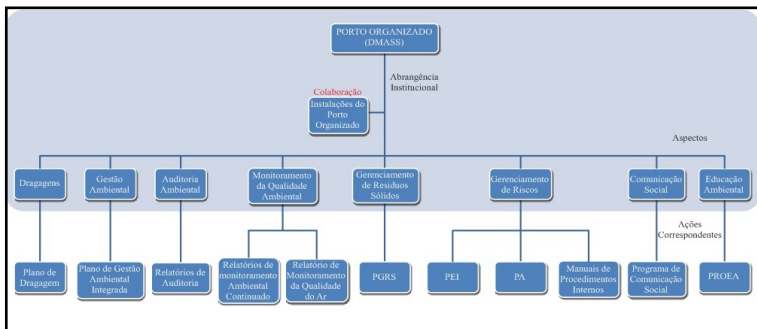


Fonte: LOURENÇO, 2012.

Assim, de maneira simplificada, um Plano de Gestão Ambiental deve envolver ações direcionadas para a proteção ambiental, principalmente por meio do controle dos impactos ambientais (tanto os existentes quanto os impactos possíveis).

Nesse sentido, o Plano de Gestão Ambiental Integrada do Porto do Rio Grande, condicionado pela sua licença ambiental (IBAMA, 2005), diz respeito a todas as diretrizes de planejamento envolvendo o controle dos impactos ambientais considerando a sua infraestrutura, seus procedimentos técnicos e administrativos. A execução desse Plano, por meio do detalhado planejamento e formas de implementação das ações, corresponderia a um Programa de Gestão Ambiental Integrada em toda a área do Porto Organizado. Como essas ações (envolvendo o monitoramento de impactos, o gerenciamento de contingências e a prevenção de riscos) são definidas na licença do Programa de Monitoramento Ambiental, do Plano de Contingência e do Plano de Gerenciamento de Riscos, o Plano de Gestão permeia a maioria das demais condicionantes previstas na LO (Fluxograma 1).

Fluxograma 1 – Esquematização da Gestão Ambiental no Porto do Rio Grande, considerando atores envolvidos, seus principais aspectos e ações relacionadas



Fonte: LOURENÇO; ASMUS, 2015.

Esse fato deve ser aproveitado, de forma que muitas das ações de gestão inseridas no Plano de Gestão dependerão, dentre outros aspectos, da efetiva articulação entre os demais planos existentes.

É importante salientar que as bases metodológicas não remetem a um processo engessado, passível de não ser modificado. Ao contrário, partindo-se de um modelo conceitual, é muito importante que, a fim de se chegar o mais próximo possível do uso racional dos seus recursos ambientais, a efetivação das bases teóricas deve ser coerente com a realidade local, baseando-se nas suas especificidades ambientais, sociais, políticas, econômicas e institucionais. (LOURENÇO, 2012).

A metodologia adotada para o trabalho discutido aqui permitiu um aprofundamento da inserção do Porto do Rio Grande no contexto nacional, no âmbito da gestão ambiental portuária. A partir do trabalho foi possível visualizar que os processos de gestão ambiental são ‘multifacetados’ e “multiautores”, contemplando inúmeros elementos sociais, econômicos, políticos, territoriais e ambientais.

A triangulação das respostas a partir das informações coletadas nas entrevistas evidenciou um fenômeno comum de contradição de políticas públicas e falta de integração entre políticas setoriais e, ao mesmo tempo, uma ausência de diálogo entre eles, bem como inúmeros problemas estruturais em todos os setores. De fato, as entrevistas, por sua vez, permitiram um maior embasamento sobre os temas de políticas públicas ambientais e governança dentro da conjuntura portuária, tornando-se peças-chaves para validar as informações levantadas ao longo da pesquisa.

Também foi possível evidenciar que a questão ambiental portuária possui inúmeras facetas, envolvendo impactos negativos sociais e ambientais, mas, ao mesmo tempo, possui potencialidades calcadas, principalmente, nos processos de licenciamento ambiental. Do ponto de vista da participação de atores sociais nos processos de gestão ambiental, a mera existência de espaços para discussão não garante a sua participação. Resumidamente, a integração de todas as ferramentas abordadas anteriormente permitiu construir uma visão dos processos de gestão ambiental portuária em sua plenitude:

Em nível local, no Porto do Rio Grande, quais representam as principais ações relacionadas à gestão ambiental (resumida no Fluxograma 1);

Nas relações interescares, ou seja, de que forma os processos locais são influenciadas por escalas mais amplas (e como se comportam diante delas);

As potencialidades e fragilidades das ações gestão ambiental portuária.

Diante do que foi exposto, a trajetória metodológica do trabalho abordado aqui pode ser analisada refletidamente a partir de três aspectos principais:

O amadurecimento e afinamento metodológico deve ser o primeiro trabalho realizado antes de se iniciar uma pesquisa. É possível evidenciar que os próprios programas de Pós-Graduação, muitas vezes, não estão preparados para dar tal respaldo aos discentes, cabendo a esses últimos ajustarem seus métodos de maneira individual e autonomamente, quando, na verdade, a evolução do trabalho deveria ser em conjunto. Isso significa que, da mesma forma que a autonomia de um

pesquisador é aspecto muito importante, ao mesmo tempo é preciso lembrar que a revisão por pares pode representar o mecanismo mais efetivo e eficaz para garantir a qualidade, confiabilidade, integridade e consistência da literatura acadêmica (MULLIGAN *et al.*, 2013).

Do ponto de vista da apresentação dos resultados, uma das limitações da autora foi com relação ao domínio de ferramentas complementares, tais como Sistema de Informações Geográficas (SIG) e outros sistemas de georeferenciamento para a construção dos mapas, além da construção dos fluxogramas relacionados aos processos de gestão. Essa dificuldade só foi possível de ser superada, sem comprometer a pesquisa em questão, pela possibilidade de contratação de profissionais qualificados para tais tarefas, garantido pelo financiamento de órgãos fomentadores de pesquisa. Essas questões mostram-se pertinentes e importantes de serem abordadas aqui, pois pode representar a limitação de outros pesquisadores e interferirem negativamente nos resultados da pesquisa, quando não há acesso a elas.

Por fim, um dos maiores desafios metodológicos está em inserir pesquisas de âmbito interdisciplinar – tais como da gestão ambiental e, mais amplamente, do gerenciamento costeiro – em perspectivas metodológicas que embasem tais estudos. Nesse sentido, é possível partir da seguinte questão: em quais linhas e áreas de pesquisa se encaixa o trabalho? Na geografia, sob o enfoque dos conflitos territoriais? Na administração, sob o enfoque da gestão ambiental e governança? Infelizmente ainda não há uma resposta esclarecedora para tal questão. Isso, provavelmente, esteja relacionado ao fato de que a te-

mática do gerenciamento costeiro é muito recente no campo de pesquisas em nível mundial (e brasileiro ainda mais, tendo em vista que só há um único mestrado nessa área, alocado na FURG/RS). Isso é reforçado pelo fato também de que na própria CAPES ainda se questiona a inserção do curso na área de avaliação 5 – geociências (CAPES, 2015). Talvez os trabalhos focados nas áreas de Políticas Públicas, Governança Marinha e Costeira, Planejamento e Gestão Ambiental de Sistemas Marinhos e Costeiros façam um diálogo coerente com as áreas da geografia. As análises territoriais, por exemplo, apontam para aproximações teóricas e metodológicas do gerenciamento costeiro com a geografia, mas essas questões infelizmente não estão sendo debatidas. Portanto, as relações teóricas entre essas duas áreas ainda não estão bem claras, principalmente porque não há discussões epistemológicas, constituindo uma fragilidade no panorama dos estudos sobre a temática.

Considerações Finais

O intuito principal deste trabalho foi compreender e discutir a importância da abordagem qualitativa enquanto ferramenta para os estudos sobre gestão ambiental (e, conseqüentemente, para o gerenciamento costeiro), utilizando, como exemplo metodológico, uma pesquisa no Porto do Rio Grande/RS. A importância deste trabalho reside em inserir a abordagem qualitativa no contexto da gestão ambiental com o intuito de desconstruir o conceito puramente técnico do tema. Ao mesmo tempo, buscou-se fazer um diálogo entre os principais instrumentos utilizados na análise do objeto de es-

tudo e a importância da escolha deles para a temática da gestão ambiental, buscando refletir e demonstrar o quanto essa abordagem metodológica contribuiu para resultados expressivos na pesquisa em questão.

Dessa maneira, a discussão deu ênfase à pesquisa qualitativa como uma das possíveis abordagens aplicadas à temática da gestão ambiental, bem como a sua importância para a qualificação de trabalhos com foco em cenários complexos. A partir de reflexões da pesquisa da autora sobre Gestão Ambiental Portuária, ficou evidenciado de que forma a abordagem qualitativa contribuiu para a qualificação e aprofundamento da análise em questão. Tal discussão aprofundou-se nos seguintes instrumentos de pesquisa enquanto trajetória metodológica: pesquisa exploratória, entrevistas semi-estruturadas, estudo de caso e pesquisa-ação.

Do ponto de vista metodológico, conhecer as diversas formas de pesquisa qualitativa permite maior embasamento no momento de escolha das formas de abordagem mais adequadas ao objeto de estudo e isso decididamente irá refletir-se nos resultados. Refletir sobre a gestão ambiental portuária por meio da ferramenta qualitativa permitiu conclusões relevantes que ultrapassam a mera descrição de dados, permitindo inseri-la em cenários concretos e complexos, já que os estudos nessa área exigem uma contextualização político-institucional abrangente. Adicionalmente, a abordagem qualitativa permitiu refletir a totalidade das múltiplas dimensões da sociedade (dentro do recorte de pesquisa), onde estão envolvidos diversos atores sociais, dentre eles, técnicos ambientais (privados e públicos), gestores institucionais, políticos, trabalhadores

portuários, entre tanto outros que interagem entre si de forma irregular e, muitas vezes, imprecisa. Portanto, conclui-se aqui que tal cenário só foi possível de ser traçado a partir da metodologia qualitativa.

Constatou-se que as entrevistas mostraram-se eficientes não apenas como ferramenta identificador de dados importantes de gestão ambiental e políticas públicas, mas capaz de auxiliar a construir cenários no qual o objeto de estudo está inserido junto a esses elementos. Ainda com relação ao trabalho de campo, este permitiu a aproximação da pesquisadora com o objeto de pesquisa por meio do contato direto com a realidade, a partir da qual foi possível confrontar perguntas e hipótese de pesquisa. Permitiu também estabelecer uma interação com os atores que configuram tal realidade e, assim, construir um conhecimento empírico concreto e aprofundado. A partir dessa pesquisa-ação, as observações feitas, ao longo dos dois anos, de trabalhos técnicos, na DMASS, permitiram refletir sobre a realidade operacional cotidiana, bem como os desafios com relação ao cumprimento dos aspectos ambientais no Porto do Rio Grande.

Portanto, a pesquisa de campo permite enxergar muito além das evidências pontuais e documentadas, pois garante desvendar aspectos, elementos e processos do objeto de pesquisa que foram vivenciados e interpretados pelo pesquisador. Ela possibilita compreender aspectos dinâmicos que, muitas vezes, não ficam evidenciados com base apenas no referencial teórico e revisão bibliográfica. Portanto, o trabalho de campo constituiu uma etapa imprescindível para a compreensão da gestão ambiental no porto do Rio Grande em suas múltiplas

dimensões.

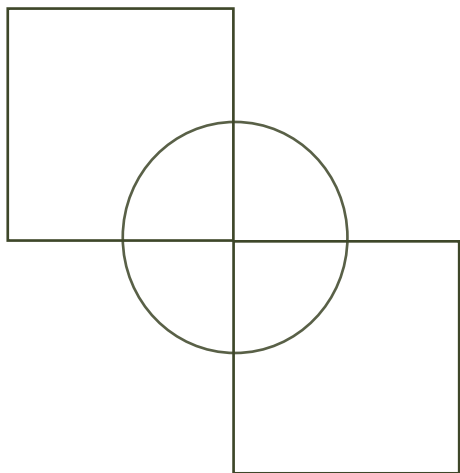
Em resumo, partindo da experiência metodológica da abordagem qualitativa, com enfoque nos instrumentos como pesquisa exploratória, entrevistas e estudo de caso, esse ferramental permitiu suplantar as barreiras que poderiam ser encontradas com outras abordagens metodológicas, garantindo resultados relevantes à pesquisa. Como foi destacado ao longo do texto, as pesquisas sobre gestão ambiental e gerenciamento costeiro envolvem uma perspectiva multidisciplinar e sistêmica, uma vez que elas transversalizam diferentes temáticas, indo muito além das questões meramente mensuráveis.

Na perspectiva da ciência como um todo, é possível metaforizar que, quando utilizamos a “lente” inadequada, nos tornamos cegos para os reais problemas que estamos estudando e acabamos por traçar um caminho metodológico tortuoso. Nesse sentido, a pedra fundamental está no excelente embasamento metodológico, teórico e epistemológico, assegurando, assim, uma aplicação efetiva e eficiente de tais instrumentos e ferramentas. Por outro lado, uma preparação teórico-metodológica adequada não garante, necessariamente, uma pesquisa qualificada, pois é necessária também uma aplicação adequada do método (bem como uma interpretação adequada e coerente dos resultados). Nesse sentido, uma pesquisa qualificada é o resultado da integralidade entre estes elementos, só assim sendo possível viabilizar uma ciência de qualidade e que possa contribuir para mudanças efetivas na sociedade. Afinal de contas, a mera “pesquisa por pesquisa” não transforma o mundo e, por isso, deve haver um comprometimento científico com a sociedade.

Referências

- BRASIL. **Decreto de 25 de julho de 2005**. Dispõe sobre a definição da área do Porto Organizado de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial de 25 de julho de 2005. Brasília, Seção 1, 2005, p. 4.
- CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Ficha de Avaliação do Programa**. Disponível em: http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=42004012/005/2013_005_42004012020P9_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=2&ano=2013&tipo=divulga. Acesso em: 31 jul. 2015.
- CICIN-SAIN, Biliانا; KNECHT, Robert W. **Integrated coastal and ocean management: concepts and practices**. Washington D.C.: Island Press, 1998, p. 518.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 200.
- DOMINGUES, Marcelo Vinicius La Rocha. **Superporto do Rio Grande: plano e realidade; elementos para uma discussão**. 1995. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Política) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. **Logística e transporte marítimo internacional: impactos sobre o sistema portuário brasileiro**. 2001. 352f. Tese (Doutorado em Geografia Política) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr. 1995_a.
- _____. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995_b.
- IBAMA. **Parecer Técnico nº 018/2008-COTRA/CGTMO/DI-LIC**. Brasília: 2008.
- _____. **Parecer Técnico nº 33/2011-COPRAH/CGTMO/DI-LIC/ IBAMA**. Brasília: 2011.
- _____. **Renovação da Licença de Operação nº 03/97**. Rio Grande: 2005.

- KITZMANN, Dione Iara Silveira. **Ambiente portuário**. Rio Grande: Editora da FURG, 2010.
- KITZMANN, Dione Iara Silveira; ASMUS, Milton Lafourcade. Gestão ambiental portuária: desafios e possibilidades. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, 2006, p. 1041-60.
- KOEHLER, Pedro Henrique Wisniewski; ASMUS, Milton Lafourcade. Gestão ambiental integrada em portos organizados: uma análise baseada no caso do Porto de Rio Grande, RS – Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 10, n. 2, 2010, p. 53-76.
- LOURENÇO, Andréia Vigolo. **Diretrizes para um Plano de Gestão Ambiental Portuário contextualizado nos estágios do Ciclo do GCI. Estudo de caso no Porto do Rio Grande**. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Instituto de Oceanografia, FURG/Rio Grande, 2012.
- LOURENÇO, Andréia Vigolo; ASMUS, Milton Lafourcade. Gestão Ambiental Portuária: fragilidades, desafios e potencialidades no porto do Rio Grande, RS, Brasil. **Revista Gestão Costeira Integrada/ Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 15, n. 2, jun. 2015, p. 223-235.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 108.
- MULLIGAN, Adrian; HALL, Louise; RAPHAEL, Ellen. Peer Review in a changing world: an international study measuring the attitudes of researchers. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 64, n. 1, 2013, p. 132-161.
- PLATAFORMA DHESCA. **Relatório da missão sobre megaprojetos de desenvolvimento na cidade do Rio Grande – RS**. Relatoria do Direito humano à cidade. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Rio Grande: 2012, p. 28.
- PORTO, Marcos Maia; TEIXEIRA, Sergio Grein. **Portos e meio ambiente**. São Paulo: Aduaneiras, 2002, p. 230.
- RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÓA, Vera Lúcia Salazar. Apresentação. In: _____. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 11-13.
- RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985, p. 287.
- SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. Editora São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 304.



PARTE 5
O URBANO NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA

12 APORTES METODOLÓGICOS SOBRE O ESTUDO DO COTIDIANO DOS ESPAÇOS URBANOS METROPOLITANOS

Luciano Fernandes Pedroso

Introdução

Este capítulo é um resultado de minhas pesquisas desenvolvidas no mestrado e, atualmente, no doutorado com o intuito de pensar o cotidiano e o espaço social na Geografia. Essa minha preocupação metodológica na linha analítica que investigo pode ser destacado em Rossi e O' Higgins (1981, p. 157) onde “qualquer que seja o objeto de investigação eleito, a orientação teórica do investigador influirá sempre amplamente nas questões delineadas e o tipo de resposta que estas recebem”. Portanto, para a composição de minhas discussões investigativas é importante buscar uma metodologia que contemple os propósitos que a investigação se inclina. O método que deveria abarcar todo o emaranhado complexo que se cons-

titui nos objetos de pesquisa, principalmente quando se refere aos espaços urbanos em seu cotidiano ou o espaço vivido.

O capítulo estrutura-se em sua organização a partir da metodologia para o estudo do espaço social buscando dimensionar a importância de três aportes metodológicos para a compreensão deste espaço: da fotografia como a *visão* da realidade a ser investigada, a entrevista como forma de captar por meio da expressão comunicacional a compreensão do cotidiano, e a observação como forma de perceber o que se apresenta ao primeiro olhar.

Em busca da metodologia

A importância de uma metodologia para o estudo do espaço social converge na perspectiva de conseguir registrar e verificar os objetivos propostos para o entendimento de espaços complexos como o espaço urbano. Nesse sentido, a metodologia deverá dar conta de aspectos que envolvem as questões simbólicas, identitária, comunicacionais e as percepções imaginativas do espaço. Ou seja, o estudo destes espaços, com suas subjetivações, por parte dos atores que o produzem, sendo assim, torna-se um grande problema metodológico para o pesquisador em virtude de sua complexidade analítica.

De acordo com Morin (2003, p. 122), “a vida humana necessita de verificação empírica, da correção lógica, do exercício racional da argumentação. Mas precisa ser nutrida de sensibilidade e de imaginário”.

Por isso devemos destacar que na metodologia, conforme Alves-Mazzotti; Gewandsznder (2002, p. 159),

o detalhamento dos procedimentos metodológicos inclui a indicação e justificação do paradigma que orienta o estudo, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados, os recursos utilizados para maximizar a confiabilidade dos resultados e o cronograma.

Neste contexto, torna-se necessário uma visão multidisciplinar e um aparato teórico-metodológico fidedigno capaz de avaliar esta variabilidade fenomenológica, pois conforme Pesavento (2002, p. 9), citando Morin, “tudo o que é do homem é, ao mesmo tempo, psíquico, sociológico, econômico, histórico e demográfico”. Portanto, somente com esta postura poliocular fundamenta-se consistentemente o entendimento deste espaço e suas complexas relações multidimensionais. Isso passa por um apurado questionamento e sistematizações conforme Demo (1994, p. 24 e 29):

o questionamento sistemático supõe sempre a elaboração acurada, construção e reconstrução de conceitos, de teoria e práticas, colaboração alternativa persistente, envolvimento concreto, e por fim, a respectiva prática. [...]. Uma visão moderna e realista de pesquisa deve incluir nela sempre, tanto o movimento da teorização, quanto o da intervenção, se de fato procurar inovação. Se conhecimento é fator crucial de inovação, para inovar é necessário conhecimento inovador. Conhecimento inovador, entretanto, não se obtém pela cópia, reprodução, imitação, aula e prova, mas pela pesquisa como atitude cotidiana. Saber pensar e aprender a aprender correspondem ao compromisso de sair da mera cópia, para postar-se como capaz de construir conhecimento. E isto inclui, no mesmo processo, compreender e inovar a realidade.

O método optado para analisar o espaço vivido das metrópoles, que é pauta das minhas pesquisas, foi o *método etno-*

gráfico, sendo capaz de analisar os vários aspectos que abrangem o estudo do cotidiano de sociedades complexas, como as dos espaços urbanos contemporâneos.

Rocha e Eckert (2005, p. 132) ressaltam que

o dinamismo do método etnográfico afirma-se, assim, como fórmula metodológica coerente quando se detalha o esquema espaço-temporal na operacionalização do entendimento dos conjuntos de significados que lhes foram transmitidos e desenvolvidos e onde sua ação humana, em face das propriedades dos grupos/indivíduos observados, entidades diretamente localizáveis, é mediada por um projeto cultural no contexto das complexidades dos processos sociais.

Podemos inferir que o método etnográfico com todo o seu aparato procedimental que se pode utilizar como, por exemplo, a observação de campo, a entrevista e a imagem (no caso desta pesquisa a imagem fotográfica), converge no mais apropriado para se investigar as denominadas sociedades complexas, no caso específico os de uma sociedade urbana de uma grande metrópole contemporânea.

O método etnográfico, que antes era quase que exclusivo da Sociologia, mais especificamente da Antropologia, atualmente vem se destacando em outras ciências como, por exemplo, a Geografia. No sentido que este método consegue dar conta de certas perspectivas que podem melhor explicar as práticas sociais que ocorrem no espaço, e por intermédio disto poder explicar fenômenos como o das territorialidades empreendidas por grupos e/ou agregados sociais no espaço público do espaço urbano metropolitano.

O método etnográfico, de acordo Rocha e Eckert (2005, p. 121), denota em uma “ética de interação, de intervenção e

da participação construída sobre a premissa da relativização”, no qual conforme esta autora pode-se priorizar “o ponto de vista do *outro* compreendido a partir do processo interativo em campo: o encontro intersubjetivo entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados”.

Nessa perspectiva de conceituar o método etnográfico, Wielewicki (2001, p. 27) afirma que

desenvolvida na antropologia, a pesquisa etnográfica propõe-se a descrever e a interpretar ou explicar o que as pessoas fazem em um determinado ambiente [...], os resultados de suas interações, e o seu entendimento do que estão fazendo. Em outras palavras, esse tipo de pesquisa procura descrever o conjunto de entendimentos e de conhecimento específico compartilhado entre participantes que guia seu comportamento naquele contexto específico, ou seja, a cultura daquele grupo.

Assim sendo, o método etnográfico é o que mais se enquadra no contexto das minhas pesquisas, pois, a partir dele e seus demais procedimentos metodológicos necessários, consegue-se verificar com maior precisão toda a complexidade contida na socialidade dos agregados sociais analisados no espaço urbano metropolitano.

Conklin (1988, p. 153) “ressalta que o método etnográfico pode recorrer e descrever o comportamento culturalmente significativo de uma sociedade concreta.” Nesse intuito, o pesquisador, de acordo com este mesmo autor, deve contemplar nessa metodologia a observação do comportamento habitual nessas chamadas sociedades concretas.

No entanto, na busca da metodologia adequada, convém lembrar que nenhuma delas consegue avaliar com toda a precisão e abrangência os fenômenos investigatórios. Como Mo-

rin (2002, p. 300) afirma:

mesmo a sociologia do conhecimento mais complexa não saberia nos fornecer o critério verdadeiro e do falso; pode, no máximo, dar-nos as condições históricas-sócio-culturais favoráveis ao jogo das ideias e à localização dos erros ¹

Portanto, cabe ao pesquisador o cuidado na investigação com o intuito de evitar incoerências teóricas e metodológicas que podem comprometer todo o andamento da pesquisa em questão. Por isso, a necessidade da concatenação dos fenômenos investigados com a metodologia proposta.

Outro problema que é ressaltado por Bardin (1977, p. 28) é o chamado uso da “sociologia ingênua” que se manifesta por meio de uma suposta “compreensão espontânea da leitura simples do real” que, na realidade, só dão conta da “própria subjetividade” do pesquisador.

Para que isso não ocorra, convém reafirmar e explicitar os demais procedimentos metodológicos que agregam ao método etnográfico, como, por exemplo, o uso da fotografia, da entrevista social e da observação de campo. Estes são procedimentos amplamente utilizados no desenvolvimento de minhas investigações, sendo discutidos a seguir.

A fotografia: a textualização da imagem na percepção do espaço vivido

O uso de imagens por captação fotográfica, os quais utilizo amplamente nas pesquisas que desenvolvi e que atualmente convirjo para a percepção do espaço urbano metropolitano

nas pesquisa do doutorado, não devem apenas ter o intuito de ilustrar o trabalho, tornando-se apenas uma evidência secundária ao assunto tratado. Isso porque, de acordo com Bachelard (1988, p. 51), “nenhuma imagem surge sem razão, sem associação de ideias”.

Portanto, a fotografia torna-se um procedimento metodológico que permite abordar o cotidiano e as perspectivas etnográficas que a pesquisa se propõe a verificar. Embora se saiba que a fotografia, por si mesma, não dá conta de uma série de subsídios que outras formas de investigação trariam com maior sucesso, nesse contexto ela torna-se um argumento a mais para abrangê-la, levando em consideração a complexidade de informações que o estudo etnográfico do cotidiano dos agregados sociais revela.

Como ressalta Godolphim (1995, p. 166, grifos do autor),

ao considerarmos que a realidade social se apresenta em uma ‘discursividade’, estamos nos referindo a uma discursividade no sentido mais amplo de um curso-fluxo de códigos, preferidos não necessariamente pelas palavras, mas que expressam uma textualidade em sua dinâmica própria, textualidade que uma parcela de antropólogos costumam chamar de cultura.

A partir dessa análise, pode se referir que o recurso da fotografia na pesquisa etnográfica do cotidiano dos grandes centros metropolitanos converge no sentido de analisar outros códigos, chamados de *signos fotográficos*, que complementam a investigação deste espaço.

Estas considerações me levam a divagar sobre fotografia, sobretudo sob o olhar de Henri Cartier-Bresson que, com sua *Leica*, consegue vislumbrar esta efemeridade cotidiana, onde,

por intermédio da foto, geralmente e intencionalmente utilizando a proporção áurea, expõe uma série de planos, texturas e camadas em uma mesma cena, marcadamente por ações anêmeras, o que Bresson chama de instante decisivo, onde “o pequeno detalhe humano pode tornar-se um *leitmotiv*. Vemos e mostramos o mundo que nos cerca, mas trata-se de um acontecimento que, por si, provoca o ritmo orgânico das formas”. (BRESSION, 1965, p. 5).

Assim sendo, a fotografia torna-se um elemento comunicacional passível de inúmeras interpretações, mas que, certamente, conforma uma mensagem etnográfica que, em conjunto com outros procedimentos metodológicos, como a entrevista, deixa de ser um dado secundário ou ilustrativo do texto e passa a denotar uma textualização da realidade verificada. A fotografia não é apenas uma ilustração dessa vida cotidiana, pois desvela-se em um indício, ou seja, como menciona Kossoy (2007, p. 41), essa “imagem fotográfica” tem um caráter indiciário “na medida em que propicia a descoberta de pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador” que, somadas a um contexto histórico, geográfico, antropológico entre outros, “a carregam de sentido”.

Ainda neste sentido, Kossoy (2007) denota que a imagem fotográfica é um inventário de informações acerca do tema da foto, podendo ser:

- Explícitas: o visível, aparente: a arquitetura, a geografia, os monumentos, estereótipos de natureza cultural, étnica, religiosa, estética, etc.
- Implícitas: são invisíveis ou ocultos da representação. Oriundos da história e do contexto que envolve o tema da

foto: as mentalidades, heranças culturais, ideologias que afetam o indivíduo.

Esta última só adquire sentido com o somatório de outras informações: escritas, orais, iconográficas etc.

Podemos fazer uma analogia da técnica fotográfica com um exercício para a pesquisa do cotidiano que se estabelece pela subjetividade e ou a sensibilidade do investigador em desvelar a espacialidade fragmentada. As pesquisas, principalmente, têm como palco o urbano e seus praticantes. Assim denotado por Certeau (1994, p. 136), referenciando Nova Iorque, mas aplicado sem reservas às nossas realidades urbanas, ou seja, “coincide o extremo da ambição e da degradação, as oposições brutais de raças e estilos, os contrastes entre prédios criados ontem, agora transformado em latas de lixo, e as irrupções urbanas do dia que barram o espaço”. Questiona-se: a partir de uma visão sobre “a massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou espectadores”, esta imensa “texturologia”, seria senão uma representação, um “artefato ótico”?

Essa comparação entre o olhar fotográfico e a busca incessante pelo instante decisivo de Bresson com a perspectiva do cotidiano em Certeau fica bem evidente por meio da seguinte citação:

escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço ‘geométrico’ ou ‘geográfico’ das construções visuais, panópticas ou teóricas. (CERTEAU, 1994, p. 172).

Como pesquisar isso? Que método? Como buscar essa realidade? São perguntas cabíveis no estudo do cotidiano. A compreensão deste espaço social em sua complexidade conformados por multifacetadas dimensões torna-se uma complicada tarefa investigativa e, portanto, este possível entendimento dos espaços só seria factível, por meio de um olhar interdisciplinar em suas possibilidades metodológicas de estudo, o que é explicitada por Anne Buttimer (1986), ao propor este olhar interdisciplinar do espaço social, trazendo o dualismo entre “a face objetiva e a face subjetiva” do conhecimento científico e como o pensamento geográfico tratou a respeito ao longo do tempo.

Esse apontamento, trazido pela autora (Anne Buttimer, 1986) nesta respectiva obra, reitera, também, as minhas preocupações no sentido de como destrinchar essas prerrogativas no estudo do espaço social. Preocupações pertinentes ao perceber essa multidimensionalidade e o impregnamento de significados e sentidos que conformam a vida cotidiana, principalmente na urbanidade.

Esta complexidade denota na compreensão da interligação da esfera social e psicológica com está percepção do “passar do tempo”, como o afirma Di Mèo (2007), “então, essa projeção no espaço é, indissociavelmente, também uma projeção no tempo, em um presente particular, um instante singular”. Assim sendo, nossas práticas sociais configuram-se em um espaço vivido que é único, instantâneo e efêmero na pesquisa social.

A entrevista social: a fala do outro na perspectiva da análise das práticas sociais

A entrevista como procedimento metodológico constitui em um importante recurso para permitir a análise na pesquisa social. O processo investigatório qualitativo no que conforma a entrevista tem como o intuito uma posterior análise de conteúdo para ressaltar os aspectos que conferem a cientificidade da pesquisa. A fala (como recurso simplificado) dos entrevistados não basta para conferir o que se propõe o estudo.

Como se pode perceber em Thums (2000, p. 167), o processo comunicacional gerado pela entrevista (entrevistador/entrevistado) produz “indicadores relevantes para a construção do conhecimento” que serão de fundamental relevância na construção das bases teóricas da investigação.

No que se refere à fala do sujeito no método etnográfico, deve-se ressaltar sua importância no estudo do cotidiano. A fala – no sentido de o que o sujeito tem para dizer – traz uma série de significações que são passíveis de análise, pois aglutinam vários aspectos simbólicos que afloram em concomitância com a abordagem teórica a qual essa análise é submetida.

A fala do sujeito traz a perspectiva do espaço vivido ou a experiência vivida que, no contexto da análise de conteúdo, torna-se de extrema relevância nas pesquisas que envolvem a percepção deste espaço social.

De Certeau (1996, p. 85-86) reafirma a importância da fala no estudo do cotidiano onde,

a retórica e as práticas cotidianas são igualmente definíveis como

manipulações internas a um sistema – o da língua ou ao de uma ordem estabelecida [...] inscrevem na língua ordinária as astúcias, os deslocamentos, elipses, etc. Que a razão científica eliminou dos discursos operatórios para constituir sentidos próprios.

Assim, a linguagem humana "polivalente e polifuncional"², como se refere Morin (2002, p. 197-198) e, quando falada, exprime uma série de significados que o pesquisador, ao se apropriar, pode, por intermédio de uma análise de conteúdo, trazer à tona uma série de informações e conhecimentos – que, por ventura, podem constituir e/ou complementar a proposta metodológica e os aspectos a serem verificados no contexto da investigação.

Cabe afirmar que a análise das "falas" dos sujeitos que pertencem aos respectivos espaços vividos não se torna referencial único e objetivo do estudo, até pelo aspecto subjetivo que este procedimento pode denotar. Não se quer com isso afirmar que a subjetividade deva ser desconsiderada da pesquisa social. No entanto, como Popper (1975, p. 47) ressalta, o subjetivo refere-se a "nossos sentimentos de convicção" e, portanto, deve passar por processos analíticos que empreenderão seu sentido "cogente".

Nesse procedimento realizar-se-á uma seleção das falas mais significantes e que condizem com a realidade observada no espaço urbano metropolitano durante a investigação.

A utilização da fala do indivíduo representa na pesquisa uma adição à proposta metodológica que, em conjunto com os referenciais bibliográficos, a observação de campo e o ensaio fotográfico abrangem a multiplicidade de fenômenos que se pode observar no espaço urbano metropolitano.

A observação: um olhar sobre o cotidiano no espaço urbano metropolitano

As observações de campo constituem um procedimento fundamental, mas como mencionado anteriormente, não é o único na pesquisa. As observações trazem boa parte dos aspectos verificados com relação ao cotidiano do espaço urbano metropolitano e, conseguinte às informações relevantes obtidas, as quais, posteriormente, constituíram na análise da investigação e na construção do conhecimento científico.

No contexto de explicar esse procedimento, convém ressaltar que as observações que desenvolvo para minhas investigações são dadas de maneira assistemática, ou seja, como define Thums (2000, p. 166), “consiste na execução espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional, acidental, do fenômeno que se deseja estudar, conhecer, explorar”. Embora se deva mencionar que as observações realizadas no espaço urbano metropolitano procuram atender aos objetivos previstos na investigação.

A partir das observações de campo, é necessária a realização das análises e interpretações dos fenômenos observados. Para isso, deve-se buscar os referenciais teóricos que melhor se enquadrem nesse processo analítico. Percebe-se que, quanto mais complexas forem as relações ou práticas estabelecidas entre os sujeitos, mais intrincada torna-se a tarefa do pesquisador.

Sato e Souza (2001) atenta para determinados cuidados que se deve tomar ao realizar as observações de campo, no sentido que

os acontecimentos somente virão com o tempo e, também, os significados. [...] É fundamental estar atento à invisibilidade da vida cotidiana. É preciso questionar aquilo que parece natural a nossos olhos, suspeitar do corriqueiro, do trivial, estranhar o aparentemente familiar. Essa dificuldade se reflete nos registros de dados. Em muitos registros, principalmente os primeiros, por vezes utilizamos, na descrição de episódios observados, categorias comumente construídas, mantendo a tendência de rotular imediatamente, interpretar muitos episódios ao invés de descrevê-los. (SATO; SOUZA, 2001).

Por esse motivo, adota-se a observação assistemática nos campos da minha pesquisa, na qual, dessa maneira, se permite maior flexibilidade de análise na pesquisa social, principalmente quando se refere às sociedades complexas.

Considerações Finais

O estudo do espaço urbano metropolitano implica em uma análise que entrelaça vários elementos e fenômenos (expressões culturais, códigos, signos, relações de poder etc) que devem ser percebidos nas observações realizadas. Em conjunto com as fotos e as entrevistas, configuram-se nos recursos necessários para compor a análise e a produção no conhecimento em Geografia. Por isso, a importância dos debates metodológicos e analíticos apropriados para cada linha de pesquisa, cabendo ao pesquisador selecionar com astúcia o melhor caminho a trilhar na investigação científica.

NOTAS

1 Nesta citação Morin ressalta seu princípio da *incerteza sociológica*, além desse princípio o autor traz outras incertezas como a *antropológica*, a *noológica*, a *lógica* e a *racio-*

nal, que compreendem a incapacidade e a imprecisão com relação à possibilidade do conhecimento em sua plenitude. 2 Nesta ideia de polivalência e polifuncionalidade, nessa obra, Morin ressalta que a linguagem tem a função da expressão, da constatação, da argumentação, da dissimulação e da proclamação. Ela torna-se veículo principal da transmissão e da inovação de uma cultura, através de operações cognitivas e comunicativas.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BACHELARD, G. **A dialética da duração**. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1988.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRESCIANI, M. S. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Carlos, v. 6, n. 2, 2004, p. 9-26.
- BUTTNER, A. O espaço numa perspectiva interdisciplinar. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. (Org.) **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 65-81.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2013.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARTIER-BRESSON, Henri (1908-2004) - Transcrito de O momento decisivo. **Bloch Comunicação**, Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 6, 1965, p. 19-25.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CONKLIN, H. C. **La antropologia como ciencia**. Barcelona: Anagrama, 1988.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

- DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés.** Paris: Armand Colin, 2007
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995.
- KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia:** o efêmero e o perpétuo. Cotia(SP) : Ateliê Editorial, 2007.
- MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano? In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Da Universidade/ Edunisc, 1995, p. 76-92.
- MORIN, E. **O método 5:** a humanidade da humanidade. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORIN, E. **O método 4:** as ideias. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica.** Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny S. Da Mota. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.
- ROCHA, A. L. C. de; ECKERT, C. **O tempo e a cidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ROSSI, I.; O'HIGGINS, E. **Teorias de la cultura y métodos antropológicos.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1981.
- SATO, L.; SOUZA, M. Proença R. de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003>. Acesso em: 2 jul.2014.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- THUMS, J. **Acesso à realidade:** técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- VENTURI, L. A B. (Org.). **Praticando geografia:** técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.
- WIELEWICKI, V. H. G. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 27-32, 2001. Disponível em <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/>

File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_etnografica.pdf> Acesso em: 25 jun.2014.

13 UM CAMINHO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE QUALITATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO EM CIDADES MÉDIAS: notas de um estudo sobre Santa Maria/RS

Anderson Mendes Rocha
Tânia Marques Strohaecker

Introdução

A discussão metodológica é basilar no âmbito científico e se refere a diferentes aspectos, tais como métodos, técnicas, instrumentos etc. A compreensão conceitual desses elementos, embora imprescindível, parece não esgotar o tema. Nas Ciências Sociais, principalmente, pode-se ainda explicitar as reflexões que ocorrem durante a totalidade do processo investigatório, revelando a trama entre as motivações, os questionamentos, os desafios e as escolhas do pesquisador.

A realidade social, que é complexa, diversa e está em

constante mudança, impõe desafios teóricos e metodológicos às ciências sociais. Nos estudos que se utilizam da pesquisa de campo, como a maioria dos que são realizados no seio da Geografia, tais desafios afloram durante o contato do pesquisador com o seu objeto de análise, que é também o contato da teoria com a prática, das abstrações teórico-metodológicas com uma realidade que é sempre mais complexa do que as teorizações. Essa situação exige criatividade e sensibilidade do pesquisador, sobretudo no momento da construção da metodologia para uma determinada pesquisa.

Parece importante, assim, discutir não apenas os resultados de um estudo, mas as reflexões realizadas durante o processo de construção da pesquisa. Nessa perspectiva, o presente texto busca discutir o caminho metodológico de nossa pesquisa sobre o processo de descentralização do setor terciário na cidade de Santa Maria/RSⁱ.

A cidade média de Santa Maria, localizada na porção central do estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1), apresenta-se como um polo de atração regional devido às suas funções terciárias, militares, educacionais e institucionais. Sua área de alcance máximo atinge 145 municípios, dentre os quais 85 se localizam no estado, ao passo que a área de influência imediata da cidade congrega 78 centros urbanos. (BRANCO, 2006). O município de Santa Maria compreende, aproximadamente, 261 mil habitantes e 1.788,121 km² de área (IBGE, 2010), constituído de um distrito sede, uma área densamente urbanizada, e outros nove distritos com características predominantemente rurais. O distrito sede abriga 94,4% da população total do município (IBGE, 2010).

xões acerca da construção da metodologia e c) Considerações Finais.

Do novo olhar sobre a velha cidade à origem da pesquisa

A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente.

Italo Calvino, 2014 [1972], p. 115.

Toda pesquisa possui uma história. Ao buscarmos compreender essa história, parece apropriado considerarmos o objeto pesquisado que, em determinado momento, desperta a curiosidade e o interesse do pesquisador, mas também o olhar desse pesquisador sobre tal objeto – influenciado pela sua formação acadêmica, suas ideologias, suas vivências etc. Em outros termos, se por um lado as constantes transformações da realidade social levantam inúmeros temas para a pesquisa, por outro, são as particularidades do pesquisador que influenciam na escolha de um objeto de estudo dentro desse universo de possibilidades.

A origem desta pesquisa, nessa perspectiva, está relacionada ao interesse pela Geografia Econômica e, sobretudo, pela Geografia Urbana, adquirido no decorrer do curso de graduação em Geografia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), durante os anos de 2010 e 2013. Assim, a partir das reflexões em aula, tornou-se possível ter um novo olhar sobre a própria cidade: as andanças pela cidade de Santa Maria, co-

muns para um de seus habitantes, passavam agora a ser realizadas com um olhar mais aguçado sobre as formas espaciais e os processos socioespaciais.

Nesse contexto, dentre os fenômenos observados, as lógicas de localização de uma parte do setor terciário dessa cidade média, que está estabelecido fora do Centro Principal, suscitou maior interesse. Isso porque é marcante, na paisagem urbana de Santa Maria, a existência de vias relativamente especializadas em um ou mais tipos comerciais como, por exemplo, revendas de automóveis, lojas de autopeças, lojas de móveis, materiais de construção etc. Além dessa especialização de certas vias, reconhece-se, ainda, a presença significativa do comércio e de serviços diversificados, que estão concentrados em dois bairros distantes do centro, localizados nas extremidades Leste e Oeste da cidade.

A escolha de desenvolver uma pesquisa de mestrado acerca do fenômeno de concentração do setor terciário nos dois bairros, em vez das vias especializadas da cidade, deve-se ao contato diário com um desses locais, o bairro Camobi, durante a realização do curso de graduação na UFSM. O trajeto percorrido pelas principais vias que cortam tal bairro e dão acesso à universidade – a saber, a RS - 509 e a RS - 287 – permitia acompanhar as transformações da área que se apresenta como o principal vetor de expansão urbana de Santa Maria: a) verticalização, b) condomínios fechados, c) loteamentos de baixa e média renda, d) intensificação dos congestionamentos e e) aumento da presença e da diversificação do comércio e dos serviços.

Ao atentar-se para a concentração do setor terciário no

bairro, podia-se perceber a presença de lojas de comércio de roupas, calçados, eletrodomésticos, móveis etc; além de serviços jurídicos, médicos, contábeis, educacionais, dentre outros. Era possível, além disso, verificar-se o crescente estabelecimento no bairro de filiais de lojas, outrora encontradas apenas no centro principal da cidade. Nesse sentido, conhecendo-se o crescente aumento e a diversificação do setor terciário no bairro e sabendo de sua distância física em relação ao centro principal da cidade, o seguinte questionamento tornou-se inevitável: estaria ocorrendo o processo de descentralização do setor terciário na cidade de Santa Maria/RS?

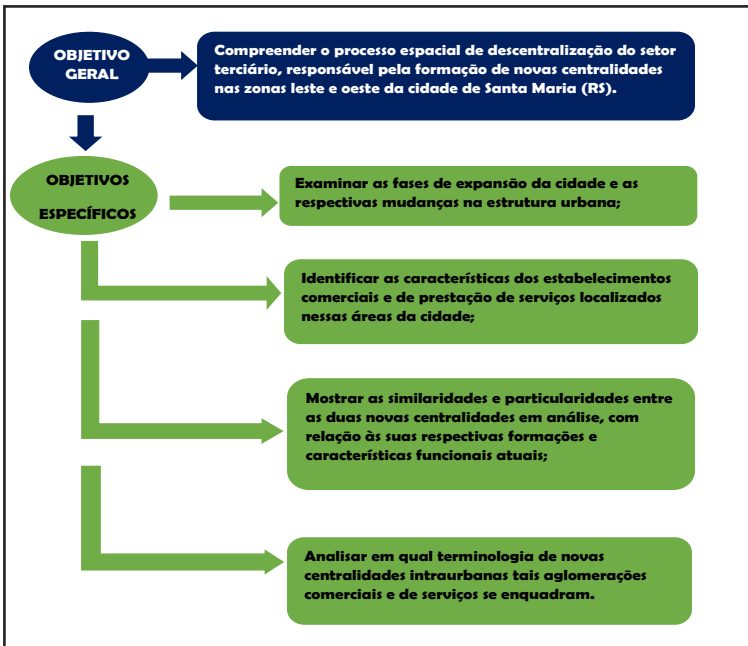
A inclusão do bairro Tancredo Neves na pesquisa ocorreu devido ao surgimento de tal bairro nos discursos dos moradores de Santa Maria, bem como na literatura científica sobre a referida cidadeⁱⁱ, enquanto um bairro com relativa independência do centro. Embora os bairros Camobi e Tancredo Neves possuam diferenças na qualidade e quantidade de bens e serviços oferecidos, eles se destacam dos demais pela presença do setor terciário – com a exceção do bairro Centro.

Além desse questionamento acerca da ocorrência do processo de descentralização em Santa Maria, outras questões mais específicas foram levantadas: as características apresentadas por essas duas novas centralidades nos permitem afirmar a existência de dois subcentros nos extremos Leste e Oeste do espaço intraurbano de Santa Maria? Por que os novos centros se formaram nessas áreas da cidade e não em outras? Qual é o raio de influência que tais centros comportam no território da cidade? Quais são as similaridades e particularidades encontradas nestes dois prováveis subcentros? Quais seriam os

impactos no funcionamento da cidade causados pela consolidação dessas novas centralidades?

Portanto, pôde-se observar como olhar e objeto, pesquisador e realidade, estiveram correlacionados na origem desta pesquisa. A partir da problematização até aqui exposta, foram traçados os objetivos do estudo, criando, assim, a direção que guiará a elaboração da metodologia (Fluxograma 1). Destaca-se, por fim, que a importância da análise da redefinição da centralidade se assenta tanto no fato de esta ser uma das tendências da urbanização contemporânea, como também por estar estreitamente relacionada ao debate acerca do desenvolvimento socioespacial urbano – uma vez que possui impactos sobre diversas esferas da realidade social na cidade, dentre as quais podemos destacar a política, a ambiental, a econômica e a da mobilidade.

Fluxograma 1 – Objetivos da pesquisa



Autor: ROCHA, A. (2015).

O processo de construção da metodologia

Em pesquisas qualitativas, a definição da metodologia não se dá *a priori*, mas trata-se de um processo em construção. Nesse sentido, por meio da compreensão das diversas facetas do fenômeno em análise, seja a partir do contato do pesquisador com a realidade em estudo seja por meio da revisão bibliográfica, pôde-se selecionar o método, as técnicas e os instrumentos mais adequados para a presente análise.

Minayo (1993a) afirma que a metodologia inclui o mé-

todo, as técnicas e a criatividade do pesquisador – esta última composta de sua experiência, capacidade e sensibilidade. Demo (2008) também alerta para a importância da criatividade na elaboração da metodologia. Nas ciências sociais, principalmente, tal característica é fundamental ao pesquisador, visto que o seu objeto de estudo, a realidade social, apresenta-se complexo, diverso e em constante transformação. Nessa perspectiva, a elaboração de uma metodologia está estreitamente associada ao seu objeto de estudo e, por isso, datada historicamente e localizada geograficamente. Não se pode, dessa maneira, reproduzir uma metodologia sem a devida atenção a esses aspectos.

A metodologia deste estudo está dividida em dois itens. No primeiro, discutiremos acerca da escolha do método de interpretação e do quadro teórico-metodológico que norteará a análise. Já no segundo, refletiremos sobre as diferentes etapas, técnicas e instrumentos que compõem o processo investigatório da pesquisa.

Algumas palavras sobre método

O estudo se utilizará de uma abordagem de cunho qualitativo com ancoragem no método de interpretação dialético, tendo como quadro de referência o materialismo histórico. Essa escolha se deve à capacidade desse método em explicar o objeto de estudo desta pesquisa – sem deixar de lado que a afinidade teórico-ideológica do pesquisador influenciou tal decisão. O materialismo histórico “estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isola-

damente, abstraídos de suas influências política, econômicas, culturais etc.”. (GIL, 1999, p. 32), sendo o método mais condizente com as ciências sociais (DEMO, 2008). Ressalta-se que a dialética que se pretende tratar aqui é aquela relacionada ao espaço geográfico.

Ao se buscar a origem de um pensamento dialético estreitamente relacionado ao espaço, parece importante remontar brevemente a Henri Lefebvre, uma vez que tal autor pode ser considerado como o primeiro a se ocupar com a produção do espaço. (SANTOS, 1986). Lefebvre, no entanto, defende uma visão triádica da dialética, composta por práticas do espaço, representações do espaço e espaços de representação. O espaço social, assim, aparece como uma realidade tridimensional: 1) o espaço concebido, que se refere ao espaço planejado pelos tecnocratas e planejadores; 2) o espaço percebido, que é a materialidade experimentada pela experiência sensível e 3) o espaço vivido, que compreende a pluralidade do cotidiano. (LEFEBVRE, 2013).

Milton Santos, ainda que evidentemente influenciado pelas proposições lefebvrianas, atenta para a produção do espaço geográfico. Santos (1985) considera o espaço geográfico como a soma entre a natureza (meio ecológico mais a artificialidade criada pelo homem) e a sociedade, ou seja, entre a paisagem e o homem, entre a materialidade e a ação, entre a forma e o conteúdo. A relação dialética, todavia, não acontece entre a sociedade e a paisagem, visto que esta última diz respeito apenas às formas e, logo, não possui uma dinâmica em si. Somente há dialética entre as formas preenchidas pela ação humana (formas-conteúdo) e novos conteúdos em busca de

realização, isto é, uma dialética entre o espaço geográfico e a sociedade. (SANTOS, 2002).

O espaço geográfico se apresenta, desse modo, como um híbrido, um misto de formas-conteúdo; definido, sobretudo, por meio da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações. (SANTOS, 2002). Adotando tal perspectiva, é possível afastar-se das dicotomias tradicionais da geografia, tais como meio físico e meio técnico, formas e conteúdo, espaço e tempo.

Essa integração entre espaço e tempo, discutida teoricamente, deve ser considerada também no âmbito analítico-metodológicoⁱⁱⁱ. Santos (2002) destaca, com isso, a periodização como metodologia analítica para realizar essa integração. Nessa abordagem, deve-se compreender a dinâmica do movimento dialético da realidade, revelada por intermédio do *regime* e da *rotura*: o primeiro se refere a um período de coesão do sistema espaço-temporal, enquanto a segunda compreende os momentos de crise e transição para outro período de coesão (SANTOS, 2011). Infere-se ainda que, além do reconhecimento das formas e da sucessão dos acontecimentos, a abordagem espaço-temporal busca a apreensão dos processos, ou seja, “das relações entre o que está fixo e o que está em movimento, no tempo e no espaço, em cada momento, em cada lugar, sempre e transitoriamente”. (SPOSITO, 2006, p. 156).

Tendo em vista que a abordagem espaço-temporal desta pesquisa se refere a uma cidade, parece necessário, ainda, pontuar-se alguns aspectos referentes ao espaço urbano. É possível definir o espaço urbano como sendo fragmentado e

articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e de lutas. (CORRÊA, 2014). Conforme diz Lefebvre (1999, p. 117, grifos do autor), a produção do espaço urbano é realizada pela “atividade de 'agentes' ou 'atores' sociais, de 'sujeitos' coletivos, operando por meio de impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço”. Tais agentes sociais, que possuem, às vezes, interesses contraditórios, são os (a) proprietários dos meios de produção, (b) proprietários fundiários, (c) promotores imobiliários, (d) Estado e (e) grupos sociais excluídos. (CAPEL, 1983; CORRÊA, 2014).

Até aqui se buscou realizar um breve alinhamento teórico-metodológico que norteará a pesquisa. A partir das proposições acima pontuadas, pretende-se desenvolver uma análise espaço-temporal que leve em consideração o conjunto das variáveis e suas interinfluências paralelamente a uma perspectiva multiescalar. Nessa ótica, pode-se ter como enfoque a escala intraurbana, buscando atentar à sua especificidade, mas sem esquecer as influências provenientes de outras escalas.

Entre os instrumentos, as técnicas e o passo-a-passo: notas acerca dos procedimentos operacionais da pesquisa

Com a finalidade de atingir os objetivos citados em sessão anterior, o presente estudo consistiu de pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Além dessas etapas, podem-se distinguir outras que são a sistematização de dados e a análise.

Na pesquisa teórica, visou-se a elaboração de um refe-

rencial que possibilitou a compreensão do fenômeno em análise. Isso foi realizado com base em livros, teses, dissertações, artigos e demais meios bibliográficos (virtuais e impressos). Tal momento desse estudo aparece também como o eixo de sustentação para as demais etapas da pesquisa. Isso porque a compreensão das diversas facetas do fenômeno levou ao reconhecimento da necessidade de se considerar determinados elementos e variáveis essenciais no processo investigatório.

Nesse sentido, a seguir, busca-se apontar os principais aspectos e referências do arcabouço teórico elaborado: a) a compreensão da redefinição da centralidade como uma tendência da urbanização e a ocorrência desse fenômeno em cidades de diferentes tamanhos (LEFEBVRE, 1999; SILVA, 2009; HENRIQUE, 2010; SPOSITO, 2001); b) o exame das singularidades das cidades médias na hierarquia urbana do país (CORRÊA, 2007; SANTOS, 2008; BRANCO, 2006; SPOSITO, 2007; SOARES; UEDA 2007); c) a caracterização do processo espacial de descentralização e da localização comercial (CORRÊA, 2014; VILLAÇA, 2001; MARASCHIN, 2013; VARGAS, 2001) e d) a aproximação entre a questão da redefinição da centralidade na metrópole latino-americana e na cidade média de Santa Maria/RS (JANOSCHKA, 2002; BORSDOFF, 2003; MARASCHIN, 2013; ROCHA, 2011). Ainda nesse momento, buscam-se como referência diversos estudos de geografia urbana, urbanismo e história com ênfase na cidade de Santa Maria.

Antes de adentrar na discussão das pesquisas documental e de campo, cabe sublinhar que o recorte espacial para a aquisição dos dados primários e secundários é o dos bairros

Camobi e Tancredo Neves. Embora as aglomerações comerciais e de serviços estejam concentradas em uma pequena área de cada uma dessas localidades, optou-se pelo bairro como recorte espacial não só pela escassez de delimitações espaciais precisas dessas centralidades em estudos anteriores sobre a cidade de Santa Maria, como também pela possibilidade das centralidades terem mudado a sua localização, com o passar do tempo, no interior dos bairros em questão. Assim sendo, a seleção arbitrária de um recorte espacial mais aproximado dos novos centros – como, por exemplo, de determinadas ruas desses bairros –, apesar de aparentemente mais preciso, poderia prejudicar a apreensão do fenômeno em estudo.

Na pesquisa documental, segunda etapa desta metodologia, realizou-se o levantamento de dados secundários sobre os bairros em análise. Tal levantamento se refere aos bairros Camobi e Tancredo Neves, em momentos históricos precedentes, e compreende três grupos de dados: oferta (natureza e quantidade de estabelecimentos terciários), demanda (dados demográficos, tais como renda e densidade populacional) e acessibilidade (condições de circulação às/nas áreas que concentram as atividades terciárias). O levantamento ocorreu por meio do exame de fontes hemerográficas (jornais, revistas etc.), que tratam, especificamente, dos bairros em questão, bem como junto aos diversos setores da Prefeitura Municipal de Santa Maria, da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria – CACISM, da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria – ADESM, dentre outras instituições.

A terceira etapa corresponde à pesquisa de campo. É nesse momento, de contato do pesquisador com o objeto/su-

jeitos em estudo, das teorizações com uma realidade sempre mais complexa, que os desafios de maior expressão em uma pesquisa afloram. O trabalho de campo é ainda, ao mesmo tempo, essencial para a pesquisa em ciências sociais, podendo ser visto como o contraponto dialético da teoria social. (MINAYO, 1993b). Neste estudo, o trabalho de campo pode ser dividido em dois momentos distintos: observação de campo e aplicação de questionários.

A referida observação de campo possui algumas diretrizes específicas para a sua realização, podendo ser identificada como observação com um determinado grau de sistematização. (RICHARDSON, 1999). Tais diretrizes dizem respeito ao levantamento de dados relacionados à oferta (natureza e categoria dos empreendimentos do bairro), com a finalidade de se elaborar, posteriormente, um mapa de uso do solo que buscará revelar as funções de cada aglomeração de comércio e serviços em estudo e a configuração espacial resultante. Destaca-se, ainda, que a relativização desse caráter sistemático da observação está em outros aspectos que compõem esse momento do trabalho de campo: anotações, descrições e fotografias.

Com relação ao segundo momento da pesquisa de campo, que compreende a aplicação de questionários, parece necessário apontar que, apesar desse instrumento de coleta de dados ser comumente apresentado como ferramenta da pesquisa quantitativa, também se pode utilizá-lo em abordagens qualitativas. (TRIVIÑOS, 1987). Os dois tipos de questionários elaborados para este estudo possuem perguntas fechadas e abertas, com finalidades específicas (RICHARDSON, 1999), e são direcionados aos moradores dos bairros

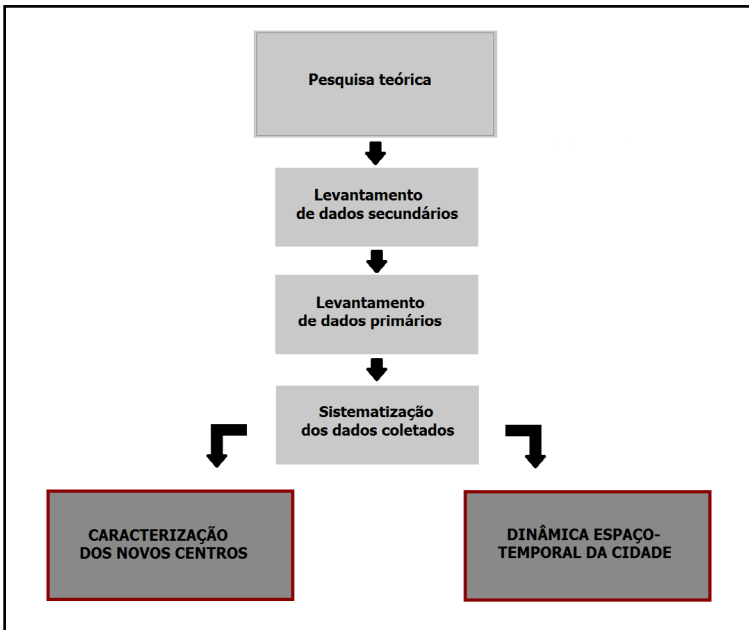
em estudo e aos empresários lá estabelecidos. Em síntese, a partir dos questionários, pretende-se levantar dados que possam revelar as relações entre os novos centros e a população de seu entorno, bem como os fatores locacionais que levaram os empresários a estabelecerem seus empreendimentos no referido local.

A aplicação desses questionários pressupõe a utilização de técnicas de coleta e a definição da amostragem. As técnicas e a amostragem não foram definidos previamente, pois dependiam de critérios adotados após a realização da observação de campo. O tamanho da amostra, além disso, não se tratou de algo imutável na medida em que é importante que, nas pesquisas qualitativas, a escolha da amostra seja concebida como um processo em construção. (PESSÔA; RAMIRES, 2013).

Na quarta etapa da pesquisa ocorreu a *sistematização* dos dados primários e secundários coletados, a partir da elaboração de tabelas, gráficos e de diversas formas de representações cartográficas. Para isso, foram utilizados os softwares *ArcGIS*, *Excel* e *Corel Draw*.

O Fluxograma 2 busca sintetizar os diferentes procedimentos operacionais até então discutidos e suas relações com a análise.

Fluxograma 2 – As diferentes etapas dos procedimentos operacionais da metodologia



Autor: ROCHA, A., 2015.

Pode-se observar que a *análise* se divide em dois planos. No primeiro, denominado Caracterização dos novos centros, teve-se o intuito de revelar as funções e a configuração espacial dos novos centros, bem como as relações entre tais centros e a população local e os fatores locacionais que levaram os empresários a investirem nos referidos bairros. Essa caracterização foi realizada com base nos dados coletados no trabalho de campo e já sistematizados.

O segundo plano de análise, intitulado Dinâmica espaço-temporal da cidade, consiste na construção de uma pe-

riodização da expansão urbana de Santa Maria/RS, por meio da metodologia de Santos (2002), destacando os principais agentes e variáveis geradores do processo de descentralização, responsáveis pela formação das centralidades nas áreas leste e oeste da cidade. Ademais, ressalta-se que é no interior de cada período, em relação às demais variáveis do sistema espaço-temporal, que os dados referentes à oferta, demanda e acessibilidade – coletados na pesquisa documental e já sistematizados – encontraram o seu significado.

Essas duas dimensões de análise, muito embora distintas, apresentam complementariedade. Enquanto uma delas desenvolve o estudo com ênfase no interior dos bairros, a outra integra tais bairros à cidade sob uma perspectiva histórica, com a finalidade de elucidar o presente. Esse exercício, ademais, permite o afastamento de reducionismos grosseiros, tais como a tentativa de compreensão de um bairro sem associá-lo à dinâmica da cidade e a análise locacional sem a consideração da categoria tempo. Por fim, durante as Considerações Finais, pretende-se discutir se as centralidades estudadas podem se enquadrar, ou não, nas terminologias de centralidades intraurbanas encontradas nas reflexões teóricas sobre o tema.

Considerações Preliminares

Na Geografia, assim como nas demais ciências sociais, o tema da metodologia não se restringe ao domínio conceitual de seus elementos constituintes, tendo em vista que as reflexões metodológicas ocorrem durante a totalidade do processo investigatório. Parece importante, assim, discutir-se não ape-

nas os resultados de um estudo, mas as considerações feitas durante a elaboração da pesquisa, o que envolve explicitar a trama entre as motivações, os questionamentos, os desafios e as escolhas do pesquisador.

Buscou-se, neste texto, apresentar reflexões em torno do caminho metodológico de uma pesquisa de cunho qualitativo, com enfoque na redefinição da centralidade intraurbana em cidades médias. Pôde-se contemplar, dessa maneira, a metodologia não como uma unidade estanque e definida aprioristicamente, mas enquanto uma construção processual influenciada também pelo olhar (particularidades) do pesquisador.

Assim sendo, a metodologia aparece na forma de uma elaboração estreitamente relacionada ao seu objeto de estudo e, portanto, uma composição datada historicamente e localizada geograficamente. Cabe ao pesquisador, sem deixar de lado as generalizações, traçar o caminho metodológico de sua pesquisa com a finalidade de capturar também as particularidades, como uma estratégia de apreensão da realidade.

NOTAS

iEsta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGea/UFRGS), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Tânia Marques Strohaecker – coautora deste texto.

iiNa tese de Rocha (2011) a nova centralidade presente no bairro Tancredo Neves foi denominada como subcentro comercial de Santa Maria, juntamente com a centralidade de Camobi.

iiiSantos (2002) alerta sobre a existência de uma “frouxidão conceitual” acerca da consideração da categoria tempo nos estudos geográficos, sendo que a utilização de metodologias frágeis para integrar tempo e espaço é citada, pelo referido autor, como um dos aspectos desse problema.

Referências

- BOLFE, Sandra A. **Expansão urbana de Santa Maria, RS: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo.** 1997. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BORSODORF, Axel. Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana. **EURE** (Santiago) [online]. 2003, v. 29, n. 86, p. 37- 49. Disponível em: <http://www.eure.cl/wp-content/uploads/2003/05/EURE_86_01_BORSODORF.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.
- BRANCO, Maria Luiza C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Tradução: Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CAPEL, Horacio. **Capitalismo y morfología urbana em España.** 4. ed. Barcelona: Gráficas Diamante, 1983.
- CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- _____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria F.; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010, p. 45-58.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Dados demográficos.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 dez. 2014.
- JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. Revista **EURE** (Santiago), v. 28, n. 85, p. 11-20, dez. 2002.

Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008500002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins e Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MARASCHIN, Clarice. Reflexões acerca da descentralização do comércio. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE (CINCCI), IV. 2013, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2013, p. 1-15.

MINAYO, Maria Cecília de. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. et. al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993a, p. 9-30.

MINAYO, Maria Cecília de. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de. S. et. al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993b, p. 61-77.

PESSÔA, Vera L. S.; RAMIRES, Julio C. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, Glaucio J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 117-134

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Lilian H. M. da. **Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria – RS**. 2011. 509f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, William R. da. Cidades médias, redefinição da centralidade e os dois circuitos da economia urbana. In: SANFELIU, Carmen B.; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Edit.); **Las ciudades medias o intermedias em un mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la

Universitat de Lleida, 2009, p. 125-144.

SOARES, Paulo R.; UEDA, Vanda. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 379-411.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35-68.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, Presidente Prudente; v. 3, n. 5, p. 143-157, 2006.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação. B. S. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: GASPERR, 2001, p. 235-253.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Heliana C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2001.

14 TERRITORIALIDADES JUDAICAS NO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE: o uso da abordagem qualitativa

Maria Medianeira dos Santos

Introdução

Este capítulo possui como principal objetivo elucidar os caminhos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da tese intitulada “Territorialidades judaicas no espaço urbano de Porto Alegre/RS”.

Os procedimentos metodológicos ou os caminhos seguidos para atingir os objetivos foram essenciais para a conclusão desta investigação científica. Uma pesquisa científica surge por meio de uma disposição de enfrentamento do(a) pesquisador(a) frente à elaboração de uma problemática de pesquisa. Nesta há três pontos que são imprescindíveis para sua efetivação e que devem ser respondidos: 1) o quê? 2) quando? e 3) onde?

De maneira sucinta podemos dizer que o primeiro ponto refere-se à pergunta: “o que se pretende trabalhar”? Nesse tópico é importante escolher o objeto de estudo para desenvolver seu trabalho; no segundo ponto é necessário mencionar a esfera temporal, ou seja, o período histórico que será foco da pesquisa; e o terceiro ponto é a escala espacial que o(a) pesquisador(a) deve escolher para desenvolver sua pesquisa.

Com relação ao modo de organização e (re)produção do espaço urbano surgiram as seguintes indagações: como os judeus relacionaram-se com este meio urbano? Quais foram as atividades profissionais desempenhadas pelos judeus? Onde eles se localizaram nesta cidade? A fase da imigração judaica para Porto Alegre coincidiu com a ascensão da cidade (urbanização, crescimento econômico e inovação) como eles aproveitaram este momento?

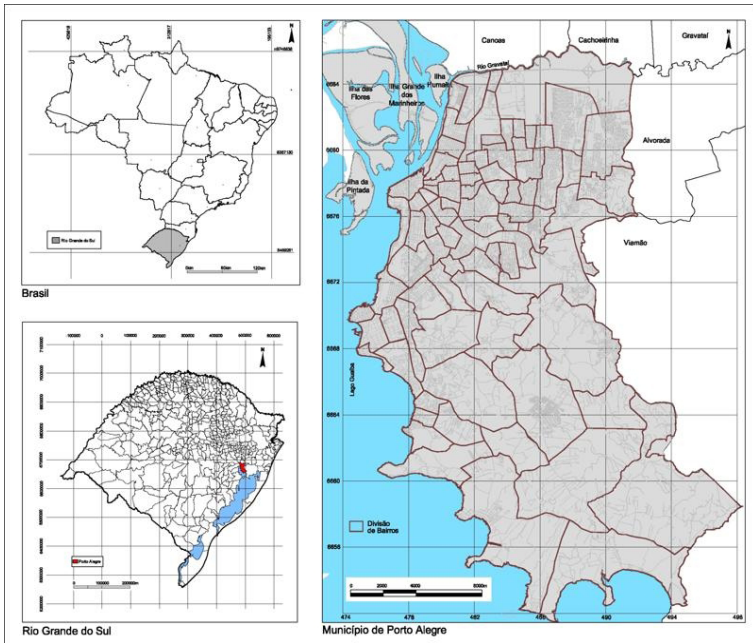
Desse modo, surgiram algumas indagações referentes ao modo como o grupo judaico apropriou-se do espaço na cidade de Porto Alegre. Quais foram os espaços de socialização/ritualização que os judeus implementaram nesta cidade? Quais são as expressões culturais da territorialidade dos judeus no bairro Bom Fim? Além desse há outros bairros que possuem a materialização da cultura judaica na paisagem urbana porto-alegrense?

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Na pesquisa qualitativa, a intenção é explorar o conjunto complexo de fatores que envolvem o fenômeno central e apresentar as perspectivas ou os significados variados dos participantes. (CRESWELL, 2010).

O autor (CRESWELL, 2010) explica que o método qualitativo envolve um conjunto de características como: as formas de coleta, análise e interpretação dos dados que os pesquisadores propõem para seus estudos. São os seguintes caminhos possíveis de seguir em uma abordagem de pesquisa qualitativa: métodos emergentes; perguntas abertas; dados de entrevistas, dados de observação, dados de documentos e dados audiovisuais; análise de texto e imagem; interpretação de temas e de padrões.

Esta pesquisa teve como problemática de estudo analisar como os imigrantes judeus e seus descendentes vieram e vêm dominando e se apropriando do espaço nos diferentes processos de desterritorializações e reterritorializações judaicas no estado do Rio Grande do Sul, tendo a cidade de Porto Alegre, capital do estado, como foco de análise (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização do município de estudo Porto Alegre/RS



Fonte: METROPLAN, 2002; IBGE, 2003.

SANTOS, M. M. dos (Org.), 2009.

Neste sentido, o capítulo contém na sua organização a Introdução e as Considerações Finais, além das diferentes fases que foram delineadas no desenrolar do processo metodológico dessa pesquisa científica. As fases constituídas foram as seguintes: a pesquisa bibliográfica; a pesquisa nos sites e nos meios eletrônicos; a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A fase da pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é uma das etapas mais importantes no processo de construção de uma pesquisa científica. Sendo que o primeiro momento da pesquisa foi dedicado para a elaboração e aprofundamento do referencial teórico-metodológico. Na literatura especializada buscaram-se conceitos e discussões que contribuíram com a temática desenvolvida na tese como: Geografia Cultural e o urbano; o território, territorialidade e apropriação territorial; além da identidade judaica e do judeu.

Creswell (2010, p. 76) explica que na pesquisa qualitativa “o uso da teoria é muito mais variado”. Já Antonio Carlos Gil (1999, p. 65) discorre como é desenvolvida uma pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos [...]. A principal vantagem reside no fato de permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela do que poderia pesquisar diretamente.

Desse modo, esta pesquisa bibliográfica se alicerçou em diversos conceitos e termos que serviram como base para a sua construção teórica. Isso pode ser evidenciado por meio da elaboração de capítulos que tiveram um conjunto de autores que foram os responsáveis pela materialização dessa abordagem teórica. Os capítulos do referencial teórico ficaram assim constituídos com seus respectivos autores principais: 1) Geografia Cultural e o urbano: Doralice Sátyra Maia, Denis

Cosgrove, Paul Claval, Roberto Lobato Corrêa; Zeny Rosendahl, Paulo César da Costa Gomes, Salette Kozel Teixeira e Robert Farr. 2) Concepções do território, territorialidade e apropriação territorial: Rogério Haesbaert, Glauco Bruce, Claude Raffestin, Paul Claval, Marcelo Lopes Souza, Robert David Sack, Joel Bonnemaision, Álvaro Luiz Heidrich e ZenyRosendahl. 3) A identidade judaica e suas diferentes manifestações culturais e territoriais: Rogério Haesbaert, Paul Claval, Stuart Hall, Kathryn Woodward, Guy Di Méo, Lorena Almeida, Joel Bonnemaision, Alan Unterman e Anita Brumer. 4) Judeu e o Judaísmo: Michael Asheri, Jacob Immanuel, Anita Brumer e Alan Unterman.

A fase da pesquisa nos sites e nos meios eletrônicos

A fim de ampliar e completar as informações, tanto do passado como do presente da comunidade judaica porto-alegrense, foram realizados a visita e o reconhecimento dos sites das 36 entidades judaicas filiadas à Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRGS). Sendo que grande parte das instituições possuem meios de divulgação como sites, revistas e boletins informativos eletrônicos. O que mais se utilizou foram as informações referentes ao histórico, à situação e à atuação dessas entidades, bem como o seu acervo fotográfico.

Outro alicerce utilizado foi a pesquisa em sites visando a busca de reportagens e notícias. O Jornal Fala Bom Fim foi uma das fontes utilizadas. Esse possui, desde maio de 2009 até março de 2012, várias edições publicadas. O jornal contempla um editorial diverso, contudo há espaços dedicados à comu-

nidade judaica como as “Notícias das Instituições” que são divulgadas, no “Perfil empresarial”. Há reportagens com pessoas que possuem estabelecimentos comerciais no bairro Bom Fim. Existe, também, uma coluna destinada à Hebraica News e outra chamada as Memórias de um Gut Goi que são espaços do jornal dedicados ao interesse da comunidade judaica.

O site do Correio do Povo foi outra fonte na qual se utilizou de palavras-chave para encontrar temas interessantes para a pesquisa. Com a palavra “judeu” foram encontrados 100 resultados, com a palavra “judaísmo” 61 resultados e “comunidade judaica” foram encontrados 69 resultados. O mesmo procedimento de pesquisa foi utilizado no site do Coletivo Judaico, que é uma página de divulgação da comunidade judaica de São Paulo e das demais que estão presentes no cenário nacional.

A fase da pesquisa documental

O momento dedicado para a pesquisa documental foi um período importante para o desenvolvimento da pesquisa. Para Gil (1999, p. 66), a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Isso foi realizado por meio do levantamento de fontes primárias e secundárias. Diante disso, expõem-se os museus, arquivos e institutos que auxiliaram na obtenção de materiais e documentos para atingir os objetivos pretendidos nesta pesquisa científica:

– Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC): organiza-se em diversos setores. O Setor da Imprensa contém à disposição uma coleção de jornais, revistas e periódicos. A pesquisa pode ser utilizada manualmente com o recurso de utilizar a máquina digital. Possui a Coleção do Jornal Correio do Povo, cuja fonte foi utilizada, principalmente, o Caderno de Sábado de 1968, que contém os artigos do E. Rodrigues Till, intitulado “Os judeus no Rio Grande do Sul: esboços de uma perspectiva histórica”, que se enquadra do Capítulo I (4 maio de 1968) até o Capítulo IX (6 jul. de 1968).

– Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS): possui uma revista desde 1921 até hoje. Nessa é possível pesquisar a partir do seu catálogo o período de (1921-1950), que contém o nome do artigo e o do autor. Tanto o índice como as revistas encontram-se disponíveis no próprio instituto. Já a partir de 1998, a revista também se encontra disposta *on-line*. Encontramos na revista artigos do geógrafo Raphael Copstein que estão dispostos nos números 127 e 130, com os respectivos títulos: “Judeus no Rio Grande do passado” (1991) e “Colonização judaica, noventa anos depois” (1994). Esses ensaios foram subsídios e referenciais para a realização da pesquisa.

– Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRGS): representa a comunidade judaica e coordena as estratégias interinstitucionais a partir das entidades filiadas, tanto em nível interno como na comunidade maior do Rio Grande do Sul. Assim, a mesma possui dados referentes à comunidade judaica de Porto Alegre e o interior do Rio Grande do Sul. A Federação considera como interior os seguintes municípios: Ere-

chim, Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas, Cruz Alta, Eldorado do Sul, Bento Gonçalves, Gramado, Gravataí, Novo Hamburgo, São Jerônimo, Venâncio Aires, São José Caí, municípios com membros da comunidade judaica. Estes foram obtidos por meio de um único censo realizado pela própria federação em 1992. O questionário do censo foi direcionado para a obtenção de informações mais gerais sobre a família, além de indagações sobre o próprio indivíduo.

Essa federação também possui um site com diversas informações e conteúdos que foram utilizados como referência nesta pesquisa. No link chamado “Mundo Judaico”, no departamento da “Memória”, é possível encontrar um acervo com o histórico e suas respectivas fotos que complementam os dados e relatos históricos. Já no link denominado “Notícias”, é disposto um número expressivo de páginas cadastradas. Essa busca também foi realizada pelas palavras-chave mais importantes para encontrar assuntos e temas que pudessem contribuir com este estudo.

– Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC): esse acervo possui correspondências, atas, jornais, folhetos e revistas judaicas. As fontes consultadas no instituto foram as seguintes: O Campestre (Jornal); Chai (Boletim Informativo do Lar dos Velhos Dr. Mauricio Seligman, Informativo FIRGS (Federação Israelita), Judaica (Revista de Judaísmo e Cultura), Hebraica (Jornal do Clube Hebraica do Rio Grande do Sul), Herança Judaica (Revista), Informe Na’amat Brasil (Boletim da Organização das Mulheres Pioneiras do Brasil), Kol (A comunidade abraça a escola, revista), koleinu (Informativo do Centro Israelita Porto-Alegrense), Divulgações Centro

Hebraico Rio-Grandense, Publicações da SIBRA e o Colégio Israelita Brasileiro.

Desde 2005, o Instituto lançou o Boletim Informativo Eletrônico. Com o objetivo de preservar a memória das instituições da comunidade judaica do Rio Grande do Sul, o boletim apresentou, em julho de 2010: “Preservando a memória/resgatando a história” seção chamada Instituições da Comunidade. Os principais números que nos interessaram foram os seguintes: Sinagoga União Israelita Porto-Alegrense; Cemitério da União Israelita Porto-Alegrense; Chevra Kedisha; Centro Israelita Sociedade Porto-Alegrense; Centro Hebraico Riograndense; Poilisher Farband, Linat Hatsedec, Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência (SIBRA); Círculo Social Israelita, Grêmio Esportivo Israelita, Damas de Caridade e Organizações Sionistas.

A fase da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi outro momento destinado à coleta de informações necessárias e pertinentes para o aprimoramento da mesma. Essa foi realizada nas Sinagogas, cemitérios judaicos, Colégio Israelita, Clubes e Entidades Judaicas existentes em Porto Alegre. Também houve a participação da pesquisadora em festividades judaicas e eventos na cidade que tinham relação com a comunidade judaica.

Com relação ao acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC), este possui o departamento de memória com uma série de entrevistas transcritas. Desde sua criação, em 1985, tal departamento vem se dedicando à preservação da

memória da comunidade judaica sul-rio-grandense e à difusão de sua cultura. Em busca de seus objetivos, desenvolveu-se um projeto de longo alcance entre os anos de 1985/1989, coletando depoimentos de imigrantes judeus e de seus descendentes. Como resultado dessa atividade e a continuidade da coleta de entrevistas, a Instituição possui, hoje, um acervo com aproximadamente 600 depoimentos, já transcritos, estando um grande número deles digitalizados (Site Institucional do IC-JMC/ Boletim informativo, nº 18, Junho de 2010).

Quanto à organização das mesmas, elas contêm a seguinte estrutura: os nomes dos entrevistados/entrevistadores, o período em que essa foi efetivada, o número de páginas transcritas, a duração da fita e o seu número correspondente. Outra característica que se apresenta nas fichas é uma espécie de sumário que contém os assuntos que foram evidenciados nas entrevistas. Nesse sentido, percebeu-se uma diversidade de temas em que as entrevistas foram organizadas.

A fim de sistematizar as entrevistas realizadas pelo instituto, este organizou dois catálogos denominados: Histórias de vida e Histórias de vida (II Volume). Neles é possível obter uma síntese das entrevistas, com o nome do entrevistado, o número da entrevista que pode ser encontrada no acervo, bem como os temas e assuntos que podem ser encontrados nas referidas entrevistas.

Como exemplo disso, têm-se os entrevistados: Alfred Appel (nº 124), assunto: a vida no bairro Bom Fim; Jaime Bacaltchuk (nº 097), assunto: ida para Porto Alegre, vida profissional, lembranças das condições de vida dos judeus residentes em Porto Alegre e lembranças do bairro Bom Fim;

Luiz Bacaltchuk (nº 013), assunto: ida para Porto Alegre e trabalho em Porto Alegre; Elias Barmaimon (nº 019), assunto: vinda do pai para Porto Alegre e comunidade Sefaradim; Erwin Bendheim (nº 125), assunto: trabalho em Porto Alegre e vida comunitária Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência (SIBRA).

Além da transcrição dessas entrevistas, houve a realização de outras que foram elaboradas pela pesquisadora. O direcionamento foi para as pessoas ligadas, diretamente, à comunidade judaica de Porto Alegre, como também a pessoas que, indiretamente, possuíam algum vínculo com a história judaica. Neste contexto, as entrevistas foram direcionadas aos descendentes de judeus; a pessoas que frequentam a sinagoga e aos intelectuais que possuem interesse pela temática. As entrevistas foram semiestruturadas e, conforme o entrevistado/a, dispunha-se de um roteiro pré-estabelecido. As perguntas foram organizadas de modo diverso, ou seja, com indagações que vinham ao encontro do conhecimento e vivência de cada entrevistado.

Outra fonte extremamente importante e utilizada foi o acesso à página eletrônica da Hebraica News na TV, que é um programa de televisão que vai ao ar todos os sábados, das 8h às 8h30, com reprise aos domingos, das 15h às 15h30. O primeiro programa foi ao ar no dia 29/09/12. Há a possibilidade de rever alguns programas desse canal que estão dispostos no site da Hebraica News na TV. Nos programas, há divulgação de diversos momentos e festividades judaicas, bem como entrevistas com lideranças e pessoas envolvidas diretamente com a comunidade judaica de Porto Alegre. Assim,

realizou-se a transcrição de algumas entrevistas, cujo interesse culminou para o enriquecimento desta pesquisa.

A construção do mapeamento da representação da cultura judaica materializada na paisagem porto-alegrense (sinagogas, cemitérios, clubes e colégio israelita) foi realizada. A ida até esses pontos foi fundamental para extrair as coordenadas geográficas, que possibilitaram a confecção de um mapa dos marcadores identitários.

Além das fotos encontradas nos diversos sites institucionais pesquisados, houve o uso de registros fotográficos durante os trabalhos de campo, bem como a consulta no Acervo Fotográfico do ICJMC.

Considerações Finais

Ao pensar em metodologia, cabe ao pesquisador(a) encontrar um eixo norteador que conduza a sua pesquisa da melhor forma possível. Na pesquisa de abordagem qualitativa, o(a) pesquisador(a) terá diferentes momentos que devem ser seguidos para desenvolver seus objetivos propostos.

A fase da pesquisa bibliográfica é essencial para o reconhecimento do seu referencial teórico. Neste sentido, houve autores que contribuíram diretamente com o objeto e outros que colaboraram indiretamente. Esta fase da construção do seu referencial não deve estar engessado, mas sim maleável com a sua problemática de pesquisa. Isso porque no diálogo entre a sua temática com os autores haverá o entrecruzamento e, conseqüentemente, a efetivação dessa fase da pesquisa. Nesta pesquisa houve diversos autores e pesquisadores que contri-

buíram para a sua elaboração.

A fase da pesquisa nos sites e nos meios eletrônicos foi realizada por meio das visitas e no reconhecimento dos sites das 36 entidades judaicas filiadas à Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRGS).

Outro momento foi a fase da pesquisa documental por meio da escolha de quais instituições, museus e arquivos que puderam subsidiar essa pesquisa. Desse modo, houve uma gama de fontes que foram utilizadas para enriquecer essa pesquisa como: o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC); o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); a Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRGS) e o Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC).

A fase da pesquisa de campo foi destinada à coleta de informações, entrevistas, fotos e no reconhecimento das instituições judaicas presentes no espaço urbano de Porto Alegre. Neste sentido, também foi possível vivenciar determinados eventos e festividades dessa comunidade. Quanto às entrevistas, houve a utilização tanto das entrevistas transcritas pelo acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC), bem como a realização de outras entrevistas elaboradas pela pesquisadora.

Cabe salientar que o cronograma de pesquisa serve como uma matriz auxiliadora para que as fases ou etapas da pesquisa sejam cumpridas e que o(a) pesquisador(a) consiga realizar a sua pesquisa como o planejado. O cronograma deve ser utilizado como viabilizador das atividades que você se propõe relacionado com o tempo que possui para desempenhá-las.

No entanto, há momentos que podem ocorrer remodelações, ou seja, passos que seriam seguidos passam a ser reconduzidos a outros caminhos. Isso quando ocorre deve ser repensado não como um desvio do(a) pesquisador(a), mas sim como uma recondução mais madura e concisa que acarreta em um possível enriquecimento do seu trabalho científico.

Referências

- ASHERI, Michael. **O judaísmo vivo**: as tradições e as leis dos judeus praticantes. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- B'NAI B'RITH. Disponível em: <<http://www.bnai-brith.org.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2014.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Lobato. Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural**: um século (III). Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002, p. 83-131.
- BRUMER, Anita. **Identidade em mudança**: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.
- CATÁLOGO DE HISTÓRIAS DE VIDA. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Volume I e II, 1992.
- CENTRO HEBRAICO RIOGRANDENSE. Disponível em: <<http://www.centrohebraico.com.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2014.
- CENTRO ISRAELITA PORTO-ALEGRENSE. Disponível em: <<http://www.centroisraelita.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- CHAZIT HANOAR. Disponível em: <<http://www.chazit.com/entrada.html>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- CLAVAL. Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 147-166.
- CLUB CAMPESTRE MACABI. Disponível em: <<http://www.cam->

- pestremacabi.com.br/>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- CLUBE DE CULTURA. Disponível em: <http://clubedecultura.blogspot.com.br/>. Acesso em: 3 de ago. 2014.
- COLÉGIO ISRAELITA BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.colegioisraelita.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- CONIB. Confederação Israelita do Brasil. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: passado e futuro. Uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999, p. 49-58.
- CORRÊA, Roberto Lobato; Zeny Rosendahl. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 9-18.
- CORREIO DO POVO. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/>>. Acesso em: 3 de jan. 2013.
- COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 5-29, 1996.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social**. Lecture géographique dès sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.
- FIRGS. Federação Israelita do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.firs.org.br/Inicio.aspx>> Acesso em: 10 fev. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Paulo César da Costa. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, 1996, p. 31-41.
- GRITTI, Isabel Rosa. Colonização de Quatro Irmãos. In: WA- INBERG, Jacques (Org.). **Cem anos de amor: a imigração judaica no Rio Grande do Sul/ Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 2004, p. 87-93.
- HABONIM DROR. Disponível em: <<http://www.drorpoa.com/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Ed. da UFF; São Paulo: Contexto, 2002.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.
- HEBRAICA NEWS na TV. Disponível em: <<http://hebraicars.com.br/hebraicav/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- HEBRAICA RS. Associação Israelita Hebraica (NEWSLETTER). Disponível em: <<http://www.hebraicars.com.br/News/news135.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- HORA ISRAELITA. Disponível em: <<http://www.horaisraelita.org.br/home.php>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- IMMANUEL, Jacob. **Quem é judeu?** Tradução: Ricardo Gouveia. Canadá: Shofas Association of América, 1987.
- ICJMC. INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. 2010.
- JORNAL FALA BOM FIM. Disponível em: <<http://www.falabomfim.com.br/edicoes-antiores/>>. Acesso em: 3 de jan. 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.
- ORGANIZAÇÃO SIONISTA MUNDIAL. Disponível em: <<http://izionist.org/esp/tag/organizacao-sionista-mundial/>>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-163.
- ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 187-224.
- SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Maria Medianeira dos. **A territorialidade judaica em Santa Maria/RS: uma contribuição à Geografia Cultural**. 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- SIBRA. SOCIEDADE ISRAELITA BRASILEIRA DE CULTURA E BENEFICÊNCIA. Disponível em: <<http://www.sibra.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- SINAGOGA BEIT LUBAVITCH. Disponível em: <<http://www.chabadpoa.org/>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA DE SOCORROS MÚTUOS (LINAT HATSEDEK). Disponível em: <<http://www.ohrdarom.com.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al* (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-115.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO ISRAELITA PORTO-ALEGRENSE. Disponível em: <<http://www.uniaoisraelita.org.br/>>. Acesso em: 1 jan. 2014.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Tradução: Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

WIZO. Disponível em: <<http://wizors.org.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz. Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-113.

15 O USO DA PESQUISA-AÇÃO COMO METODOLOGIA PARA A COMPREENSÃO E A ATUAÇÃO NOS PROCESSOS DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Nanashara D'Ávila Sanches
Paulo Roberto Rodrigues Soares

Introdução

A pesquisa-ação é uma metodologia relativamente nova. Surgiu em 1970, década marcada pelo rompimento das ciências humanas e sociais com o positivismo. Até então, os ensinamentos de Augusto Comte, Descartes e Durkheim, entre outros, sobre “como fazer ciência” predominavam, baseados no empirismo, na objetividade e na experimentação. Neste sentido, o pesquisador restringia-se à observação e quantificação de eventos, sem interferir na realidade estudada. Contudo, no decorrer da história da ciência, a corrente de Comte mostrou-se limitada.

Alguns acontecimentos demarcam os propulsores para a criação de metodologias mais participativas, que tornam a relação entre pesquisador e objeto de estudo não só possível, mas também necessária. À época, o debate voltava-se para a reflexão sobre a expansão mundial do capitalismo e a consequente exploração humana e destruição cultural observadas, principalmente, em países subdesenvolvidos. Algumas obras retratam este panorama. Entre elas podemos citar: 1) o lançamento do livro “Pedagogia do Oprimido” (1968) pelo então exilado Paulo Freire; 2) a publicação do ensaio “Cómo descolonizar las ciencias sociales aplicadas” (1961) de Rodolfo Stavenhagen, fundador do Instituto de Cultura Popular mexicano; 3) a edição do livro “Geografia do subdesenvolvimento (1965) de Yves Lacoste” e o livro “O direito à cidade (1968)” de Henri Lefebvre, para citar alguns. O que estava para surgir era a certeza de que o pensamento popular e o acadêmico deveriam convergir, evitando a pesquisa neutra, voltada para a manutenção da carreira universitária. Era (e é) necessário transformar a realidade, a partir de um conhecimento mais amplo e aplicável. De cunho marxista, anarquista e autonomista, a escola da pesquisa-ação (ou da pesquisa-participativa) tem como objetivo unir conhecimento e ação. O pressuposto de uma *transformação da realidade* é acompanhado pela ideia de construção de um conhecimento interno à classe social menos favorecida dentro do sistema capitalista, criando subsídios para que se rompa com o *status quo* definido e monopolizado pela classe social dominante.

O colombiano Orlando Fals Borda (2008) traz sua própria experiência quanto ao desenvolvimento de sua pesquisa-

-ação, no qual declara:

Vimos, por fortuna, que no estábamos solos en estas luchas prácticas por la transformación social. En América Latina (además de los pioneros trabajos de los socialistas José Carlos Mariátegui, Ignacio Torres Giraldo y otros), revisamos los aportes pertinentes de escritores como el brasileiro L. A. Costa Pinto sobre resistencias al cambio; y los análisis de la explotación por el mexicano Pablo González Casanova. En el África, los estudios del imperialismo por el economista Samir Amin fueron indispensables, así como el examen de algunas experiencias sobre “recherche action” en Senegal. (BORDA, 2008, p. 5).

Tais obras influenciaram as pesquisas de acadêmicos em diversas regiões do globo e culminaram com a realização do Congresso Mundial de Convergência Participativa, em Cartagena, no ano de 1997. Para compreendermos a utilização desta metodologia como instrumento de investigação e transformação da realidade, vamos analisar as bases teóricas e os preceitos da Pesquisa-Ação em conformidade com a pesquisa realizada na Vila Chocolateiro, comunidade formada no centro de Porto Alegre, a partir da ocupação de um terreno da União por pessoas em situação de rua, na década de 1980, e removidas para a periferia da cidade no ano de 2011. O processo de remoção destaca-se pelas condições de reassentamento dadas para as 225 famílias que moravam no centro da cidade de Porto Alegre. Segundo o Projeto de Trabalho Técnico-social, realizado pela Prefeitura de Porto Alegre, das 225 famílias (732 pessoas), 45% das pessoas em idade ativa tinham como fonte de renda a catação, triagem e comercialização de resíduos sólidos e 24% estavam desempregadas ou sem trabalho (PTTS; DEHMAB, 2009), demonstrando a vulnerabilidade

da comunidade, sem condições para comprar ou alugar uma habitação. Outro fator que podemos destacar da VC é o fato de que no novo conjunto habitacional foram construídas 181 casas para 225 famílias, fazendo com que a coabitação (quando mais de uma família mora em uma casa) seguisse sendo uma realidade para os moradores da Vila Chocolatão.

Para compreender como podemos utilizar a Pesquisa-Ação para casos de remoção, escrevemos este capítulo por meio de um questionamento central: Por que utilizar a Pesquisa-Ação? A partir disto, apresentamos os sete princípios da Pesquisa-Ação desenvolvidos a partir do I Congresso Mundial de Investigação Ação-Participativa ocorrido em 1977. Além disso, buscamos, pelo princípio da interdisciplinaridade, abordar a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre e os conceitos de segregação residencial e de gueto como base para o estudo dos impactos de remoções. Para concluir, este trabalho traz algumas das atividades realizadas na Nova Vila Chocolatão, a partir do estudo realizado sob os preceitos da Pesquisa-Ação.

Por que utilizar a pesquisa-ação? – princípios da pesquisa-ação

Primeiramente, para analisar a transformação socioespacial que uma remoção seguida de reassentamento causou, especificamente na Vila Chocolatão (VC), tornou-se necessária a minha inserção na comunidade, além de pesquisa bibliográfica referente à urbanização brasileira e de Porto Alegre e à remoção de comunidades pobres de centros urbanos para as periferias. Esta inserção vem ocorrendo desde 2012, ou seja,

há três anos, tempo que me possibilitou conhecer diversos moradores da comunidade e, de várias formas, envolver-me com os problemas coletivos e até mesmo pessoais.

A inserção de uma pesquisadora em qualquer comunidade exige uma profunda interação com seu objeto de estudo. Talvez, o trabalho que envolve um objeto de estudo tão complexo quanto uma comunidade faz o “problema de pesquisa” ter outro significado. Não se trata de um problema abstrato, imóvel ou constante, mas da vida de diversas pessoas que demandam resoluções culturais, educativas e emancipatórias. Ademais, deve-se evitar a distinção positivista que separa sujeito de objeto de estudo, evitando o antagonismo de opiniões e experiências. O mais importante é o que a comunidade traz como experiência de vida em coletivo. As impressões, percepções e anseios de seus moradores darão a orientação para o planejamento de ações visando a sua própria organização na luta por direitos.

Segundo Thiollent (2002), existem dois critérios que “guiam” a pesquisa-ação. A investigação deve buscar conhecimentos úteis para compreensão de causas justas e, ainda, deve ter uma

[...] base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de um modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 2002, p. 14).

Assim, ao convergir o pensamento popular e a ciência acadêmica pode-se produzir um conhecimento profundo e

aplicável e, por meio de seu desenvolvimento, encontrar respostas para questões pertinentes a este tipo de pesquisa como: O que fazer com o conhecimento dos problemas das comunidades removidas e reassentadas? Como impedir que ocorra a segregação residencial nas cidades? Quais são os impactos da segregação residencial e de remoções/reassentamentos?

É esta metodologia que auxiliará nas respostas a estas questões exatamente porque a pesquisa-ação tem por objetivo dar aos pesquisadores e grupos de participantes de pequeno e médio porte os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora. (THIOLLENT, 2002).

Talvez não exista uma resposta única para a diversidade de processos urbanos e processos de remoções, que são específicos para cada caso, mas há a certeza de que é possível persistir na transformação da realidade por meio do conhecimento e da práxis. Para tanto, o Congresso Mundial de Investigação Ação-Participativa (CMIAP), de 1977, traz em suas resoluções as tarefas que os pesquisadores praticantes da pesquisa-ação devem seguir (BORDA, 2008). Na sequência, relacionaremos cada ponto das resoluções com os caminhos passíveis de serem adotados em um projeto de análise de o processo de remoção.

DIRETRIZ 1 – CMIAP: buscar o conhecimento de diversas disciplinas (interdisciplinaridade)

No princípio, a abordagem para este trabalho seria dada por meio do viés geográfico. Os conceitos utilizados têm como enfoque a organização socioespacial, ou seja, a construção do espaço a partir de uma classe ou grupo social. Todavia, como demonstrado a seguir, os conceitos geográficos utilizados exigiram que outros conceitos, das áreas da Antropologia, Ciências Jurídicas e Estatísticas fossem utilizados. Assim, temos como conceitos correlacionados:

a) A teoria de produção do espaço de Henri Lefebvre:

Lefebvre afirma que espaço social é um produto social. O espaço não existe em si mesmo, ele é produzido (LEFEBVRE, 1974). Em sua teoria, Lefebvre traz uma tríade dialética, da auto-produção da sociedade e do próprio ser humano. Esta tríade dá-se a partir de três dimensões na produção do espaço, representadas pelos os conceitos de *espaço percebido* (*perçu*), *espaço concebido* (*conçu*) e *espaço vivido* (*vécu*) (LEFEBVRE, 1972). Estas categorias podem ser analisadas a partir da cotidianidade, definida como a apropriação pelos seres humanos de sua própria vida. Cada uma destas categorias espaciais podem ser analisadas no processo de remoção e reassentamento. A dimensão do espaço percebido virá dos moradores da comunidade, traçando um paralelo comparativo entre o território de origem e o novo território de reassentamento. Este estudo será feito a partir de relatos e entrevistas semi-estruturadas,

com um roteiro prévio que garanta, no entanto, a formulação de novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. (TRIVIÑOS, 1987).

A concepção de espaço concebido está relacionada às diretrizes impostas pelo poder público, também pode ser conceituado como espaço abstrato ou conceitual, global e estratégico, fruto dos ditames da economia, mais precisamente do mercado imobiliário. Analisar o espaço por meio deste viés pode ser feito utilizando-se dados socioespaciais e leis de uso e ocupação do solo. Aí impõe-se a necessidade da interdisciplinaridade para este trabalho. Disciplinas como Ciências Jurídicas e a Estatística darão bases para a representação da dinâmica espacial a ser analisada. Ter e repassar o conhecimento sobre o Plano Diretor e as leis de uso do solo da cidade estudada é de extrema importância para compreender o processo de remoção, assim como utilizar análises de dados estratégicos que representem a mudança causada no processo de reassentamento.

Por fim, a terceira categoria espacial de investigação é a de espaço vivido, o espaço habitado e construído pelos moradores da comunidade. Um bom método de representação a ser utilizado para analisar o espaço vivido (assim como a formação de guetos, que veremos a seguir) é o iconográfico, ainda tendo como diretriz a interdisciplinaridade.

O antropólogo Nestor García Canclini (2013) traz em sua obra *Culturas híbridas, poderes oblíquos* um estudo aprofundado sobre o processo de urbanização, passível de representação por meio da comparação de fotografias dos mesmos monumentos históricos em diferentes épocas. Seu trabalho

conclui, entre outros resultados, que as fotografias representam, concomitantemente, dois processos culturais: de desterritorialização da cultura, não mais presente em apenas uma localidade, mas disseminada, tanto pela informação quanto pelo contingente de (i)migrantes; e o processo de reterritorialização, dado pela incorporação cultural e espacial de símbolos gerados alhures. Buscando analisar o processo de remoção/reassentamento por meio da iconografia, poderemos utilizar dois pares de fotografias: fotos do território de origem, antes e após a remoção, e fotos do território de reassentamento, antes e após a ocorrência de tal processo.

b) Os conceitos de segregação residencial e de gueto:

Segundo Manuel Castells, a segregação residencial origina áreas de forte homogeneidade social interna e de disparidade com áreas externas adjacentes. (CASTELLS, 1983). Peter Marcuse vai além ao afirmar que a segregação é um processo no qual um grupo é forçado a se aglomerar em uma área definida, em um gueto (MARCUSE, 2004). A formação de guetos urbanos, analisada em profundidade pelo sociólogo Loic Wacquant, é um exemplo de instrumento de poder sócio-organizador, criado para cercamento e controle de populações economicamente excluídas do sistema. Para ele, além do cunho étnico-racial, a formação dos guetos está ligada à classe social e o papel do Estado pode amenizar ou intensificar a exclusão urbana de uma determinada classe. Apesar das diferenças analisadas para diferentes casos, podemos observar que espaços considerados guetos apresentam como características:

a pobreza, resultante da escassez de espaço; o adensamento; a precarização das condições de trabalho e sustento de seus residentes; o maltrato generalizado e a imposição da segregação residencial por um grupo externo. (WACQUANT, 2004).

Os conceitos de segregação residencial e de gueto podem ser utilizados no momento em que admitimos que um processo de remoção é coercitivo, mesmo que seja definido em uma assembléia dos moradores, por exemplo, a escolha da maioria pela saída de uma comunidade de seu território de origem. A oferta de uma moradia para uma classe social que dificilmente conseguirá adquiri-la apenas com a venda da sua força de trabalho, a princípio, parece irrecusável. Inclusive, é obrigação do Estado garantir moradia à população. Assim, ser reassentado em habitações governamentais seria a realização de um direito garantido.

No entanto, o que deve ser analisado são dois fatores: o da localização do território de reassentamento e a estrutura que será disponibilizada para a comunidade, em comparação à antiga. Ora, uma remoção que tem como destino a periferia da cidade, carente de equipamentos públicos, caracteriza um retrocesso social. Este conceito, de retrocesso social, é analisado pelas ciências jurídicas e é caracterizado pela subtração de um direito já garantido. (STRECK, 2003). Por exemplo, se no centro da cidade, os moradores da VC tinham acesso a diversas escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio e ainda a um posto de saúde com ala exclusiva para seus moradores, reassentá-los em um bairro sem estas características garantidas, configuraria um retrocesso social. Todavia, entre viver em meio ao esgoto, sem energia elétrica, no centro da cidade ou

ir para uma casa nova com saneamento e infraestrutura, a escolha dos moradores, (provavelmente não em sua totalidade) foi a de ir para um novo território, por uma imposição do Estado que ofertou moradia, mas em um território distante, descartando a necessidade de essas moradias serem no próprio centro da cidade. Não estava posta a possibilidade de escolher entre ter moradia digna no centro ou na periferia.

Outro fator que demonstra a relação entre os processos de reassentamento e de guetização são relativos à forma como um conjunto habitacional é construído. Na periferia ou no centro, quando há uma uniformidade precária interna a um conjunto habitacional e, ainda, o adensamento, resultante da falta de espaço, há o processo de guetização.

No caso do conjunto habitacional da Nova Vila Chocolate (NVC), a padronização das habitações (possível de ser analisada por intermédio de imagens e fotografias) em um território de área limitada configura um gueto urbano e, ainda, a localização do reassentamento, na periferia da cidade, aponta para a redução de oferta de empregos e de acesso à educação e à saúde, em comparação ao centro da cidade. Estas características encaixam-se no conceito abordado por Wacquant e demonstram a configuração de um gueto urbano na NVC. Assim, os resultados e conclusões de uma pesquisa sobre remoção e reassentamento podem indicar a formação de um gueto, se uma ou mais características trazidas por Wacquant forem detectadas.

DIRETRIZ 2 – CMIAP: ter critérios de validação para a pesquisa

Além dos métodos vistos anteriormente, para compreender os impactos do processo de remoção e reassentamento de comunidades carentes, um caminho que pode ser adotado pelo pesquisador é iniciar o levantamento de dados da comunidade estudada para a elaboração de um perfil socioeconômico. Dependendo do tamanho da comunidade e do tempo para a realização da pesquisa, sugere-se trabalhar com uma amostra. O mais indicado, porém, é trabalhar com a totalidade da comunidade. Este perfil será comparado aos dados do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), realizado e (que devem ser) disponibilizados pela Prefeitura da cidade onde ocorreu o reassentamento.

DIRETRIZ 3 – CMIAP: implementar projetos generalizantes que possam resolver problemas amplos

Apesar das singularidades de cada caso de remoção e reassentamento, uma decorrência persiste: a desunião dos moradores em seu local de reassentamento. Alguns nem chegam a ir para a nova localidade. A Associação de Moradores da Vila Chocolateiro (AMVIC), constituída e motivada pelo processo de remoção, perdeu sua coesão. Talvez este seja o grande desafio para comunidades reassentadas: rearticular os moradores para a luta por direitos. Neste sentido, a produção de um projeto generalizante constitui a realização de atividades em comunidades reassentadas que garantam a sustentação da

identidade territorial da comunidade que será refeita. Para isto, é importante que um grupo, o mais amplo possível, organize atividades públicas, políticas e de lazer. Cabe ressaltar que estas atividades devem surgir a partir da própria comunidade, e não ser proposta ou imposta pelo mesmo poder que há desarticulou.

DIRETRIZ 4 – CMIAP: desconstruir uniformidades globais

Esta diretriz tem por objetivo fortalecer as demandas populares, em contraposição às políticas desenvolvimentistas e, por que não, neoliberais que desconsideram singularidades culturais. O problema, como afirma Borda (2008), são movimentos de resistência ocorrerem somente em escala local, isolados. Deve ocorrer uma articulação entre comunidades reassentadas, fora e dentro dos fóruns oficiais de debate sobre a cidade e seu planejamento. Por intermédio desta articulação maior, também poderão ser trocadas experiências e informações que intensificarão a organização de comunidades reassentadas. Um projeto de pesquisa pode auxiliar nesta ação, promovendo encontros entre lideranças comunitárias para a apresentação dos resultados e conclusões de pesquisas relacionadas ao tema.

DIRETRIZ 5 – CMIAP: praticar a investigação científica educacional e de ação política que atenuem ou destruam estruturas injustas de poder

Ao promover apresentações e debates sobre resultados de pesquisas relacionadas aos impactos de remoções e reassentamentos, há um retorno às comunidades, quanto ao seu histórico e quanto o seu papel como ator na produção do espaço urbano. Estimular o conhecimento quanto o seu papel social, quanto os seus direitos e os meios de alcançá-los, pode ser o motor para um questionamento quanto às estruturas e às grandes instituições de ordem social que regulamentam a organização espacial.

DIRETRIZ 6 – CMIAP: prevenir conflitos, violência e repressão

Ao investigar as representações dos moradores quanto à violência, à repressão e aos conflitos, a pesquisa-ação buscará a origem geradora destes elementos. De forma ampla, a origem da repressão está na organização do sistema econômico vigente. Buscar e repassar exemplos históricos de sistemas comunais impulsionam o sentimento de fraternidade interno e também externo à comunidade. Ao fazerem reuniões para relembrar e debater o processo de remoção, o pesquisador pode fazer provocações, abordando temas como racismo, machismo, estigmatização da pobreza e, ainda, questionar o papel da prefeitura e da polícia no processo e ao longo da formação da comunidade, visando sempre a busca pelos anseios da comunidade,

sua percepção quanto o que é e foi feito, e de como poderia ter sido feito.

DIRETRIZ 7 – CMIAP: construir um *ethos* etno-genético e emancipativo

Aqui se apresenta a maior resolução proposta para a pesquisa-ação, de modificar os alicerces da ciência e unir esforços intelectuais, políticos e econômicos que auxiliem na preservação de diferentes culturas e saberes, principalmente dos povos oprimidos. Ao propor um *ethos* (ou costume/hábito) etno-genético, a pesquisa-ação busca uma forma de metodologia altruísta e crítica para a consolidação de uma geração de pesquisadores-agentes de mudança e cooperação. Para isto, é necessária a troca de experiências em níveis nacionais e globais e a participação e formação de redes de pesquisas emancipatórias. Tal premissa exige que dentro das Universidades se formem pesquisadores com fortes bases conceituais que questionem a neutralidade científica. Tal paradigma científico, como citado anteriormente, não é novo, mas persiste intra-muros e na mentalidade de professores e alunos da academia.

Por intermédio de uma base teórica bem desenvolvida sobre a pesquisa-ação, diversas ferramentas podem ser construídas para a libertação dos povos, presos aos grilhões da globalização que se desencadeia em todos os aspectos da vida cotidiana e impõe-se com maior brutalidade entre as culturas heterogêneas e entre os mais pobres.

Algumas conclusões

A pesquisa que vem sendo realizada na VC abriu caminhos para repensar estratégias de abordagem. Desde a pesquisa bibliográfica que exigiu o uso diversas disciplinas até a elaboração de entrevistas, podemos observar que em todos os pontos praticamente analisados anteriormente, a principal ferramenta impulsionadora da ação é o diálogo, feito de forma plural e horizontal. Se há algo que a globalização oferece de bom é a possibilidade de comunicação quase em tempo real entre pesquisadores e atores em todo o globo e esta ferramenta deve ser utilizada. Por meio dela, poderemos nos informar e debater dentro das comunidades reassentadas os casos de outras comunidades em diferentes partes do país e analisar como foi possível resolver os problemas inerentes ao processo.

O primeiro passo proposto sugere a revisão bibliográfica referente aos temas urbanização e remoção/reassentamento, além da coleta de informação quanto à comunidade estudada como: população, atividades econômicas, fontes de renda, faixas etárias, nível educacional, condição de moradia, entre outros. Tratando-se de uma remoção, estes dados poderão ser comparados aos dados das prefeituras, realizados por meio dos PTTS, ferramenta obrigatória para o planejamento de um reassentamento. Estes dados apresentados aos moradores em reuniões ou seminários terão dois objetivos iniciais: a tomada de consciência coletiva unida a um conhecimento técnico-científico. Com mesmo caráter, podem ser feitas entrevistas individuais e coletivas, que instiguem os moradores a relatar e refletir sobre o processo de remoção, aliados a conteúdos so-

ciais como o racismo, a pobreza e a violência. Além de relatar, os moradores devem ser questionados sobre como acreditam que a sociedade poderia ser, pensar numa forma de organização comunal fraterna e isto pode ocorrer por meio de mutirões e atividades culturais.

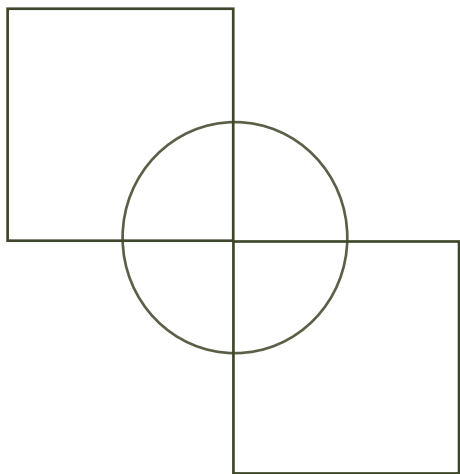
A conscientização e a união dentro de uma comunidade têm poderes reivindicatórios que impulsionam a produção de um programa de ações que se voltam para a garantia de benefícios à própria comunidade. A título de curiosidade, a pesquisa realizada na VC já conseguiu articular a realização de reuniões semanais. Em uma delas, foi organizada uma atividade voltada principalmente às crianças, intitulada “vamos plantar?”, no qual estudantes da Faculdade de Agronomia da UFRGS participaram como apoiadores da Associação de Moradores da Vila Chocolatão, levando mudas de diversas espécies que foram plantadas pelas crianças da comunidade, na manhã do dia 26 de junho de 2015. Esta atividade foi sugerida após a conclusão do grupo em reunião, identificando que um dos principais problemas na VC era a falta de atividades educativas para as crianças da comunidade. Foi um pequeno passo de tantos outros possíveis que surgirão ao longo da pesquisa.

Referências

BORDA, F. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**. n. 38, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. UN, Universidad Nacional de Colombia. Santa Fe de Bogotá, Antioquia, 2008, p. 15.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2013 [1989], p. 238-350.

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PORTO ALEGRE, **Projeto de Trabalho Técnico Social**. Porto Alegre: Out., 2009
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Tradução de Margarida M. de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].
- _____. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers Inc., 1991 [1974].
- MARCUSE, P. Enclaves, sim: guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan/jul. 2004 [1997].
- STRECK, L. L. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 146.
- WACQUANT, L. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 155-164, nov., 2004.



PARTE 6
O RURAL NO CONTEXTO
DA PESQUISA QUALITATIVA

16 ENCONTROS E DESENCONTROS DAS INFORMAÇÕES: o caminho metodológico da pesquisa

Hugo Roberto Duarte Ramos

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Introdução

O interesse dos pesquisadores pela abordagem qualitativa, na maioria das vezes, é o de verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias de um determinado espaço, lugar ou sociedade. Esse interesse se fez presente na dissertação de mestrado “As urbanidades no rural: as transformações na Comunidade Macaúba em Catalão (GO)”, que teve como objetivo compreender as transformações, após a década de 1970, e entender como a cultura de massa impõe a necessidade do consumo, e a interferência dos produtos do mundo moderno no cotidiano camponês após a modernização agrícola, suas mudanças desde

a organização social, cultural e valorização do modo de vida urbano. Na pesquisa, a participação do camponês/consumidor para a economia da cidade contribui para a relação cidade-campo e assenta-se no registro das particularidades culturais de comunidades rurais camponesas como a Comunidade Macaúba, presentes nas formas como seus moradores agem, produzem, consomem, enfim, em suas práticas diárias incentivadas pela cultura de massa e incorporação da cultura urbana.

Para compreender essa realidade, a entrevista e o diário de campo foram as técnicas utilizadas para a coleta de dados, além dos registros fotográficos. Assim, o objetivo desse texto é mostrar o caminho metodológico desenvolvido na pesquisa e a importância desses recursos como técnicas auxiliares no desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

A organização do texto, além da Introdução e Considerações Finais, consta de três itens. No primeiro item “O difícil ato de escolha: o tema e o problema” mostramos a importância de se propor o tema, delimitar a temática que permitirão levantar questões (problema) para encontrar a resposta ao objetivo da pesquisa. No segundo item, “O início da pesquisa: as indagações emergentes”, procuramos explicar como surgiu o interesse pela pesquisa. No terceiro item “O contato com a realidade pesquisada: as descobertas traçadas na Comunidade Macaúba”, destacamos a importância da pesquisa qualitativa e o “caminho” metodológico traçado, expresso nos seguintes passos: pesquisa teórica; pesquisa documental; pesquisa de campo.

O difícil ato de escolha: o tema e o problema

O início de uma pesquisa científica é marcado pelo desconforto e medo do desconhecido, é o fascínio e a esperança de um novo caminho a trilhar. É o início ao incentivo a jovens pesquisadores a produzirem conhecimentos verdadeiramente científicos, ou seja, próximos a realidade. E, em meio a essa caminhada científica, a delimitação do tema e o problema estão inseridos em um campo amplo, convergente e divergente de possibilidades. Para Silveira e Córdova (2009), a pesquisa

[...] possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximação sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real. A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Assim, para seguir esse caminho com rigor científico, o primeiro passo a ser adotado ao desenvolvermos a pesquisa é propor um tema, é delimitar uma temática no qual se queira debruçar, é um conjunto de indagações e de lacunas a serem preenchidas, é meramente a vontade e o desejo de descobrir o novo.

Partindo do pressuposto de que pesquisa é, em síntese, uma resposta que, essencialmente, sempre começa com uma pergunta, se você tem uma pergunta e sabe de uma resposta, não há a necessidade de a pesquisa ser feita (ANTUNES, 1996). Portanto, para iniciar uma pesquisa, é necessário que se tenha um problema e lacunas, que serão transformadas em

perguntas que nortearão a construção dos objetivos da pesquisa. Agora, toda pergunta feita sem resposta, ou com respostas insuficientes, são pontos cruciais para o desenvolvimento de uma pesquisa.

De acordo com Ferreira (2012), devemos determinar um assunto para o desenvolvimento de uma pesquisa. Portanto, se faz necessário sair à procura de algo que lhe desperte interesse, motivação. Devemos pesquisar um tema que nos proporcione gosto, satisfação e admiração, favorecendo uma maior dedicação a pesquisa. Para se chegar a um objeto de pesquisa, é necessário percorrer um caminho árduo e criterioso, até a conclusão final a ser pesquisado. É necessária uma familiarização para que possa propor questões significativas e que investigações não tenham sido desenvolvidas sobre os fatos. Assim sendo, Bianchi (2003) nos propõe a seguinte ideia:

muito embora o ponto de partida da pesquisa científica seja a formulação de um problema de investigação, não é nele que tem início a reflexão do cientista social. Seguindo a tradição classista, podemos afirmar que o princípio (a *arkhé*, dos gregos) que inaugura a reflexão científica é a admiração, o espanto (*thaumázein*) provocado pelo desconhecido/incompreendido. Ao contrário do senso comum, que recua frente aquilo que não conhece, o cientista avança em sua direção atraído, justamente, pelo que os não-cientistas recuarem. (BIANCHI, 2003, p. 76 grifos do autor).

Portanto, a admiração e o espanto que levam o pesquisador a se justificar para desenvolver a pesquisa são o motivo pelo qual se interessa por determinado tema e uma área de pesquisa. Uma vez escolhido, é chegada a hora de delimitar o problema da pesquisa, porém acrescenta-se mais um pon-

to fundamental no caminho a percorrer. Para Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (2002, p. 149, grifo dos autores), “[...] no seu sentido mais estrito, ‘problema de pesquisa’ é definido como uma indagação referente à relação entre duas ou mais variáveis.”

Antes de definir um problema de pesquisa é preciso ter acesso aos dados previamente recolhidos necessários para tal, bem como conhecimento sobre os trabalhos de pesquisa sobre o mesmo tópico que nos antecederam. Seja para evitar a duplicação de esforços, seja para formular problemas realmente relevantes são necessários tanto uma revisão bibliográfica prévia como um levantamento provisório de dados e fonte de pesquisa. (BIANCHI, 2003, p. 83-84).

Torna-se necessária uma leitura mínima sobre o tema, realizar o levantamento do referencial bibliográfico e aprofundar o conhecimento sobre tópicos que antecederam a pesquisa, evitando trabalhos repetitivos e para formular problemas de relevância. A busca na literatura sobre o tema abordado abre discussões com outros pesquisadores da área que tenham experiência e que contribuam na delimitação do problema.

O conhecimento da literatura pertinente ao problema que nos interessa (relatos de pesquisa, teorias utilizadas para explicá-lo) é indispensável para identificar ou definir com mais precisão os problemas que precisam ser investigados em uma dada área. Três situações encontradas na literatura podem dar origem a um problema de pesquisa: (a) lacunas no conhecimento existente; (b) inconsistência entre o que uma teoria prevê que aconteça e resultados de pesquisas ou observações de práticas cotidianas; e (c) inconsistências entre resultado de diferentes pesquisas ou entre estes e o que se observou na prática. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 150-151).

No contínuo do diálogo sobre o problema, Luna (2000) reforça a ideia da formulação ao problema, pautada na forma de perguntas ou indagações para o bom desenvolvimento da pesquisa, desde que estas possibilitem a geração de informações, por meio de perguntas específicas e claras. Completando o raciocínio de pensamento, Bianchi (2003) expõe:

[...] para tanto precisamos delimitar, formando-a em um tópico, ou tema de pesquisa, ou seja, em um interesse que seja o suficiente específico a ponto de servir de base para uma pesquisa e que, ao mesmo tempo, ajude a maneira de outros pensarem e compreenderem determinadas realidades. (BIANCHI, 2003, p. 77).

Todavia, Bianchi (2003) esclarece que a construção de problemas nasce diretamente do tópico de pesquisa, e que bastaria chegar a um tema e anexar uma pergunta padrão, na qual, as Ciências Sociais e as Ciências Humanas estariam perdendo o rigor científico e se aproximando do senso comum que, de frente ao desconhecido, simplesmente se interroga o por quê? E que na ciência existem rigores maiores de perguntar não utilizando apenas o motivo. Abriria caminhos a outras formas de se perguntar: Como? Onde? Quando? O quê? Seriam algumas perguntas cabíveis na formulação da problematização.

Diante do exposto, algumas perguntas foram feitas para concretizarmos nossa problematização: a) como a cultura de massa do mundo capitalista se insere no campo? E como a cultura urbana influenciada pela mídia interfere na vida da Comunidade?, b) como estão inseridos na sociedade capitalista?, c) quais os comportamentos que induzem ao consumo?, d) como as necessidades produzidas pelo modo de vida urbano

interferem na comunidade macaúba?

O pesquisador, ao escolher o tema a ser analisado, se pauta no seu cotidiano, que surge, espontaneamente, em decorrência de sua vivência enquanto membro da sociedade. Para Gil (2008), ao escolher o problema a ser estudado, o sujeito recebe influência de seu meio cultural, social e econômico. Assim, o meio em que vive interfere na seleção do objeto de pesquisa. O mundo vivido, percebido e concebido, termos utilizados por Lefebvre (2001), possibilita dados cabíveis para a formulação de um tema e se pautar nas problematizações.

Nas proposições teóricas e conceituais sobre o tema e o problema para o desenvolvimento da pesquisa, no transcorrer da construção do pensamento, expomos os caminhos seguidos e adotados para a escolha do tema e o problema de nossa pesquisa.

O início da pesquisa: as indagações emergentes

No final da graduação, ocorreu o meu ingresso no mercado de trabalho. Entrei no comércio varejista de eletrodomésticos. Trabalhei nas empresas Ricardo Eletro, Magazine Luiza e Casas Bahia, onde atuei como vendedor e analista de crédito (empréstimo pessoal/consignado/cartão de crédito). A experiência profissional nessas três empresas me possibilitou o conhecimento da venda de papel como elemento integrante a um produto.

Ao participar do processo seletivo do mestrado, no final de 2011, tinha a pretensão de continuar a pesquisa com o tema que havia trabalhado na graduação. Contudo, ao in-

gressar no programa e em diálogos com as primeiras orientações, decidi trocar o tema a ser pesquisado. Meses e meses se passaram, e a correria do trabalho, disciplina, leituras, vida cotidiana e artigos para desenvolver em cumprimento aos créditos nas disciplinas, não me proporcionaram momentos de reflexão na busca do tema.

O tema surgiu durante diálogos na disciplina Produção e (re)produção do urbano, disciplina oferta do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, no primeiro semestre de 2012, com a professora Carmem Lúcia Costa. Quando discutimos o processo de financeirização e as exacerbadas taxas de juros que consumidores pagam nas aquisições de bens de consumo para o seu uso próprio, comentei que, minutos antes daquela aula, havia negociado três bicicletas com um senhor de aparência simples (que tem ou aparenta humildade) com vestimentas simples, características de trabalhador rural, muito presenciado na cidade, adquirindo esses objetos para presentear suas proles.

A forma de pagamento solicitada pelo cliente foi o carnê, que possui maior taxa de juros, e o vendedor utiliza essa condição para embutir os serviços adicionais (garantia estendida, seguro de vida, plano odontológico, seguros residenciais, dentre outros). A venda desses serviços é exigida pela empresa e a lucratividade é superior à dos produtos. A comissão a ser faturada com a venda dos produtos varia de 1% a 2%, conforme o setor de venda. A rentabilidade dos serviços adicionais gera uma comissão de 10% para o vendedor, o que faz gerar uma margem maior de lucro.

Ao embutirmos os serviços adicionais, isto nos proporciona um desconforto e receio devido à indução ao consumo de papéis. Alguns clientes estão atentos a essas negociações e, caso venham a questionar sobre tais cobranças, são informados que é de cunho obrigatório por serem compras realizadas no carnê. A ocultação de informações, muitas vezes, nos gera uma sensação de pena, em relação às condições salariais do trabalhador brasileiro, mas estamos inseridos no modo de produção onde o “homem é lobo do homem”, como diz o filósofo Thomas Hobbes, e isso é fato que ocorre no cotidiano dos trabalhadores no comércio de eletroeletrônico.

Durante dois anos e oito meses, quando fiz parte do quadro de funcionários das três maiores empresas via varejo de móveis, eletroeletrônicos e informática do Brasil, presenciei, diariamente, consumidores adquirindo esses papéis altamente lucrativos para as empresas. Muitos adquiriam sem ter conhecimento da compra, que possuem valores e são omitidos pelos vendedores. Outra tática utilizada pelos vendedores são argumentos de oferecer descontos no produto para inserir esses seguros. Não há um salário fixo para essa classe trabalhadora e, como meio de fazer seu salário (se baseia em comissão), tais serviços são embutidos com a finalidade de aumentar a rentabilidade mensal do trabalhador.

Desta forma, a proposta surgiu mediante algumas reflexões e textos que nos foram sugeridos e comeci a pensar no tema e no problema. As indagações foram direcionando a um ponto de partida e passadas ao papel, em poucos dias, mediante a necessidade de entregar o projeto ao Simpósio Interno do Mestrado. Desde o princípio, propus a fazer um estudo

que discutisse a relação cidade-campo. Contudo, diante dessa proposta em estudar a relação cidade-campo, encontraria certa dificuldade na análise do espaço rural, mediante o não pertencimento e contato com os moradores das comunidades existentes no município de Catalão, conforme mostram Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, (2002):

[...] frequentemente, pesquisadores iniciantes encontram uma certa dificuldade de obter esse acesso, sobretudo quando o estudo focaliza uma instituição (como por exemplo, uma escola, uma empresa, uma hospital, um sindicato). As instituições costumam ter procedimentos formais para conceder autorização para a entrada de um observador externo, bem como para dar acesso a determinados espaços e documentos. [...] O conhecimento da hierarquia que rege a instituição a ser pesquisada e a ajuda informal de alguém do próprio sistema são outros elementos facilitadores da entrada no campo. Nos casos em que o interesse da pesquisa se centra, não em uma instituição, mas em uma comunidade, é necessário conhecer as lideranças, pois sua ajuda é essencial para obter o acesso a demais sujeitos. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 160-161).

A escolha da comunidade de Macaúba ocorreu por relações de amizade com alguns membros que residiram e que residem no local, conhecidos que já tiveram ou têm familiares que lá moram, e outros que foram conhecidos ao longo da pesquisa nas participações das festividades. Outro fator foi a intensa transformação causada na comunidade com a territorialização das mineradoras na adjacência de sua área. Estes motivos apresentados e também pela acessibilidade ao local de estudo pelas pessoas conhecidas, me possibilitaria a inserção, entre os demais sujeitos, para o bom desenvolvimento da pesquisa. Fato importante também observado é a proximidade ao

município de Catalão. A facilidade de articulação dos moradores em ambos os espaços exerceria maior reflexão acerca da temática pesquisada.

Diante do exposto, delimitamos o tema e o problema. Nossa análise parte do pressuposto de um rural arcaico, e este estaria caminhando para se tornar um rural-natureza, símbolo da civilidade contemporânea. Espaço propulsor de lazer, onde a valorização do verde proporciona o ócio, a qualidade de vida e o bem estar aos que procuram o descanso, tranquilidade e maior contato com a natureza aos que ali se instalam aos finais de semana, argumentos associados e valorizados às novas ruralidades. Como afirmou Baudrillard (1969),

[...] a lógica social apossa-se novamente tanto da abundancia como dos prejuízos. A influência do meio urbano e industrial faz aparecer novas raridades: o espaço e o tempo, o ar puro, a verdade, a água, o silêncio. Determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de luxo acessíveis apenas aos privilegiados, ao passo que os bens manufaturados ou os serviços oferecidos em massa. [...] A segregação no habitat não é nova, mas porque ligada a uma penúria sábia e a uma especulação crônica, tende a tornar-se decisiva, tanto pela segregação geográfica (centro das cidades e periferias, zonas residenciais, guetos de luxo e cidades-dormitórios, etc.) como no espaço habitável (interior e exterior do alojamento), no desdobramento em residência secundária, etc.). (BAUDRILLARD, 1969, p. 61-62).

A essas novas espacialidades criadas observamos que o rural é influenciado pela cidade e o modo de vida urbano, ou seja, a vida rural leva a marca da urbanidade, à medida que sofre influência das cidades por meio da sua aproximação, contato, interação, comunicação e pelos investimentos efetuados por agentes urbanos no campo.

De acordo com Biazzo (2010), as influências culturais de origem citadina, veiculadas pelos meios de comunicação desde, praticamente, nas primeiras décadas do século XX, articulam cidade à indústria e ao progresso e, consequentemente, à difusão de padrões de comportamentos provenientes da metrópole, o reforço do urbano como evoluído, moderno, local de acesso aos produtos e serviços como maior facilidade e, portanto, os proporciona qualidade de vida. Em contrapartida, o rural é visto como um espaço rústico e atrasado.

O campo está em metamorfose, aproximando cada vez mais suas particularidades que se sobrepõem ao seu espaço cotidiano. Essas inquietações nortearam a proposta inicial do pré-projeto que foram amadurecidas até se tornar o projeto final para a construção da dissertação. Como estamos inseridos no município de Catalão, se faz jus a escolha por este para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, Catalão representa a cidade e a comunidade Macaúba, o rural. Em síntese, apresentaremos algumas características sobre os universos dos espaços em pesquisa, entendendo que estão interligados na construção de sua identidade.

O contato com a realidade pesquisada: as descobertas traçadas na comunidade Macaúba

A abordagem qualitativa de acordo com Godoy (1995), a partir da segunda metade do século XX, se expandiu entre as ciências, dentre elas a Geografia, a Psicologia e a Administração. Na ciência geográfica, a pesquisa qualitativa tem se

tornado um caminho metodológico, incrementando novas possibilidades na interpretação científica das relações socioespaciais do espaço geográfico, por meio das técnicas de entrevistas, história oral, diário de campo, fotografias e estudos de casos. Todavia, as interpretações da realidade são o desafio da pesquisa ao pesquisador. Propor perguntas e lacunas a serem respondidas são o trunfo para o pesquisador, que pouco a pouco constrói o conhecimento.

A posição social do autor da pesquisa, a onipotência descritiva do texto científico, a transcrição objetiva da realidade são postas em questão: o pesquisador está marcado pela realidade social, toda observação está possuída de uma teoria, o texto não escapa a uma posição no contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante. (CHIZZOTTI, 2003, p. 230).

O pesquisador busca o desconhecido e atinge com maior precisão teórica sobre os fenômenos desconhecidos ou realidade incertas ou duvidosas. A pesquisa se pauta nas indagações do pesquisador, que busca preencher as lacunas dos objetivos propostos. Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (2002) dizem que a maior parte das pesquisas qualitativas se propõe a preencher lacunas no conhecimento, na qual estas geralmente se referem à compreensão de processos dinâmicos que ocorrem em instituições, grupos ou comunidades. Para reforçar esta ideia, Demo (1998) faz a seguinte observação:

Pesquisa qualitativa significa, na esteira de nossa argumentação, o esforço jeitoso de formalização perante uma realidade também jeitosa. Trata-se de uma consciência crítica da propensão formalizante da ciência, sabendo indigitar suas virtudes e vazios. (DEMO, 1998, p. 101).

De acordo com Matos e Pessoa (2009), a pesquisa qualitativa reconhece que os atores sociais são sujeitos que produzem conhecimentos e práticas. Por conta disso, estabelece a necessidade da imersão do pesquisador no contexto em que estuda.

Os resultados da pesquisa são fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisados.

A pesquisa qualitativa não procura aumentar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatísticos na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

A pesquisa qualitativa tem como características marcantes as descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade; interações entre indivíduos, grupos e organizações.

Muitos pesquisadores de orientação qualitativa fazem seu trabalho de campo através de observação e entrevista, empregando muito do seu tempo no local da pesquisa, em contato direto com os sujeitos. Registram suas notas, analisam seus dados e escrevem os resultados obtidos, incluindo descrições de trechos de conversas e diálogos. Fotos coletadas ou tiradas pelo pesquisador também podem compor o conjunto de dados. (GODOY, 1995, p. 62).

De acordo com Godoy (1995), do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita o pesquisador “colocar-se no papel do outro”, vendo o mundo pela visão dos pesquisados. Utilizamos métodos para interpretar como as coisas são realizadas no seu dia a dia, na vida cotidiana. Essa realidade empírica se expõe somente na experiência humana, na percepção de como o outro se vê na realidade. A pesquisa qualitativa preocupa com aspectos da realidade, na compreensão e explicação das relações sociais:

as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Para a condução da pesquisa qualitativa, as técnicas de investigações adotadas exprimem a confiabilidade dos resultados. Para trilhar esse caminho metodológico, delimitamos os seguintes passos: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo (entrevistas, diário de campo, gravações, fotografias).

As fases da pesquisa

Pesquisa teórica

A revisão da literatura exerce um dos principais papéis na análise acadêmica. É por meio desta que contextualizamos e situamos o trabalho na área da qual faz parte.

Situar seu trabalho é muito importante tanto para você quanto para o leitor do seu texto: para quem escreve, porque precisará definir os autores pertinentes para fundamentar seu trabalho, o que demandará uma leitura vasta, constante e repetida; e para quem lê, porque pode identificar a linha teórica em que o trabalho se insere com base nos autores selecionados para a revisão de literatura. (SANTOS, 2006, p. 2).

Além de situar o leitor, a estruturação teórico-conceitual de uma pesquisa é importante para situar a análise no tempo/ espaço, orientando a ação do pesquisador. Seu papel é subsidiar a interpretação da realidade percebida; identificar e representar os fenômenos socioeconômicos e culturais responsáveis pela manifestação de determinados eventos (MENDES; PESSÔA, 2009). A revisão de literatura é a peça fundamental para o arcabouço que embasa a pesquisa.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a revisão teórica que tem como “[...] objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explica-lo”. (LUNA, 2000, p. 83). A revisão e leituras foram feitas a partir da consulta em livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, documentos, monografias, dissertações teses e *sites*, fazendo uso de fontes

primárias e secundárias.

A revisão bibliográfica constou de obras que versam sobre a relação campo/cidade, consumo, cultura, ideologia, agricultura camponesa e espaço na busca de elementos que possam subsidiar a pesquisa na compreensão da dinâmica proposta. Também foi feita a consulta em obras de pesquisadores das áreas que tenham feito discussões pertinentes acerca da temática estudada, onde favoreceu o desenvolvimento da pesquisa.

Pesquisa documental

Na abordagem qualitativa, a seriedade e o rigor científico na coleta e na interpretação dos dados são fundamentais para alcançarmos as problemáticas propostas. Isso porque a pesquisa documental visa a responder as necessidades objetivas da investigação científica.

Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. Cartas, diários pessoais, jornais, revistas, também podem ser muito úteis para a compreensão de um processo ainda em curso ou para a constituição de uma situação passada. Participante. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 169).

É importante, para se conhecer os tipos de investigação realizados, identificar os instrumentos adotados, os pressupostos teóricos assumidos, as posições dos pesquisadores, os aspectos explorados e os sistemas de explicação que foram cons-

truídos. (CHIZZOTTI, 2003). A análise da problemática tratada foi necessária para buscar os dados em fontes primárias e secundárias como sucede.

As fontes primárias, conforme Gerhardt *et al.* (2009), são aquelas que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, gravuras, pinturas a óleo, desenhos técnicos etc. As fontes secundárias são aquelas que, de alguma forma, já foram analisadas, tais como: relatório de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, manuais internos de procedimentos, pareceres de perito, decisões de juízes, entre outros.

A consulta de dados em fontes oficiais de informações, como no Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE–Agência Catalão), foi feita com o objetivo de obter os dados como Censos Demográficos, populacionais e agropecuários do município de Catalão. Na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), foi feita, em parte, a coleta de dados estatísticos de Goiás e de Catalão, na Secretaria de Agricultura de Catalão e dados do NEPSA/CNPQ (Núcleo de Pesquisa Sócioambientais – Campus Catalão), onde buscamos informações referentes às comunidades rurais do município. Na Secretária do Comércio e da Indústria de Catalão, buscamos os dados que mostrassem a participação das comunidades rurais na economia do município.

A pesquisa documental foi importante para a construção histórica e a compreensão política, econômica e social de Catalão e, especificamente, da comunidade Macaúba. As consultas foram feitas em documentações para a obtenção de dados refe-

rente às questões socioeconômicas, à quantidade de moradores residentes, à quantidade de comunidades rurais no Município de Catalão e à participação financeira na economia local.

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo é a parte de conhecermos a realidade pesquisada, é o momento de nos inserimos no universo da pesquisa, de viver e ter a experiência da prática para compreendermos o vivido, tendo, assim, o contato entre o empírico e a prática. Não devemos reduzir ao mundo empírico, mas é o momento específico que articulamos a teoria e a prática. Representa um período no processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo e incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006).

Para Santos e Pessôa (2009), o trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois representa o momento em que o pesquisador estabelece um contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e apreendendo a maneira como eles se concebem em suas dinâmicas de vida e de trabalho no lugar em que vivem.

A pesquisa de campo possibilitou o conhecimento do espaço/objeto a ser investigado. Um momento de reconhecimento da comunidade, tais como suas histórias, lendas, e observação das construções físicas das casas dos moradores, bem como o que tangencia o foco do trabalho, a inserção dos produtos eletroeletrônicos no espaço vivido.

O contato com o campo na fase inicial do planejamento é de suma importância, não apenas para a geração de questões e identificação de informações e documentos, como para uma primeira avaliação da pertinência, ao contexto considerado, das questões sugeridas por outras fontes. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 151).

O primeiro contato foi fundamental para o levantamento das questões do trabalho, principalmente por reconhecer que essa comunidade apresenta um vazio demográfico de jovens até os 18 anos em virtude dos filhos se deslocarem para a cidade para estudar ou exercer outras atividades diferentes a de seus pais.

Independente do nível de pesquisa, torna-se de cunho obrigatório a submissão da pesquisa ao órgão específico aprovado pela portaria de Resolução 196 de 1996. Nesse sentido, Fonseca e Matos (2008) relatam bem essa apreciação, considerando a importância e relevância para a pesquisa diante da credibilidade. Assim, é exposta a necessidade:

[...] essa resolução considera pesquisa envolvendo seres humanos aquelas realizadas em qualquer área do conhecimento e que, de modo direto ou indireto, envolvam indivíduos ou coletividades, em sua totalidade ou partes, incluindo o manejo de informações via entrevistas, aplicações de questionários, utilização de banco de dados com informações sobre seres humanos e que, portanto, devem ser submetidas à apreciação de um CEP. (FONSECA; MATOS, 2008, p. 143).

Assim, de acordo com Fonseca e Matos (2008), torna-se de fundamental importância a submissão ao Comitê de Ética à proteção não apenas dos objetos da pesquisa, mas, também, dos pesquisadores e das instituições, a qual o pesquisador e

a comunidade científica como um todo façam parte. Nessa pesquisa, a submissão ao Comitê de Ética visa a salvaguarda a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar do sujeito da pesquisa. Assim, seu objetivo de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa, sua integridade e dignidade no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado aos entrevistados que aceitaram a gravação de suas falas e a divulgação de seus depoimentos.

A familiaridade com o universo de pesquisa é importante para o desenvolvimento e o entendimento do espaço pesquisado. As observações e as interações com os moradores foram feitas por meio das festas culturais que se desenvolvem na comunidade. Dentre estas festas familiares, procissão da Via Sacra, Festa de São Pedro e de São João. Esses momentos foram propícios para conhecer mais o convívio cultural dos moradores, e também a extinção de festas religiosas e as transformações/reorganização das procissões religiosas, possibilitando um olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora.

As informações para a pesquisa foram obtidas por meio da entrevista, gravação, diário de campo e registros fotográficos. Assim, o trabalho de campo torna-se um instrumento necessário para a realização de investigações de qualquer natureza. Nesse sentido, busca-se na pesquisa de campo conhecer a realidade da comunidade Macaúba, observar a vida cotidiana e mostrar a relação cidade-campo a partir da comunidade Macaúba e da cidade de Catalão (GO).

Para a pesquisa foi elaborado o roteiro de entrevista semi-

-estruturada. A amostragem utilizada foi a não probabilística por acessibilidade ou por conveniência. De acordo com Gil (1999, p. 104), esse tipo “constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem [...] e é destituída de qualquer rigor estatístico”. Assim, do total de 49 famílias, moradoras da comunidade, foram entrevistadas 32 famílias para a compreensão da relação cidade/campo a partir da comunidade Macaúba e o município de Catalão, o incentivo ao consumo, o modo de organização social, o modo de vida, a valorização da cidade e como os comportamentos urbanos interferem no seu cotidiano. Com relação às demais famílias (17), não foi possível realizar as entrevistas devido à dificuldade de encontrá-las. O número de famílias entrevistadas (65%) foi o suficiente para obter um perfil do grupo de moradores da comunidade.

Assim, de acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder,

[...] por sua natureza interativa a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade. A entrevista pode ser a principal técnica de coleta de dados ou pode, como vimos, ser parte integrante da observação participante. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 168).

Nessa fase também utilizamos o diário de campo para registrar apreensões dos agricultores camponeses e suas relações com o espaço, bem como desenho dos trajetos percorridos durante a coleta de dados, e momentos considerados importantes ou fatos observados que foram considerados relevantes. Para Lopes *et al.* (2002 p. 131), “o Diário de Campo é um recurso muito utilizado pela etnografia como forma ideal para registrar o cotidiano da pesquisa”. Para Gerhardt *et al.* (2009),

[...] o diário de campo, enquanto técnica de pesquisa, foi utilizado inicialmente pela Antropologia, classicamente representada pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, o primeiro a sistematizar as observações realizadas em suas pesquisas etnográficas. (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 76).

O diário de campo é uma forma de narrar as experiências vividas no trabalho de campo e como instrumento indispensável para que possamos aprofundar nossos olhares sobre a realidade do espaço social. Serve como registro das informações do convívio com o local na construção da história dos indivíduos - que não podemos abstrair de outras vias de pesquisa. São informações registradas evitando a perda, pois, com o passar do tempo, nossa memória provavelmente descartaria tais relatos (LIMA, 2002).

Ainda sobre o diário de campo, Lopes (2002) mostra que as anotações dos relatos refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real, tal como um fotógrafo enquadra a cena a partir de sua visão de mundo. O diário de campo constitui-se em exercícios de reflexão e narração dos acontecimentos e situações vivenciadas na pesquisa.

Não há uma regra para a construção do diário de campo, cada pesquisador desenvolve determinada metodologia, é um material muito pessoal, onde é possível fazer anotações, desenhar percepções e fatos que chamam atenção. Este instrumento faz com que observemos o espaço de uma forma mais atenta. São gestos, emoções, histórias, lugares registrados no papel que, ao serem lidos e relidos, nos permitem voltar na mente o trajeto da pesquisa de campo. Assim, Lima *et al.* (2002) discorrem que o encontro entre os conteúdos objetivos

da pesquisa e a subjetividade do pesquisador torna o diário de campo um dos instrumentos mais ricos para a construção da análise.

O pesquisador ao descrever os dados busca na memória o ambiente no qual os acontecimentos ocorrem, o que lhe permite retomar os fatos e a situação captadas por seu olhar atento. Um olhar atento que se aprofunda nas questões pertinentes aos dados e, também, nos gestos e situações do desenrolar da pesquisa. Ele provoca o despertar para os acontecimentos e temas não previstos ou captados pelas demais técnicas. (LOPES *et al.*, 2002, p. 134).

Além dos relatos no diário de campo, outro elemento utilizado foi a gravação digital, usada em larga escala para capturar relatos literais exatos, juntamente com sotaques, entonações e inflexões, sem a intervenção interpretativa de estenógrafos e anotadores. Ela nos possibilita o arquivo das entrevistas, que permite uma segunda audição caso seja pertinente. As gravações transcritas podem compor ou não parte do corpo do texto, mantendo todos os relatos expostos pelo entrevistado.

Cabe ao pesquisador o discernimento e registro com fiel clareza sem interferência ou distorções na linha de raciocínio e do que os entrevistados expõem. Além dos relatos do diário de campo, a pesquisa dispõe dos registros fotográficos para ilustrar as análises reflexivas das observações e das respostas dadas pelos agricultores camponeses, pois, desta forma, propõem ao leitor uma realidade mais concreta com o espaço pesquisado.

De acordo com Sartório (2011), a tradição do uso da fotografia na pesquisa social remonta ao século XIX, com os primeiros trabalhos da Antropologia que usaram para registrar costumes e tradições de povos considerados exóticos. A seguir,

a Sociologia, a História e a Psicologia, dentre outras disciplinas, se interessaram pelo uso da foto para o registro do real e, também, como auxiliar na obtenção de dados subjetivos. Na ciência geográfica, o uso da fotografia está lúcido nas palavras de Justiniano (2005):

[...] em Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, com localizações geográficas, ângulo de visada, registro de hora e da data e relato do fato observado. Essas anotações serão importantes na composição dos trabalhos, na verificação de resultados e no acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo. (JUSTINIANO, 2005, p. 187).

O uso da fotografia é para contribuir na percepção, na ilustração e na documentação dos fenômenos investigados. Representa o pensamento do fotógrafo ou uma forma de expressão de um espaço, aquilo que se queira dizer, representado pela fotografia. Sartório (2011) nos esclarece sobre o desenvolvimento dessa técnica na pesquisa:

[...] após o desenvolvimento da fotografia o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica. Com a descoberta da fotografia e, mais tarde, com o desenvolvimento da indústria gráfica, iniciou-se um novo processo de conhecimento do mundo: detalhado, fragmentado e contextual. (SARTÓRIO, 2011, p. 7).

Essas fotografias expressam uma intencionalidade, representam um forte documento visual, como pode enganar muito bem algo que seja demonstrado. As fotografias são mentalidades e a visão de quem fotografa, e a visão de quem fotografa

é única, carregada de objetivos a partir de sua percepção de mundo.

Os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições, fotografias, desenhos e vários tipos de documentos. Visando a compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que os dados da realidade são importantes e devem ser analisados. Esses dados são de fundamental importância para que possamos entender um pouco sobre as urbanidades no rural e tornar tema de apreciação para a Geografia, em especial o urbano e o rural. Com visões paradigmáticas diferenciadas, ambas procuram debater e identificar as transformações, configurações espaciais e os significados que assumem os estudos sobre a cidade e o campo; o urbano e o rural; a urbanização; a rururbanização, dentre outros.

Considerações Finais

As transformações ocorridas no campo brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, intensificam e reorganizam a relação cidade-campo por meio do mundo globalizado. O país e o mundo entram em um período ainda não vivido na história da humanidade, o campo e a cidade reconfiguram-se. O desenvolvimento industrial e o Modo de Produção Capitalista (MPC) impõem uma nova forma de vida, e a relação homem – natureza passa por transformações significativas. O homem se diversifica e eclode o índice da população mundial, seja pelo processo de migração e emigração favorecido pelos avanços do transporte, desenvolvimento de infraestrutura, mas o essencial ao movimento migratório é de origem cam-

po-cidade eclodindo à urbanização.

A modernização/industrialização do campo proporciona maior produtividade em áreas menores. E, no cenário brasileiro, são desapropriadas pessoas que buscavam nas cidades o que lhe foi tirado no campo. A cidade ressurgiu no momento em que a lógica do capital expandiu em desenvolvimento, surgindo, então, cidades despreparadas para receber esse contingente populacional. Essas tiveram um crescimento acelerado e desorganizado, contribuindo para gerar problemas urbanos e rurais, como a violência, o desemprego e a segregação espacial.

O rural se transforma, torna-se moderno com a inserção dos novos produtos que o mercado oferece, porém ainda permanece com alguns elementos característicos básicos de seu modo de vida. Esta nova incorporação de elementos urbanos no rural é denominada como “novo rural”. Esse “novo rural” é característico da globalização, pois é um fator preponderante na articulação entre cidade e campo, facilitado pela expansão da malha rodoviária, pelo acesso aos meios de comunicação, tais como a TV e a internet e pelo telefone celular, que trouxeram a possibilidade de estar onde não se pode ir e, ao mesmo tempo, em vários lugares ao mesmo momento.

Nesse embate, são transmitidos modelos de comportamentos que nos induzem ao consumo, subordina e transforma a cultura, interfere a vida cotidiana, transformando todas as relações culturais estabelecidas ao longo da construção histórica, e impondo uma cultura individualista e compulsiva. O campo adere a hábitos da cidade e ao modo de vida urbano, ou seja, a vida rural levará a marca do urbano, à medida que sofre a influência das cidades por meio do contato, da comu-

nicação e dos investimentos efetuados por agentes urbanos no campo.

Assim, concluímos que a pesquisa qualitativa é de relevância para as ciências humanas, pois demonstra que, com rigor teórico e seguindo os métodos propostos, torna-se possível provar a cientificidade ao preencher as lacunas que foram encontradas. A escolha das metodologias propostas são elementos importantes no trabalho científico, bem como a riqueza de detalhes que esta metodologia nos permite mostrar o lugar das pessoas por intermédio de gravações, de fotografias e de questionários estruturados. Permite-nos o registro de sentimentos, das falas, da paisagem, das festas culturais bem como seu modo de vida. Esperamos, assim, que este relato possa incentivar e contribuir para novos pesquisadores a utilizar essa metodologia no qual visa a temas pertinentes à Geografia e a que fazem reflexões sobre as transformações socioespaciais.

NOTA

¹Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, em 3 de abril de 2014.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. da. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006, p. 51- 68.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.**

2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 147-176.
- CHIAPETTI, Rita J. N. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **GeoTextos**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 139-162, dez./2010.
- CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Míinho, v. 16, n. 2, 2003, p. 221 - 236.
- FONSECA, Vania; MATOS, Eduardo L. de. Geografia e a questão da ética em pesquisa envolvendo seres humanos. **GEONORDESTE** – Revista de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, n. 1, 1984 - 2008 (n. 2, número especial), p. 143 - 158. Disponível em: <http://geonordeste.ufs.br/>. Acesso em: 24 jul. 2013.
- GERHARDT, Tatiana E. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 65 -87.
- GIL, Antonio C. Amostragem na pesquisa social. In:_____.**Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 99-109.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Arilda S. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995, p. 57-63.
- HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas. In:_____. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. (1. ed. 1987). Petrópolis: Vozes, 2010, p. 57-99.
- JUSTINIANO, Eduardo F. Registro fotográfico. In: VENTURI, Luis A. B. (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Texto, 2005, p. 187-195.
- LIMA, Helton S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Sociologia rural questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, 2002, p. 143-149.
- LOPES, Dulcelaine Lúcia *et al.* O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Sociologia rural questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São

Paulo: Letras à margem, 2002, p. 131-134.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000. (Série Trilhas).

MATOS, Patrícia. F. de; PESSÔA, Vera Lúcia S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 279-291.

MENDES, Estevane de P. P.; PESSÔA, Vera Lúcia. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, Julio Cesar de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 509-537.

ROSA, Lucelina. R.; FERREIRA, Darlene Ap. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Artur M. (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 187-204.

SARTÓRIO, Natália de Araújo. **Potencialidades e limitações do uso da fotografia na pesquisa qualitativa de enfermagem.** 2011. 91f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 123-138.

SANTOS, Luiz F. A. dos. **Apostila metodologia da pesquisa científica.** Faculdade Metodista de Itapeva. Itapeva, 2006. Disponível em: http://www.metodista.br/itapeva/teia/leitura/material-idático/apostila_metologia_ii.doc.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

17 O PROCESSO HISTÓRICO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DE ELDORADO DO SUL – RS: a entrevista semiestruturada e a observação como técnicas de pesquisa qualitativa em Geografia

Joel Luís Melchiors

Rosa Maria Vieira Medeiros

Introdução

Os assentamentos localizados na zona rural de Eldorado do Sul e instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual, na passagem do século XX para o atual século, somam duas décadas de existência, sendo que o mais novo dentre eles (Assentamento Lanceiros Negros) possui não mais que três anos de criação.

Em 2016, houve sete assentamentos no município de Eldorado do Sul, que faz em parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), vizinho à capital do estado do Rio Grande do Sul (RS), Porto Alegre.

O que temos a seguir é uma narrativa, ao longo do tempo histórico, da evolução dos diferentes territórios agrários no município de Eldorado do Sul. Inicialmente, será traçada a evolução histórica dos territórios agrários no município eldoradense, trazendo para discussão como originou-se o cenário atual em Eldorado do Sul, do qual os assentamentos rurais são importantes.

Dando continuidade a este primeiro item, serão trazidos à baila os quatro grandes territórios agrários do município: desde o território agrário Indígena, passando pelos territórios agrários Estancieiro I e Estancieiro II até o território agrário Contemporâneo. Assim sendo, serão evidenciadas as formas como evoluíram tais territórios ao longo do tempo e quais foram os fatores de transição entre cada um.

No segundo item, denominado Trilhas da Pesquisa Qualitativa, serão destacados quais os instrumentos de pesquisa qualitativa estão sendo aplicados. Foram realizadas 15 saídas de campo nos assentamentos alvo da pesquisa, com a realização de entrevistas semiestruturadas em seis dos sete assentamentos.

Ainda na parte do caminho metodológico, encontra-se o roteiro das entrevistas semiestruturadas, instrumento utilizado nas saídas de campo aos assentamentos rurais da reforma agrária em Eldorado do Sul. Ademais, foi aplicada, também, a técnica de observação para a montagem dos roteiros e sua posterior realização com os agricultores assentados.

Assim sendo, pretende-se evidenciar o quão dinâmicas e impactantes foram/continuam sendo as transformações pelas quais passou – e está passando o município gaúcho de Eldorado do Sul, desde seus primórdios históricos, quando ainda

era distrito do município de Guaíba até passar a ser o município da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com o maior número de assentamentos rurais instalados.

O processo histórico dos territórios agrários: algumas considerações

Sobre a evolução dos territórios rurais de Eldorado do Sul, foi usada uma escala temporal para que fossem dinamizadas da melhor forma as consequências econômicas, culturais, ambientais e sociais da evolução histórica do território agrário eldoradense, desde a colonização europeia até a chegada dos assentamentos da reforma agrária no município.

O conceito de território é, sobretudo, geográfico. Todavia, no caso específico do processo histórico dos territórios agrários de Eldorado do Sul, a melhor maneira de se trabalhar com o território sob a pressão agrícola, retomamos a Verdum (2004, p. 40):

[...] evidencia-se a importância de se poder avaliar essa pressão associada às diferentes fases de ocupação do território. Pode-se buscar a existência de diferenciação das formas de pressão agrícola a partir da diversidade de processos históricos, identificando a persistência das heranças, nas práticas agrícolas.

Podemos perceber, então, que as ações das pessoas sobre o território levam à formação/apogeu e crise dos territórios agrários, sendo que este acontece no caso das ações dos assentados sobre o território de Eldorado do Sul. Dividiu-se a evolução histórica de Eldorado do Sul em quatro diferentes

territórios agrários: Indígena, Estancieiro I, Estancieiro II e Contemporâneo (ou Atual).

Território Agrário Indígena (até início do Séc. XVIII)

No período anterior a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis ao Rio Grande do Sul, havia no território, que hoje é Eldorado do Sul, a presença de tribos de índios Tapes, Guayacanás e Arachanes. Segundo Russczyk (2009) e Calcanhoto (2001), estes dois grupos eram rivais, pois os Tapes vinham da tradição colonizadora dos Guaranis e os Guayacanás e os Arachanes eram originários da região, ou seja, nativos.

Praticavam, principalmente, a pesca e a coleta; a produção agrícola de mandioca e milho, sem gerar excedentes agrícolas. A questão da divisão sexual do trabalho e a atuação em conjunto são, para Russczyk (2009, p. 12): “...características dos povos indígenas. O cultivo baseia-se na prática da coivara, com derrubada de árvores [...] efetuava-se o cuidado e a limpeza manual até a atividade de colheita da produção.”

É no período histórico, após o descobrimento do Brasil (pós-1500), que começaram a surgir as relações, por vezes conflituosas, entre colonizadores portugueses e grupos indígenas. Fernandes (2014) denomina este processo de “primeiro paradoxo do Brasil agrário”: foi quando iniciaram as práticas de escambo e a extração e troca do pau-brasil no território nacional.

Os fatores que levaram ao término deste primeiro território agrário foram a dizimação da população indígena pelos

portugueses e espanhóis, as tentativas de escravização da mão de obra indígena por aqueles, a expropriação das terras indígenas pelos colonizadores, até a chegada destes dois povos e as suas disputas por terras levaram à crise do Sistema Agrário Indígena.

Território Agrário Estancieiro I (início do Séc. XVIII até fins do Séc. XIX)

A história oficial de Eldorado do Sul, segundo PMES (2016, p. 4), conta que “o território onde está situado o município de Eldorado do Sul foi inicialmente ocupado por estancieiros açorianos pertencentes ao grupo pioneiro de Jerônimo de Ornelas, na metade do século XVIII”.

É esclarecedor perceber que esta é a mesma história relatada na origem histórica de Guaíba, destacada por Calcanhoto (2001, p. 2), que afirma: “A colonização do município de Guaíba ocorreu com a chegada dos portugueses – açorianos – por volta do ano de 1732, os quais pertenciam ao grupo pioneiro de Jerônimo de Ornelas Menezes”.

Pode-se perceber, claramente, que a história é a mesma e que, neste segundo Território Agrário, Eldorado do Sul seguirá no mesmo ritmo do município mãe, Guaíba. Como Calcanhoto (2001) destaca, a formação das sesmarias e, posteriormente, das estâncias, irá ocorrer nas áreas planas e de vegetação menos densa, próximas ao Lago Guaíba.

Nesta época, a maior parte do atual território de Eldorado do Sul continuava inexplorada, pois as áreas de morros e de coxilhas não eram utilizadas pela pecuária neste segundo Ter-

ritório Agrário. Apenas as áreas de campo e de várzeas foram aproveitadas pela pecuária.

Cabe destacar que havia espaço nas estâncias para as práticas agrícolas, conforme explicado por Mertz (2002, p. 17):

Em todas as estâncias, havia um espaço cercado de espinhos, no qual era praticada a agricultura destinada ao consumo: trigo, feijão, arroz, mandioca, milho, abóbora, hortaliças, árvores frutíferas [...]. Dessa forma, a estância tornou-se um núcleo produtivo autossuficiente.

Como fatores de crise deste segundo Território Agrário, estão o início das plantações de arroz nas áreas de várzea do Rio Jacuí e do Lago Guaíba, com a chegada da motomecanização na agricultura, bem como a crise das charqueadas, com a competição e as melhores condições técnicas dos charques uruguaio e argentino.

Território Agrário Estancieiro II (Fins do Séc. XIX até 1964)

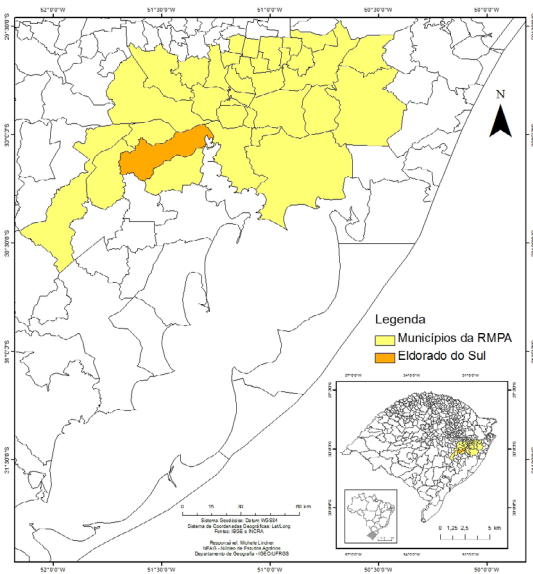
Neste Território Agrário Estancieiro II, destaca-se que, apesar da crise das charqueadas, as estâncias continuaram a predominar no atual território de Eldorado do Sul. Contudo, houve mudanças nas estâncias e charqueadas, como melhorias e ampliações nos processos produtivos dos saladeris e matadouros. (CALCANHOTO, 2001).

Enquanto Eldorado do Sul ainda continuava a pertencer à Guaíba, nota-se que ocorreu uma emergência da agricultura, a qual deslocou a pecuária para um segundo plano como atividade mais importante na zona rural guaíbense (posteriormente eldoradense).

Com a instalação de uma fábrica de celulose em Guaíba, existente até os dias atuais, e com a expansão da prática do arroz irrigado nas áreas de várzeas, a agricultura abandonou o papel de subsistência e passou a gerar excedentes agrícolas.

Convém evidenciar a posição geográfica atual de Eldorado do Sul, como destacado no Mapa 1, por se tratar de um “cantão”, termo popularmente usado para designar locais em meio a banhados e a florestas, a maioria das terras do município não foi transformada pela chegada de colonos, os quais se estabeleceram, num primeiro momento, no território que atualmente é de Guaíba.

Mapa 1– Eldorado do Sul – 2014



Fonte: Adaptado de IBGE, 2014.

Os poucos colonos que se transformaram em agricultores introduziram a policultura no município, mas pouca expressão tiveram em termos de produção. As áreas para o cultivo do arroz irrigado estavam avançando com o processo de motomecanização a passos firmes, como destaca Mertz (2002, p. 34):

nas grandes e médias propriedades, o corte de arroz era realizado mecanicamente. Uma ceifadeira realizava o trabalho de 20 homens, representando uma poupança de mão de obra [...] tornou-se cada vez mais comum o uso de ceifadeiras mecânicas com grande economia de tempo e braços[...]

Em 1958, é inaugurada a Travessia Getúlio Vargas (conhecida popularmente como Ponte do Guaíba) e, posteriormente, nos anos 1970, tem início o processo da Revolução Verde. São estes os dois principais fatores de crise do Território Agrário Estancieiro II. O primeiro deslocará o eixo Guaíba-Porto Alegre mais para o Norte, para o atual município de Eldorado do Sul e, o segundo, modernizará a agricultura (e a pecuária) no que se refere à produção e uso de novas tecnologias, abrindo caminho para o quarto e último Território Agrário.

No âmbito nacional, cabe destacar que ocorreu, em 1964, o Golpe Militar, que colocou a questão agrária em um novo patamar. Contribuindo com este paradigma agrário, destaca-se que ocorreu, logo nos primeiros anos de Ditadura, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a aplicação do Estatuto da Terra, ambos em 1964. Sobre o estatuto, relata Medeiros (2003, p. 24):

ao mesmo tempo, a legislação transformava a noção de direito à terra em um conjunto de normas [...] um sistema de definições e enquadramentos. Em suas ambiguidades, ele instaurou as bases para uma disputa que se estende até os dias de hoje sobre as condições de obtenção de terras para a reforma agrária, propriedades que podem ser desapropriadas e em que circunstâncias se constitui o direito à terra.

Portanto, verificou-se que a política de colonização de terras e os embates entre latifundiários e pequenos agricultores passaram a ser, desde então, orientados a partir do estabelecimento de determinadas regras, ou seja, ocorreu mais de um processo de colonização de terras do que uma distribuição de terras propriamente dita.

Território Agrário Contemporâneo (1964 até a atualidade)

Iniciado na segunda metade da década de 1960, este Território Agrário Contemporâneo é o que abarca o município de Eldorado do Sul. Em 1978, passou a ser chamado de Distrito de Eldorado até a sua emancipação de Guaíba, em 1989.

No campo, as plantações de eucaliptos e de acácias dominaram as áreas de maior altitude, outrora área de florestas. A proximidade com Guaíba e com a fábrica de celulose foi um fator crucial para este fato.

Nas áreas de várzeas, a produção de arroz irrigado expandiu-se e grandes áreas de plantações de arroz ocupam atualmente a maior parte do eixo norte da BR-290, que atravessa o município.

Desde a produção agroecológica do arroz (principalmente no assentamento Integração Gaúcha), a culturas como o milho, a produção de leite e de hortifrutigranjeiros, vê-se que

há uma diversidade nos dados de produção do município de Eldorado do Sul, sendo este um dos municípios com números mais significativos de produção agropecuária de toda a RMPA, sendo que boa parte desta produção é gerada nos vários assentamentos instalados, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Assentamentos de Eldorado do Sul

Nome do assentamento	Número de famílias	Ano de criação	Área (em hectares)
Belo Monte	48	2001	443 ha
Padre Josimo	23	1999	515 ha
Integração Gaúcha	67	1998	1.256 ha
Apolônio de Carvalho	73	2007	953 ha
Colônia Nonoiaense	13	1999	148 ha
Fazenda São Pedro	104	2005	2.266 ha
Lanceiros Negros	12	2014	N.I.
Total	340	-----	5.581 ha

Fonte: Pesquisa de campo. MELCHIORS (Org.), J. L., 2016.

A produção de leite no município é importante e muitos são os produtores que vendem os seus excedentes agrícolas nas feiras livres do município e de Porto Alegre, boa parte destes são provenientes dos assentamentos. Na Tabela 2 serão apresentados os dados da produção agropecuária do município comparada a de alguns municípios da RMPA.

Dentre os quatro tipos de produção agropecuária da Tabela 2, destacam-se a produção do arroz (agroecológico e convencional), a produção de leite e o número de bovinos que Eldorado do Sul apresentou em 2012.

A partir da Tabela 2, fica clara a percepção de que Eldorado do Sul está entre os municípios mais representativos da RMPA, no que se refere à produção agropecuária graças, em parte, à produção da agricultura e da pecuária oriundas dos assentamentos rurais deste município, dos quais provém quase a metade da população rural eldoradense, o que vamos evidenciar nesta pesquisa.

Tabela 2 – Comparação produtiva de Eldorado do Sul e alguns municípios da RMPA – 2012

Município da RMPA	Arroz (em toneladas)	Milho (em toneladas)	Rebanho de bovinos (por cabeças)	Quantidade de leite produzida (toneladas)
Capela de Santana	9.000	440	9.560	7.823
Charqueadas	29.068	7	5.888	570
Eldorado do Sul	74.378	120	12.942	14.463
Guaíba	26.118	49	12.942	14.463
Nova Santa Rita	27.300	600	8.450	351
São Jerônimo	7.680	4.277	34.691	907
Viamão	174.855	720	68.725	11.318

Fonte: Pesquisa de campo. MELCHIORS, J. L. (Org.), 2016.

Assim sendo, evidencia-se o quanto que nesta primeira parte do trabalho, da teoria da pesquisa, busca-se trazer um resgate histórico dos principais Territórios Agrários pelos quais o município de Eldorado do Sul foi palco. Por ser um município jovem, boa parte das referências estava concatenada com a do município de origem, Guaíba, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução histórica dos territórios agrários de Eldorado do Sul

TERRITÓRIO ELEMENTOS	INDÍGENA Até início do Séc. XVIII.	ESTANCIIEIRO I Do início do Séc. XVIII Até fins do Século XIX.	ESTANCIIEIRO II Fins do Séc. XIX até 1964.	CONTEMPORÂNEO De 1964 até os dias atuais.
ATIVIDADES PRODUTIVAS	-Caçadores- -Coletores; -Pesca; -Agricultura em formação (queimadas).	-Agricultura de queimada; -Arroz; -Criação extensiva de gado; -Olarías.	-Arroz; -Criação extensiva de gado; -Plantio e corte de eucalipto e acácia.	-Arroz irrigado nas várzeas; -Fruticultura; -Bovinos; -Hortigranjeiros; -Turismo rural; -Assentamentos rurais.
INSTRUMENTOS	-Manuais (canoas, arco e flecha, machados de pedra).	-Barco; -Tesoura de tosquia; -Laço; -Boleadeira; -Tração animal leve.	-Arado; -Enxada; -Barco; -Tração animal leve; -Baixa mecanização.	-Trator; -Lavouras mecanizadas; -Barco/barca; -Colheitadeiras; -Caminhões/carros para transporte para feiras/mercado/Ceasa.
FORÇA DE TRABALHO	-Livre.	-Livre; -Índigena (primeiros gaúchos); -Escravos africanos (para trabalhos na lavoura); -Colonos portugueses (açores).	-Familiar; -Contratada (nas colheitas).	-Familiar; -Contratada; -Arrendatários.
ARTIFICIALIZAÇÃO DO MEIO	-Coleta; -Caça; -Pesca.	-Criação extensiva de gado; -Cultivo com pousio e preparo superficial do solo; -Estradas -Navegação no Jacuí e Guaíba.	-Desmatamento; -Sistema de queimada; -Caça e coleta de alto impacto; -Cultivo com pousio e preparo superficial do solo; -Navegação no Rio Jacuí.	-Uso de insumos e sementes industriais (arroz e hortas); -Sistema mecanizado de plantio; - Abandono do pousio, agricultura convencional; -Uso do pousio, agricultura orgânica (em alguns assentamentos); -Intensa urbanização e crescimento da população urbana (anos 90 em diante).
SOCIEDADE	-Guayacanas; -Arachanes -Tapes.	-Escravos; -Índios; -Caboclos; -Peões; -Domadores -Açorianos.	-Peões de estância; -Trabalhadores das fazendas de arroz; -Proprietários de estâncias; -Proprietários das fazendas de arroz.	-Agricultores Familiares; -Arrendatários; -Chacreiros e sitiantes; -Latifundiários; -Assentados.

Fonte: Pesquisa de campo. MELCHIORS, J. L. (Org.), 2016.

A organização coletiva dos assentados tem levado a uma série de repercussões territoriais em Eldorado do Sul, desde a instalação de silos para secagem de grãos de arroz no assentamento Lanceiros Negros, passando pela criação de uma agroindústria panificadora e de derivados do grupo de mulheres do Assentamento Integração Gaúcha. Tais fatos são exemplos concretos de que está ocorrendo o desenvolvimento local no município de Eldorado do Sul, tendo como principais agentes os assentados.

Portanto, vemos que a ocupação do espaço eldoradense não aconteceu de maneira planejada: muitas foram as variações espaciais, sociais, econômicas, ambientais e culturais que ocorreram e ocorrem, ao longo do tempo, no que tange ao espaço agrário do município e que conformam o seu mosaico atual, o seu quarto e atual Território Agrário. Algumas das repercussões territoriais podem ser visualizadas no Quadro 2.

Vê-se, portanto, que o valor investido pelos Governos Federal e Municipal é de R\$ 4.727.001,56 (quatro milhões, setecentos e vinte e sete reais com um real e cinquenta e seis centavos) sendo que estes recursos foram investidos diretamente na zona rural do município.

Quadro 2 – Investimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em conjunto com a Prefeitura de Eldorado do Sul, 2016

Objeto	Município	Convenente	Valor Conveniado (em R\$)
Construção de uma unidade de recepção-controle de arroz e construção de uma unidade de secagem e armazenagem de arroz agroecológico, objetivando viabilizar a independência dos produtores destas comunidades agrícolas, em relação ao beneficiamento e armazenagem da sua produção.	Eldorado do Sul	Município de Eldorado do Sul	310.000,00
Apoio cadeia produtiva leite	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul -Prefeitura Municipal	110.000,00
Implantação de 25 acudes, 3.470 m. de estradas, construção de 4.720 m de rede de abastecimento de água e 4,0 km de rede de energia elétrica	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul - Prefeitura Municipal	177.001,56
Implementação de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes visando a atender a demanda de sementes de arroz orgânico em qualidade e quantidade em Eldorado do Sul.	Eldorado do Sul	Município de Eldorado do Sul	3.920.000,00
Beneficiamento de Sementes visando atender a demanda de sementes de arroz orgânico em qualidade e quantidade em Eldorado do Sul.	Eldorado do Sul	Município de Eldorado do Sul	100.000,00
Aquisição de máquinas e equipamentos para agricultura familiar do Município de Eldorado do Sul/RS.	Eldorado do Sul	Município de Eldorado do Sul	110.000,00
		Total:	4.727.001,56

Fonte: Pesquisa de campo. MELCHIORS, J. L.(Org.), 2016.

O que foi demonstrado até o momento, juntamente aos demais instrumentos metodológicos – tabelas, fontes de dados primários e secundários – concatenam-se com a parte mais objetiva nos métodos da pesquisa que serão levantados a seguir.

Toda a pesquisa qualitativa em Geografia deve prescindir, sobremaneira, de um roteiro, ou melhor, de uma trilha a pesquisar com vistas a um resultado que seja embasado e articulado para que os resultados sejam alcançados dentro do escopo do qual esta área do conhecimento está diretamente ligada, ou seja, do homem e da natureza e das suas relações com o planeta.

Sendo assim, foram trabalhadas a observação e entrevistas semiestruturadas dentro desta concepção de escolha metodológica e instrumental da pesquisa qualitativa.

Trilhas da pesquisa qualitativa

O caminho metodológico desta pesquisa baseou-se na análise de dados secundários – banco de dados de população e produção agropecuária do município de Eldorado do Sul nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS), da Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COOCEARGS) e da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul (PMES), entre outras fontes, tais como o banco de dados da Rede DATALUTA, do Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS (NEAG/UFRGS), entre outros.

Para a elaboração das entrevistas foram utilizados como

base teórica Lakatos e Marconi (1992) e Kaufmann (2013). Lakatos e Marconi (1992, p. 107) afirmam sobre a observação que “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

A diferença crucial entre a observação simples e a técnica científica da observação é explicada da seguinte forma por Rudio (1986, p. 33):

a observação científica surge, não para destruir e negar o valor da observação vulgar, mas para valer-se das possibilidades que ela oferece, completando-a, enriquecendo-a e aperfeiçoando-a, a fim de lhe dar maior validade, fidedignidade e eficácia [...].

Sendo assim, para a formulação das perguntas realizadas nas entrevistas, a observação profunda dos assentamentos e dos modos de vida dos agricultores assentados foi levada em conta.

A partir das técnicas da observação científica e da entrevista ocorreu a análise dos dados secundários e das 15 visitas aos assentamentos. Posteriormente à elaboração das entrevistas, houve a realização de saídas e pesquisas de campo e visitas individuais aos agricultores assentados alvo da pesquisa.

Optou-se por utilizar entrevistas semiestruturadas devido à praticidade e à facilidade na comparação das respostas dos entrevistados, a partir do que destaca Kaufmann (2013, p. 114): “o entrevistador deve jogar com firmeza. Quando ele fareja a expressão de comportamento ou opiniões pessoais através do estilo indireto, é evidente que queira descortiná-lo para que o entrevistado fale mais abertamente”.

Nota-se que, devido à estrutura da entrevista ser semiestruturada, quando o aplicador quer saber mais dados que podem vir a ser relevantes para a pesquisa, este pode sair do pré-roteiro, descortinando e podendo visualizar em profundidade mais detalhes a respeito do que o entrevistado está expondo.

Retomando o que Rudio (1986, p. 92) definiu as entrevistas “... possuem técnicas próprias de elaboração e aplicação, que precisam ser obedecidas, como garantias para a sua validade e fidedignidade”. Pode-se destacar, portanto, que a observação e a correta análise de dados secundários podem ocorrer tanto anteriormente quanto posteriormente à elaboração das entrevistas.

Ressalte-se o fato de as entrevistas terem sido realizadas diretamente com os assentados alvo da pesquisa. As respostas foram anotadas pelo pesquisador e, posteriormente, estudadas quanto às suas definições e o tipo de vocabulário empregado. Como há perguntas que vão desde a produção dos lotes dos agricultores até o seu gênero e idade, foi tomada a precaução da manutenção do sigilo dos nomes dos entrevistados, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Entrevistas realizadas até 2016 – Assentamentos de Eldorado do Sul



Assentamento	Número de famílias	Pessoas entrevistadas
Belo Monte	48	3
Padre Josimo	23	2
Integração Gaúcha	67	4
Apolônio de Carvalho	73	2
Colônia Nonoiaense	13	3
Fazenda São Pedro	104	1
Lanceiros Negros	12	0
Total	340	15

Fonte: Pesquisa de campo. MELCHIORS, J.L. (Org.), 2016.

Até abril de 2016, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas na maioria dos assentamentos rurais de Eldorado do Sul. Os entrevistados foram divididos por gênero (sendo 11 homens e 4 mulheres), e viu-se que pouco mais de um quarto (25%) dos entrevistados era do gênero feminino. Todos os assentados entrevistados residem nos assentamentos nos quais os seus lotes estão localizados, sendo que 10 dos assentados trabalham diretamente com a produção de alimentos orgânicos.

O roteiro da entrevista semiestruturada (Figura 1), o qual contém as perguntas iniciais, encontra-se abaixo. Cabe destacar que as perguntas e formulações elencadas, quando necessário, podem ser revisadas e atualizadas.

Figura 1 – Roteiro de entrevista com os assentados rurais de Eldorado

	Roteiro de Entrevista com Assentado Data: ____/____/____ Nº da entrevista: _____ Entrevistador: _____	
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------

1. Nome do Entrevistado: _____
2. Idade: _____ 3. Naturalidade: _____
4. Escolaridade: _____ 5. Ocupação atual: _____
6. Onde morava anteriormente (campo ou cidade)? _____
7. Ocupação anterior: _____
8. Por quanto tempo ficou acampado antes e aonde? _____
9. Em que ano foi assentado em Eldorado do Sul? _____

ESTRUTURA FAMILIAR	
10. Número de pessoas na família: _____	11. Destes, moram no assentamento quantos? _____

A) Nome B) Parentesco C) Escolaridade D) Ocupação E) Reside no Assentamento? (sim / não – Onde?)

1 - _____
2 - _____
3 - _____
4 - _____
5 - _____

Ao longo dos dois anos (2015 a 2016) das saídas de campo aos assentamentos, houve dificuldade por parte do autor da pesquisa para entrar em contato com uma porcentagem maior de entrevistados do gênero feminino para as entrevistas. A maioria dos entrevistados era do gênero masculino, talvez pelo fato de as atividades agrícolas, como o cultivo de arroz e criação de gado, demandar mais o trabalho braçal do que outras atividades, como a horticultura, por exemplo.

Entre as mulheres que responderam a entrevista, todas as quatro declararam-se estar felizes com a opção de serem assentadas e agricultoras rurais e nenhuma delas quer voltar a ter a vida que tinham antes, nos seus municípios de origem, quando não tinham acesso à terra.

Outro fato muito relevante é que apenas três dos 16 entrevistados são naturais de Eldorado do Sul, 13 dos 16 assentados entrevistados vieram de outros municípios do Rio Grande do Sul, notadamente da metade Norte gaúcha. A totalidade dos entrevistados quer permanecer como agricultor (100%) e 12 deles (75%) querem este futuro para os seus descendentes (filhos e netos).

O principal assentamento visitado foi o PA Integração Gaúcha, criado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1998. É neste assentamento que se encontra, em 2016, de maneira mais avançada, a produção agroecológica em comparação aos demais assentamentos de Eldorado do Sul, como pode ser verificado em trabalhos como o de Silva (2004) e o de Melchiors e Medeiros (2013).

A organização neste assentamento ocorre nos chamados

Grupos Gestores. Há o Grupo Gestor das hortas, o Grupo Gestor do leite e o Grupo Gestor do arroz (orgânico). É de grande importância verificar como está a situação dos coletivos nos outros assentamentos do município, pois o Integração Gaúcha é o mais antigo e consolidado deles, porém os assentamentos Apolônio de Carvalho e Fazenda São Pedro possuem mais famílias assentadas.

Sobre o crescimento das feiras de produtos convencionais e orgânicos, nos últimos anos, acrescenta Felippi (2002, p. 153):

[...]soma-se aos agentes existentes até então, transnacionando bens de produção convencionais (com manutenção da prática de quimificação das hortas), o crescimento da produção e, portanto, da comercialização de bens de origem orgânica (ecológicos).

A participação de muitos assentados nas feiras livres de Porto Alegre e Eldorado do Sul é uma das formas mais eficazes de se escoar a produção de hortifrutigranjeiros, leite e arroz destes agricultores. Sendo assim, os agricultores assentados começam a utilizar suas vantagens competitivas para valorizarem e venderem os seus produtos (hortigranjeiros, lácteos ou cereais).

A técnica da observação científica foi muito importante para que, durante as saídas de campo, fosse possível perceber as diferenças – muitas vezes sutis – entre os sete assentamentos quanto aos tipos de alimentos produzidos e quais as práticas agrícolas adotadas. Saber qual a variedade de arroz adotada pelos assentados e o tipo de semente de arroz escolhido por outro agricultor, do outro lado do assentamento, apenas pela

observação, foi possível de se apreender durante a pesquisa graças a esta importante técnica de pesquisa, a observação.

Considerações Finais

Evidenciou-se, sobretudo na segunda parte deste trabalho, o quanto as técnicas de pesquisa qualitativa foram importantes para atingir os objetivos e pressupostos teóricos desta pesquisa.

Além da observação dos assentamentos e da elaboração das entrevistas semiestruturadas, com certeza a aplicação das entrevistas com os assentados rurais de Eldorado do Sul e as suas respostas francas e diretas às perguntas serviram para detalhar qual a realidade de cada um e de todos os assentamentos do município, formando um mosaico complexo e peculiar à realidade pela qual passa o município, o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil neste primeiro quartel do Século XXI.

Os assentados estão ocupando e cultivando o fixo mais importante, a propriedade da terra, onde plantam, colhem e beneficiam a produção, assumindo, assim um significado único e especial para estes agricultores. É a partir do território, local de decisões e tomadas de poder, sendo decifrado pelas combinações estratégicas feitas pelos atores e como meio, que pode ser abordado pelos custos que acarreta.

Portanto, o território é o local das ações dos assentados, de construção das suas identidades, no qual, ao longo da pesquisa, buscou-se saber até que ponto as repercussões territoriais desses assentamentos estão trazendo um impacto positivo ou negativo para a economia do município.

Nesse trabalho, tanto a observação quanto a entrevista foram técnicas relevantes para se obter as respostas necessárias para conhecer a situação dos assentamentos e assentados rurais de Eldorado do Sul.

Trabalhou-se com uma escala local, de identificação das peculiaridades da região de Eldorado do Sul, primeiramente por meio da descrição da área de estudo e, numa etapa posterior, com uma abordagem com enfoque nos diferentes territórios eldoradenses ao longo da história.

Por ser uma região na qual até pouco tempo não havia dinamismo econômico e estava isolada, ao lado do Delta do Jacuí, a região de Eldorado do Sul tornou-se uma região de latifúndios (charqueadas e estâncias e, posteriormente, grandes granjas de arroz), o que abriu caminho para a luta pela reforma agrária acontecer – ainda que tardiamente, em finais dos anos 1990.

A maior parte das áreas onde hoje estão instalados os assentamentos era de grandes propriedades rurais (sendo algumas até propriedades do Estado do Rio Grande do Sul, como a área que hoje é do Assentamento Integração Gaúcha), as quais geralmente encontravam-se improdutivas, não cumprindo, portanto, seu papel social, o da produção.

A organização coletiva dos assentados está levando a uma série de repercussões territoriais em Eldorado do Sul, desde a instalação de silos para secagem de grãos de arroz, no assentamento Lanceiros Negros, passando pela criação de uma agroindústria panificadora e de derivados do grupo de mulheres do Assentamento Integração Gaúcha. Tais fatos são exemplos concretos de que está ocorrendo o desenvolvimento lo-

cal no município de Eldorado do Sul, tendo como principais agentes territoriais os assentados rurais, integrantes da reforma agrária.

Por fim, a ocupação do espaço eldoradense não aconteceu de maneira planejada: muitas foram – e estão sendo atualmente – as variações espaciais, sociais, econômicas, ambientais e culturais que ocorreram ao longo do tempo histórico, no que tange ao espaço agrário do município e que conformam o seu mosaico atual, o seu quarto e atual Território Agrário, o contemporâneo.

Referências

- CALCANHOTO, Flávio A. **Diagnóstico e análise de sistemas de produção no município de Guaíba/RS**: uma abordagem agroecológica . 2001. 218f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- ELDORADO DO SUL, Prefeitura Municipal. **Informações sobre a feira de produtos orgânicos do município**. Disponível em: <http://eldorado.governomunicipal.com.br/conteudo/mostrar/id/1199/titulo/Feira+de+Org%C3%A2nicos>. Acesso em: 4 fev.2016.
- FELIPPI, Eduardo E. Comercialização e distribuição de hortifruti-granjeiros na região metropolitana de Porto Alegre . In: GRANDO, Marinês Z. ; MIGUEL, Lovois A. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 141-157.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Banco de dados da produção agropecuária dos municípios do RS – FEEDADOS**. Disponível em: http://feedados.fee.tche.br/consulta/frame_ResultadoVar.asp. Acesso em: 4 fev. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**: Informações e mapas de Eldorado do Sul. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430676&search=rio-grande-do-sul|eldorado-do-sul|infograficos:-informacoes-completas. Acesso em: 4 fev. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo de 2010**. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 25 fev. 2016.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013, p. 202.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992, p. 214.

MEDEIROS, Rosa M. V. Assentados na Metade Sul: reconfigurando o território gaúcho. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, XXII., 2002. Rio Grande. **Anais...**: Rio Grande: AGB/RS, 2002, p. 93-97.

MERTZ, Marli M. Breve retrospectiva histórica da agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: GRANDO, Marinês Z.; MIGUEL, Lovois A. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 13-42.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS EM GEOGRAFIA. **Dados dos Assentamentos de Eldorado do Sul**. Disponível em: <https://545773a8-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/arquivos-neag/dataluta/Mesorregi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Porto%20Alegre.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

PMES. Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul **Dados do município de Eldorado do Sul**. Disponível em: http://www.eldorado.rs.gov.br/pagina/78_Historia.html. Acesso em: 25 maio 2016.

PMES. **Site da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul**. Disponível em: http://www.eldorado.rs.gov.br/pagina/78_Historia.html. Acesso em: 28 maio 2016.

PMES. **Dados sobre o Censo de 2010 para Eldorado do Sul**. Disponível em: <http://eldorado.governomunicipal.com.br/media/doc/pdf/apresentacao-bairros.pdf>. Acesso em 25, maio, 2016.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 128.

RUSSCZYK, Jaqueline. **Diferenciação dos sistemas agrários**: região de Nova Santa Rita. Trabalho final da Disciplina DER – 310 – Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários, Professor Lovois Miguel, 2009.

VERDUM, Roberto. Depressão periférica e planalto. Potencial eco-

lógico e utilização social da natureza. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis A.; SUERTEGARAY, Dirce (Org.). **Rio Grande do Sul:** paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 39-58.

18 A INVESTIGAÇÃO NA “TERRA DO ABACAXI” - MONTE ALEGRE DE MINAS (MG): o caminho metodológico da pesquisa

Alessandra Rodrigues Guimarães

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Introdução

O presente capítulo mostra o caminho metodológico desenvolvido na dissertação de mestrado intitulada “A produção de abacaxi: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)”, que teve como objetivo central compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG). Para atender aos objetivos da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, pois esta possibilita analisar uma determinada realidade, interpretar os su-

jeitos e fenômenos que se deseja estudar, procurando entender como os sujeitos conseguem se adaptar às transformações que estão ocorrendo ao seu redor, como foi o caso dos agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas.

No município de Monte Alegre de Minas, na década de 1980, o abacaxi era produzido por vários agricultores, tanto empresariais quanto familiares, que aderiram ao cultivo por propiciar maiores rendimentos aos produtores. Todavia, com o passar dos anos, houve a inserção de novos cultivos no município, principalmente de monoculturas, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar. Com isso, o cultivo de abacaxi foi perdendo espaço para essas novas plantações, sobretudo para os agricultores empresariais, pois eles preferiram investir na produção de monoculturas, principalmente pelo fato do cultivo de abacaxi demandar mais tempo para sua colheita, que varia de 18 a 22 meses, e também pelo preço do frutoⁱⁱ.

Além da diminuição da área cultivada pelo abacaxi, percebemos que houve um aumento significativo no cultivo da cana-de-açúcar, das lavouras irrigadas, como a soja, de lavouras diversas, dentre elas o cultivo de milho se insere, além da presença da silvicultura que, na década de 1980, era inexistente no município. Concomitante a este processo, ocorre a diminuição das áreas de cerrado e de pastagens, demonstrando como ocorreu uma reestruturação produtiva no município, alterando a dinâmica agrária de Monte Alegre de Minas no decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000.

Atualmente (2014), a produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas é sustentada pela agricultura familiar. A resistência dessas famílias demonstra como a produção é impor-

tante para o município, dando sustentação econômica para as famílias e para Monte Alegre de Minas, pois, mesmo o município não sendo mais detentor do título de “Capital Nacional do Abacaxi”, os agricultores familiares sustentam o título de maior produtor da região.

Na Geografia, a pesquisa qualitativa está se tornando uma importante ferramenta para a produção do conhecimento, possibilitando o aparecimento de novos elementos das realidades estudadas. Com isso, o pesquisador tem a possibilidade de descobrir novas relações socioespaciais em um determinado contexto geográfico. Assim, o papel principal de uma pesquisa é contribuir para a melhoria da sociedade, em seus diferentes aspectos, sejam econômicos, políticos, naturais ou culturais.

As técnicas utilizadas para a realização da pesquisa foram a observação simples (GIL, 1999) e a entrevista estruturada e semi-estruturada. (MARCONI, LAKATOS, 2007). O uso de fotografias e mapas também foram recursos importantes para melhor conhecimento da realidade estudada.

O capítulo está estruturado em quatro tópicos, além da Introdução e das Considerações Finais. No primeiro tópico “O ponto de partida: o tema, o problema”, fizemos uma breve discussão sobre a escolha do tema e do problema proposto para a pesquisa. O segundo tópico, “Os agricultores familiares produtores de abacaxi: o universo da pesquisa,” aborda sobre os sujeitos da pesquisa, contextualizando sobre o número de agricultores familiares que produzem abacaxi no município. O terceiro tópico, “As fases da investigação”, traz uma discussão sobre os passos que foram desenvolvidos na pesquisa, como a pesquisa teórica, a pesquisa documental e a realização

do trabalho de campo. E, para finalizar, temos o quarto tópico, “O uso de mapas e fotografias: recursos importantes para a leitura da realidade”, onde discutimos a importância a utilização de mapas e fotografias para a realização de uma pesquisa e interpretação da realidade vivida naquele local.

O ponto de partida: o tema, o problema

A escolha do tema para realizar uma pesquisa é fundamental para o seu sucesso, pois o pesquisador precisa ter certa afinidade com o assunto, saber o que será estudado e discutido. Portanto, essa escolha é crucial para o bom andamento do estudo e também para o crescimento teórico do pesquisador.

O pesquisador, ao escolher o tema que deseja estudar, precisa levar em consideração os fatores internos e externos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), os fatores internos consistem em:

- a) selecionar um assunto de acordo com as inclinações, as aptidões e as tendências de quem se propõe a elaborar um trabalho científico;
- b) optar por um assunto compatível com as qualificações pessoais, em termos de background da formação universitária e pós-graduada;
- c) encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 44).

Já os fatores externos consistem na:

- a) disponibilidade de tempo para realizar uma pesquisa completa e aprofundada;
- b) existência de obras pertinentes ao assunto em número suficiente para o estudo global do tema;

c) possibilidade de pesquisar especialistas da área, para uma orientação tanto na escolha quanto na análise e interpretação da documentação específica. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 45).

As inspirações para a escolha do assunto podem originar-se da experiência pessoal ou profissional, de estudos e leituras, da observação, da descoberta de discrepâncias entre trabalhos ou da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas.

Estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e conseqüente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver ancorado na estrutura subjetiva, corporal, do desejante. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve ele tornar-se paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador. (MARQUES, 2006, p. 94).

Como Marques (2006) afirma, o tema escolhido para realizar a pesquisa precisa ser conexo com o que o pesquisador pensa, é algo totalmente ligado na própria postura do pesquisador, em como ele enxerga ao seu redor e compreende as transformações que estão ocorrendo. Podemos alegar que, para a pesquisa ser relevante e bem estruturada, o pesquisador precisa ter clareza do que deseja estudar, fazendo com que a escolha do tema seja algo primordial para o desenvolvimento de uma pesquisa.

A escolha do tema para o desenvolvimento da dissertação ocorreu durante a graduação em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Ciência Integradas do Pontal. No ano de 2011, estava começando a pensar em um

possível tema para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Em conversas com a orientadora de monografia, chegamos à conclusão de que iria ser pesquisada a produção de abacaxi pelos agricultores familiares, em Monte Alegre de Minas, pois o município em questão foi local de moradia da pesquisadora e, também, pelo fato do município não deter mais o título de “Capital Nacional do Abacaxi”, pois, com o passar dos anos, a produção de abacaxi foi diminuindo, gradativamente, fazendo com que o município perdesse o título de maior produtor de abacaxi do Brasil.

Após a escolha do tema para realizar a pesquisa, é preciso delimitar o problema a ser pesquisado. Marconi e Lakatos (2003, p. 159) afirmam que

[...] definir um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema, deve haver clareza, concisão e objetividade. A colocação clara do problema pode facilitar a construção da hipótese central. O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicações das variáveis que intervêm no estudo de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora.

A definição do problema na pesquisa é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução. Uma vez formulado o problema, devem-se seguir as etapas previstas para se atingir o proposto para o estudo.

Assim, a partir dessas considerações foram levantadas as seguintes indagações que nortearam o desenvolvimento da

pesquisa: a) Qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do município de Monte Alegre de Minas? b) A produção de abacaxi contribui para a reprodução da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas? c) Qual a contribuição da produção de abacaxi para a economia do município? d) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar no município? e) Há outra forma de incentivo para a produção de abacaxi no município? f) A presença das lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar interfere no desenvolvimento da produção de abacaxi pelos agricultores familiares no município? g) Como a lavoura de abacaxi interfere na dinâmica socioespacial do município?

Tais perguntas nortearam o rumo da pesquisa, direcionando para onde deveríamos seguir, pois, quando se inicia um estudo, surgem inúmeros questionamentos sobre o assunto, e se o objeto de pesquisa e a problematização não estiverem bem definidos, o pesquisador corre o risco de se perder no decorrer da observação e da análise. Por isso, a importância de estar claro o que será pesquisado, e os questionamentos que foram levantados para realizar e concretizar a pesquisa proposta.

Os agricultores familiares produtores de abacaxi: o universo da pesquisa

Em relação aos produtores de abacaxi, sujeitos da pesquisa, de acordo com dados coletados na EMATER (2013), há aproximadamente 750 produtores. Destes, 600 são considerados como pequenos agricultores (80%), 143 médios agricul-

tores (19%) e somente 7 (1%) são considerados como grandes agricultores. Para classificar estes produtores, a EMATER usa a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde o pequeno produtor possui até 1 alqueireⁱⁱⁱ, o médio possui até 5 alqueires e o grande produtor possui mais de 5 alqueires cultivados com a fruta.

Para a realização da pesquisa, utilizamos a amostragem não probabilística por acessibilidade ou conveniência. De acordo com Gil (1999, p. 104), esse tipo “constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem [...] e é destituída de qualquer rigor estatístico”. Assim, do total de 600 pequenos produtores de abacaxi, foram entrevistados 10% desse total, correspondendo a 60 agricultores familiares. Desse montante, foram realizadas entrevistas com as famílias assentadas que produzem abacaxi nos assentamentos. Foram entrevistadas as famílias que cultivam abacaxi dos assentamentos da Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II (10 famílias que produzem abacaxi), da Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre II (1 família que produz abacaxi), e do Assentamento Quilombo (2 famílias que produzem abacaxi), totalizando 13 famílias que produzem abacaxi. Quanto aos pequenos produtores tradicionais, foram realizadas 47 entrevistas com os agricultores familiares tradicionais que cultivam o abacaxi há mais de 20 anos.

Nesse universo de agricultores familiares pesquisados, pudemos analisar qual a importância que o fruto do abacaxi representa para eles e para o município como um todo, observando a realidade vivida por eles.

As fases da investigação

A pesquisa teórica: entendendo a teoria para aplicar na empiria

O levantamento dos dados para a obtenção de alguns resultados é a escolha na qual o pesquisador utiliza para responder aos objetivos propostos para a pesquisa, e a cada procedimento utilizado para a realização da pesquisa, diz respeito a uma etapa da pesquisa. “Coletar dados é juntar as informações necessárias ao desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos”. (SANTOS, 2007, p. 102).

Nos procedimentos metodológicos da pesquisa, o primeiro a ser utilizado foi a pesquisa teórica, sendo esta um pré-requisito necessário à realização de uma investigação e pode ser definida “como o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto”. (LUDWIG, 2009, p. 51). O primeiro passo para a realização de uma revisão de literatura é fazer um levantamento das principais obras, autores e contribuições sobre o tema pesquisado.

O levantamento de referências bibliográficas e de trabalhos pesquisados na internet é indispensável para se pautar e responder os objetivos propostos. É por meio da pesquisa bibliográfica que adquirimos mais conhecimento sobre o assunto, é a partir das informações contidas nas teses, dissertações, livros e artigos que conhecemos as percepções e posições teóricas dos diferentes autores, e que nos ajudam a apontar as direções que vão dar o embasamento e a veracidade da pesquisa. (MONTEIRO, 2013).

As teorias defendidas pelos autores referem-se a um rol de informações que buscam explicar algum fenômeno ou fato. O pesquisador, ao desenvolver a pesquisa, deve levar em conta o conjunto de teorias que existem em relação ao tema estudado, sendo necessário realizar um levantamento bibliográfico acerca do tema e autores que tenham a mesma linha de pesquisa, com afinidade nas teorias defendidas. (FERREIRA, 2012).

No presente estudo, o levantamento bibliográfico foi o primeiro passo para caminharmos no desenvolvimento da pesquisa. Depois de realizar o levantamento bibliográfico e na internet, passamos à revisão teórica dos temas, entendendo que esta tem como “[...] objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo”. (LUNA, 2005, p. 83). A revisão foi feita a partir da consulta em livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, documentos, monografias, dissertações, teses e sites fazendo uso de fontes primárias e secundárias.

A pesquisa documental: a importância dos documentos

A estruturação teórico-conceitual de uma pesquisa é necessária para situar a análise no espaço/tempo, orientando a ação do pesquisador. Seu papel é subsidiar a interpretação da realidade, identificar e representar os fenômenos socioeconômicos, políticos e culturais responsáveis pela manifestação de determinados eventos. (MENDES; PESSÔA, 2009). Além da pesquisa teórica, a pesquisa documental visa a atender as necessidades objetivas da investigação.

A pesquisa documental tem como objetivo responder as

necessidades da investigação científica, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados é um ato importante para o desenvolvimento do estudo, pois é um dos instrumentos utilizados que proporciona respostas e dúvidas nos problemas propostos, inicialmente, para realizar a pesquisa. Os dados obtidos nas fontes secundárias referem-se à produção agropecuária, à população, à estrutura fundiária, ao PIB (Produto Interno Bruto), ao tamanho das propriedades e, principalmente, ao cultivo de abacaxi.

Os dados coletados dizem respeito ao estado de Minas Gerais, ao Triângulo Mineiro e, mais especificamente, ao município de Monte Alegre de Minas, haja vista a necessidade de interlocução do local com o regional e o nacional. Foram coletados nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e ao Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF). O intuito da pesquisa de dados nesses órgãos foi adquirir informações que poderiam contribuir para a caracterização do município de Monte Alegre de Minas.

Trabalho de campo: etapa importante para entender a realidade

O trabalho de campo na Ciência Geográfica é uma técnica muito utilizada e importante para a compreensão da realidade na qual se deseja estudar porque ela vai além da mera observação, ela interpreta e compreende o fato observado. No desenvolvimento de uma pesquisa científica, o trabalho de campo é essencial para que o pesquisador entre em contato com o seu objeto de estudo, podendo observar e relatar, com mais precisão, o que está ocorrendo em sua área de análise. (FERREIRA, 2012).

A pesquisa de campo contempla a observação de fatos e fenômenos em sua ocorrência e, ainda, o levantamento de dados e informações sobre estes, fazendo com que o registro de informações contribua para a sua interpretação. O trabalho de campo constitui etapa primordial em uma pesquisa. (MONTEIRO, 2013).

Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 53) destacam que “desde os primórdios da geografia, os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos”. O trabalho de campo é um momento da pesquisa em que se tem a oportunidade de confrontar a teoria com a realidade.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Nesta direção, o trabalho de campo não é somente empiria, é preciso articular trabalho de campo e teoria para, assim, compreender a dinâmica do espaço geográfico. Marconi e Lakatos (2007) defendem que, em primeiro lugar, antes de uma “ida a campo”, é preciso fazer uma revisão de literatura sobre o tema, mostrando o estado em que se encontra o problema atualmente e o que já foi realizado. Esta pesquisa permitirá a construção do referencial teórico que auxiliará na determinação das variáveis da pesquisa. “Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos”. (MARAFON, 2009, p. 388). Por meio de técnicas como observação, entrevistas, dentre outras, o pesquisador busca apreender a realidade podendo vir a refutar ou confirmar seu aparato teórico.

O trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois representa o momento em que o pesquisador estabelece um contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e apreendendo a maneira como eles se concebem em suas dinâmicas de vida e de trabalho no lugar em que vivem. Para a realização do trabalho de campo, o pesquisador deve delimitar as técnicas a serem utilizadas na realização da coleta de dados, assim como a forma de registro dos dados coletados e também como estes serão analisados. (SANTOS; PESSÔA, 2009).

Na pesquisa optamos pelo uso da observação simples (GIL, 1999) e aplicação da entrevista estruturada e da semi-estruturada. (MARCONI; LAKATOS, 2007). Estas técnicas foram fundamentais para a realização do estudo.

Com relação à observação simples, pudemos perceber as condições de trabalho e de moradia das famílias entrevistadas, todas as casas possuíam rede elétrica, ocasionando, assim, na obtenção de utensílios domésticos, como a televisão, a antena parabólica, a geladeira, o micro-ondas, o fogão a gás com acendedor elétrico, o freezer, a máquina de lavar roupa, o ferro elétrico, o telefone celular, além de outros utensílios, como secador para cabelos, aparelho de som e de DVD. As residências das famílias, que variavam entre dois e três quartos, dependiam do número de filhos que eles tinham, mas, no geral, as casas eram compostas por sala, cozinha, quartos, banheiro e área de serviço, onde ficavam alguns equipamentos para a manutenção da propriedade.

O trabalho na propriedade rural é realizado em conjunto, toda a família participa do processo produtivo, e não somente no cultivo de abacaxi, mas na manutenção da propriedade em si. Nas propriedades visitadas pudemos constatar que ainda há uma separação entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, onde as mulheres ficam responsáveis pelos serviços domésticos, pela confecção dos doces e quitandas e pela manutenção da horta e do quintal da casa familiar. Já os homens são os responsáveis pela manutenção das culturas, cuidando do plantio e da colheita dos frutos, além de zelar pelo trato dos animais e também cuidar da manutenção do quintal familiar.

Percebemos, também, que as famílias são compostas geralmente pelo pai, pela mãe e pelo filho mais velho. Quando a família é composta por dois filhos ou mais, na maioria das vezes, os mais novos não ficam na propriedade depois da fase adulta, pois eles tiveram condições de estudar e ter outra pro-

fissão diferente dos pais, e preferiram seguir outra carreira ao invés de agricultores. Já o filho mais velho, por ter se dedicado a ajudar os pais na propriedade desde novo, não teve a chance de estudar e seguir outros caminhos, e preferiu ficar na propriedade familiar junto com os pais depois da fase adulta.

No que se refere às entrevistas, o ato de entrevistar é um importante instrumento para os pesquisadores, pois “é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92). A entrevista só se concretiza quando ocorre o diálogo entre duas ou mais pessoas, onde a fala dos entrevistados é a principal fonte de informação, sendo ele portador dos dados que se deseja obter. A aplicação das entrevistas passa pelo processo de planejamento para a sua execução, “entendendo o planejamento como um processo e não um simples ato de perguntar e transcrever respostas, uma vez que estabelecer relação pessoal com seu entrevistado é o único caminho para o sucesso dessa técnica”. (ALMEIDA; FERREIRA, 2009, p. 80).

No que se refere à entrevista semi-estruturada, de acordo com Triviños (2009, p. 146),

[...] podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

A realização da entrevista semi-estruturada proporciona perspectivas para o entrevistado alcançar liberdade em sua fala e espontaneidade no diálogo, podendo enriquecer ainda mais o processo de investigação. A estrutura da entrevista, que é composta por perguntas que foram oriundas de uma reflexão teórica e de informações primárias sobre a pesquisa, fazem com que o pesquisador possa refletir e instigar o entrevistado quando estiver aplicando a entrevista para chegar ao objetivo proposto. O tempo de realização da entrevista é flexível, e também depende da situação na qual se encontra o entrevistado.

A postura na qual o pesquisador adota pode influenciar nas respostas dos entrevistados. E, devido a este fato, é preciso que o pesquisador busque alguma forma de minimizar a sua interferência na entrevista, sendo cordial e não interferindo e nem discordando das respostas dos entrevistados. O pesquisador deve proporcionar confiança ao entrevistado e, assim, ele se sente mais confortável em relatar as informações necessárias para a pesquisa. Um importante passo para que isso ocorra é a forma na qual o pesquisador irá abordar o entrevistado, pois, dependendo de como ocorre essa ação, a entrevista pode ser bastante produtiva ou ser totalmente um fracasso. (TRIVIÑOS, 2009).

O começo da entrevista estará marcado por incertezas originadas tanto no espírito do informante como do pesquisador. Este se perguntará se alcançará os propósitos levantados em seu estudo com as respostas do entrevistado. Este não tem ainda clareza sobre o tópico, nem confiança sobre as intenções da pessoa com a qual conversa. [...] se expressam alguns conceitos, ficam, entretanto, no espírito das pessoas muitos outros que não se dizem, e que talvez se deseje comunicar, mas não existe ainda a confiança para manifestá-los. (TRIVIÑOS, p. 2009, p. 149).

O pesquisador possui um papel crucial na aplicação da entrevista, pois ele deve fazer com que o entrevistado se sinta à vontade e confortável em relação às perguntas e também saber que ele é importante para o desenvolvimento da pesquisa, estando ciente que, sem ele e sem suas informações, provavelmente o pesquisador não conseguirá chegar aos resultados esperados. É preciso estabelecer uma relação de confiança entre o sujeito pesquisado e o pesquisador, pois isso é essencial para o êxito da entrevista, sendo necessário esclarecer ao entrevistado qual é a finalidade da pesquisa, os seus objetivos, a relevância e a importância de aplicar a entrevista a ele (FERREIRA, 2012).

Durante a realização das entrevistas, foi utilizado o gravador de voz do aparelho celular com a autorização dos entrevistados. No que diz respeito aos nomes dos entrevistados, optamos por não revelá-los, identificando-os como entrevistado 1, entrevistado 2, de forma sequencial. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado aos entrevistados que aceitaram a gravação de suas falas e a divulgação de seus depoimentos.

Na realização do trabalho de campo, foram feitas entrevistas com os moradores de três assentamentos que produzem abacaxi, dentre eles Quilombo, Vale do Sol II e Aparma II, e também com os produtores tradicionais que cultivam o fruto há mais de 20 anos. Para a realização das entrevistas, foram feitas visitas às famílias produtoras de abacaxi. Os roteiros contêm questões referentes à temática pesquisa, e também sobre algumas informações factuais, como gênero, idade, estado civil, série escolar, renda, o tamanho da propriedade, quais

produtos são cultivados, quanto produz, dentre outras questões levantadas. Após a realização das entrevistas, foram feitas análises e interpretações dos relatos.

A realização do trabalho de campo trouxe experiências únicas, vividas e sentidas pelas pesquisadoras, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. O relato de cada agricultor familiar em relação ao cultivo do abacaxi e sua lida com a terra nos mostrou como eles possuem tamanha afinidade com este cultivo. A cada entrevista realizada, pôde ser compreendida a ligação que eles possuem com o seu pedaço de chão, de onde é tirado o sustento para a família e a manutenção de sua propriedade.

Para a realização das primeiras entrevistas, tivemos o auxílio de um amigo que cultivava abacaxi em conjunto com sua família. Ele criou as condições (“abriu as portas”) para que não tivéssemos problemas com as demais, pois na sua companhia, os outros agricultores se sentiam mais à vontade para responder todas as perguntas e relatar sobre suas experiências. A presença desse amigo foi fundamental para a boa efetivação da pesquisa, pois, além de nos apresentar mais agricultores, os entrevistados nos indicavam algum parente ou amigo que cultivava abacaxi, sempre nos recebendo de forma cordial (“braços abertos”).

O trabalho de campo foi realizado em sete etapas, sendo que a primeira visita foi feita à EMATER, onde fizemos o levantamento dos agricultores familiares produtores de abacaxi no município. Posteriormente, foram feitas duas visitas aos assentamentos Quilombo e Vale Sol II, onde se encontravam 12 famílias produtoras de abacaxi, e uma visita ao assentamento

APARMA II, onde somente uma família cultivava abacaxi. As últimas três visitas a campo foram feitas com os agricultores familiares tradicionais que cultivavam o abacaxi há mais de 20 anos (essas visitas foram feitas com o auxílio do amigo citado acima). Em cada visita, conseguimos aplicar 15 roteiros de entrevistas, e isso ocorreu pelo fato da proximidade das propriedades e, também, por começarmos o trabalho de campo antes de raiar o dia, juntamente com os agricultores que acordavam bem cedo para ordenhar as vacas leiteiras.

Neste sentido, buscamos analisar as entrevistas realizadas, comparando e observando as respostas de cada um, para tentar compreender como o avanço das monoculturas no município de Monte Alegre está interferindo na produção de abacaxi, principalmente pelos agricultores familiares, que estão deixando de cultivar este fruto e investindo em outras plantações.

O uso de mapas e fotografias: recursos importantes para a leitura da realidade

Na realização do trabalho de campo, um recurso importante que não pode faltar é a máquina fotográfica. Além das entrevistas realizadas, foram feitos registros fotográficos como uma forma de registrar a realidade na qual estava sendo observada.

No intuito de desvelar relações sociais e a produção de sentidos na área rural de Monte Alegre de Minas, foram utilizados registros fotográficos. Nessa perspectiva, Martins (2009) argumenta que o visual torna-se, cada vez mais, documento e instrumento úteis na leitura científica dos fatos e fenômenos

sociais. Não apenas como documento, mas como registro que perturba as certezas formais oriundas do cientificismo. Sobre isso, o autor argumenta ainda que

[...] é a fotografia, portanto, nesse caso, tomada pelo sociológico em seus usos pessoais e sociais, pelo homem cotidiano e comum, como documento de sociabilidade, como expressão da diversidade de mentalidades e de perspectivas que se refletem na composição fotográfica e que expressam a vivência e experiência diferencial numa estrutura de classes sociais. (MARTINS, 2009, p. 17).

A fotografia será interpretada como representação do imaginário e das relações sociais e utilizada no trabalho como mecanismo para desvelar aspectos da reprodução da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas.

A interpretação de uma fotografia varia de um indivíduo para outro. As percepções acerca de uma mesma fotografia são diferenciadas e os sentidos que são dados a ela também ocorre em função das vivências de cada indivíduo que vão influenciar na sua forma de compreender as coisas. “A informação pode estar na fotografia, mas nem todos estão preparados para percebê-la em sua plenitude”. (LOIZOS, 2008, p. 138).

A imagem exerce um importante papel no registro da vida social, política e econômica da sociedade. “Mas estes registros não estão isentos de problemas, ou acima de manipulação, e eles não são nada mais que representações, ou traços, de um complexo maior de ações passadas”. (LOIZOS, 2008, p. 138). As imagens são, assim, representações da realidade e estão sujeitas a manipulação e distorções por quem as produz ou reproduz. (FERREIRA, 2012).

Ao tirarmos as fotografias para a presente pesquisa, fize-

mos uso de todas essas formas, com o intuito de demonstrar o que está sendo pesquisado. Ao tirar as fotos sempre pedimos a permissão dos sujeitos fotografados e também para uso das fotografias. Caso não fosse concedida, a imagem era apagada de imediato.

Além da utilização das fotografias, os mapas também ilustram a área da pesquisa. A utilização de mapas na Geografia também é uma técnica muito utilizada, sendo importante para caracterizar e demonstrar qual é o objeto de estudo. De acordo com Harley (1991),

[...] os mapas sempre estiveram, ou pelo menos, o desejo de balizar o espaço, sempre esteve presente na mente humana. A apresentação do meio ambiente e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias.

O papel do mapa na Geografia, não resta dúvida, sempre foi um grande tema para a reflexão, acompanhando o desenvolvimento da própria ciência geográfica ao longo do tempo. Quer seja na atividade de pesquisa ou na atividade de ensino, com maior ou menor ênfase para o seu uso, o mapa manteve-se dentro do rol de atribuições e preocupações do geógrafo (MATIAS, 1996). Ainda de acordo com o autor,

[...] construir um mapa, seja qual for o seu destino final, implica sempre um grande desafio, na medida que nos defrontamos com a tarefa de representar uma determinada situação da realidade por meio do uso de uma linguagem totalmente diferente dessa mesma realidade. No fundo, há a necessidade de reproduzirmos a realidade, ou aquilo que acreditamos seja a realidade, imperativamente num instante determinado, só que de uma maneira totalmente diversa sem, no en-

tanto, comprometermos suas qualidades fundamentais e incorreremos no erro de transformá-la em uma outra coisa totalmente diversa daquela realidade inicial. Como podemos perceber não se trata de uma tarefa meramente técnica, embora exista tal conteúdo, ou, ao contrário, totalmente metafísica, o que também não deixa de aparecer. Acreditamos, diante desse desafio, que a elaboração de um mapa, por mais simples que ele seja, torna-se uma atividade bastante complexa necessitando, por conseguinte, de uma maior preocupação por parte daqueles que se encarregam desse trabalho. (MATIAS, 1996, p. 82).

Os mapas na Geografia representam um importante instrumento para o conhecimento e a representação da realidade, sendo assim indispensáveis ao trabalho geográfico. Como linguagem visual, apresentam características insuperáveis para a representação do fenômeno espacial.

Considerações Finais

O caminho metodológico possui como intuito principal a descrição dos passos da pesquisa, proporcionando ao leitor uma compreensão maior sobre como foi desenvolvido e concretizado o estudo. A pesquisa qualitativa demonstra como o pesquisador e o pesquisado se conectam entre si, apresentando as principais dificuldades enfrentadas para realizar a pesquisa e também algumas simplicidades que foram encontradas no decorrer do caminho.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foram feitas várias leituras, trabalhos de campo, registros fotográficos, enfrentando as diversidades climáticas da região, ora com sol muito forte, ora com chuva e barro, mas essas adversidades não foram obstáculos para a concretização da pesquisa e, sim,

um incentivo para finalizá-la. Concomitante ao trabalho de campo e as leituras, houve, também, a pesquisa de dados em fontes secundárias, onde todas as reflexões e análises foram sendo colocadas no papel, resultando na concretização da pesquisa.

Ao ser realizado o trabalho de campo, pudemos constatar que os agricultores familiares lidam com alguns problemas, tanto no âmbito pessoal como profissional, dentre eles podemos citar o baixo preço dos frutos em relação ao seu alto custo de produção; a qualidade e regularidade do processo produtivo; o baixo nível técnico dos agricultores familiares; a falta de acesso as informações sobre o cultivo do abacaxi, como preços, produção e mercado; os altos preços dos produtos industrializados, como os insumos agrícolas e os maquinários; o baixo nível de instrução dos agricultores familiares; a falta de uma assistência técnica mais presente no dia a dia do agricultor; e a falta de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.

A produção de abacaxi pelos agricultores familiares ultrapassa os limites do cultivo em si; este fruto representa as tradições e o modo de vida dessas famílias, pois eles possuem conhecimentos sobre esta plantação que foi passada de geração em geração, principalmente pelo fato do abacaxi ser uns dos principais frutos cultivados no município há mais de cinco décadas, participando da cultura dos moradores e dos produtores. O cultivo do abacaxi expressa e demonstra uma história de tradição, de conquistas e lutas pelos agricultores familiares que, mesmo sendo pressionados pelas monoculturas, ainda resistem e lutam para continuarem sua (re)produção no campo.

NOTAS

ⁱDissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, defendida em 27 de fevereiro de 2015.

ⁱⁱEm 2014, o preço do fruto variou de R\$ 0,30 a R\$ 0,90 diretamente da lavoura.

ⁱⁱⁱO alqueire mineiro equivale a 4,86 hectares (MDA, 2014).

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto; ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006, p. 51-67.

ALMEIDA, Emerson G. de; FERREIRA, Willian R. A entrevista enquanto diálogo assimétrico na geografia dos transportes: uma reflexão sobre o mototaxismo em Ituiutaba (MG). In: RAMIRES, Julio Cesar de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 75-90.

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O debate contemporâneo sobre os paradigmas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 129-146.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 205-316.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Ana Paula da S. de O. **Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/Catalão(GO) e a territorialização da atividade mineradora**. 2012. 169f. Dissertação. (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Goiás/CAC, Catalão, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HARLEY, John. Brian. A nova história da cartografia. **O Correio**

- da Unesco**, São Paulo, UNESCO, ano 19, agosto, n. 8, 1991, p. 5.
- LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 137-155.
- LUDWIG, Antonio C. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005.
- MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 381-390.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2007.
- _____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARQUES, Mario O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATIAS, Lindon Fonseca. **Por uma cartografia geográfica: uma análise da representação gráfica na geografia**. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/teses/Por%20uma%20Cartografia%20Lindon.pdf>.
- MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 279-291.
- MENDES, Estevane de Paula P; PESSÔA, Vera Lúcia S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 509-537.
- MONTEIRO, Rafael de M. **Relações de poder, territórios e terri-**

torialidades: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/CAC, Catalão, 2013.

RAMIRES, Julio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Pesquisas qualitativas: referências para a pesquisa em geografia. In: MARAFON, Glaucio José *et al.* (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 23-35.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 123-138.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

19 NAS TRILHAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL DA MICRORREGIÃO DE ERECHIM

Éverton de Moraes Kozenieski
Rosa Maria Vieira Medeiros

Introdução

A ciência, contemporaneamente, tem importante papel na construção de conhecimento. Trata-se de um vetor hegemônico de produção de saberes sobre a realidade e, por que não, de discursos a respeito desta. O cientista, sujeito-chave deste processo de construção de conhecimentos, para alguns críticos, alçou o perigoso status de mito, de indivíduo especializado e único promotor de compreensões sobre o mundo. (ALVES, 2005; MINAYO, 2013).

Acreditamos que a produção de pesquisas, fundamento da atuação dos cientistas, é, acima de tudo, um ato criativo, que exige envolvimento e reflexão. Embora, especialmente

aqueles que estão distantes do universo acadêmico ou ingressantes neste, possa parecer um ato mágico, sem muito sentido com o universo das pessoas “normais”, ou mesmo uma ação “robotizada”, estéril e rotineira de aplicação de técnicas.

Defender tal proposição não desmerece ou mesmo nega o método científico. Não há dúvidas de que este tem importante papel na elucidação do real, sendo indispensável e fundamental ao investigador. Compreendemos, contudo, que o método não é algo banal: “Este nunca se apresentará com uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho.” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013, p. 15).

Neste modo, fica evidente que por em prática um dispositivo para a elucidação da realidade é um ato complexo. Além disso, conceber e empregar métodos de trabalho, especialmente em pesquisas qualitativa para a qual é mais difícil estabelecer critérios exatos, se torna um ato de *bricolage*, como destaca Denzin e Lincoln (2006), ou seja, uma ação de confecção e montagem de estratégias, nunca descoladas do ato investigativo e das práticas interpretativas.

Em meio a este conjunto de reflexão sobre o processo de elaboração da pesquisa, este capítulo tem como objetivo apresentar o percurso investigativo elaborado para a construção da tese de doutorado com título provisório “A produção do espaço rural na microrregião de Erechim: paisagens e circuitos produtivos em transformação”, que está em processo de finalização. Trata-se da demonstração dos caminhos, das estratégias e das reinvenções produzidas para dar conta das singularidades

desta pesquisa.

Organizamos nossa reflexão em um conjunto de tópicos, a fim de alcançar o objetivo proposto neste capítulo. No primeiro deles, “A pesquisa”, são feitas considerações sobre as singularidades do recorte espacial escolhido para a pesquisa, além indicar ao leitor as problemáticas, a hipótese e os objetivos que guiam o estudo. Em “O percurso investigativo” são apresentaremos a agenda de pesquisa, contemplando o método e os procedimentos metodológicos escolhidos. Por fim, em Considerações Finais, teceremos algumas observações sobre os desafios na elaboração e condução deste estudo.

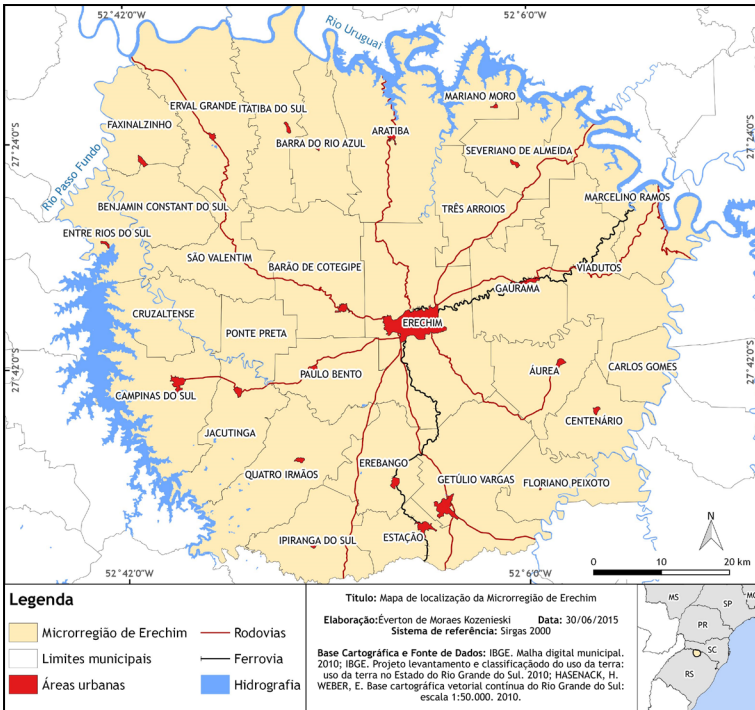
A pesquisa

Antes de apresentar o percurso investigativo, torna-se necessário tecer algumas considerações sobre as bases as quais se elaborou a pesquisa. Iniciaremos pela caracterização do recorte espacial escolhido para o estudo: a microrregião geográfica de Erechim. Essa está localizada no Norte do estado do Rio Grande do Sul e é constituída por 30 municípios, conforme demonstra o Mapa 1.

O rural caracteriza-se pela presença de uma estrutura fundiária marcada por pequenos estabelecimentos rurais, pois 60,01% destes possuem até 20 hectares e 91,27% têm até 50 hectares. A presença da agricultura familiar é significativa, um vez que 90,80% estabelecimentos rurais são classificados desta forma pelo Censo Agropecuário (2006). Ademais, há uma dinâmica sócio-espacial predominante vinculada à produção de *commodities*, especialmente soja, milho e trigo, e de animais,

que integram os complexos agroindustriais da produção de carne, notadamente os suínos e as aves, e da produção de leite. Do ponto de vista populacional, destacam o declínio da população rural, na última década, cerca de 22% entre o período de 2000 a 2010, e a composição etária com poucos jovens que são, em sua maioria, homens.

Mapa 1 – Localização da microrregião de Erechim



Fonte: Elaborado por KOZENIESKI, É. DE M.

Nesta microrregião existem iniciativas que se contrapõem

ao quadro hegemônico presente, tais como: práticas agrícolas alternativas ao modelo convencional de agricultura, expressas nos dados sobre a agricultura orgânica e as práticas agroecológicas; produtores de horticultura, que não integram em redes e cadeias das *commodities*; agricultores que não possuem área para realização da produção; populações indígenas e caboclas excluídas do processo de colonização; reassentamentos rurais em função das construções de barragens. Estas situações e estratégias que são *outsiders* ao quadro hegemônico, apesar de sua pouca expressividade em comparação com as outras, suscitam possíveis contradições no espaço rural da microrregião de Erechim, além de constituir formas alternativas de apropriação da natureza.

Essa caracterização nos dá suporte para a produção das problematizações de pesquisa. Temos como principais questões de pesquisa: Como se dá o processo de produção do espaço rural da microrregião de Erechim? Quais são as lógicas que possibilitam a reprodução das estruturas produtivas existentes?

A partir disso, temos como hipótese de trabalho que o espaço rural da microrregião de Erechim é produzido, dominado e organizado pelos interesses e lógicas das empresas (capital industrial e agropecuário) exógenas a microrregião, conformando paisagem e circuitos produtivos em função destas lógicas, sob o qual os camponeses (agricultores familiares) estão subordinados, embora um grupo pouco expressivo desses agricultores desenvolva novas alternativas de produção por meio de práticas agroecológicas.

A partir de tais ponderações, temos com objetivo geral compreender as dinâmicas produtivas do rural da microrre-

gião de Erechim por meio da produção do espaço rural, destacando as contradições expressas pelas experiências agroecológicas. Os objetivos específicos são: a) caracterizar o espaço rural por meio das paisagens rurais; b) identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da ocupação e formação territorial; c) analisar as estratégias e as ações dos grupos sociais e entidades atuantes nos circuitos espaciais da produção; d) analisar o cotidiano dos agricultores familiares por meio de suas estratégias de reprodução familiar, práticas espaciais e produção de significados acerca do espaço rural; e) produzir uma síntese das contradições envolvidas na produção do espaço rural da microrregião de Erechim.

O percurso investigativo

Uma vez que estão lançadas as bases que estruturam a pesquisa, no intento de responder aos questionamentos elencados e alcançar os objetivos propostos, torna-se importante apresentar as proposições que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. Assim, apresentaremos o percurso investigativo elaborado para construção do estudo.

Tendo em vista as características do recorte espacial da pesquisa e do objeto de estudo, buscamos elaborar uma estratégia que fosse capaz de contrapor alguns aspectos considerados importantes. Assim, elaboramos uma agenda no qual fosse possível apresentar as contradições existentes entre o quadro produtivo hegemônico da microrregião e estratégias “*outsiders*” deste quadro, representadas pelas produções agro-

cológicas. Da mesma forma, buscamos interpelar a existência de práticas espaciais, ligadas a produção material do espaço, à produção de significados sobre este, aproximando materialidade ao universo dos significados. Além disso, a estratégia buscou vislumbrar os fenômenos estudados a partir de distintas escalas, contrapondo, principalmente, a escala regional à escala local.

A elaboração da estratégia de pesquisa contou com a influência de diversos autores, contudo, os métodos propostos por Triviños (2008) e Lefebvre (1978 e 2000) foram marcantes. Cabe, portanto, inicialmente, tecer algumas considerações sobre as proposições destes autores e, em um segundo momento, expor o método proposto.

Triviños (2008) elabora uma sugestão de desenvolvimento de pesquisas na linha da dialética, sob a qual organiza-se em três etapas. A primeira é a “contemplação viva” do fenômeno. É o momento inicial no qual se tenta caracterizar o objeto e o fenômeno a ser estudados. Trata-se do primeiro momento de reunião de materiais e informações com a finalidade de captar as qualidades gerais do objeto de estudo, distinguindo-o dos demais e destacando suas singularidades. O segundo movimento é constituído pela análise do fenômeno, ou seja, a penetração na dimensão abstrata do mesmo. Momento em que se estabelece as relações sócio-históricas do fenômeno e apresenta-se sua situação no espaço-tempo. Trata-se da etapa em que se elaboram juízos e conceitos sobre o objeto de estudo. Nele determinam-se os traços quantitativos do fenômeno. A última etapa é a “realidade concreta do fenômeno” no qual se estabelecem os aspectos essenciais do fenômeno, suas caracte-

terísticas, conteúdo, fundamentos. Trata-se do momento de inferência das informações e de ratificação das hipótese sugeridas. A realidade concreta do objeto tem como marca uma análise precisa por meio de descrição, classificações e análises.

Lefebvre (1978), por sua vez, é desenvolvida por com a intenção de compreender os problemas agrários, em especial a questão camponesa, no que ele chama de complexidade “horizontal” e “vertical” do mundo rural. O método proposto é constituído de três momentos: a) descritivo; b) analítico-regressivo; c) histórico-genético. Nele, inicialmente, busca-se a descrição teoricamente orientada de uma determinada estrutura agrária. Trata-se de um momento inicial descritivo na qual o pesquisador se aproxima da realidade a ser estudada, fazendo interagir teorias gerais com a experiência de observação sobre objeto de estudo. No segundo movimento procura-se analisar a realidade descrita num esforço de análise e datação. Trata-se da iniciativa de identificação da coexistência de formações de épocas diferentes. O último movimento é o reencontro com à atualidade, no qual a descrição anteriormente construída é compreendida, explicada. Trata-se da tentativa de análise das estruturas em seu movimento de transformações e permanências, enfatizando a diversidade histórica junto ao quadro de movimento do todo.

A segunda proposição de Lefebvre (2000) está amparada na análise tridimensional da produção do espaço, por meio da tríade: práticas espaciais, representação do espaço e espaço de representação. Trata-se de uma proposição no qual o espaço é compreendido como uma produto social, no qual não se dissociam à produção material, da produção de conhecimentos

e de significados. Destaca-se que a análise tridimensional da produção do espaço não busca supervalorizar uma dimensão em detrimento de outro. Ambas devem ser compreendidas e analisadas de forma dialética.

Com relação as práticas espaciais, “[...] o espaço social aparece [...] como uma cadeia ou rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada (morfologia, ambiente construído)”. (SCHMID, 2012, p. 101). Nesse elemento vincula-se, portanto, a realidade cotidiana de produção e de reprodução social, relacionada as redes e aos fluxos, com a produção material, organizado pelo espaço e, ao mesmo tempo, marcado por ele. Na segunda, a representação do espaço está associada ao espaço do cientistas e dos especialistas. Trata-se da produção de conhecimentos por meio da construção de códigos, signos e representações, no qual o espaço é concebido por meio de categorias mentais e abstrações intelectuais que, em alguma medida, representam os discurso técnico-científicos sobre o espaço. O último elemento da tríade refere-se ao espaço do simbolismo e da imaginação, sob a qual há produção de significados pelos sujeitos e usuários do espaço. O espaço pode ser considerado um veículo de transmissão de significados, ao passo que é vivido, dotado de sentido e valores.

Os métodos propostos por estes autores nos deram bases para que pudéssemos produzir a estratégia adaptadas ao contornos do estudo. Nesse sentido, tecemos uma proposta para o desenvolvimento da pesquisa amparada em quatro momentos:

a) Descrição – Momento inicial de aproximação como o espaço, no qual se destacará as paisagens rurais dominantes, os atores sociais e suas respectivas práticas espaciais (processos produtivos, redes de produção e distribuição). Trata-se na etapa de caracterização do objeto de estudo, enfatizando as práticas espaciais e suas respectivas manifestações em escala da microrregião.

b) História do espaço – Etapa no qual busca-se, por meio de uma perspectiva histórica, analisar e datar os elementos constituintes dos espaços. Trata-se de um momento que valoriza as representações do espaço produzidas, ao longo do tempo, no qual vislumbra-se evidenciar os conflitos e as contradições no processo de produção da microrregião.

c) Aproximações com realidade concreta – Nessa etapa destaca-se a análise das diferentes estratégias e práticas espaciais desenvolvidas pelos agricultores no espaço rural da microrregião de Erechim, sejam eles adeptos às formas hegemônicas de produção ou “*outsider*”. Parte-se do pressuposto de que suas práticas e representações espaciais manifestam as contradições e alternativas as estruturas produtivas dominantes. Esse momento da pesquisa enfatiza, também, o espaço como representação pelos agricultores, ou seja, na produção de significados para as práticas espaciais e suas relações com a paisagem. O foco escalar da etapa está centrada no local, junto aos agricultores e as unidades de produção.

d) Interpretação da produção do espaço – Esforço para retomadas das análises desenvolvidas, contrapondo-as e reencontrando os tempos (passado e o presente), as escalas (regional e o local) e as dimensões da produção do espaço (práticas

no espaço, representações do espaço e espaços de representação).

As características metodológicas da pesquisa exigem um variado espectro de estratégias de obtenção de dados. De forma geral, na primeira etapa, as técnicas de pesquisa utilizadas serão: observação; dados estatísticos e cartográficos; entrevistas com informantes-chaves atuantes no recorte espacial da pesquisa; e pesquisa bibliográfica. A etapa de história do espaço contará com as técnicas: pesquisa bibliográfica; dados estatísticos e cartográficos; entrevistas com informantes-chaves atuantes no local da pesquisa. O terceiro momento será subsidiado por entrevistas com agricultores; observação; além de contar como técnicas de apoio os dados estatísticos e as com entrevistas informantes-chaves atuante no local da pesquisa. Por fim, o último momento da pesquisa contará com os resultados e subsídios produzidos nas etapas anteriores.

Estes momentos propostos exigem que a pesquisa tenha combinação e articulação de momentos qualitativos e quantitativos. A proposta é de que não haja um sequenciamento das etapas ou mesmo o rebaixamento de uma delas a uma categoria inferior. Ambas apresentam faces do mesmo tema que oferecem um conjunto variado de dados e de informações fundamentais para a análise. Será realizada a triangulação de informações e sua validação, uma vez que os dados com diferentes características podem ser comparados.

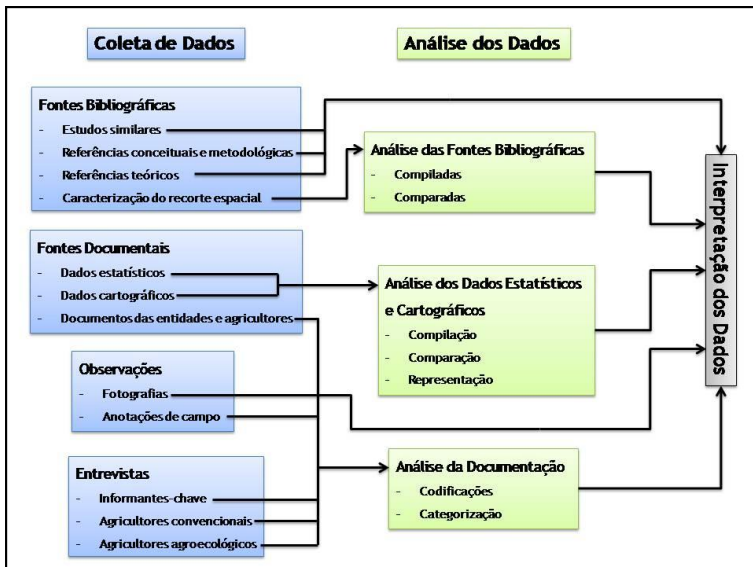
Detalhamento das estratégias de obtenção e análise de informações

A estratégia de pesquisa proposta para o estudo contempla o uso de diferentes técnicas de obtenção de informações e recursos analíticos de tais dados. O desencadeamento de operações de coleta e análise de dados para a constituição das interpretações da tese pode ser observado por intermédio do Fluxograma 1, os quais serão detalhados. Iniciamos pelos artifícios que serão utilizados para a aquisição de informações para o estudo, são eles:

a) **Fontes bibliográficas** – Pesquisa de referências para constituição e fundamentação do estudo, em que se enfatiza a procura por: estudos que apresentam temas e problemáticas de pesquisa similares, a fim de constituir diálogos e soluções para o desenvolvimento da pesquisa; obras para fundamentação e constituição das referências conceituais e metodológicas da tese, além de proposições teóricas que passam contribuir para caracterização e explicação dos fenômenos evidenciados no desenvolvimento do estudo; produções sobre o espaço rural da microrregião de Erechim que contribuam para compreensão das dinâmicas do recorte espacial da pesquisa, além de evidenciar a produção de conhecimentos e os discursos sobre o espaço. Tais pesquisas serão elaboradas mediante consulta a periódicos, teses e dissertações, livros e outras obras de referência.

b) **Fontes de documentais** – Aquisição de dados estatísticos e cartográficos que façam alusão ao tema e ao recorte espacial da pesquisa. Consulta de dados secundários produzidos por institutos de pesquisa (IBGE, FEE) e outras instituições atuantes nas microrregiões (INCRA, Emater/RS, Prefeituras Municipais). Serão coletados, também, junto aos momentos de entrevistas, os documentos, materiais de divulgação e outras produções elaboradas pelas entidades e agricultores.

Fluxograma 1 – Obtenção e análise de dados



Elaboração: KOZENIESKI, E. de M.

c) **Observação** – Consiste em um conjunto de trabalhos de campo e diálogos informais com o objetivo de registrar e apreender as dinâmicas do espaço rural. Trata-se de um procedimento no qual o pesquisador é, em boa medida, um expectador, o que favorece a obtenção de informações sem produzir conflitos junto aos grupos pesquisados. As percepções e descrições provocadas pela observação serão registradas por meio de anotações de campo e registros fotográficos.

Além disso, cabe destacar que os roteiros de observação foram elaborados com a finalidade de visitar todos os municípios que compõem a microrregião, aproveitando a possibilidade de participação em eventos ou atividades locais. Nesta pesquisa, as observações tiveram dois focos. No primeiro, serão observadas as dinâmicas e práticas sócio-espaciais no espaço rural da microrregião de Erechim, além das diferentes estratégias de apropriação da natureza e conformação de paisagens rurais. Num segundo momento, na qual a coleta de informações tem foco na escala local, além de considerar os elementos anteriormente citados, serão observados às formas de expressão e reação dos entrevistados, sendo uma técnica acessória as entrevistas que serão aplicadas aos agricultores.

Além da aplicação da técnica de observação simples, buscou-se aproveitar os momentos que antecederam as entrevistas para exercitar estratégias de observação participante. Segundo Gil (2008), esta técnica de pesquisa consiste

[...] na participação real do conhecimento na vida da comunidade, ou grupo de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação par-

participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (p. 103).

Cabe ressaltar, contudo, que este exercício não foi aplicado de forma rigorosa, sendo, portanto, uma estratégia aplicada ocasionalmente a título de auxílio as observações simples.

d) Entrevistas – A entrevista é uma estratégia de coleta de informações por meio de diálogos e de interações sociais, trata-se da “[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.” (GIL, 2008, p. 109). Optou-se pela utilização de entrevistas com características semi-diretivas, conduzidas por meio de questões-guia. Esse tipo de estruturação permite, por seu caráter intermediário entre formatos com maior abertura e outros estruturados, ao mesmo tempo, flexibilidade e diretividade nas entrevistas.

Tanto quanto possível, ‘deixará andar’ o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforça-se à simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chefa por si próprio nos momentos mais apropriado e de forma tão natural quanto possível. (QUIVY; CAMPNHOUDT, 2013, p. 192-193, grifos do autor).

Apesar da opção por utilizar, ao longo da pesquisa, o mesmo modelo de estruturação para as entrevistas, destaca-se

que haverá três formatos distintos para as questões-guia, conforme os objetivos e os grupos sociais aos quais a pesquisa enfocará. O primeiro terá como foco um conjunto de lideranças e de responsáveis técnicos de movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, empresas, atuantes na microrregião de Erechim, denominados na pesquisa como informantes-chave. Busca-se compreender as relações, do presente e do passado, entre as entidades e a produção do espaço, enfatizando as suas influências, estratégias, formas de atuação, opiniões e perspectivas com relação às dinâmicas do rural na microrregião. Optou-se por utilizar uma amostragem não representativa e não definida *a priori*, na qual o critério de saturação das informações recebidas nas entrevistas será o que limitará o número da amostra. Foram escolhidos para as entrevistas sujeitos que tem atuação na microrregião e integram entidades que possuem representatividade e expressividade junto aos agricultores. As seguintes entidades estão pré-selecionadas para esta etapa: Emater/RS, Movimento dos Atingidos por Barragens, Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, Centro de Tecnologias Alternativas Populares, Olfar – Indústria e Comércio de Óleos Vegetais, Cooperativa Tritícola Erechim, Aurora Alimentos, Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim.

A segunda situação teve como alvo os agricultores convencionais. As questões-guia, nessa situação, serão direcionadas a inquirir sobre: a trajetória pessoal dos agricultores; o perfil produtivo; estratégias, formas de atuação, opiniões, per-

cepção, representações e significações com relação à paisagem e às dinâmicas do rural na microrregião. Optou-se por utilizar uma amostragem não representativa de, no mínimo, 20 informantes. Os critérios para escolha dos entrevistados são: dispersão espacial das unidades de produção; diversidade produtiva com relação aos demais entrevistados; não ser indicado como agricultor modelo pelos informantes-chave da pesquisa.

O terceiro formato está direcionado aos agricultores agroecológicos, entre os quais se busca informações referentes: a trajetória pessoal dos agricultores; o perfil produtivo; estratégias, formas de atuação, opiniões e perspectivas com relação às dinâmicas do rural na microrregião; percepção, representações e significações com relação à paisagem e às dinâmicas do rural na microrregião. Optou-se pela consulta a pelo menos cinco informantes¹, sendo os escolhidos os seguintes critérios para a escolha: entrevistado de famílias distintas; diversidade produtiva com relação aos demais entrevistados; dispersão espacial das unidades de produção; reconhecimento e indicação junto aos demais agricultores.

As entrevistas serão registradas por meio de gravações de áudio, mediante autorização dos informantes. Serão consideradas válidas aquelas entrevistas em que as informações disponibilizadas apresentem clareza, profundidade e relevância. Além disso, inclui-se como critério para validação a comparação de informações disponibilizadas pelo entrevistado com outras fontes externas, aplica-se apenas nas situações nas quais a comparação seja possível. Ademais, a confidencialidade da identidade do informante será resguardada em situações em que haja exigência por parte do entrevistado ou quando as

informações disponibilizadas os colocarem em situações embaraçosas.

Acreditamos que as estratégias utilizadas para obtenção de informações são adequadas para a proposta da pesquisa. É importante, contudo, apresentar as técnicas que serão empregadas para análise das informações adquiridas. Nesse sentido, destacamos as medidas que serão utilizadas para tais fins.

a) **Análise das fontes bibliográficas** – As informações que contribuam para compreensão das dinâmicas, do presente e do passado, do objeto de estudo da pesquisa serão organizadas e compradas a fim de reconstituir as diferentes etapas de ocupação e formação do espaço rural, destaca-se a ênfase as diferentes estratégias de apropriação da natureza na microrregião. As demais fontes bibliográficas serão empregadas a fim de contribuir para o planejamento, desenvolvimento e interpretação dos resultados da pesquisa.

b) **Análise das fontes estatísticas e cartográficas** – Os dados coletados têm a intenção de caracterizar o espaço rural e suas dinâmicas. As informações obtidas serão compiladas, comparadas e representadas, contando com o apoio de princípios de estatística básica. Os resultados serão apresentados de forma literal ou por meio de gráficos, tabelas e mapas. Cabe observar que os mapas temáticos produzidos na pesquisa têm como base de referência cartográfica a malha digital municipal (2010), produzida pelo IBGE. Ressalta-se que, conforme as demandas da pesquisa, outras bases cartográficas poderão ser utilizadas, contudo, serão mantidas como sistemas de

referências o Datum Sirgas 2000 e a projeção UTM, fuso 22S. Os mapas temáticos que representam a microrregião serão elaborados na escala 1:750.000 com o auxílio do software livre QGis.

c) **Análise das documentações** – Análise das documentações terá como foco as informações obtidas por meio das entrevistas, anotações de campo, documentos, materiais de divulgação e outras produções adquiridas junto às entrevistas. Toma-se como base para essa atividade as sugestões de Creswell (2007). Nesse sentido, a etapa de análise consiste nos seguintes momentos: a) Organização e preparação dos dados – transcrição íntegra das entrevistas e organização dos materiais coletados. b) Leitura geral dos dados – intenciona obter e caracterizar o sentido geral das informações obtidas; c) Análise detalhada por processos de codificação – processo de organização dos materiais em grupos antes de dar sentido ao grupo de informações. d) Utilização do processo de codificação - usar o processo de codificação para gerar uma descrição de cenário, além de constituir categorias e temas da análise. Envolve o fornecimento de informações detalhadas sobre pessoas, locais, fatos, em um cenário. Agrupamento das codificações para gerar pequeno número de temas e categorias. e) Previsão da descrição e da narrativa – prever como a descrição e os temas serão representados na narrativa.

Após a realização das etapas de coleta e de análise dos dados, serão realizadas as interpretações das informações obtidas pela pesquisa. Consiste no último momento em que haverá a exposição e interpretação do significado dos materiais apresentado, com relação aos objetivos e ao tema da pesquisa.

Ao longo do capítulo foram apresentados diversos aspectos do percurso investigativo elaborado para a tese, a fim de produzir uma síntese do que foi descrito apresentamos o Quadro 1. Nela temos as combinações entre estratégias metodológicas e técnicas de pesquisa e, além disso, demonstram-se as articulações entre os objetivos do estudo e o percurso investigativo que dará suporte a sua execução.

Quadro 1 - Etapas da pesquisa

Objetivos Específicos	Etapas	Técnicas de Coleta de informações	Foco	Escala
Caracterizar o espaço rural através das paisagens rurais	Descrição	Observação	-	Microrregião
		Fontes de documentação	-	
		Entrevistas	Informantes-chave	
		Fontes bibliográficas	-	
Identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da ocupação e formação territorial	História do espaço	Fontes bibliográficas	-	Microrregião
		Fontes de documentação	-	
		Entrevistas	Informantes-chave	
Compreender as estratégias e as ações dos grupos sociais e entidades atuantes nos circuitos espaciais da produção	Descrição	Observação	-	Microrregião
		Fontes de documentação	-	
		Entrevistas	Informantes-chave	
		Fontes bibliográficas	-	
Analisar o cotidiano dos agricultores familiares por meio de suas estratégias de reprodução familiar, práticas espaciais e produção de significados acerca do espaço rural	Aproximações com realidade concreta	Entrevistas	Agricultores convencionais e agroecológicos	Local
		Observação	-	
		Fontes de documentação	-	
Produzir uma síntese das contradições envolvidas na produção do espaço rural da microrregião de Erechim	Interpretação da produção do espaço	-	-	Microrregião

Elaboração: KOZENIESKI, E.de M.

Considerações Finais

A elaboração de caminhos investigativos configura-se como um ato permeado por imprevistos e desafios nos quais o pesquisador está imerso em situações que o colocam em um constante repensar de suas práticas. Especialmente em estudo com foco na sociedade, com a proposta apresentada neste capítulo, encontramos peculiaridade que complexificam a escolha por estratégias que serão seguidas. Tanto pela peculiaridade no homem como objeto de estudo, como, também, pela relação diferenciada que é produzida entre este e o pesquisador.

Nesse sentido, a aplicação de metodologias padronizadas aos mais diversos cenários de pesquisa pode representar problemas em sua implementação, tendo em vista que o tema, o objeto de estudo e o recorte espacial da pesquisa, pode apresentar significativas peculiaridades. Desse modo, cenários de pesquisa carregados de especificidades exigem do pesquisador criatividade na elaboração dos caminhos e estratégias para o estudo.

A investigação elaborada para tese não foge a esta situação. Ter como referência a produção do espaço rural em um contexto agrário permeado por singularidades, associado a intenção de dar visibilidade a diferentes contradições, nos colocam na necessidade de confecção e montagem de estratégia ajustadas as peculiaridades da investigação e da interpretação. O percurso investigativo que apresentamos, portanto, é um caminho possível para atingir os objetos propostos, resultado das escolhas produzidas e das contingências encontradas ao longo do ato investigativo.

NOTAS

¹Trata-se de, aproximadamente, 10% das famílias praticantes da agroecologia.

Referências

- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 248.
- DNZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teoria e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice E. Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KOZENIESKI, Éverton de M. **O rural agrícola na metrópole**: o caso de Porto Alegre/RS. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFRGS/PPGGea, Porto Alegre, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978. (Historia, ciencia, sociedad. 79).
- _____. **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio M. Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- MARAFON, José M. *et al.* (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais aplicadas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 9-30.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de: João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes. 6.ed. Lisboa: Gradiva, 2013. (Trajectos 17).
- RAMIRES, Julio C. L. PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Hen-

ri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Geosp:** espaço e tempo, São Paulo, n. 32, 2012, p. 89-109. (Tradução de: Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto). TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa na educação. 1.ed. 17 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

AUTORES

Aldomar Arnaldo Rückert

Professor Doutor no Departamento de Geografia e nos programas de Pós-Graduação em Geografia e Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. Pós-Doutorado na Université Paris 7 Denis Diderot. Membro do Comitê Científico do CIST – Collège International des Sciences du Territoire – Universités Paris 1 Panthéon Sorbonne e 7 Denis Diderot. Pesquisador CNPq.

E-mail: aldomar.ruckert@gmail.com

Alessandra Rodrigues Guimarães

Licenciada em Geografia pela UFU/FACIP/Campus do Pontal/ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UNESP/Rio Claro.

E-mail: alessandraufu@gmail.com

Anderson Mendes Rocha

Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGea) na linha de pesquisa Análise Territorial, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES e integrante do Laboratório do Espaço Social (LABES)-UFRGS.

E-mail: anderson.mendes@yahoo.com.br

Andréia Vigolo Lourenço

Graduação em Oceanologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/RS/ Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/RS, onde atuou na linha de Pesquisa Políticas Públicas e Governança Marinha e Costeira.

E-mail: andreia.vigolo@gmail.com

Carina Petsch

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: carinapetsch@gmail.com

Cristiano Quaresma de Paula

Bacharel em Geografia, graduado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também é doutorando. Aborda em suas pesquisas Teoria e Método em Geografia, Comunidades Tradicionais e, mais especificamente, Pesca Artesanal.

E-mail: cqpggeo@gmail.com

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Possui graduação em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (2005) e Mestrado em Geografia pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Atualmente frequenta o doutoramento em Geografia na UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Tem vindo

a pesquisar assuntos ligados aos impactos dos projetos “desenvolvimentistas” nas comunidades rurais, processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e acumulação por espoliação.

E-mail: elmermats@yahoo.com.br

Éverton de Moraes Kozenieski

Bacharel em Geografia (UFRGS)/Mestre em Geografia (UFRGS)/Doutorando do Programa de Pos-Graduação em Geografia (UFRGS)/Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

E-mail: everton_k@yahoo.com.br

Flávio Lopes Holgado

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da rede pública municipal de Porto Alegre.

E-mail: flavioholgado@hotmail.com

Gabino Ribeiro Moraes

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia no UNICENTRO/PR/Mestre em Geografia pela UFRGS e Doutor em Geografia pela UNESP/Campus de Rio Claro (SP). Contou com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo) com duas bolsas de pesquisa, nacional e BEPE na Universidade do Porto.

E-mail: grmoraes@yahoo.com.br

Helena Bonetto

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2009)/Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2013), onde, também é discente do Curso de Doutorado. Aborda em suas pesquisas periferia, práticas socioespaciais, lugares topofílicos e topofóbicos, memória, imaginários urbanos e métodos qualitativos de pesquisa.

E-mail: *helena.bonetto@yahoo.com.br*

Hugo Roberto Duarte Ramos

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão(2009)/Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG/Regional Catalão. Professor da rede pública municipal de Catalão (GO).

E-mail: *hugordr@hotmail.com*

Jefferson Cardia Simões

Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: *jefferson.simoes@ufrgs.br*

Joel Joel Luís Melchiors

Bacharel e Licenciado em Geografia/Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: *joelmelchiors@yahoo.com.br*

Júlio Cesar de Lima Ramires

Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de São Paulo (USP)/Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: ramires_julio@yahoo.com.br

Kátia Kellem da Rosa

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: katiakellem@gmail.com

Leonardo Pinto dos Santos

Graduado em Geografia e Técnico em Geoprocessamento pela Universidade Federal de Santa Maria/Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Ensino de Geografia /Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/ Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos Geográficos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e do Grupo de Pesquisa Formação Continuada de Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Professor de Geografia da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Geográfica, Ensino-Aprendizagem, Alfabetização Cartográfica, Espaço Mentalmente Projetado e Espaço Ausente.

E-mail: leonardoufsm@hotmail.com

Luciano Fernandes Pedroso

Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-UFRGS). Bolsista CAPES.

E-mail: luccgeo@gmail.com

Luiz Felipe Velho

Professor Doutor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: lfvelho@gmail.com

Luís Fernando Pinto Dias

Graduado em Administração/UEL/ Mestre em Geografia/UEL/Doutor em Geografia/UEL

Email: luisfernando.uel@gmail.com

Maria Medianeira dos Santos

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2015)/Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2009)/Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2008)/Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2006).

E-mail: medyageo@gmail.com

Nanashara D'Ávila Sanches

Doutoranda em Análise Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGea-UFRGS)/Mestre em Análise Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGea-UFRGS)

E-mail: nana_sanches_@hotmail.com

Nestor André Kaercher

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Educação (UFRGS)/Licenciado em Geografia (UFRGS)/Mestre em Educação (UFRGS)/Doutor em Geografia (USP).

E-mail: nestorandrek@gmail.com

Nina Simone Villaverde Moura

Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS.

E-mail: nina.moura@ufrgs.br

Paola da Costa Silveira

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: paoladcs@gmail.com

Paulo Roberto Soares

Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: paulo.soares@ufrgs.br

Rosa Maria Vieira Medeiros

Graduada em Geografia (UFRGS)/Mestre em Geografia (UFRGS)/Doutora em Geografia (Université de Poitiers/FRA)/Pós-Doutora(Université Du Maine/FRA)/Professora adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Professora Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando, principalmente, nos seguintes temas: processos de desterritorialização e reterritorialização; alternativas de re-produção social, política e economia em assentamentos de Reforma Agrária e de atingidos por barragens; sustentabilidade na agricultura; vitivinicultura; espaço agrário e suas relações com a cultura e turismo.

E-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br

Roselane Zordan Costella

Graduada em Geografia (UFRGS)/Mestre e doutora em Geografia (UFRGS), na linha de pesquisa Ensino de Geografia/Professora da Faculdade de Educação no Departamento de Ensino e Currículo no núcleo de Ensino de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Pesquisadora em Alfabetização Cartográfica na FAGED/UFRGS/Coordenadora Institucional do Programa de Iniciação a Docência (PIBID/UFRGS) e Coordenadora dos Estágios Supervisionados das Licenciaturas/FAGED/UFRGS/Autora de vários livros e artigos.

E-mail: ro.paulo@terra.com.br

Tania Cristina Gomes

Geógrafa formada pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/Instituto de Geociências em 2010/Mestre em Geografia(Área de Concentração em Análise Ambiental, Territorial e Ensino) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 2013/Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

E-mail: geotania.gomes@gmail.com

Tânia Marques Strohaecker

Graduação em Arquitetura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)/Especialização em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutorado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lotada no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, e pesquisadora do Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica (CECO) e do Laboratório do Espaço Social (LABES).

E-mail: tania.strohaecker@ufrgs.br

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Professora Titular. Ex-professora do PPG/UFG/Regional Catalão/Ex-professora do PPGEO/UFU/Especialista em Geografia Humana pela PUC/MG/Mestre e Doutora em Geografia pela UNESP/Campus de Rio Claro (SP).

E-mail: vspessoa.salazar715@gmail.com

Victória Sabbado Menezes

Licenciada em Geografia (UFPel)/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRGS).

E-mail: vi145_sm@hotmail.com

Os capítulos reunidos nesta coletânea abordam diferentes modalidades de aplicação da pesquisa qualitativa em Geografia, com distintos olhares e perspectivas teórico-metodológicas, constituindo-se numa fonte de referências para estudantes de graduação e Pós-graduação, bem como pesquisadores da ciência geográfica.

